

THOTH

ESCRIBA DOS DEUSES

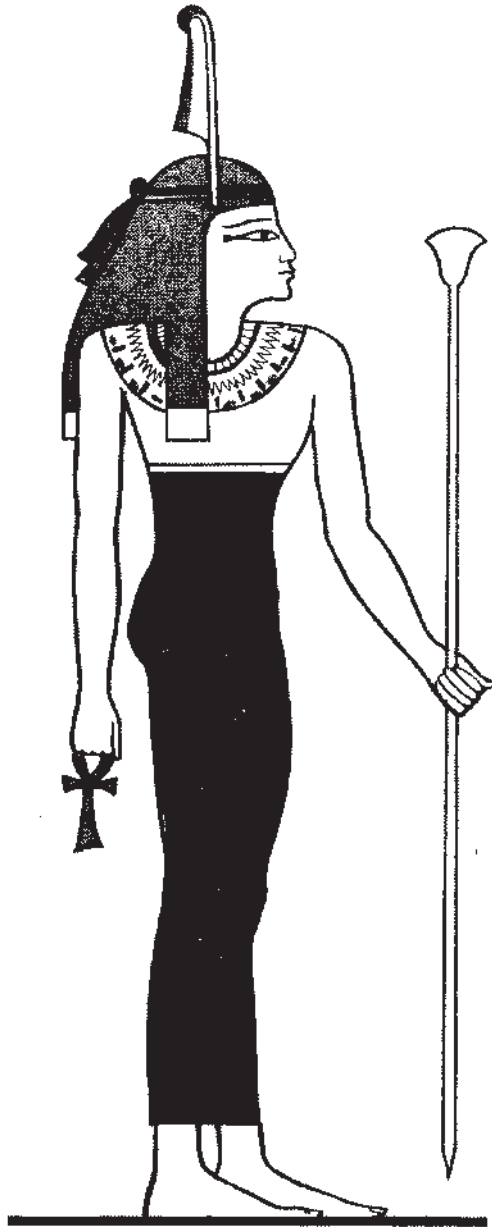


PENSAMENTO DOS POVOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES

THOTH



3



Deusa Ma'at

THOTH

ESCRIBA DOS DEUSES



PENSAMENTO DOS POVOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES

Gabinete do Senador Abdias Nascimento

Thoth

n. 3 setembro/dezembro 1997

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Thoth, Brasília, n. 3, p. 1 - 272, set/dez 1997

Thoth

Informe de distribuição restrita do Senador Abdias Nascimento

3 / 1997

Thoth é prioritariamente um veículo de divulgação das atividades parlamentares do senador Abdias Nascimento. Coerente com a proposta parlamentar do senador, a revista não poderia deixar de divulgar informações e debates sobre temas de interesse à população afro-descendente, ressaltando-se que os temas emergentes dessa população interessam ao país como um todo, constituindo uma questão nacional de alta relevância. *Thoth* quer o debate, a convergência e a divergência de idéias, permitindo a expressão das diversas correntes de pensamento. Os textos assinados não representam necessariamente a opinião editorial da revista.

Responsável: Abdias Nascimento

Editores: Elisa Larkin Nascimento
Carlos Alberto Medeiros
Theresa Martha de Sá Teixeira

Redatores: Celso Luiz Ramos de Medeiros
Éle Semog
Paulo Roberto dos Santos
Oswaldo Barbosa Silva

Computação: Denise Teresinha Resende
Honorato da Silva Soares Neto
Thais Caruso Amazonas da Silva

Impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Diretor Executivo: Claudionor Moura Nunes

Capa: Theresa Martha de Sá Teixeira sobre desenho do deus Thoth do livro de Champollion - *Le Panthéon Égyptien* - Contracapa: deusa Ma'at do livro de E.A Wallis Budge - *The Gods of the Egyptians*.

Endereço para correspondência:

Revista *Thoth*

Gabinete do Senador Abdias Nascimento

Senado Federal - Anexo II - Gabinete 11

Brasília - DF - Brasil

CEP: 70165 - 900

Tels: (061) 311-4229 311-1021

311-1121

Telex: (061) 311-1357 311-3964

Fax: (061) 323-4340

E-mail: abdias@senador.senado.gov.br

Thoth/ informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento / Abdias Nascimento
n. 3 (1997) - Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1997

Quadrimestral (setembro - outubro - novembro - dezembro)

V.; 25 cm

ISSN: 1415-0182

1. Negros, Brasil. I. Nascimento, Abdias.

CDD 301.45196081

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação.....	9
Thoth	11
 DEBATES	
Deputado Abdias Nascimento.....	19
20 de novembro: Discurso proferido na Câmara dos Deputados	21
 ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
<i>Projetos</i>	
Projeto de Resolução nº 126, de 1997 - Institui o Prêmio Cruz e Sousa.....	27
Projeto de Lei nº 234 de 1997 - Inscrição dos líderes da Conjuração Baiana de 1798 no <i>Livro dos Heróis da Pátria</i>	43
Proposta de emenda à Constituição nº 38, de 1997 - Garantia às comunidades remanescentes dos quilombos dos direitos assegurados às populações indígenas.....	47
 <i>Pronunciamentos</i>	
Frente Negra Brasileira.....	53
Homenagem a Mestre Didi.....	57
Reflexões sobre o Movimento Negro.....	69
Meio Ambiente.....	103
Revolta dos Búzios.....	107
Celebração de Zumbi dos Palmares.....	111
 <i>Pareceres da Comissão de Educação</i>	
Projeto de Lei da Câmara nº 39, sobre a prática desportiva da capoeira.....	119
Projeto de Lei do Senado nº 202, que declara Data Nacional o Dia 20 de novembro, “Dia Nacional da Consciência Negra”.....	123
 <i>Emendas ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1998</i>	
Emendas já aprovadas beneficiando a Fundação Cultural Palmares.....	127

DEPOIMENTOS

Diário de um negro atuante <i>Ironides Rodrigues</i>	133
Aspectos da experiência afro-brasileira <i>Abdias Nascimento</i>	167
O negro desde dentro <i>Guerreiro Ramos</i>	185
A escultura de José Heitor <i>Efraim Tomás Bó</i>	195
Projeto Estudos Contemporâneos: Mesa Redonda no Rio de Janeiro <i>Elisa Larkin Nascimento</i>	205

SANKOFA: MEMÓRIA E RESGATE

As civilizações africanas no mundo antigo <i>Elisa Larkin Nascimento</i>	223
O preconceito nos livros infantis <i>Guiomar Ferreira de Mattos</i>	249

MOVIMENTO NEGRO HOJE

Cecune – Centro Ecumênico de Cultura Negra.....	257
Como surgiu o 20 de novembro? <i>Oliveira Silveira</i>	263

APRESENTAÇÃO

Naquela manhã de domingo, a Igreja de Nossa Senhora de Achiropita, localizada na rua sugestivamente batizada com o nome de 13 de Maio, em pleno bairro do Bixiga, no coração de São Paulo, estava engalanada em cores diferentes daquelas que nos acostumamos a associar à liturgia católica. Em lugar dos tons sóbrios e discretos, austeros e freqüentemente lúgubres, característicos dos rituais da Igreja Romana, o templo ostentava um colorido vivo, vibrante, presente não apenas em sua decoração, na qual ressaltavam o vermelho, o verde e o negro, aos quais se somava o amarelo, compondo um ambiente estranhamente festivo para uma tradição fundada na culpa, no pecado e na morte. Mais que nos alegres adereços, era no povo, presente em números generosos, que se deteria a vista ao contemplar aquela que, pela hora e local, deveria ser mais uma missa de domingo. Pois era um povo negro, em sua grande maioria, que superlotava as dependências da igreja, esparramando-se para fora desta, incapaz de contê-lo, e acrescentando ao inusitado colorido ambiente as diferentes gradações de tonalidade de sua pele.

Era a semana do 20 de Novembro, e o Congresso Nacional Afro-Brasileiro, presidido pelo incansável professor e poeta Eduardo de Oliveira, promovia o Culto Ecumênico contra a Discriminação Racial e em Defesa dos Direitos Humanos, ocasião em que minha pessoa seria objeto de homenagem especial. Presentes o prefeito Celso Pitta - primeiro afro-brasileiro eleito para governar uma megalópole neste país - e esposa, a Cônsul Geral de Israel em São Paulo, Dorit Shavit, representando uma comunidade para a qual não se precisa explicar o significado de eventos dessa natureza, dirigentes do CNAB, militantes e simpatizantes do Movimento Negro de mais de 15 Estados, além de nossos aliados de diversas áreas.

Oficiada por quatro sacerdotes – os católicos padre Toninho e frei David, o pastor evangélico Dr. Euclides da Silva e o babalorixá Francisco de Oxum –, o culto teve o sabor marcante das coisas de origem africana, presente não só nos atabaques e outros instrumentos de percussão, mas também nos cânticos e nos movimentos a que o corpo se via irresistivelmente conduzido pela magia do ritmo contagiante dos orixás. Mais ainda do que isso, a mensagem transmitida pelos sacerdotes, em suas palavras e no seu gestual, demonstrava seu comprometimento com a busca da verdadeira fraternidade universal, assentada no respeito e valorização das diferenças étnicas, e não na busca de sua supressão pelo assimilacionismo que entre nós se disfarça com máscaras universalistas.

Confesso que, coração calejado por tantas décadas de confronto com o racismo hipócrita de nossa sociedade, para o qual a Igreja Católica forneceu inestimável munição, me senti emocionado. Pela homenagem em si - o Troféu Zumbi dos Palmares -, que considero partilhar com uma legião de lutadores, ancestrais e contemporâneos, famosos e anônimos, que como eu têm dedicado suas vidas à concretização do sonho de liberdade, justiça e igualdade para os africanos e seus descendentes. Mas muito mais pelo aspecto simbólico de que se revestia a cerimônia. Afinal, não se estava ali apenas aproveitando “traços culturais” de origem africana para atrair negros e negras a um rebanho alheio. Fazia-se, isto sim, uma verdadeira experiência de integração, em que as partes se juntam sem abandonar sua essência, criando o novo sem perder a referência às respectivas matrizes.

Na festa de confraternização que se seguiu ao culto, cuja peça de resistência não poderia deixar de ser uma suculenta e negra feijoada comunal, tive a oportunidade de rever antigos companheiros e conhecer alguns dos muitos militantes que têm contribuído para estimular minhas esperanças no triunfo final de nossos ideais. Dentre estes, a criação de uma Universidade Afro-Brasileira, defendida na pregação do padre Toninho, pároco daquela igreja, como centro de produção, reprodução e memória do pensamento dos africanos no Brasil, sonho que de há muito venho acalentando e que tenho agora a felicidade de ver compartilhado por irmãos e irmãs de luta dotados do talento e da determinação necessários para transformá-lo em realidade.

Momentos como esse demonstram que não têm sido em vão os nossos sacrifícios.

Brasília, dezembro de 1997

Abdias Nascimento

Thoth



Após o tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995, marcado pela Marcha contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida e por inúmeros acontecimentos de âmbito nacional e internacional em todo o País, verificamos que a questão racial no Brasil atinge um novo estágio. Setores da sociedade convencional reconhecem o caráter discriminatório desta sociedade, e o debate passa a focalizar as formas de ação para combater o racismo, ultrapassando o patamar que marcou a elaboração da Constituição de 1988: a declaração de intenção do legislador dá lugar à discussão de medidas concretas no sentido de fazer valer tal intenção.

Nesse contexto é que o senador Abdias Nascimento assume, em março de 1997, sua cadeira no Senado Federal, na qualidade de suplente do saudoso Darcy Ribeiro, intelectual sem par que sempre se manteve solidário com a luta anti-racista. O mandato do senador Abdias, como sua vida ao longo de uma trajetória ampla de luta e de realizações, dedica-se prioritariamente à questão racial, com base numa verdade que o movimento negro vem afirmando há anos: a questão racial constitui-se numa questão nacional de urgente prioridade para a construção da justiça social no Brasil, portanto merecedora da atenção redobrada do Congresso Nacional.

Além de representar o veículo de comunicação do mandato do senador Abdias Nascimento com sua comunidade e seu país, a revista *Thoth* surge como fórum do pensamento afro-brasileiro, na sua íntima e inexorável relação com aquele que se desenvolve no restante do mundo. Seu conteúdo pretende refletir as novas dimensões que a discussão e elaboração da questão racial vêm ganhando nesta nova etapa, inclusive o aprofundamento da reflexão sobre as dimensões históricas e epistemológicas da nossa herança africana, para além dos tradicionais parâmetros de samba, futebol e culinária que caracterizam a fórmula simplista e preconceituosa elaborada pelos arautos da chamada democracia racial.

Nesse sentido, cabe um esclarecimento do significado do título da revista, que remete às origens dessa herança civilizatória no antigo Egito, matriz primordial da própria civilização ocidental da qual o Brasil sempre se declara filho e herdeiro. Os avanços egípcios e as conquistas africanas no campo do conhecimento humano formam as bases da cultura greco-romana. Entretanto as suas origens no Egito ficaram escamoteadas em função da própria distorção racista que nega aos povos africanos a capacidade de realização humana no campo do conhecimento.

Nada mais apropriado para expressar a meta de contribuir para a recuperação dessa herança africana que a referência, no nome da revista, ao deus Thoth. Na tradição africana, o nome constitui mais que a simples denominação: carrega dentro dele o poder de implementar as idéias que simboliza. Thoth está entre os primeiros deuses a surgir no contexto do desenvolvimento da filosofia religiosa egípcia: autoprocriado e autoproduzido, ele é Uno. Autor dos cálculos que regem as relações entre o céu, as estrelas e a terra, Thoth incorpora o conhecimento que faz mover o universo. O inventor e deus de todas as artes e ciências, Senhor dos Livros e escriba dos deuses, Thoth registra o conhecimento divino para benefício do ser humano. Sobretudo,

é poderoso na sua fala; tem o conhecimento da linguagem divina. As palavras de Thoth têm o dom da vida eterna; foi ele que ensinou a Ísis as palavras divinas capazes de fazer reviver Osíris, após sua morte. Assim, esperamos que a revista *Thoth* ajude a fazer reviver para os afro-descendentes a grandeza da herança civilizatória de seus antepassados, vilipendiada, distorcida e reduzida ao ridículo ao longo de dois mil anos de esmagamento discriminatório.

Tendo uma cabeça do íbis, pássaro que representa na grafia egípcia a figura do coração, Thoth era cantado como coração de Rá, deus do sol (vida, força, e saúde). Na mitologia egípcia, o coração era o peso a ser medido na contrabalança da vida do homem, no momento de sua morte, medindo sua correspondência em vida aos princípios morais e éticos de Ma'at, filosofia prática de vida da civilização egípcia. Thoth assim constituiu-se no mestre da lei, tanto nos seus aspectos físicos como morais.

A deusa Ma'at encarna essa filosofia de vida moral e ética, o caminho do direito e da verdade. Constituinte uma espécie de contraparte feminina de Thoth, ela representa uma característica relevante da civilização egípcia: a partilha do poder, tanto no plano espiritual como material, entre a autoridade masculina e a feminina. Os faraós tinham o seu poder temporal complementado por um poder feminino exercido por soberanas e sacerdotisas, assim seguindo o primordial e simbólico exemplo de Osíris e Ísis. Sem ser compartilhado entre feminino e masculino, entre homem e mulher, o poder careceria de fecundidade, seria estéril.

Ma'at e Thoth acompanhavam o deus-sol Rá, na sua embarcação, quando ele surgiu pela primeira vez sobre as águas do abismo primordial de Nu. Era Ma'at quem regulava o ritmo do movimento da embarcação de Rá, ou seja, o seu ciclo de nascer e se pôr sobre o horizonte, bem como sua trajetória diária do leste ao ocidente. Ela corporificava a justiça, premiando cada homem com sua justa recompensa, e encarnava o mais alto conceito da lei e da verdade dos egípcios.

Como deus da sabedoria e inventor dos ritmos cósmicos, Thoth dominava também a magia. Patrono do aprendizado e das artes, a ele se creditavam muitas invenções, inclusive a própria escrita, a geometria e a astronomia, áreas do conhecimento que fundamentaram o florescimento da milenar civilização egípcia. Entretanto, sem ser socializado, o conhecimento não produz resultados concretos, pois ninguém sozinho consegue colocá-lo em prática. Faz-se necessário um agente de comunicação, e Thoth se responsabiliza também por exercer esse papel. Passando sua sabedoria para os seres humanos, como o passou para outros seres divinos, a exemplo de Ísis, Thoth amplia seu papel no mundo espiritual e material, tornando-se ainda o elo de transmissão do conhecimento e do segredo divino entre um domínio e o outro. A invenção da escrita se revela, então, como decorrência do papel de Thoth, originador do conhecimento em si: formular uma nova forma de transmissão desse conhecimento.

Os gregos denominavam Thoth de Hermes Trismegistus (Thoth, Três Vezes Grande), nome também dado aos livros que registravam a sabedoria metafísica herdada do antigo Egito, centrada na idéia da comunidade entre todos os seres e objetos, e cuja autoria era atribuída a Thoth¹. Assim, Thoth se identificava com Hermes, mensageiro dos deuses gregos e aquele que conduzia as almas a Hades. Hermes, para os gregos, era o deus das estradas e dos viajantes, da sorte, do comércio, da música e dos ladrões e trapaceiros. Os romanos o chamaram de Mercúrio.

Tais atributos de Thoth e de Hermes nos remetem nitidamente à figura de Exu na cosmologia africano-brasileira. Conhecido popularmente como mensageiro dos deuses, Exu constitui o princípio dinâmico que possibilita o fluxo e intercâmbio de energia cósmica entre

¹ Esses tomos tratam de muitos assuntos, entre eles a astronomia, a magia e a alquimia, e exerceram uma enorme influência sobre o neoplatônicos do século III na Grécia, bem como na França e na Inglaterra do século XVII.

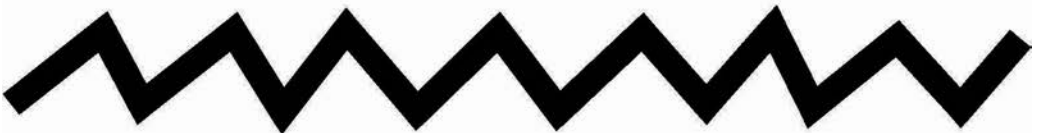
os domínios do mundo espiritual (orum) e o mundo material (aiyê). Conhecedor das línguas humanas e divinas, Exu é a comunicação em si, além de se apresentar como o deus das estradas, da sorte, da brincadeira e da malandragem.

Os paralelos e as semelhanças entre Thoth, Hermes e Exu não se reduzem a identidades absolutas, mas as linhas gerais de suas características apontam para uma unidade básica de significação simbólica. Por isso, nada mais adequado, tratando-se de uma revista *Thoth* lançada no Brasil, que uma primeira invocação a Exu, de acordo com a tradição religiosa afro-brasileira, que abre todos os trabalhos espirituais com o *padê*, a oferenda a Exu de uma prece digna de todo o peso milenar da arte africana da oratória.

Thoth representa, junto com Ma'at, o conhecimento, a ciência e filosofia, a religiosidade e a ética na mais antiga civilização africana. Assim, constituem referência básica para o resgate de uma tradição africana escamoteada à população brasileira enquanto verdadeira matriz de nossa civilização, e também para o resgate da ética na política, questão emergente no Brasil de hoje. Assumindo o nome *Thoth*, dentro da postura africana em que o nome ultrapassa a denominação, esta revista tem o objetivo de contribuir, de alguma forma, para os dois resgates, afirmando ainda que o primeiro faz parte imprescindível do segundo.



DEBATES





Abdias Nascimento no papel de Brutus Jones, na peça *O imperador Jones*, de Eugene O'Neill. Teatro São Paulo, São Paulo, 1953

**20 de novembro:
Dia Nacional da
Consciência Negra**

*Discurso proferido na Câmara dos
Deputados por ocasião do dia 20 de
novembro de 1985.*

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Aconteceu no dia 20 último um evento da maior significação cívico-cultural e que merece ser registrado nos anais desta Câmara: o ministro da Cultura, professor Aluísio Pimenta, subiu a serra da Barriga, acompanhado do governador Divaldo Suruagi, de Alagoas, e do prefeito Risiber Oliveira de Melo, de União dos Palmares, e, junto a alguns milhares de negros e representantes de organizações afro-brasileiras, celebraram a memória de Zumbi. Uma celebração vibrante e colorida durante a qual o ministro Aluísio Pimenta homologou o ato

do Conselho do Patrimônio Histórico Nacional que tombou a serra, onde, de 1595 a 1696, existiu a República dos Palmares. Reconhecendo e honrando o valor do feito palmarino, o ato se traduz como uma releitura de nossa História, agora vista desde a perspectiva dos dominados. E nos vencidos de Palmares o exemplo do heroísmo negro expresso no amor à liberdade vinca um traço fundamental do caráter brasileiro.

Enquanto tais ocorrências se desenrolavam lá no Nordeste alagoano, aqui no Congresso, ou melhor, ali no Senado Federal, na véspera daquela extraordinária peregrinação a Palmares, um senador da República - o senador Aloysio Chaves (PDS-PA) reeditava um fato melancólico equivalente àquele de Domingos Jorge Velho assassinando com armas mercenárias a Zumbi e destruindo a república libertária dos negros. Destruindo Palmares, os escravocratas de então se propunham destruir os africanos autolibertados do cativo, e ao mesmo tempo procuravam destruir sua história feita de sangue e trabalho suado no rastro de sua humanidade agredida e vilipendiada pelo regime escravista.

Enquanto o ministro Aluísio Pimenta alçava sob a pureza do céu de Palmares seu gesto tão denso de sabedoria, justiça e patriotismo, inscrevendo uma página de beleza sem precedentes em nossa historiografia; enquanto o ministro galgava as mesmas encostas de onde os palmarinos se defenderam dos exércitos holandeses, portugueses e bandeirantes durante mais de cem anos, o senador

Aloysio Chaves fazia um pronunciamento de retórica enganosa patrocinando a rejeição do projeto de lei, aprovado pela Câmara e com parecer favorável da Comissão de Educação e Cultural do Senado, que transforma a data da morte de Zumbi, Dia Nacional da Consciência Negra, em feriado nacional.

Infortunadamente, assim como Domingos Jorge Velho arrasou pelas armas a república da liberdade e da igualdade e liquidou o seu povo majoritariamente negro, o senador Aloysio Chaves tentou, no discurso do dia 19, obliterar o povo negro e a sua história, refletida de forma imperecível no episódio da Tróia Negra.

O senador sabia, porque leu o meu projeto de lei, tratar-se de uma aspiração da comunidade afro-brasileira como um todo. No entanto o Sr. Aloysio Chaves feriu de morte a reivindicação dos negros, desenvolvendo um raciocínio fossilizado de *slogans* fora de uso até mesmo pelos racistas mais empedernidos.

Argumenta o senador Aloysio Chaves, com afirmações que só têm base na hipocrisia e no cinismo do racismo brasileiro, que “As distinções raciais nunca prevaleceram no Brasil”! Tanto prevaleceram e prevalecem que um simples feriado, de cunho puramente simbólico para o negro, foi rejeitado por um Senado composto só de brancos, onde apenas uma ou outra voz insubmissa como aquela do senador Itamar Franco ousou discordar. De fato, poderíamos abarrotar o plenário do Senado com o resultado de pesquisas, depoimentos, estatísticas, teses, livros, reportagens, etc. de autoria

de cientistas sociais, militantes negros, escritores, historiadores, órgãos oficiais como o Sine (Ministério do Trabalho) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, documentando exuberantemente que no Brasil prevalecem, sim, as distinções raciais, e as vítimas delas são os descendentes daqueles africanos que não vieram da África, conforme diz o senador, mas que para cá foram trazidos contra a vontade, pela força.

O senador Aloysio açucara a voz quando fala: “Sabemos do papel, da contribuição admirável que o negro prestou para a formação do nosso país”, mas nega na prática ao negro qualquer direito à sua própria história, cultura e identidade. Porque, segundo o senador, reconhecer que o negro tem história no Brasil “divide a Nação Brasileira”. Desde sua posição autoritária, o senador demonstra um profundo desprezo pelos fatos históricos, e chega ao extremo de afirmar que “A libertação dos escravos fez-se sem traumatismo, sem choques, sem violência, sem derramamento de sangue”. Estamos indecisos em considerar ignorância ou má-fé do senador Aloysio Chaves, ou ambas: que significam para ele cem anos de luta armada dos palmarinos contra escravizadores holandeses, portugueses e bandeirantes? E os quilombos pipocando em quase todas as regiões do nosso território também nada significam para o senador? Nenhum valor têm para o opaco congressista paraense as insurreições malês, a Revolta dos Alfaiates, a Balaiada e tantos outros episódios nos quais o negro buscou liberdade e respeito,

inclusive entre os escravos participantes da Guerra do Paraguai, das lutas farroupilhas e de consolidação da Independência?

Utilizando-se do jargão convencional do não-racismo, que alardeia a chantagem da miscigenação como prova de ausência de racismo; invocando até mesmo equívocos interesses econômicos, o senador Aloysio Chaves nega o dia 20 de novembro como feriado porque “um projeto deste traz profundos danos também à economia nacional”. Mas nada diz o senador sobre os mais de três séculos que o negro se viu roubado do seu trabalho produtivo, e as razões econômicas se baseavam no raciocínio de que a escravidão resultava de uma “necessidade” histórica...

Não podemos admitir que uma Nação, erigida sobre a estrutura criminosa da escravatura, queira perpetuar os privilégios de uma raça sobre a outra. Não podemos permitir que ainda hoje se possa impunemente afirmar que “este projeto atenta, sobretudo, contra esse caráter de homogeneidade da Nação/Brasileira, contra a indivisibilidade da nossa etnia, do povo brasileiro, é uma extravagância para caracterizar uma minoria negra (...)”. Essa argumentação tradicional do sistema de dominação dos brancos sobre os negros e os índios não consegue mais empulhar e anestesiar a consciência dos brasileiros democratas e progressistas, sejam eles negros ou brancos.

Pois esta Nação somente será homogênea quando deixar de existir entre nós o elitismo dominador dos bran-

cos; esta Nação terá uma etnia indivisível quando todos os seus componentes - negro, índio e branco - tiverem uma efetiva igualdade de oportunidades sociais, e gozarem de igual respeito à sua origem. Enfim, delirante extravagância é o senador pretender caracterizar a comunidade afro-brasileira como uma minoria negra, quando somos o contingente majoritário do povo brasileiro. E é para dar um basta a extravagâncias do tipo desse comportamento do senador Aloysio Chaves que os negros brasileiros se organizam e lutam para dignificar sua História e seus heróis. Nossa herança africana não pode ficar à mercê das distorções, incompreensões e injustiças dos racistas mascarados do nosso Brasil.

No futuro, vou rerepresentar esse projeto de lei porque tenho confiança nas

mudanças que se operam no país; mudanças, quem sabe, capazes de atingir até mesmo os mais insensíveis membros do Senado. E talvez então o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, consiga oficializar aquilo que já é, para a comunidade negra brasileira, o único feriado digno de comemoração. A luta continua.

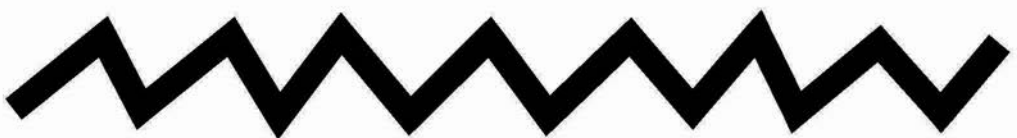
Axé, Zumbi!

Deputado ABDIAS NASCIMENTO

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1985



ATUAÇÃO PARLAMENTAR



Projetos

O projeto foi aprovado no Senado na sessão de 10 de dezembro de 1997, na Câmara dos Deputados, na sessão de 22 de janeiro de 1998 e promulgado em 29 de janeiro de 1998, por meio da Resolução nº 1, de 1998-CN.

Projeto de Resolução nº 126, de 1997

Institui o Prêmio Cruz e Sousa e dá outras providências.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Cruz e Sousa, destinado a agraciar autores de trabalhos alusivos à comemoração do centenário de morte do poeta brasileiro, a ser celebrado em março de 1998.

Art. 2º Para proceder à apreciação dos trabalhos concorrentes será constituído um Conselho a ser integrado por cinco membros do Congresso Nacional e por seu Presidente que, por sua vez, fará a indicação desses parlamentares, logo após a aprovação deste Projeto de Resolução.

Parágrafo único. A prerrogativa da escolha do Presidente do Conselho caberá aos seus próprios membros, que o elegerão entre seus integrantes.

Art. 3º O teor do Prêmio Cruz e Sousa, bem como o formato, as regras e os critérios que presidirão à elaboração dos trabalhos concorrentes, serão sugeridos pelo Conselho à Mesa Diretora do Congresso Nacional e publicamente divulgados.

Art. 4º Os trabalhos concorrentes deverão ser encaminhados à Mesa Diretora do Congresso Nacional até o dia 19 de março de 1998, dia consagrado ao centenário de morte do escritor Cruz e Sousa.

Art. 5º O Prêmio será conferido em sessão do Congresso Nacional especialmente convocada para este fim, a se realizar até o mês de junho seguinte.

Art. 6º A Diretoria Geral oferecerá apoio administrativo ao funcionamento do Conselho.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em boa hora vem o Congresso Nacional, por via legislativa, prestar justa homenagem àquele que constitui um dos marcos da literatura e da cultura brasileiras: o poeta Cruz e Sousa.

Nascido em 24 de novembro de 1861, na cidade de Desterro, atual Florianópolis, em Santa Catarina, Cruz e Sousa viveu boa parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde produziu a parcela mais importante de sua extensa obra. Minado pela tuberculose, morreu precocemente, aos 36 anos, em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 19 de março de 1898.

O início da carreira literária desse filho de escravos negros, quando ainda vivia em Santa Catarina, foi pontuada por páginas sentimentais e textos de cunho libertário, já que toda a sua obra foi profundamente marcada pela luta contra a escravidão e o preconceito racial.

Eventos de sua biografia, além do fato de ser negro, justificam a adoção dessa bandeira de luta. Houve, inclusive, um momento em que o preconceito o impediu de assumir o cargo de promotor, em Laguna, para o qual fora nomeado.



Cruz e Sousa

Foi após a sua mudança para o Rio de Janeiro, em 1890, que Cruz e Sousa integrou o primeiro grupo simbolista brasileiro, do qual se tornou expoente maior. Foi a partir de sua obra poética, segundo juízo dos mais importantes historiadores da literatura brasileira, que se renovou a expressão poética em língua portuguesa, com a incorporação de um código verbal praticamente novo.

É intenção precípua da presente proposta – dirigida, principalmente, para as novas gerações, nessa quadra em que a juventude mostra-se carente de parâmetros cívicos e culturais – o resgate da figura e da postura exemplar de Cruz e Sousa.

Permitimo-nos lembrar, ainda, a dívida que a sociedade brasileira contraiu com aqueles que abraçaram a bandeira de luta em favor dos espoliados e excluídos, particularmente dos sumariamente discriminados por motivos raciais. Nesse panorama, destaca-se Cruz e Sousa. Nas palavras de Alceu Amoroso Lima,

a grandiosidade de sua obra chamou a atenção para “esse humilde filho de uma raça que, até então, não produzira nenhuma figura marcante nas nossas letras”.

Nesse final de século, em que as reivindicações dos movimentos negros têm redundado em consideráveis avanços sociais, é importante trazer à baila a figura de Cruz e Sousa, o homem e a obra.

É, portanto, esse grande nome, merecedor de nossa reverência, que o presente Projeto de Resolução pretende homenagear. É para a meritória iniciativa que encarecemos o acolhimento pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1997.

Senador **ABDIAS NASCIMENTO**
Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Publicado no *Diário do Senado Federal*
em 26.09.97

Parecer nº 778, de 1997

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Resolução do Senado no 126, de 1997.

1. Relatório

O Projeto de Resolução no 126, de 1997, apresentado pelos senhores senadores Abdias Nascimento e Esperidião Amin, institui o Prêmio Cruz e Sousa destinado a agraciar trabalhos alusivos à comemoração do centenário da morte do poeta brasileiro, que será celebrado em março de 1998.

O Projeto em tela prevê a constituição de um Conselho que se incumbirá da apreciação e seleção dos trabalhos, bem como da definição do formato, das regras e dos critérios que nortearão a apresentação dos concorrentes, devendo contar com ampla divulgação pública.

O art. 4º do presente Projeto fixa a data de 19 de março de 1998, centenário da morte do escritor Cruz e Sousa, como prazo para a apresentação dos trabalhos à Mesa Diretora do Congresso Nacional.

A láurea será conferida em sessão do Congresso Nacional convocada especialmente para este fim, até junho de 1998, conforme dispõe o art. 5º.

O Projeto estipula, ainda, que a Diretoria-Geral do Senado Federal oferecerá suporte administrativo ao trabalho do Conselho.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, o Projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

2. Análise

É bastante oportuna a iniciativa do Congresso Nacional de se adiantar às comemorações do centenário de morte daquele que foi o maior dos nossos poetas simbolistas. Além de sua importante obra literária - assim reconhecida por destacados historiadores da literatura brasileira -, merece destaque sua trajetória de engajamento contra as perversas consequências do preconceito racial.

Filho de escravos, como bem informa a justificção do Projeto, Cruz e Sousa teve que buscar, com muita batalha, seu próprio espaço na sociedade e nas letras brasileiras, conforme atestam passagens de sua biografia. Essa luta foi traduzida em páginas que refletem seu espírito libertário e sua competente combatividade.

Por tais méritos, o poeta já se faz merecedor da importante homenagem proposta pelo Projeto em análise.

No entanto, a relevância dessa iniciativa reside, de igual modo, no imperativo de os poderes constituídos tomarem a dianteira no processo de resgate das figuras importantes da nossa história e da nossa tradição política, para que possam ocupar o seu lugar de referência da sociedade brasileira, particularmente para as gerações mais jovens.

Um país define sua identidade quando se reconhece em suas destacadas figuras históricas, que, no desempenho de diferentes atividades, contribuíram para a consolidação dos princípios democráticos. Trazer à luz o exemplo das referidas figuras é uma prática que merece inteiro respaldo, pois é por seu intermédio que podemos exercer plenamente a nossa cidadania. O presente Projeto cumpre esse propósito.

3. Voto

Nesse sentido, por considerarmos que a meritória proposta em exame se encontra em perfeita consonância com os ditames constitucionais, além de não apresentar óbices de natureza jurídica, pronunciamo-nos favoravelmente a

aprovação do Projeto de Resolução nº 126, de 1997.

Senador **OTONIEL MACHADO**
Relator

Publicado no *Diário do Senado Federal*
em 28-11-97

Parecer nº 779, de 1997

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 126, de 1997.

1. Relatório

Vem ao exame desta Comissão Diretora o Projeto de Resolução do Senado nº 126 de 1997, CN, de autoria dos nobres senadores Abdias Nascimento e Espiridião Amin, instituindo o Prêmio Cruz e Sousa, destinado a agraciar autores de trabalhos alusivos à comemoração do centenário da morte desse grande poeta simbolista, que transcorrerá no mês de março de 1998.

O Projeto estabelece:

I - que o Presidente do Congresso Nacional indicará cinco parlamentares para compor um Conselho, ao qual incumbirá:

- a) eleger seu Presidente;
- b) apreciar os trabalhos concorrente;
- c) sugerir à Mesa Diretora do Congresso, para divulgação pública, o teor do Prêmio, bem como o formato, as regras e os critérios que presidirão à elaboração dos trabalhos concorrentes;

II - que os trabalhos deverão ser encaminhados à Mesa Diretora do Congresso até o dia 19 de março de 1998, data em que se comemora o centenário da morte do escritor Cruz e Sousa.

III - que o prêmio será conferido em sessão do Congresso Nacional especialmente convocada para este fim, a se realizar até o mês de junho seguinte;

IV - que a Diretoria-Geral oferecerá o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho.

O projeto foi submetido à Comissão de Educação que, considerando-o, além de meritório, jurídico e constitucional, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

É o relatório.

2. Parecer

A proposta sob exame se insere nas comemorações do centenário da morte do grande poeta simbolista brasileiro João de Cruz e Sousa.

Nascido em 24 de novembro de 1861, filho de escravos, Cruz e Sousa, arrostando toda espécie de preconceitos, conseguiu sobrepujar as dificuldades econômicas e sociais que marcaram sua vida e conquistar, por meio de seu talento e de sua brilhante criação literária, um lugar de destaque no panteão dos grandes escritores brasileiros de todos os tempos.

Infelizmente, homenagear os grandes vultos de nosso passado histórico e cultural é um costume que não tem sido cultivado com a intensidade que a nossa nacionalidade merece. Tanto mais no caso de Cruz e Sousa, representante de uma raça submetida a uma das mais odiosas e indignas discriminações que o ser humano já pôde perpetrar contra seus semelhantes.

Por isso tudo, a iniciativa de resgatar a memória de Cruz e Sousa, na oportunidade do centenário de sua morte, mediante a instituição do prêmio proposto, só pode merecer todo o nosso apoio, pois irá redundar, certamente, em lições de civismo e dignidade, de que sua vida e sua obra estão repletas, erigindo-se em exemplo a ser perenizado na lembrança de nosso povo.

Assim sendo, não hesitamos em propor a aprovação do presente projeto de resolução, que homenageia de forma merecida esta figura ímpara de nossas letras nacionais. Pois:

*O resgate da memória,
da vida, da trajetória
do vate catarinense
é gesto para ser louvado
é mérito para o Senado
é honra que nos pertence.*

*O poeta simbolista
integra pequena lista
de poetas geniais.
Tem uma história bonita,
é triste, mas não evita
belezas sentimentais.*

*Era filho de um escravo,
mas, preto e pobre, foi bravo
ante tudo que sofreu.
Casou com Gavita Rosa,
que morreu tuberculosa,
como o poeta morreu.*

*Sua esposa enlouqueceu
depois que um filho morreu
e um outro morreu depois.
E a morte, não satisfeita,
ainda ficou na espreita
e em breve levou os dois.*

*A obra de Cruz e Sousa
imensamente repousa
em “Tropos e fantasias”.
Em “Missal” e “Evocações”,
“Broquéis”, “Faróis”, Emoções
de um mundo de poesias.*

*Acato o requerimento
e lhe dou deferimento
por seu aspecto legal.
Será um belo concurso
e vai ter muito discurso
na sua terra natal.*

*Os autores, na verdade,
revelam identidade
que cada história projeta.
Abdias pela raça.
E Amin por ter graça
de ser da mesma praça
onde nasceu o poeta.*

*O meu voto é favorável
a essa justa medida.
Que nosso plenário acate
essa homenagem ao vate
que vai servir de resgate
duma história e dum vida.*

Senador **RONALDO CUNHA LIMA**

Relator

Publicado no *Diário do Senado Federal*
em 28-11-97

Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

Promulga a Resolução no 1, de 1998-CN, que institui o Prêmio Cruz e Sousa.

RESOLUÇÃO

Nº 1, de 1998-CN

Institui o Prêmio Cruz e Sousa e dá outras providências.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º É instituído o Prêmio Cruz e Sousa destinado a agraciar autores de trabalhos alusivos à comemoração do centenário de morte do poeta brasileiro, a ser celebrado em março de 1998.

Art. 2º Para proceder à apreciação dos trabalhos concorrentes será constituído um Conselho a ser integrado por cinco membros do Congresso Nacional e por seu Presidente que, por sua vez, fará a indicação desses parlamentares, logo após a aprovação desta Resolução.

Parágrafo único. A prerrogativa da escolha do Presidente do Conselho caberá aos seus próprios membros, que o elegerão entre seus integrantes.

Art. 3º O teor do Prêmio Cruz e Sousa, bem como o formato, as regras e os critérios que presidirão à elaboração dos trabalhos concorrentes, serão sugeridos pelo Conselho à Mesa do Congresso Nacional e publicamente divulgados.

Art. 4º Os trabalhos concorrentes deverão ser encaminhados à Mesa do Congresso Nacional até o dia 19 de março de 1998, dia consagrado ao centenário de morte do escritor Cruz e Sousa.

Art. 5º O Prêmio será conferido em sessão do Congresso Nacional especialmente convocada para este fim, a se realizar até o mês de junho seguinte.

Art. 6º A Diretoria-Geral do Senado Federal oferecerá o apoio administrativo ao funcionamento do Conselho.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta do orçamento do Senado Federal.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de janeiro de 1998

Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**
Presidente do Senado Federal

Publicado no *Diário Oficial da União*
em 30.01.98

**Projeto de Lei do Senado nº
234, de 1997**

Inscreve os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Conjuração Baiana de 1798, no “Livro dos Heróis da Pátria”.

O CONGRESSO NACIONAL
decreta:

Art. 1º Em memória aos duzentos anos da Conjuração Baiana de 1798, serão inscritos no “Livro dos Heróis da Pátria”, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, os nomes de seus líderes: João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Conjuração Baiana, conhecida como revolta dos Alfaiates - ocorrida na Bahia, em 1798, e um dos mais importantes movimentos sociais de contestação do Brasil Colônia contra a Metrópole -, padece de um esquecimento que merece reparação.

A história oficial tem dedicado muito de seu tempo e empenho no sentido de esclarecer e difundir a relevância da Inconfidência Mineira, acontecida nove anos antes, em Minas Gerais, e perpetuada graças à justa magnitude que tem sido conferida à figura de seu líder máximo, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Há, no entanto, uma característica que precisa ser resgatada e que é fundamental para a compreensão, tanto daquele período, quanto do papel desempenhado pela Conjuração Baiana na história brasileira. Em Minas, o movimento revolucionário foi eminentemente político e conduzido por intelectuais, sacerdotes e abonados proprietários de terras. Na Bahia, ao contrário, a insurreição assumiu um caráter social e foi liderada por gente do povo, como alfaiates e soldados, todos mulatos e pobres, sem nenhuma personagem de destacada situação na escala social.

Contudo, tanto a Inconfidência Mineira quanto a Conjuração Baiana foram movimentos que contribuíram de modo definitivo para a liberdade do País, abrindo caminho para o grito da Independência e os primeiros passos da República.

Revolução articulada nas ruas entre escravos e libertos, soldados e artífices, operários e agricultores, o movimento baiano teve o objetivo de propiciar aos homens do povo acesso aos postos de trabalho que lhes eram negados por mero preconceito de cor. Em última instância, os revolucionários

baianos, todos mulatos e pardos, lutaram pela emancipação dos escravos, perseguindo o ideal de instalação de um governo competente que não fizesse distinção de raça entre os cidadãos.

Sentenciados com a pena de morte, os líderes João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres foram executados e tiveram seus corpos esquartejados. Como Tiradentes, foram marcados para o sacrifício, como forma de aplacar a fúria da Coroa portuguesa, e demonstraram a bravura dos mártires.

A intenção da presente iniciativa, portanto, reside, sobretudo, no resgate desses humildes heróis brasileiros, que, tanto quanto Tiradentes, simbolizam o espírito republicano. Mais que isso, materializam a luta contra o preconceito racial e o lançamento das bases de uma sociedade democrática. Uma das suas proclamações, divulgada em plena revolução, declarava: “Quer o povo que todos os membros militares de linha, milícia e ordenanças, homens brancos, pardos e pretos concorram para a liberdade popular.”

A inscrição dos líderes da Conjuração Baiana no “Livro dos Heróis da Pátria”, permanentemente depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, promove o justo resgate, para a cena brasileira, de um importante episódio da história nacional, no momento em que ele completa duzentos anos.

Nesse sentido, considerando sua oportunidade, esperamos a acolhida do presente Projeto de Lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1997.

Senador **ABDIAS NASCIMENTO**

Publicado no *Diário do Senado Federal*
em 24-10-97

Proposta de emenda à Constituição
nº 38, de 1997

*Altera os arts. 49, 129 e 176 e
acrescenta o art. 233 ao Capítulo
VIII do Título VIII da Constituição
Federal, para garantir às comunida-
des remanescentes dos quilombos os
direitos assegurados às populações
indígenas.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XVI do art. 49 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.49.....

XVI - autorizar, em terras indígenas ou ocupadas pelos remanescentes dos quilombos, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.”

Art. 2º O inciso V do art. 129 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129.

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas e das comunidades remanescentes dos quilombos.”

Art. 3º O § 1º do art. 176 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 176.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o ‘caput’ deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira, terras indígenas ou terras ocupadas pelas comunidades remanescentes dos quilombos.”

Art. 4º O Capítulo VIII do Título VIII da Constituição Federal passa a denominar-se “Dos Índios e Das Comunidades Remanescentes dos Quilombos”.

Art. 5º Adicione-se ao Capítulo VIII, Título VIII da Constituição Federal o art. 233, com a seguinte redação, renumerando-se os arts. subseqüentes:

“Art. 233. Aplicam-se às comunidades remanescentes dos quilombos que ocupam suas terras tradicionais as disposições constantes dos arts. 231 e 232.”

Art. 6º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, concedeu a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinou que o Estado emitisse os títulos respectivos.

Em obediência às determinações da Lei Maior, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) outorgou, em 1995, títulos de propriedade a três comunidades localizadas no Pará. Nesse mesmo Estado, estão em curso le-

Foto: Elisa Larkin Nascimento



Comunidade rural afro-brasileira em Alcântara-MA, 1980

Foto: Elisa Larkin Nascimento



Integrantes da comunidade rural afro-brasileira do vale do Jequitinhonha-MG fazem a tradicional dança do Catopé, 1984

vantamentos para a titulação de mais cinco áreas destinadas a herdeiros dos quilombos.

Em São Paulo e no Maranhão, realizam-se a identificação e o levantamento fundiário de comunidades remanescentes, com vistas à concessão de títulos de propriedade.

Além disso, organismos governamentais vêm desenvolvendo programas voltados para essas comunidades negras, com o fim de lhes garantir a exploração agrônômica do território, de forma compatível com a preservação de sua identidade cultural.

Entretanto, passados quase dez anos do ordenamento constitucional, pouco se fez para efetivar os direitos territoriais reconhecidos aos mais de 600 grupos remanescentes dos quilombos, existentes em dezessete estados brasileiros. Ademais, os inúmeros conflitos entre comunidades quilombolas e fazendeiros, grileiros, madeireiros e mineradoras retratam a dimensão dos riscos que ameaçam aquelas comunidades, os quais poderão impedir a consecução dos direitos outorgados pela Lei Magna.

Observe-se, a propósito, que às garantias constitucionais conferidas aos remanescentes dos quilombos não se seguiu, como no caso das populações indígenas, a declaração de nulidade dos atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de suas terras. Assim, o decurso do tempo, em razão do não cumprimento imediato da Carta Magna, é aliado daqueles que obstam a efetivação dos direitos assegurados aos quilombolas.

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem o objetivo de impedir que se concretizem os obstáculos apostos à efetivação das garantias constitucionais conferidas às comunidades remanescentes dos quilombos. Com essa finalidade, propomos estender às citadas comunidades os direitos concedidos aos índios, bem como assegurar-lhes as cautelas prescritas pela Lei Maior no tratamento das questões que envolvem as populações indígenas, com vistas à sua preservação física e cultural.

Estamos convencidos de que os membros das Casas que compõem o Congresso Nacional serão sensíveis à necessidade de garantir efetivamente os

direitos dos remanescentes da resistência heróica dos quilombos brasileiros.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1997.

Senador **ABDIAS NASCIMENTO** (1º signatário) (PDT-RJ) - Emília Fernandes - Joel de Hollanda - Waldeck Ornelas - Romero Jucá - João França - João Ro-

cha - Esperidião Amin - Roberto Requião - Benedita da Silva - Gerson Camata - Nabor Júnior - Eduardo Suplicy - Júnia Marise - Roberto Freire - Antonio Carlos Valadares - Sebastião Rocha - Jonas Pinheiro - Ademir Andrade - Eptácio Cafeteira - Pedro Simon - José Alves - Ramez Tebet - Osmar Dias - Elcio Alvarez - Frenclino Pereira - Levy Dias - Lauro Campos - José Eduardo Dutra.

Publicado no *Diário do Senado Federal*
em 25-10-97

Pronunciamentos

Discurso proferido no Senado Federal em 16 de outubro de 1997

*A importância para o País da
criação da Frente Negra Brasileira,
na década de 30.*

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Sob a proteção de Olorum, inicio
este pronunciamento.

Um dos períodos mais conturbados e mais ricos de nossa História contemporânea, a década de 1930 foi um período marcante e decisivo na formação deste País, tal como hoje o conhecemos. Foi quando a intensa agitação política iniciada na década precedente ganhou as ruas, expressando-se concretamente nas Revoluções de 30 e de 32, na chamada Intentona Comunista de 35, no

putsch integralista de 38 e no Estado Novo, que, instituído um ano antes, se transformaria num dos mais longos períodos ditatoriais de nossa vida como República. Todos esses fatos são ensinados em nossas escolas e fazem parte do acervo cultural de qualquer brasileiro que tenha tido acesso, pelo menos, à escola secundária. Mas o que me traz a esta tribuna, embora de grande importância na história política e, sobretudo, na história das idéias neste País, é um evento de idêntica magnitude, mas praticamente desconhecido, mesmo daqueles de nós que tiveram o virtual privilégio de frequentar a universidade. Estou me referindo à Frente Negra Brasileira, a única organização de massas jamais criada pelos afro-brasileiros, que conseguiu agregar dezenas de milhares de descendentes de africanos em torno dos ideais de justiça e igualdade.

Fundada em 16 de setembro de 1931 por um grupo de militantes liderados por Arlindo Veiga dos Santos, Gervásio de Moraes, Isaltino dos Santos e Roque Antônio dos Santos, a Frente Negra Brasileira reflete as intenções reivindicatórias de um grupo que até então vivera totalmente à margem da sociedade e que agora percebia a necessidade de arregimentar a sua massa para obter maior eficiência na efetivação dessas reivindicações. Para isso concorreu, ao lado das transformações sociais que então se processavam, a não-concretização das esperanças que os negros depositavam na Revolução de 30. Além disso, como aponta o eminente sociólogo Roger Bastide, um dos maiores estudiosos das

relações raciais no Brasil, as condições de vida dos afro-brasileiros, pouco satisfatórias até então, agravaram-se ainda mais com a crise de 29, que fez grassar o desemprego entre mulheres e homens negros - ou “de cor”, como então se preferia dizer. Ao deixar sem ocupação elementos capazes de estabelecer o contato entre “elite” e massas, os quais encontravam terreno favorável para a ação num meio descontente com o desemprego, esse fato criou condições favoráveis à emergência de um movimento reivindicatório de caráter e feição inovadores no quadro do chamado “protesto negro” no Brasil.

Na verdade, a Frente Negra não nasceu num vácuo político-social, tampouco foi fruto de geração espontânea. Muito pelo contrário, constituiu a culminação de uma série de organizações que, desde o início do século, buscavam congregar os descendentes de africanos, sobretudo em São Paulo. Eram clubes, associações e órgãos de imprensa que, se de início apresentavam um caráter cultural-beneficente, logo evoluíram para a “arregimentação da raça”. Essa tendência pode ser constatada na ação de periódicos como o *Palmares* ou o *Clarim da Alvorada*, bem como na tentativa de se organizar um Congresso da Mocidade Negra, ainda nos anos 20. Tanto nesse período como no desenvolvimento da Frente Negra, teve papel decisivo a liderança de José Correia Leite, encabeçando iniciativas que visavam libertar os afro-brasileiros de uma herança incômoda e aniquiladora, que, poucas décadas passadas desde a Abolição, dificultava

tava e impedia - como até hoje dificulta e impede - sua incorporação ao regime de trabalho livre e ao sistema de classes sociais. Tratava-se de substituir esse legado nocivo por novos valores sociais, consistentes com a nova configuração da vida social urbana.

Segundo seus estatutos, a Frente Negra Brasileira era uma “união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude de sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira”. Dentre seus objetivos estatutários, destacam-se a “elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física”, bem como a “assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra”. Para tanto, “como força política organizada”, a Frente Negra Brasileira “pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira (...)”, utilizando-se de “todos os meios legais de organização necessários à consecução de seus fins”.

Não é difícil imaginar o impacto que a fundação da Frente causou na São Paulo do início da década dos 30, pouco mais de 40 anos depois de extinta a escravidão no Brasil. O poder político estava então dividido entre as famílias tradicionais, herdeiras dos “bandeirantes” e de outros exploradores secularmente estabelecidos, e os imigrantes recentes, alguns deles portadores de idéias socialistas ou anarquistas - o que não os impedia de excluir de suas organizações os descendentes de africanos. Dada a sua composição, naturalmente não

se mostrava sensível às reivindicações da Frente, atacadas com o tradicional chavão do “racismo às avessas”, puído clichê até hoje utilizado para imobilizar os afro-brasileiros que ousam denunciar as injustiças de que são vítimas. Mas a mensagem da Frente Negra, que pretendia “congregar, educar e orientar” os negros, sobretudo paulistas, e “completar o 13 de Maio”, obteve uma imensa repercussão em seu público-alvo. Pois tocava num dos pontos mais sensíveis da personalidade dos africanos em qualquer parte da Diáspora: a necessidade de auto-afirmação diante de sociedades que, mesmo quando majoritariamente não-européias, não apenas aprenderam a desprezar o negro, mas inculcaram no próprio negro os sentimentos de inferioridade e de autodesprezo.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pela Frente Negra, e diversos os equívocos que cometeu. Aos olhos de um militante atual, iluminado por décadas de evolução do pensamento e da prática da luta racial, a ênfase que os fretenegrinos colocavam em aspectos de natureza moral, por exemplo, pode parecer não apenas retrógrada ou reacionária, mas uma capitulação diante dos valores ocidentais, procurando criar um “novo negro” que fosse o reflexo invertido da imagem que dele faziam os brancos. Ao mesmo tempo, o namoro de alguns dirigentes da Frente com o ideário patrianovista e/ou integralista - “pecado” compartilhado com alguns de nossos mais importantes intelectuais daquele tempo, muitos deles posteriormente convertidos para o campo “progressista” - reflete, mais do que tudo, as perplexidades de uma época em que grande parte das massas via

no autoritarismo a solução mais prática e imediata para os problemas que nos afligiam.

Em 1936, a Frente Negra Brasileira foi transformada em partido político. Acabaria fechada, cerca de um ano depois, e juntamente com os demais partidos, pelo golpe do Estado Novo. Mas não passara em branco. Suas idéias e práticas, em conjunto com as de muitas outras organizações, como o Clube Negro de Cultura Social ou o Centro Cívico Palmares, ajudaram a forjar um novo tipo de afro-brasileiro, menos acomodado diante das manifestações racistas e mais competitivo no mercado de trabalho. As intervenções da Frente Negra na cobrança de salários de associados injustamente demitidos do serviço ou na correção de locatários que se recusavam a receber inquilinos negros ou que os despediam abruptamente, bem como em outras preocupações dos afro-descendentes no cotidiano, criou o sentimento de que “os negros já tinham quem os protegesse” - o que redundou no extraordinário crescimento numérico do seu quadro de associados. “Se o fluxo daqueles movimentos continuasse com o mesmo ímpeto”, diz Roger Bastide, referindo-se ao impacto que sobre eles teve o golpe de 37, “ali estavam os germes para o rápido desenvolvimento de um sistema de solidariedade com base na cor.”

O espírito da Frente Negra e das demais organizações dos anos 30 estaria presente na criação do Teatro Experimental do Negro, que fundei no Rio de Janeiro, em meados da década seguinte.

Agora incorporando novos aspectos, dentre eles a afirmação de uma identidade afro-brasileira, alicerçada em nossas matrizes africanas, numa visão que passava a perceber o racismo, não como questão “dos negros”, mas como questão nacional. A partir da década dos 70, ventos mais favoráveis vão possibilitar a emergência de novas organizações, beneficiadas pela experiência da luta negra na África e na América do Norte. O resgate histórico do turbulento período de existência da Frente mostra, contudo, que o Movimento Negro brasileiro tem fortes raízes em nosso próprio solo, não constituindo, como pretendem alguns, mero reflexo da luta desenvolvida em outros países, em especial nos Estados Unidos. A incorporação e adaptação de temas e táticas utilizados alhures significa apenas que estamos alertas e informados, dispostos a usar de todos os meios necessários para libertar e promover nossa comunidade. Assim, a experiência da Frente Negra, da qual tive a oportunidade de participar e que agora relembro neste plenário, foi a melhor expressão dos anseios de uma população excluída, destituída de oportunidades, sem possibilidades de construir seu próprio destino, impedida que estava pelas mãos férreas do racismo, ainda hoje o mais terrível algoz dos afro-brasileiros. Que o exemplo da Frente, assim como o do Teatro Experimental do Negro, possa servir de lição e referência a todos os negros interessados em alterar a situação de subalternidade que nos tem sido imposta nesta sociedade.

Axé!

**Discurso proferido no Senado
Federal em 17 de outubro de 1997**

*Homenagem pelo transcurso dos 80
anos de Deoscóredes Maximiliano
dos Santos, Mestre Didi, a maior
figura viva da tradição religiosa
afro-brasileira.*

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,
Sob a proteção de Olorum, inicio
este pronunciamento.

Se a cultura africana é a principal matriz da cultura brasileira, a religião constitui o ponto focal de onde essa cultura se irradiou. Pois é na prática religiosa que se encontram os elementos constitutivos da visão de mundo e da cosmogonia africanas, onde se expressam com maior profundidade e clareza os traços fundamentais que caracterizam a maneira africana de ser e estar no mundo. Não foi à toa que os europeus, ao invadirem e ocuparem o Continente Africano, buscaram sempre destruir ou, pelo menos, neutralizar as manifestações religiosas, que percebiam claramente como o principal esteio ideológico a sustentar a identidade individual e de grupo sem a qual os africanos seriam presa fá-

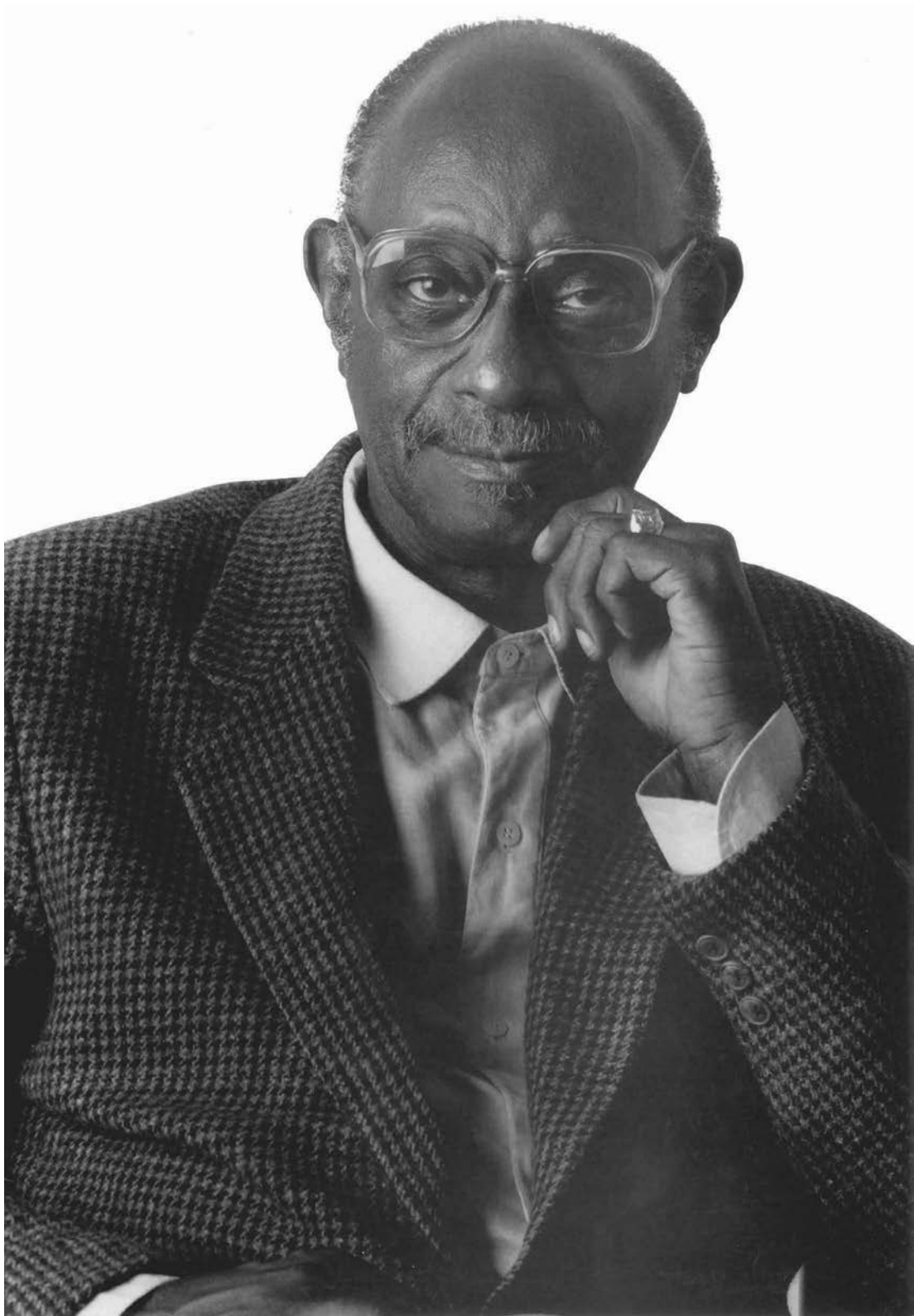
cil da exploração e da inferiorização humana promovidas pelos “colonizadores”.

Transplantadas para as Américas com o tráfico de africanos escravizados, as religiões africanas aqui desenvolveram, como forma de sobrevivência, a estratégia do disfarce e do silêncio. Nesse contexto, a oralidade impôs-se como necessidade, não apenas do ponto de vista de sua dinâmica interna, mas também, e principalmente, de seu posicionamento de defesa diante da cultura branca dominante. Daí o primado da tradição que, num sistema de comunicação oral, constitui o veículo de conservação e transmissão do saber, através do tempo e do espaço, entre as gerações.

É, assim, com enorme respeito e admiração que subo hoje a esta tribuna para prestar minha homenagem à maior figura viva da tradição religiosa afro-brasileira, que encarna em si mesma toda a força, poder e mistério de um sistema de crenças que persistiu a séculos de massacre físico e psicológico. Refiro-me a Deoscóredes Maximiliano dos Santos, Mestre Didi, o Assogbá do Axé Opô Afonjá, uma das mais importantes comunidades religioso-culturais afro-brasileiras. Nascido em Salvador, Bahia, em 1917, filho da respeitada sacerdotisa Mãe Senhora, Mestre Didi é descendente de uma antiga linhagem de sacerdotes dos cultos de origem ketu-nagô. Tendo alcançado ainda a convivência com africanos na ilha de Itaparica, foi iniciado aos oito anos de idade no culto dos ancestrais - o culto dos eguns -, tendo recebido o título de Korikouê Olkukotun, e aos 15 no cul-

to dos orixás. Ainda adolescente, foi investido com vários títulos e funções na complexa hierarquia das duas comunidades religiosas, afirmando-se como líder natural da tradição afro-brasileira. Em 1936, pelas mãos da ialorixá Obabiyi - Eugênia Ana dos Santos, a famosa Mãe Aninha -, é confirmado Assogbá, supremo sacerdote do culto de Obaluaiê, no Axé Opô Afonjá, uma das comunidades mais ortodoxas e fiéis aos ensinamentos e tradições transmitidos pelos seus fundadores africanos. Membro mais velho da linhagem dos Axipá no Brasil, em 1968 foi ordenado Balé-Xangô, numa histórica cerimônia realizada na cidade de Oyo, Nigéria, de onde o culto, assim como seus próprios antepassados, foram trazidos para a Bahia quase dois séculos atrás.

Em 1946, Mestre Didi publica, pela Editora e Livraria Moderna, seu primeiro livro, *Iorubá tal qual se fala*, um dicionário e vocabulário iorubá-português, no qual chama a atenção para a existência e persistência da utilização de uma língua africana como meio de identificação e comunicação de grupos afro-brasileiros concentrados nos templos, ou *terreiros*, do candomblé. É o início de uma vasta obra, incluindo livros e ensaios, sobre a cultura oral afro-brasileira. Uma obra que inclui: *Axé Opô Afonjá*, com prefácio de Pierre Verger e notas de Roger Bastide, editado no Rio de Janeiro em 1962 pelo Instituto de Estudos Afro-Asiáticos; *Contos de nagô* (1963), com ilustrações de Carybé, pela GRD do Rio de Janeiro; *West African rituals and sacred art in Brazil*, em co-autoria com



Deoscóredes Maximiliano dos Santos, o Mestre Didi

sua esposa, a antropóloga Juana Elbein dos Santos, editado em 1967 pelo Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Ibadan, Nigéria; *Um negro baiano em Ketu*, edição do jornal *A Tarde*, Salvador, 1968; *Ancestor worship in Bahia: the Egun cult*, editado pelo *Journal des Americanistes*, no 48^o. Encontro das Sociétés des Americanistes, Paris, 1969; *Eshu Bara Laroyê: a comparative study*, pelo Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Ibadan (1971); “Eshu Bara: principle of individual life in the Nago system”, mais uma vez em colaboração com Juana Elbein dos Santos, publicado em 1973 na coletânea *La notion de personne en Afrique noire*, edição do Centre National de Recherche Scientifique, de Paris; “Religião e cultura negra na América Latina”, em co-autoria com Juana Elbein dos Santos, publicado pela Unesco, em 1977, em co-edição com a Siglo XXI, na coletânea *África na América Latina; Contos de Mestre Didi*, editado pela Codecri, do Rio de Janeiro, 1981; *Por que Oxalá usa ekodidé*, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 1982; “The Nago culture in Brazil: memory and continuity”, na coletânea *African studies*, edição da Unesco, Paris, 1985; *Xangô, el guerrero conquistador y otros cuentos de Bahia*, Buenos Aires, SD, 1987; no mesmo ano, *Contes noirs de Bahia (Brésil)*, Paris, Editions Khartala; *Mito da criação do mundo*, com litogravuras de Adão Pinheiro, Editora Massangana, Recife, 1988; *História de um terreiro nagô*, pela Max Limonad, São Paulo, 1989.

Fiz questão de citar individualmente cada um dos componentes dessa lista exaustiva apenas para ressaltar o fato de um autor brasileiro, com uma vasta obra publicada em vários países de diferentes continentes e em diversos idiomas, ser virtualmente desconhecido em sua própria terra. Talvez por não ser um branco falando *sobre* o negro, mas sim um autêntico produtor da cultura afro-brasileira dotado de suficiente capacidade e ousadia para exprimir com a própria voz a visão e os anseios de sua comunidade.

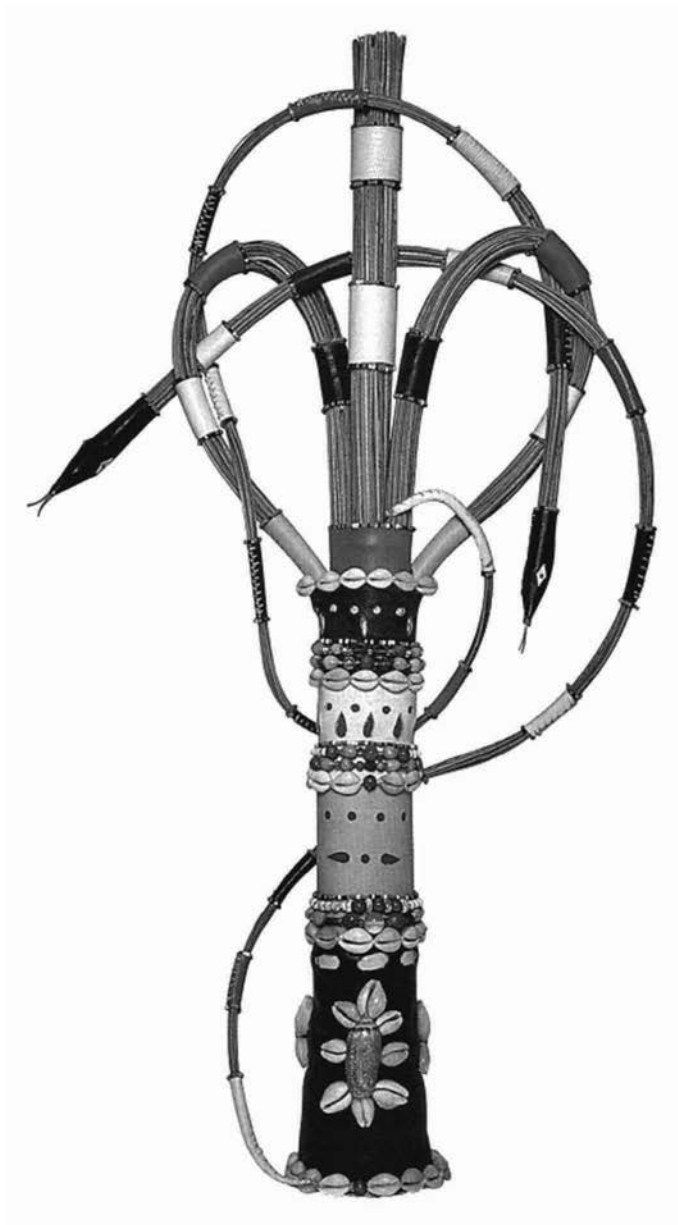
De par com seus deveres religiosos e sua obra literária, Mestre Didi elaborou e desenvolveu também, desde a sua adolescência, um importante trabalho na área das artes plásticas - particularmente depois de ter sido eleito chefe do culto de Obaluaiê e como tal estar incumbido da função e responsabilidade do manejo dos materiais sagrados e de zelar pela tradicional execução de emblemas e paramentos rituais. Em 1964, realizou em Salvador sua primeira exposição individual, início de uma carreira que o consagraria como o artista mais expressivo e autêntico da tradição africano-brasileira. Estados Unidos, Argentina, França, Inglaterra, Nigéria, Gana - esses são alguns dos países em que ele expôs, em mostras individuais e coletivas, suas belas e elegantes esculturas, elaboradas com materiais como couro, búzios, contas, sementes e nervura de palmeira. Nelas se fazem presentes os elementos plásticos dos modelos tradicionais em novas concepções, esculturas-objetos diretamente inspiradas no significado dos símbolos em suas relações míticas, tes-

temunhando explorações estéticas profundamente ligadas, do ponto de vista formal e conceitual, à cultura de que se originam. Como explica o pesquisador Marco Aurélio Luz, “o valor máximo da arte escultórica de Mestre Didi está em conseguir estabelecer um padrão estético original que harmoniza a passagem do espaço no contexto das recriações profanas, mantendo a complexidade simbólica e a profundidade das elaborações sagradas”. Tudo isso valeu a Mestre Didi uma profusão de prêmios e menções elogiosas, inscrevendo o seu nome na reduzida galeria dos artistas plásticos brasileiros, de qualquer origem, considerados dignos de tal reconhecimento. Uma vez mais, porém, isso não lhe trouxe a merecida fama fora dos círculos especializados.

Mas as notáveis contribuições de Mestre Didi não se esgotam no terreno religioso e artístico. Desde 1967, a serviço da Unesco, tem realizado, especialmente na Nigéria e no Benim, importantes pesquisas a respeito de pontos especiais de origem dos afro-brasileiros de ascendência nagô. Ao mesmo tempo, suas preocupações com o destino da cultura e do povo de origem africana no Brasil o levam a atuar em organizações identificadas com esses mesmos propósitos. É o caso da Secneb - Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, de Salvador, na qual foi escolhido, em 1974, conselheiro e coordenador de Assuntos Comunitários. Na mesma linha, cabe destacar o notável trabalho educativo realizado pela Secneb, em conjunto com o

Axé Opô Afonjá, que funcionou por quase dez anos: a Minicomunidade Obá-Biyi - uma escola que incorporou ao seu currículo, bem como à sua prática pedagógica como um todo, os elementos fundamentais da tradição africana no Brasil. Embora interrompida em função dos eternos problemas de recursos financeiros que infelizmente costumam acompanhar iniciativas dessa natureza, a Minicomunidade constitui um marco revolucionário na história da pedagogia no Brasil, tanto pela orientação pedagógica, que contemplava os elementos fundamentais da tradição nagô, quanto pela metodologia, caracterizada pelo respeito à alteridade, ou à diferença, fundamental num contexto de multiracialidade e pluriculturalismo. Ainda assim, e embora os alunos que por ela passaram apresentassem melhor aproveitamento dos conteúdos curriculares e sensível redução na evasão escolar, burocratas do Ministério da Educação resolveram cortar as verbas que a mantinham, sob a alegação de que se tratava de uma experiência “de cunho religioso”. Com os novos ventos que sopram de Brasília, onde temos pela primeira vez um presidente da República aparentemente preocupado em encaminhar soluções para a questão racial neste País, esperamos que esse importante projeto possa ser retomado.

Certa ocasião, no apartamento do casal Zora e Antônio Olinto, fiquei conhecendo Mãe Senhora, a respeitada sacerdotisa do Axé Opô Afonjá, da Bahia. Sentada numa poltrona imponente como um trono, Mãe Senhora indicou-me um



Escultura do Mestre Didi *Sasara Ibiri Ati Ejo Meji*. Nervura de palmeira, couro, búzios. Altura: 70 cm

assento próximo a ela. Colocou suas mãos sobre minha cabeça e respondeu a minha indagação: “Sim, você tem compromisso com os orixá; mas sua tarefa não é dentro do terreiro. Sua missão é trabalhar pelos santos lá fora.” Conhecer Mãe Senhora significou um reforço da velha amizade que me ligava a seu filho Deoscóredes Maximiliano dos Santos, ou Mestre Didi. Com Mestre Didi, tive o prazer de compartilhar uma experiência inesquecível, embora as palavras de Mãe Senhora me tivessem desestimulado de um aprofundamento maior nos ensinamentos e nos mistérios do candomblé.

Corria o ano de 1969 e eu, recém-chegado aos Estados Unidos, vivia o período inicial de um exílio que deveria prolongar-se por mais de uma década. Em Nova York eu havia retomado uma breve experiência, iniciada no Rio de Janeiro, pintando alguns quadros com motivos afro-brasileiros. Certo dia recebi na casa em que estava hospedado a visita do Mestre Didi e de sua esposa Juanita. Mostrei a eles minhas tentativas pictóricas. Numa determinada tela, onde se viam Xangô e suas três esposas, numa delas, na imagem de Oxum, Didi se deteve, apontando-a para Juanita. Trocaram um olhar significativo, e eu os interpelei. Queria saber se, na minha superficial formação religiosa, havia cometido alguma barbaridade sacrílega. Porém ambos acalmaram minha ansiedade, indagando como e por que eu havia colocado, no olho de Oxum, um símbolo de Ifá, o orixá que vê o passado e o futuro,

e conhece o destino dos seres humanos. Respondi-lhes que apenas havia expressado um impulso artístico, sem nenhuma outra intenção. Eles então me ensinaram que Oxum era o único orixá a quem Ifá havia concedido o poder de, igual a ele, ver e conhecer a sorte dos homens e das mulheres. Mas a mim Oxum estava concedendo a graça de conhecer todas as dimensões dos seus poderes, por meio dos seus símbolos e emblemas rituais.

Assim, inspirado por esse encontro com Didi, tratei de ampliar aquele momento tão significativo da espiritualidade afro-brasileira em plena Nova York. Contatei um babalorixá norte-americano formado nos templos *ñañigos* de Cuba - o sacerdote Osejema, que atualmente dirige uma comunidade-templo na Carolina do Sul. Osejema preparou uma recepção à altura do Alapini afro-brasileiro. Localizado no Harlem, o templo de Osejema anoiteceu iluminado, florido, com o corpo sacerdotal vestindo seus paramentos solenes. Os tambores soaram, enchendo a noite de ritmos quentes. E Didi foi recebido solenemente como um verdadeiro príncipe-sacerdote de sua raça. E ambos, Osejema e Didi, naquele encontro, mais uma vez testemunharam a importância das religiões africanas como instrumentos de coesão e fortalecimento da cultura de um povo separado e dividido pela violência do colonialismo escravista.

Entretanto as peripécias do exílio me levaram a um périplo de um ano na Nigéria, Universidade de Ifé, na qualidade de professor-visitante. Entre os cole-

gas havia um babalaô, quero dizer, um sacerdote de Ifá, a quem solicitei que lesse para mim o opelê desse orixá. Foi uma cerimônia longa, demorada, ele falando iorubá, um intérprete traduzindo do iorubá ao inglês e minha esposa, Elisa Larkin do Nascimento, traduzindo o acentuado inglês nigeriano ao português. Em resumo, Ifá me dizia que quem me havia escolhido para filho não fora Xangô, conforme suposição de outros pais-de-santo que desconheciam a difícil iniciação no universo de Ifá. Este me afirmara que eu era um filho de Oxum. Aí então compreendi as palavras de Mãe Senhora e a razão daquela pintura que provocara o comentário de Mestre Didi.

Para ultrapassar as abstrações manipuladas pela produção mistificada da consciência, o negro é obrigado não apenas a se inserir corretamente no sistema social de classes, forçando a sociedade dominante a lhe abrir espaços como indivíduo e como coletividade. Deve também assumir seus outros aspectos reprimidos, em especial os que se relacionam à rica

tradição cultural afro-brasileira, onde se encontram os elementos que lhe fornecem uma sólida identidade histórica. Desse ponto de vista, Mestre Didi constitui referência e referencial obrigatórios, exemplo e paradigma da humanidade afro-brasileira em sua luta secular pela afirmação de sua dignidade.

Assim, os 80 anos de Mestre Didi, que agora se completam, são motivo de comemoração e regozijo numa comunidade cujas tradições se fincam profundamente no respeito e reverência aos mais velhos como sustentáculos e transmissores da cultura. Para marcar a data, a Editora Pallas, do Rio de Janeiro, acaba de republicar *Por que Oxalá usa ekodidé*, em edição fac-símile da primeira edição, de 1966, com ilustrações de Lenio Braga. É nesse espírito que eu conclamo a todos a se juntar a mim na emocionada saudação que faço a esse baluarte da cultura afro-brasileira:

Axé, Mestre Didi!

Foto: Filipe (Jean Lucas)



Da esquerda para a direita: Elisa Larkin Nascimento, Mestre Didi, senador Abdias Nascimento e Juana Elbein dos Santos. Lançamento do livro *Por que Oxalá usa ekodidê*. Paço Imperial, Rio de Janeiro, setembro de 1997

Discurso proferido no Senado Federal em 4 de setembro de 1997.

Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-97.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Encerra-se hoje no Rio de Janeiro um encontro, iniciado no último dia 2 de setembro, de singular importância no contexto da luta internacional contra o racismo e a discriminação racial. Pela primeira vez na História, intelectuais, políticos, empresários e militantes do Brasil, Estados Unidos e África do Sul reúnem-se para intercambiar experiências na busca de soluções para um problema que, embora apresente uma face diferente em cada um desses países, conduz em todos eles a um mesmo resultado: a exclusão de um ou mais grupos humanos em benefício de uma minoria. Organizado pela Southern Education Foundation, da cidade norte-americana de Atlanta, sob a responsabilidade da incansável e competente Dra. Lynn Walker-Huntley, emérita advogada dos direitos humanos, a Inicia-

tiva Relações Humanas Comparadas - Superando o Racismo/Consulta ao Brasil, África do Sul e Estados Unidos é sem dúvida a marca de um novo tempo. Um tempo em que os espíritos começam a se despir dos preconceitos para reconhecer e enfrentar de peito aberto as mazelas da sociedade, única forma de um dia superá-las.

Por tudo isso solicito seja integralmente transcrito, para que conste dos Anais do Senado, o discurso que pronunciei na pré-abertura desse conclave, como contribuição ao início de uma nova e promissora etapa na luta secular dos africanos e seus descendentes em prol da justiça e da igualdade. É o seguinte o teor do discurso:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ABDIAS NASCIMENTO EM SEU DISCURSO:

Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-97*

Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento

A missão deste modesto ensaio é a de transmitir uma reflexão pessoal do autor Abdias do Nascimento sobre a história do Movimento Negro no Brasil, narrando o renascimento e crescimento de-

pois da dissolução da Frente Negra Brasileira, desde o Teatro Experimental do Negro até o atual mandato no Senado Federal, avaliando, na qualidade de protagonista e participante desses tempos e dessa luta, os seus avanços e recuos.

Tarefa nada fácil. O tema é amplo o suficiente para se dedicarem a ele alguns volumes. Entretanto, julgamos oportuno oferecer uma visão dessa trajetória, embora de forma declaradamente fragmentada e parcial — a única forma possível neste pequeno texto —, pois o registro histórico do Movimento Negro no Brasil continua muito precário, ensejando aos jovens militantes, à sociedade e aos estudiosos em geral um conhecimento limitadíssimo dos fatos.

A precariedade do registro decorre da própria trajetória de uma comunidade destituída de poder econômico e político, e de um movimento composto de entidades quase sempre sujeitas à instabilidade e à falta de recursos, infraestrutura, espaço físico, e apoio de outros setores da sociedade civil. Graças a essa precariedade, prevalece ainda a afirmação de que a comunidade afro-brasileira tem pouca tradição de luta, partindo não apenas dos porta-vozes da desmoralizada teoria de democracia racial como também, de outra forma, de setores do Movimento Negro convencidos de que a militância afro-brasileira deste século

* Contribuição à Iniciativa Relações Humanas Comparadas, Superando o Racismo/ Consulta ao Brasil, África do Sul e Estados Unidos, Southern Education Foundation, Seminário realizada no Rio de Janeiro, 2-4 de setembro de 1997. Embora tenhamos elaborado o texto em co-autoria, narramos na primeira pessoa os episódios contados por Abdias Nascimento, pois, de acordo com os termos definidos pela organização da Iniciativa, é o seu depoimento pessoal que caracteriza o objetivo deste ensaio.

começou a partir dos anos setenta. O anseio da maior parte da comunidade negra em reconstruir o seu passado coletivo para melhor erguer o seu presente e o seu futuro, bem como o interesse nacional e internacional em conhecer esse passado, é o que nos move a oferecer este pequeno esboço.

Imprensa negra, Frente Negra Brasileira, Congresso Afro-Campineiro

Iniciar este texto com o Teatro Experimental do Negro seria inadmissível, pois só podemos entender o TEN como herdeiro e continuação de uma luta já em movimento desde os primórdios da constituição do Brasil. Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta antiescravista e anti-racista. Fundada na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata, bem como na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luís Gama, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século sobretudo na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas¹.

Antes da década dos vinte, já surgia uma imprensa negra que continuou bastante ativa, especialmente em São Paulo, com jornais como *O Menelike*, *O*

Kosmos, *A Liberdade*, *Auriverde*, e *O Patrocínio*. Em 1920, nascia *O Getulino*, fundado por Lino Guedes para tratar de assuntos de interesse da comunidade afro-campineira. *O Clarim d'Alvorada*, fundado por José Correia Leite e Jayme de Aguiar em 1924, já anunciava o grito de protesto que se cristalizaria em 1931 com a fundação da Frente Negra Brasileira. A Frente, um movimento de massas, protestava contra a discriminação racial que alijava o negro da economia industrializada, espalhando-se para vários cantos do território nacional. A segregação nos cinemas, teatros, barbearias, hotéis, restaurantes, enfim, em todo o elenco de espaços brasileiros em que o negro não entrava, constituía o alvo prioritário da Frente, maior expressão da consciência política afro-brasileira da época.

Minha participação na Frente Negra limitava-se pela minha condição de militar. Combatia a discriminação em todas as oportunidades, fui várias vezes preso e, finalmente, expulso do Exército. A repressão à luta anti-racista era brutal.

A Frente Negra Brasileira continuou sua atuação até 1937, quando a ditadura do Estado Novo pôs na ilegalidade toda atividade política. Mas o fechamento da Frente Negra não significou a paralisação do protesto afro-brasileiro. Um ano depois, o chefe da polícia

¹ Larkin Nascimento (1981), Nascimento (1980), Moura (1972), Freitas (1982), Pinaud et al. (1987), Lima (1981). Ver também o livro *E disse o velho militante*, depoimento de José Correia Leite ao escritor afro-brasileiro Cuti (1992).

Paulista proibiu a antiga tradição do footing na Rua Direita, no centro de São Paulo, onde aos domingos os afro-brasileiros passeavam pelas calçadas e ruas adjacentes. Negociantes brancos, donos das lojas dessa importante artéria comercial, reclamaram contra aquela “negrada” que ocultava as vitrines, e o delegado Alfredo Issa baixou portaria banindo esse entretenimento semanal dos negros. Em comissão fomos à capital do país, o Rio de Janeiro, levar o nosso protesto: Fernando Goes, o poeta Rossini Camargo Guarnieri, o empresário Galdino e eu. Houve pouca repercussão, pois vigorava rígida censura à imprensa. A única denúncia que furou a censura foi a de Osório Borba, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro.

Protestando contra o Estado Novo, fui condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional no Rio de Janeiro e, ao sair da prisão, em abril de 1938, fui com Geraldo Campos de Oliveira, companheiro de cárcere, ajudar a organizar o Congresso Afro-Campineiro, com Aguinaldo de Oliveira Camargo, Agur Sampaio, o tipógrafo Jerônimo e José Alberto Ferreira, entre outros. Esse Congresso, realizado com a colaboração das normalistas do Professor Nelson Omegna, no Instituto de Ciências e Letras de Campinas, teve o propósito de combater o ostensivo racismo e separatismo tradicionais dessa cidade, assim como avaliar a situação global do negro no país. Durante uma semana, discutiram-se as condições de vida do negro brasileiro sob vários aspectos: econômico, social, político, cultural. Em determinada ses-

são, os promotores fizeram o juramento de voltar à África, a fim de ajudar a luta de libertação do Continente Negro, nossa terra ancestral.

No Rio de Janeiro, nessa época, havia o Movimento Brasileiro contra o Preconceito Racial e, em Santos, a Associação dos Brasileiros de Cor; eu nível nacional, existia a União Nacional dos Homens de Cor. O historiador negro norte-americano E. Franklin Frazier publicou em 1942 uma mensagem desse último grupo aos colegas dos Estados Unidos, clamando por “uma comunidade cultural mais íntima com nossos irmãos norte-americanos” e fazendo uma denúncia comovente do abandono em que se encontrava o negro brasileiro (*Phylon* III 1942:284-6, *apud*. Degler, 1971:180-181). Em 1941, fundou-se a Associação José do Patrocínio, que constituiu a base da organização do pequeno Movimento Afro-Brasileiro de Educação e Cultura (MABEC) e atuou até o fim da década dos cinquenta. Essas atividades eram complementadas pelas tradicionais irmandades religiosas, comunidades terreiros e associações recreativas que reuniam os afro-brasileiros.

A Frente Negra Brasileira incorporava, sem dúvida, a maior expressão da consciência política afro-brasileira da época. Reagindo contra o mais evidente aspecto do racismo, aquela consciência era de caráter integracionista: procurava para o negro um lugar na sociedade “brasileira”, sem questionar os parâmetros euro-ocidentais dessa sociedade nem reclamar uma específica identidade cultural, social ou étnica.

Teatro Experimental do Negro

Naquela época, a discriminação racial reinava absoluta, e no teatro brasileiro o negro não entrava nem para assistir a um espetáculo, muito menos para atuar no palco. Entrava o negro no teatro, já vazio, para limpar a sujeira deixada pelo elenco e pela platéia exclusivamente brancos. O Teatro Experimental do Negro (TEN) nasceu para contestar essa discriminação, formar atores e dramaturgos afro-brasileiros e resgatar uma tradição cultural cujo valor foi sempre negado ou relegado ao ridículo pelos nossos padrões culturais: a herança africana na sua expressão brasileira.

Assim, o TEN continuava a tradição de protesto e organização político-social, mas integrava a essa dimensão a reivindicação da diferença: o negro não procurava apenas integrar-se à sociedade “branca” dominante, assumindo como sua aquela bagagem cultural européia que se impunha como “universal”. Ao contrário, o TEN reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Assumia e trabalhava a sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade. Essa nova dimensão da luta expressava-se, na época, no lema da “negritude”. Tratava-se não apenas de uma referência ao movimento poético dos africanos de língua francesa, mas também de toda uma identificação com a origem africana no contexto brasileiro.

Uma vez (1968:37,51) expliquei essa dupla dimensão do TEN, cultural e política, da seguinte forma:

Fundando o Teatro Experimental do Negro em 1944, pretendi organizar um tipo de ação que a um tempo tivesse significação cultural, valor artístico e função social. (...) De início, havia a necessidade do resgate da cultura negra e seus valores, violentados, negados, oprimidos e desfigurados. (...) o negro não deseja a ajuda isolada e paternalista, como um favor especial. Ele deseja e reclama um *status* elevado na sociedade, na forma de oportunidade *coletiva*, para todos, a um povo com irrevogáveis direitos históricos. (...) a abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, política, cultural, social, para o negro, *respeitando-se sua origem africana*.

Essa visão implicava um trabalho gigantesco. Onde começar?

Partimos do marco zero: organizamos cursos de alfabetização onde operários, empregadas domésticas, habitantes de favelas sem profissão definida, pequenos funcionários públicos, etc., se reuniam à noite, depois do trabalho diário, para aprender a ler e escrever. Usando o palco como tática desse processo de educação da gente de cor (...) sob a orientação eficiente do professor Ironides Rodrigues, (...) ao mesmo tempo o TEN alfabetizava seus primeiros elementos e lhes oferecia uma nova atitude, um critério próprio

que lhes habilitavam também a ver, a descobrir o espaço que ocupavam, dentro do grupo afro-brasileiro, no contexto nacional. (Nascimento, 1978: 257).

A idéia do Teatro Experimental do Negro nascia de toda uma experiência de luta contra a discriminação racial, vivida desde o dia em que minha mãe, a doceira dona Josina de Franca, se atirou à rua na defesa de um menino negro, órfão, que levava uma surra de vizinhos brancos. Particpei mais tarde da Frente Negra; fui expulso do Exército por conta de protestos contra a discriminação racial em bares e barbearias paulistas. Casou-se essa experiência de luta com uma curiosidade intelectual e uma paixão pela cultura, e se concebeu o TEN durante uma viagem a Lima, no Peru, quando assisti à peça *O imperador Jones*, de Eugene O'Neill, estrelada por Hugo D'Evieri, um argentino branco pintado de preto. Refleti: no Brasil, fatalmente acontece o mesmo. Em primeiro lugar, no teatro brasileiro não existia uma peça com um protagonista negro de densidade dramática; só o estereótipo do moleque bobo de riso fácil, a mãe preta abnegada ou o pai-jão submisso. Talvez uma peça norte-americana com protagonista negro até se pudesse montar, mas com um ator negro no papel principal, nunca. Sempre a cultura discriminatória exigiria o pixe, pois

no seu conceito o negro, um ser inferior, não seria capaz de desempenhar papel dramático de tal envergadura.

Foi o que os "amigos" do negro alegaram quando, de volta ao Brasil, consegui reunir um pequeno grupo de resolutos e convictos para iniciar os trabalhos do Teatro Experimental do Negro, e resolvemos estreiar com uma produção do mesmo *O imperador Jones*. Unanimemente, aconselharam uma estréia mais modesta, uma peça que não exigisse tanto empenho, expressão dramática e sofisticação de um elenco de novatos, ainda por cima negros²! Essa postura apenas nos deixou mais determinados: mantivemos o compromisso de estreiar com Aguinaldo Camargo no papel do herói de *O imperador Jones*.

A crítica, cética quanto à possibilidade de sucesso da produção de uma peça tão difícil, confessou unanimemente sua surpresa com a qualidade artística do espetáculo. Os jornais da época registram a avalanche de elogios ao Teatro Experimental do Negro.

O TEN produziu muitos outros espetáculos, sempre dentro da mesma marca de qualidade artística. De O'Neill, produziu *Todos os filhos de Deus têm asas*, *O moleque sonhador* e *Onde está marcada a cruz*. Estimulou o aparecimento de dramaturgos negros e de pe-

² Ver, por exemplo, R. Magalhães Júnior, "Um grande artista", *Diário de Notícias*, 25.03.1952, artigo sobre a morte de Aguinaldo Camargo em que rememora sua reação: "Como? *O imperador Jones*? Mas é uma peça difícilíssima (...). Você precisaria de um grande ator para recriar, no Brasil, o papel que foi antes feito por Paul Robeson (...). [A figura pequena, franzina de Aguinaldo à minha frente] não me convenceu. Intimamente, continuava a achar absurda a tentativa."



Elenco do Teatro Experimental do Negro (TEN) ensaia a peça *Auto da noiva*, escrita por Rosário Fusco especialmente para o TEN. Rio de Janeiro, década de 50. Mais tarde, em 1971, a peça foi encenada, em português, pelos alunos do departamento de línguas da Universidade de Indiana em Bloomington

ças sobre temas afro-brasileiros, com heróis e protagonistas negros, como *Filhos de santo*, de José de Moraes Pinho, *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro, *O filho pródigo*, de Lúcio Cardoso, *Sortilégio (mistério negro)*, de Abdias Nascimento, *O anjo negro*, de Néelson Rodrigues, *Auto da noiva*, de Rosário Fusco, *O castigo de Oxalá*, de Romeu Crusoé, *Além do rio*, de Agostinho Olavo, *Sinfonia da favela*, de Ironides Rodrigues, *Pedro Mico*, de Antonio Callado, entre outras.

Verdadeiros heróis eram os integrantes do TEN. Sem ter condições de vida para sustentar essa atividade, dedicaram os seus esforços, a sua energia, os seus talentos, enfim, o seu axé, ao empenho de possibilitar o nascimento do teatro negro. Com que dedicação, com que sacrifício, trabalhavam as empregadas domésticas, motoristas, *office boys*, enfim, as pessoas humildes que compunham os quadros do TEN! O curso de alfabetização e cultura básica, organizado pelo escritor e crítico Ironides Rodrigues, possibilitava a formação mínima para que as pessoas pudessem participar da produção teatral. Marina Gonçalves, empregada doméstica e atriz, atuava com inesquecível grandeza de espírito e coração. Arinda Serafim, alma efervescente, além da atuação artística, organizava suas colegas para reivindicações sociais. Ruth de Souza, na época também empregada doméstica, iniciava sua carreira artística. Mais tarde, João Elísio, coreógrafo e bailarino, trouxe ao TEN novas dimensões da cultura dos terreiros afro-brasileiros. Claudiano Filho

apareceu com sua leveza e dramaticidade. Haroldo Costa, o estudante, participava do nosso teatro. Abigail Moura e sua Orquestra Afro-Brasileira marcavam época, e Mercedes Batista desenvolveu sua coreografia. Tivemos o prazer de lançar Maria d'Aparecida, hoje cantora lírica radicada em Paris. Léa Garcia, com sua consciência, dignidade e coerência, até hoje honra os palcos e os estúdios como outro patrimônio da cultura brasileira lançado pelo TEN.

Antônio Barbosa, Fernando Araújo, Natalino Dionísio são alguns exemplos de grandes talentos artísticos que não encontraram possibilidades de desenvolver seu trabalho fora do TEN, o que representa uma perda para a cultura nacional, resultado das barreiras concretas do racismo, fechando e limitando os horizontes de artistas negros sérios. Marina Gonçalves, aquela força dramática, só conseguiu ficar no teatro chutada para a coxia; Antônio Barbosa, outro talento formidável, voltou a dirigir seu caminhão por falta de perspectivas de atuação artística.

Atuação político-cultural do TEN e jornal *Quilombo*

Complementando sua atuação teatral, o TEN ainda organizou concursos de artes plásticas, sendo um deles sobre o tema O Cristo Negro (1955), bem como concursos de beleza que enalteciam os padrões estéticos afro-brasileiros. Patrocinou a organização de muitos eventos sociopolíticos do Movimento Negro, como a Convenção Nacional do Negro (1945-16), em que pela primeira vez se cogitou de uma medida constitucional

anti-racista, a Conferência Nacional do Negro (1948-49) e o I Congresso do Negro Brasileiro (1950). Publicou o jornal *Quilombo*, que trazia em todos os números uma declaração do “Nosso Programa”. Quando se fala da chamada Lei Afonso Arinos, é instrutivo o item nº 5 desse programa: “(...) pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor, em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados da América do Norte e na Constituição Cubana de 1940”. Outros pontos do programa incluíam o ensino gratuito para todas as crianças brasileiras; a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário, onde o negro não entrava como resultado da discriminação e da pobreza resultante da sua condição étnica; o combate ao racismo via medidas culturais e de ensino; o esclarecimento da verdadeira imagem histórica do negro.

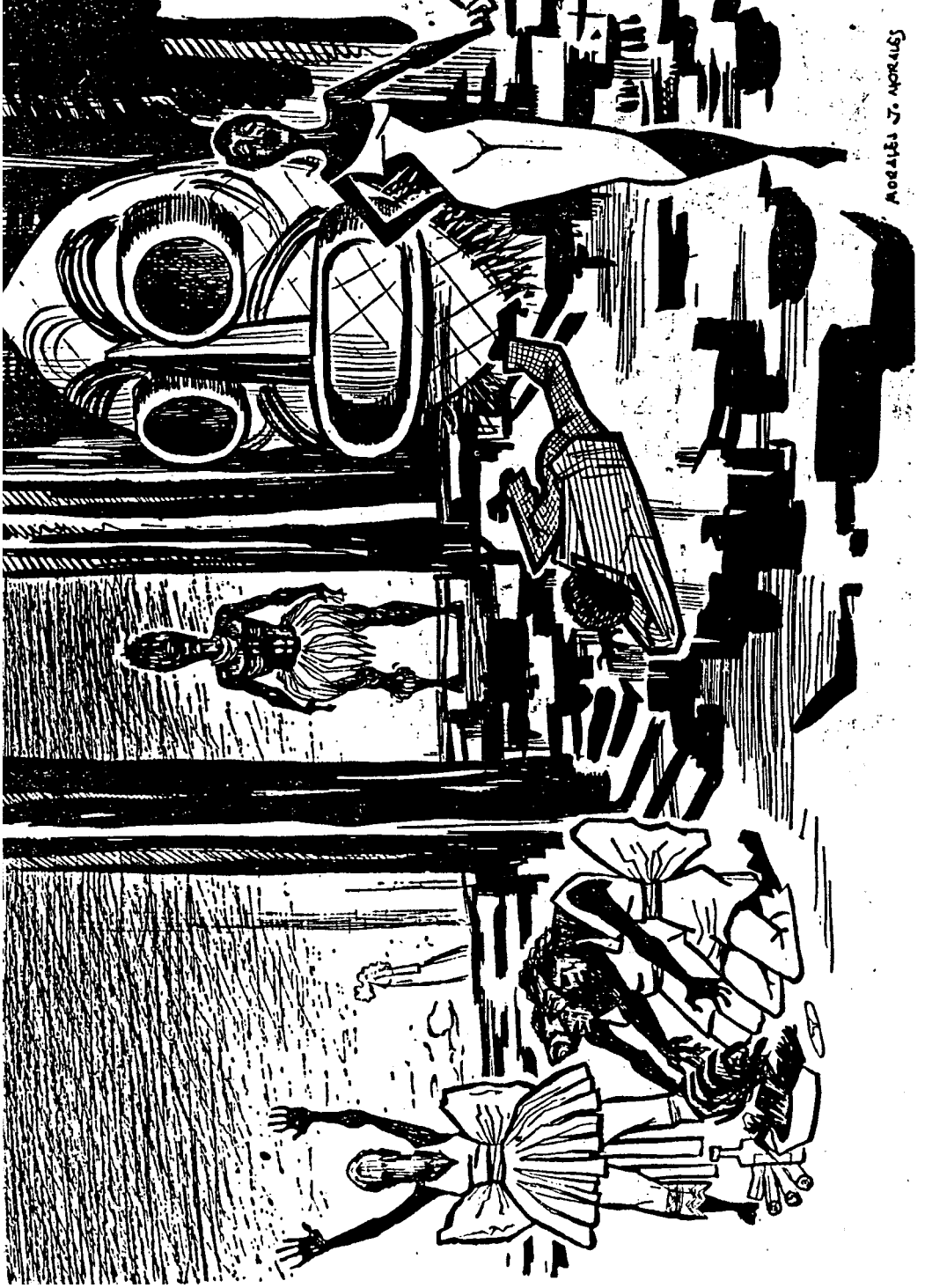
Comitê Democrático Afro-Brasileiro

Pelo fim da guerra, o TEN funcionava na sede emprestada da UNE (União Nacional de Estudantes), na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Mas necessitávamos de um instrumento de participação política, por isso fundei, com Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (1945). Era uma organização ampla, que acolhia em seu seio negros e brancos - destes, a maioria provindos da UNE - mas com a explícita afirmação da perspectiva afro-brasileira. Nosso primeiro objetivo era a luta pela anistia dos presos políticos.

Tal posição, enfatizando os valores negros, causava muita irritação em certos grupos e pessoas. Tivemos o vigoroso apoio de elementos esquerdistas da UNE nas atividades a favor da anistia e pela reinstauração da democracia. No entanto, quando a anistia foi conquistada e os presos políticos (quase todos brancos) foram libertados, os esquerdistas da UNE se recusaram a apoiar os trabalhos específicos em benefício da população afro-brasileira, alegando que isso constituiria “racismo às avessas”. Nós, os fundadores, fomos expulsos, acusados de racistas, e o Comitê logo se desintegrou, já que não tinha mais razão para existir. O escritor negro Raimundo Souza Dantas, mais tarde embaixador do Brasil em Gana, declarou publicamente que tinha sido mandado ao Comitê com a finalidade de levar os negros para o Partido Comunista. Tempos depois, Souza Dantas abandonaria as fileiras do PC, recusando-se a ser manipulado.

A esquerda, em suma, aceitou entusiasticamente um Comitê Afro-Brasileiro que pudesse ser usado para os seus fins políticos, mas o rejeitou como “racista” quando este tentou lograr as finalidades para as quais havia sido criado. Não podia admitir que os negros tivessem seus problemas específicos, suas reflexões autônomas e suas lutas próprias dentro da sociedade brasileira. Teríamos de nos curvar à orientação e direção de pessoas alheias à nossa situação, às nossas necessidades.

Pouco mais tarde, um grupo de afro-brasileiros iria reunir-se no intuito de fundar um departamento para assuntos



MORAES JR. MORALS

Apresentação de *Sorvilégio* no Teatro Municipal de São Paulo (1957) provocou este desenho publicado no jornal *O Estado de São Paulo*

do negro no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Distrito Federal. Essa tentativa de independência ou autonomia dentro de um partido político, inteiramente inédita, acabou não vingando.

A Convenção Nacional do Negro Brasileiro e a Lei Afonso Arinos

Ainda em 1945, o TEN promoveu a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, que teve sua primeira reunião em São Paulo e a segunda em 1946, no Rio de Janeiro. Foi um acontecimento político de cunho popular, sem pretensões acadêmicas: um fórum da gente negra para tratar de suas necessidades e situações socio-econômicas emergentes; em São Paulo, participaram entre 400 e 500 pessoas, no Rio, mais de 200.

No fim das deliberações, a assembléia votou e lançou um Manifesto à Nação Brasileira, contendo seis reivindicações concretas. Entre elas estavam a admissão de gente negra para a educação secundária e superior e a formulação de uma lei antidiscriminatória, acompanhada de medidas concretas para impedir que constituísse somente uma proclamação jurídica, vazia e sem sentido.

O Manifesto foi mandado a todos os partidos políticos, e a Convenção recebeu cartas de apoio da União Democrática Nacional, do Partido Social Democrático e do dirigente do Partido Comunista Luís Carlos Prestes. O senador Hamilton Nogueira, com base no Mani-

festos, propôs à Assembléia Nacional Constituinte (1946) um projeto que, aprovado, teria integrado a proibição da discriminação racial à Constituição da República. A posição do Partido Comunista aí se concretizou: Claudino José da Silva, o único representante negro na Assembléia e deputado federal pelo PC, fez um discurso opondo-se à medida. Mais tarde confessaria, numa assembléia da Convenção no Rio, que agiu sob estritas ordens do Partido, sendo ele pessoalmente a favor da proposta.

O PC agora se opunha à medida sob a alegação de que ela viria a “restringir o sentido mais amplo da democracia” constitucional. Qual seria a restrição que a lei antidiscriminatória faria ao “sentido mais amplo da democracia”, o PC não esclareceu. Também invocaram, para derrotar a medida constitucional, a “falta de exemplos concretos” para fundamentá-la. A discriminação diária contra o negro, banido de teatros, boates, barbearias, clubes, empregos, processo político, não era suficiente, inclusive porque, sendo tão normal e comum, não merecia comentário na imprensa. Um ano depois, a antropóloga negra norte-americana Irene Diggs foi barrada no Hotel Serrador no Rio; esse “exemplo” já mereceu alguma atenção. “Exemplo” reiterado em 1949, quatro anos após a divulgação do Manifesto, quando um grupo de atores do Teatro Negro foi barrado numa festa no Hotel Glória, apesar de apresentar convites da Sociedade Brasileira de Artistas (promotora do baile) e

do dono do hotel. Mas só em 1950, quando famosa coreógrafa negra norte-americana Katherine Dunham e a prodigiosa cantora Marian Anderson foram discriminadas no Hotel Esplanada, em São Paulo, é que a “liderança nacional” começou a perceber a existência de “exemplos concretos”. Ressuscitou-se a proposta da Convenção Nacional do Negro, publicada cinco anos antes; a legislação passou no Congresso, ironicamente batizada de “Lei Afonso Arinos”.

Afonso Arinos, o racismo e a “democracia racial”

Na forma como foi redigida e aprovada, essa lei não teve valor algum no sentido de impedir a discriminação racial. Pelo contrário, ajudou na proclamação oficial da “democracia racial” brasileira. Um aspecto importante de sua natureza domesticadora se constitui no fato de ela ter sido caracterizada como benevolente concessão de legisladores brancos, isto é, da estrutura dominante, e não como fruto de uma luta e uma reivindicação do povo negro politicamente organizado. Esse fato está nitidamente caracterizado pelo próprio discurso do autor da lei, que censura a própria existência de organizações afro-brasileiras lutando pelos seus direitos. No mesmo ano da aprovação da lei, o então deputado Afonso Arinos declarou (*Última Hora*, 14.12.1951) a respeito do tema das relações raciais no Brasil:

Já tive ocasião de manifestar-me sobre esse aspecto particular do problema racial(...) opinando se conviria ou não que se oficializassem entidades ou associações próprias de negros. Por ocasião dos debates do meu projeto, procurei mostrar o lado pernicioso dessa congregação, a cujo espírito o projeto se oporia, na sua preocupação de estabelecer bases mais positivas para a integração do elemento negro na vida social brasileira. (...) o empenho em instituir entidades dos homens de cor é o reverso da medalha, pois será, em última análise, manifestação de racismo negro.

Outro porta-voz da teoria da “democracia racial”, o então deputado Gilberto Freyre, declarou (*Tribuna da Imprensa*, 19.07.1950), logo após a rejeição da bailarina e coreógrafa norte-americana Katherine Dunham pelo Hotel Esplanada:

— É evidente que dois racismos estão repontando no Brasil, como rivais: o “racismo” de arianistas que, em geral, sofrem a pressão da atual supremacia de padrões anglo-saxônicos sobre meio mundo, e o “racismo” dos que, para fins políticos ou partidários, pretendem opor a esse racismo de “arianistas” o de um negro brasileiro caricaturado do norte-americano. Este segundo “racismo” é, de modo geral, animado por indivíduos que sofrem, no Brasil, a pressão da mística comunista, nem sempre fácil de separar o poder de

uma Rússia como a de Stalin, tão imperial como os Estados Unidos.

Essa acusação do “racismo às avessas” nunca deixou de nos perseguir, tanto pela direita quanto pela esquerda, como exemplifica o comportamento dos líderes da UNE em relação ao Comitê Democrático Afro-Brasileiro. Até hoje, a alegação de um suposto racismo negro serve como lema daqueles que querem desmoralizar ou deslegitimar nossa luta, estejam eles à esquerda ou à direita do espectro político. Aliás, não se trata de um problema brasileiro: existe na África como na diáspora, e também em nível internacional (Padmore, 1972; Nascimento, 1980; Larkin Nascimento, 1981).

A negritude brasileira

No caso do Brasil, na época em questão, essa acusação incidia mais ainda contra a postura quase única do Teatro Experimental do Negro de defender os valores culturais e a identidade específica de origem africana. O tema da “negritude”, como expressão máxima dessa posição, simbolizava esse embate, e os seus defensores eram apontados como racistas. Em função dessa nossa posição, setores do Movimento Negro comprometidos com a esquerda - que por isso mesmo ganhavam mais destaque nos meios de comunicação e no registro histórico - nos rotulavam de fascistas, invocando a clássica alegação de que defender os direitos do negro seria dividir a classe operária. Praticamente sozinhos, nós

do TEN ficávamos em posição muito incômoda, pois a construção de alianças sempre girava em torno da expectativa de nossa desistência da afirmação da nossa identidade própria e da nossa luta específica como negros.

A Conferência Nacional do Negro

O Teatro Experimental do Negro organizou a Conferência Nacional do Negro (Rio de Janeiro, maio de 1949), que reuniu representantes de várias regiões do país, para articular uma resposta às questões concretas da comunidade negra. Outro objetivo era levantar a consciência popular a respeito do caráter racista das teorizações antropológico-sociológicas convencionais sobre o negro, representadas pelos Congressos Afro-Brasileiros da década anterior (*Quilombo* n° 2:1). Era ainda a conferência preparatória do I Congresso do Negro Brasileiro, e nessa ocasião se votou o seu temário.

I Congresso do Negro Brasileiro

Os objetivos do I Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950 pelo TEN, foram nitidamente articulados no sentido de “dar uma ênfase toda especial aos problemas práticos e atuais da vida da nossa gente. Sempre que se estudou o negro, foi com o propósito evidente ou a intenção maldisfarçada de considerá-lo um ser distante, quase morto, ou já mesmo empalhado como peça de museu” (*Quilombo*, n° 5,6).

Os debates focalizaram vários temas: a necessidade da regulamentação e a organização das empregadas domésticas; propostas de organização de campanhas de alfabetização e ensino na comunidade negra, sobretudo nas favelas; teses de natureza diversa sobre as manifestações do racismo em diferentes partes do Brasil. O registro taquigráfico dos debates retrata vividamente a ativa participação de pessoas procedentes de todas as camadas e todos os setores da população negra do país, desde operários marginalizados a profissionais liberais instruídos, somando, durante cada uma das várias sessões, entre 200 e 300 pessoas.

Sem dúvida, o I Congresso do Negro Brasileiro constituiu um evento de extrema importância para a história da luta afro-brasileira, reunindo inúmeras organizações negras da época num amplo foro de debate e análise sobre os problemas que enfrentava a comunidade negra. Marcou a resposta dos militantes à postura acadêmica de pesquisar a população afro-brasileira como um objeto de curiosidade científica, enfocando a necessidade de enfrentar os problemas emergentes da sua vida³.

Algumas lembranças, 1960-8

Quando a ditadura militar tomou o poder no país, um dos seus primeiros atos foi encarcerar o representante do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), Lima Azevedo, e torturá-lo. Na qualidade de co-representante oficial brasileiro do MPLA, realizei gestões junto ao embaixador de Senegal, Henri Senghor, que conseguiu negociar com as autoridades ditatoriais a liberdade de Lima Azevedo.

A UNESCO e o Governo brasileiro patrocinaram um Seminário Internacional sobre a Cultura Africana, realizado no Rio de Janeiro. Coerente com sua tradição de exclusão racial, o Itamarati negou ao negro brasileiro a oportunidade de representar a si mesmo, convocando para participar do seminário os porta-vozes oficiais, brancos, da cultura negra. Entretanto, a posição afro-brasileira foi levada ao conhecimento do plenário, pois, a pedido meu e de Marieta Campos, o poeta Aimé Césaire, da Martinica, co-fundador do movimento da *Négritude*, e então participante estrangeiro do seminário, denunciou, dentro da reunião, a precariedade de um “anti-racismo” brasileiro que discriminava o negro, impedindo-o inclusive de articular naquele fórum seus próprios conceitos a respeito da sua vida e de seus problemas.

³ A polêmica sobre o estudo do sociólogo L.A. da Costa Pinto, que se apropriou dos anais do Congresso para seu estudo encomendado pela UNESCO, exemplifica bem esse embate. Respondendo às críticas do sociólogo afro-brasileiro Guerreiro Ramos, Pinto declarou (*apud* Nascimento, 1982: 62): “Duvido que haja biólogo que, depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório.”

Quando o Brasil hospedou um Seminário contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo, em 1966, recebendo ao mesmo tempo a visita oficial de um ministro do Governo da África do Sul, o Teatro Experimental do Negro organizou um protesto público, realizado no Teatro Santa Rosa, no Rio de Janeiro.

O Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, convidou-me em 1968 para falar sobre o tema da negritude. O Diretor da Faculdade proibiu o uso do auditório da Faculdade, e a palestra foi realizada no pátio interno da escola, sob a constante ameaça de repressão. Depois desse incidente, formou-se um grupo de estudantes africanos de Direito, tendo como um de seus membros Fidélis Cabral, que mais tarde viria a ser o ministro da Justiça do Governo independente da Guiné-Bissau.

Com o endurecimento do regime militar e a intensa repressão instituída pelo AI-5, fui obrigado a deixar o país. A questão racial virou assunto de segurança nacional, e sua discussão era proibida. Fui incluído em diversos IPMs, sob a estranha alegação de que seria eu encarregado de fazer a ligação entre o Movimento Negro e a esquerda comunista. Logo eu, que era execrado pelos comunistas como fascista e racista ao contrário! Ironia suprema... Embarquei para os Estados Unidos, onde ficaria durante 13 anos. O exílio representaria outra fase de luta, em nível internacional e pan-

africanista. No Brasil, iria iniciar-se nessa época uma nova fase do Movimento Negro.

Cenário internacional da luta negra: 1968-81

Em 1968, quando cheguei aos Estados Unidos, era o auge de uma nova consciência afro-americana, a era do Black Power. Fui recebido pelos Black Panthers, em seu quartel-general em Oakland. Seu presidente na época, Booby Seale, colocou-se à disposição para apoiar nossa luta afro-brasileira. Fui também a Newark, onde, ao visitar o poeta e dramaturgo Leroi Jones (Amiri Baraka) em sua *Spirit House*, conheci também o poeta sul-africano Keorapetse Kgotsisile. Que axé: brasileiro, norte-americano e sul-africano reunidos na mesma luta... foram dois entre muitos momentos carregados de inspiração e emoção, pois além dessas visitei inúmeras outras instituições negras.

É importante assinalar que o período vivido nos Estados Unidos em nada afetou minha posição sobre o racismo e a luta negra no Brasil. Foi um contato riquíssimo com uma comunidade militante cuja liberdade de expressão permitia uma linguagem radicalizada. Apenas nesse ponto diferia do Brasil: os negros podiam soltar a língua, afirmar diretamente suas posições independentes, enquanto no Brasil havia sempre a necessidade de manejar, lançar mão de metáforas, praticar o chamado “jogo de cintura”, tomar cuidado com a expressão verbal ou es-

crita. E mesmo assim éramos denunciados como racistas radicais, até por nossa gente. Não aprendi nada de novo com os negros nos Estados Unidos, mas certamente me sentia mais à vontade para desenvolver meu próprio pensamento sem aquela mordida da democracia racial, de esquerda ou direita, que sempre nos prendia no Brasil.

Pude me integrar, levando a mensagem afro-brasileira, a movimentos internacionais como o VI Congresso Pan-Africano, realizado em Dar-es-Salaam (1974). Dele participei desde a reunião preparatória realizada na Jamaica, em 1973, e acompanhei o vivo interesse pelo Brasil de um homem muito à frente do seu tempo: C.L.R. James, um revolucionário negro de Trinidad que insistia em que o Brasil fosse representado por uma grande delegação, na qualidade de país com maior população africana fora da África. No próprio Congresso, entretanto, eu e outros de países multirraciais da diáspora africana sofremos pressão de parte da linha ideológica marxista-leninista que prevalecia devido ao patrocínio governamental do Congresso (Nascimento, 1980).

Essa linha ideológica pressionava o discurso do Movimento Negro nos Estados Unidos, na África do Sul e no mundo africano como um todo. Mas havia uma diferença em relação à nossa experiência. Por mais que essa ideologia impusesse a primazia da luta de classes, não havia como negar a necessidade específica nem do negro nos Estados Unidos e no país do *apartheid*, nem dos países

africanos, de lutar por seus direitos em sociedades segregacionistas e numa ordem mundial herdada do colonialismo. No Brasil - e nos países chamados “latinos” da América em geral - as teorias da convivência harmônica entre as raças, e da mestiçagem étnica e cultural, levaram à negação da necessidade específica de luta anti-racista. Ao resolver a “questão social”, a discriminação iria sumir magicamente, e quem não acreditasse nisso era racista às avessas.

Já na Nigéria, em 1977, foi a ditadura militar brasileira que tentou me calar. Fui convidado a apresentar um trabalho ao Colóquio, fórum intelectual do II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado em Lagos. O Governo brasileiro, por meio do Itamaraty, tentou vetar minha participação de todas as formas, inclusive mediante de desgastadas táticas emprestadas da CIA (Nascimento, 1981). Consegui excluir-me do Colóquio como convidado. Entretanto, participei como observador e, com o apoio de delegações da diáspora e da imprensa e intelectuais africanos, bem como do ministro de Educação nigeriano e coordenador do Colóquio, coronel. Ali, fiz minha intervenção denunciando o racismo no Brasil (Nascimento, 1977).

Ainda na Nigéria, recebi convite para participar do I Congresso de Cultura Negra das Américas, organizado pelo valente afro-colombiano Manuel Zapata Olivella e realizado em Cáli, Colômbia, em 1977. Lá encontramos Sebastião Rodrigues Alves, Mirna Grzych e Eduar-



Em junho de 1974, Abdias Nascimento representando o negro brasileiro no 6º Congresso Pan-Africano em Dar-es-Salaam, Tanzânia. À esquerda, Sam Nujoma, então líder da SWAPO, organização de libertação do povo da Namíbia, hoje presidente dessa nação africana

do de Oliveira e Oliveira, os únicos brasileiros que conseguiram furar o bloqueio do depósito compulsório para viajar, exigido pela ditadura. No Panamá, em 1980, realizou-se o II Congresso de Cultura Negra das Américas, e o Brasil foi eleito sede do III Congresso. Certamente, esses Congressos constituem um marco na história da conscientização internacional da diáspora africana, pois em todos os países das Américas Central e do Sul, com forte presença africana, existem ideologias parecidas à da “democracia racial”, escamoteando a identidade e a luta pelos direitos das populações negras. Pela primeira vez, representantes dessas populações se reuniam para juntos pensar suas situações específicas, concluindo pela necessidade de respostas específicas a seus problemas e aspirações próprios.

No exílio, a convivência com esquerdistas também exilados demonstrava que, embora se julgassem esclarecidos quanto à questão racial, em muitos casos continuavam contaminados pela idéia do racismo às avessas, sobretudo quando se tratava da necessidade de negros conduzirem sua própria luta, organizando-se para alcançar objetivos específicos⁴. A linha ideológica esquerdista ainda impunha os referenciais teóricos da negação de nossa luta específica.

De volta ao Brasil: redemocratização e Movimento Negro

Já em julho de 1978, havia voltado rapidamente ao Brasil e participado da fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. O ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo foi um momento inesquecível, ainda em pleno regime militar. Na Bahia, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo, participamos de reuniões de consolidação do movimento, sempre com a presença da saudosa irmã Lélia González. Foi ao mesmo tempo um início e um momento culminante, pois a fundação do MNU deu expressão a toda uma nova militância negra que vinha se firmando através da década de 1970.

Essa militância também enfrentava, no contexto da resistência ao regime de exceção, a oposição dos setores de esquerda que negavam a legitimidade da nossa luta específica. Os militantes do Movimento Negro precisavam manter-se como verdadeiros heróis para levantar e sustentar essa bandeira. Em geral, essa fase da luta afro-brasileira se caracterizava por certo atrelamento às expectativas da esquerda, e com isso uma impossibilidade de recorrer, se embasar ou dar continuidade às histórias e conquistas materializadas nos períodos anteriores. Naquela circunstância, tutelado pelas esquerdas, o Movimento Negro se

⁴ Alguns, como por exemplo Florestan Fernandes, Leonel Brizola, Paulo Freire, Clóvis Brigagão, Betinho, Fernando Gabeira e Arthur Poerner, conseguiam superar tais fantasmas ideológicos.

reorganizava como uma subutopia, já que a vitória da revolução mais ampla automaticamente resolveria os problemas de exclusão racial.

Voltando definitivamente ao Brasil em 1980, fundamos o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), na PUC-SP, que organizou o III Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado em São Paulo, nas dependências da PUC, em agosto de 1982. A primeira pesquisa do Ipeafro foi a dos quilombos contemporâneos, assunto que ganha cada vez mais destaque na academia e na militância, pois se trata de uma das principais dimensões de nossa experiência. O Ipeafro inaugurou seu curso de extensão para capacitação de professores, Sankofa, e organizou, junto com a ONU, o Seminário Internacional Cem Anos de Luta pela Independência da Namíbia (Rio, 1984). Publicou a revista *Afrodíaspóra* (1983-7) e editou outros livros (Nascimento, 1985; Larkin Nascimento, 1981, 1985).

Um dos mais fortes sinais do crescimento e fortalecimento do Movimento Negro nessa época é a instituição do Dia Nacional da Consciência Negra no dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares. A proposta do poeta Oliveira Silveira, do Grupo Palmares do Rio Grande do Sul, virou uma iniciativa do Movimento Negro como um todo a partir do início da década de setenta. Por meio do trabalho das entidades negras, a proposta ganhou força em todo o país, e gradativamente passou a ser reconhecida pela mídia e pela sociedade

em geral. Hoje, o dia 20 de novembro é comemorado universalmente em todo o Brasil.

Uma das mais ricas experiências dessa época foi a fundação do Memorial Zumbi, organização nacional reunindo representantes do Movimento Negro, da academia e de setores governamentais ligados ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para implantar na serra da Barriga, terra de Palmares, um Pólo da Cultura de Libertação do Afro-Brasileiro (Nascimento, 1982: 36-45).

O processo de redemocratização e a formação do quadro partidário, entre 1979 e 1982, quando foram realizadas as primeiras eleições para o Congresso Nacional e governos estaduais, testemunhou a crescente participação dos negros organizados. No Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundamos a Secretaria do Movimento Negro, com o objetivo explícito de tratar dos assuntos específicos da nossa comunidade. No PT e em outros partidos, houve também, ao longo do processo de consolidação da democracia, iniciativas de mobilização organizada dos negros. Sinal de certa imaturidade do movimento àquela época é o fato de que os compromissos partidários foram capazes de criar divisões a meu ver desnecessárias, pois nossa luta transcende as fronteiras partidárias. A militância dentro de um partido ou em função de uma postura ideológica não deveria prejudicar a unidade nos objetivos da nossa luta específica.

Ligada a essa questão, continuava o Movimento Negro a enfrentar a acusação de racismo, ainda lançada por setores da esquerda e da direita. A esquerda, embora mais aberta à questão, não conseguia assimilar a necessidade fundamental da independência do Movimento Negro ao definir e buscar soluções para os seus problemas específicos.

O Quilombismo: uma proposta política afro-brasileira

Nessa época, exatamente no sentido de chamar atenção para a necessidade de independência de pensamento e ação do Movimento Negro em relação a seus problemas específicos, lancei o livro *O quilombismo* (1980). A tese do quilombismo, apresentado inicialmente ao II Congresso de Cultura Negra das Américas, busca nas raízes da experiência histórica de luta específica dos africanos nas Américas, e particularmente no Brasil, o modelo para a articulação de uma ideologia capaz de orientar nossa atuação política. Trata-se de uma proposta política para a Nação Brasileira, e não apenas para os negros: um Estado voltado para a convivência igualitária de todos os componentes de nossa população, preservando-se e respeitando-se as diversas identidades, bem como a pluralidade de matrizes culturais.

A construção de uma verdadeira democracia passa, obrigatoriamente, pelo multiculturalismo e pela efetiva implantação de políticas compensatórias ou de ação afirmativa para possibilitar a construção de uma cidadania plena para todos os grupos discriminados. A inde-

pendência desses grupos ao articular suas formas de ação comunitária compõe um requisito fundamental da verdadeira democracia. Com o passar do tempo, esses preceitos do quilombismo vêm se demonstrando nitidamente em harmonia com a evolução da prática do movimento afro-brasileiro e de outros grupos discriminados, sobretudo os índios e as mulheres.

Primeiro mandato afro-brasileiro no Congresso, mobilização e Nova República

Ao assumir em 1983 o mandato de deputado federal, era o primeiro e único deputado afro-brasileiro a defender sistematicamente, no Congresso Nacional, os direitos humanos e civis dos negros no Brasil. Na legislatura anterior à Constituinte de 1988, creio que tenha realizado um trabalho político-didático preparatório para as futuras conquistas da população afro-brasileira, trazendo àquela casa o dimensionamento do racismo e da discriminação racial como questão nacional, e não apenas como um suposto “problema do negro”. Apontando o 13 de maio como “mentira cívica”, propus a criação de uma Comissão do Negro (Projeto de Resolução no 58-A, de 1983) na Câmara dos Deputados. Assinei a importância de Zumbi dos Palmares como herói da pátria, propondo feriado nacional no dia 20 de novembro, aniversário de sua morte e Dia Nacional da Consciência Negra (Projeto de Lei nº. 1.550, de 1983). No Projeto de Lei nº. 1.661, de 1983, propus definir o racismo como crime de lesa-humanidade.

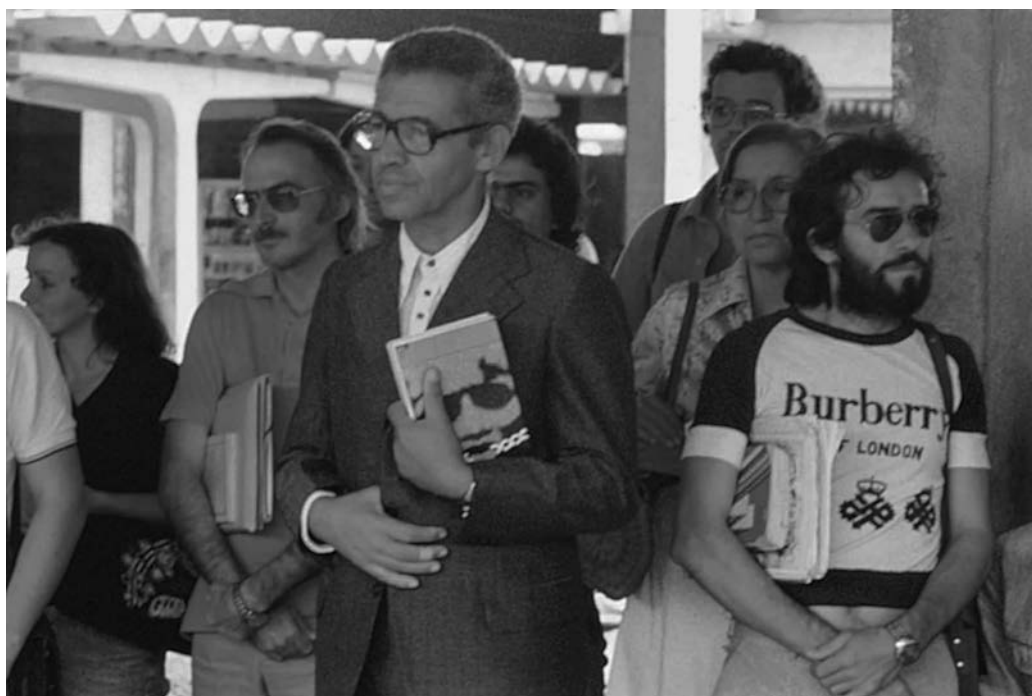
Creio que uma das mais importantes medidas do meu mandato foi a de abrir, no Congresso Nacional, o precedente de uma proposta que hoje ganha cada vez mais destaque: a instituição de políticas públicas específicas para a população de origem africana, por meio da chamada ação afirmativa, ou ação compensatória na linguagem do meu Projeto de Lei nº 1.332, de 1983. Esse projeto estabelece mecanismos de compensação do afro-brasileiro após séculos de discriminação, entre elas a reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas para estudos; 40% de empregos na iniciativa privada e incentivos às empresas que contribuam para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação ao sistema de ensino e à literatura didática e para-didática da imagem positiva da família afro-brasileira, bem como da história das Civilizações Africanas e do africano no Brasil. Dediquei o mandato também à questão das relações do Brasil com a África do Sul, país do *apartheid*, e à defesa do direito dos povos de Namíbia e dos países africanos de língua portuguesa à autodeterminação, bem como a constante afirmação de solidariedade com as lutas de libertação dos povos africanos.

A crescente e cada vez mais eficaz mobilização do Movimento Negro se fazia sentir no processo de consolidação

da democracia na chamada Nova República (Nascimento, 1985). As entidades do Movimento Negro proliferavam e ganhavam destaque mediante sua atuação contundente. No bojo da criação e consolidação do Memorial Zumbi, que já tinha articulado um diálogo entre setores governamentais e o Movimento Negro, ganhou relevo a idéia de políticas públicas específicas para a população afro-brasileira, embora ainda sem essa designação. Sua maior expressão se deu, talvez, no Encontro Nacional de Militantes Negros realizado em 1984 em Uberaba, na administração do prefeito Wagner do Nascimento. Como deputado federal, pude levar o documento elaborado nesse encontro ao futuro Presidente Tancredo Neves, e mais tarde retomar as reivindicações da comunidade, nele contidos, em vários encontros com o presidente José Sarney e com os ministros Celso Furtado e José Aparecido⁵.

Iniciou-se nessa época, em alguns setores governamentais, a evolução de uma aceitação da proposta de uma atuação administrativa voltada ao atendimento das necessidades específicas da população afro-brasileira. A concretização dessa tendência articulou-se na criação de órgãos de assessoria de governo, o primeiro sendo o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, instituído pelo Governador Franco Montoro, do Estado de São Paulo. No

⁵ Os textos do discurso de encaminhamento e do documento de Uberaba, entregues ao presidente Tancredo Neves, encontram-se transcritos no livro *Povo negro: a sucessão e a Nova República* (Nascimento, 1985).



Lançamento do livro *O quilombismo*, João Pessoa, 1980, com a presença de Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba

âmbito da cultura, tal evolução foi expressa nas propostas específicas elaboradas pelos representantes da comunidade afro-brasileira no Encontro Nacional de Secretários de Estado de Cultura (Ouro Preto e Belo Horizonte, 1984), que teve ocasião de apresentar à sessão de debates sobre Etnias e Identidade Cultural (I Encontro Nacional de Política Cultural, 1985:193). Essas propostas foram traduzidas em políticas públicas por diversos Estados e municípios do país por meio da criação de assessorias, divisões, programas e departamentos para a cultura afro-brasileira, começando com as Secretarias de Cultura e Educação do Rio de Janeiro e de São Paulo (Larkin-Nascimento, 1993, 1994; Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiros, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 1988). No Governo federal, a criação de uma Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros e da Comissão para o Centenário da Abolição da Escravatura, no seio do Ministério da Cultura, expressa essa mesma tendência.

Conquistas na Constituinte, Centenário da Abolição e Fundação Palmares

Nas eleições de 1986, a representação afro-brasileira no Congresso aumentou, embora ainda tenha ficado muito aquém de uma representação significativa, muito menos proporcional. Creio que minha atuação parlamentar tenha ajudado a abrir o caminho para a aprovação de dispositivos propostos pelos parlamentares negros da Constituinte de 1988, deputados Benedita da Silva, Carlos

Alberto de Oliveira Caó e Paulo Paim, anunciando a natureza pluricultural e multiétnica do país (art. 215, par. 1º), estabelecendo o racismo como crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, inciso XLII) e determinando a demarcação das terras dos remanescentes de quilombos (art. 68, Disposições Transitórias). Entretanto, essas conquistas marcam sobretudo o grau de mobilização da comunidade afro-brasileira, que participou de comissões parlamentares e se manifestou de diversas formas para assegurar-las. Uma expressão dessa mobilização encontra-se na realização dos Encontros Estaduais e Regionais das Entidades Negras, realizados em diversos Estados e nas Regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste nesse final da década dos oitenta, e culminando com o I Encontro Nacional das Entidades Negras (ENEN), realizado em São Paulo em 1991. Após a Constituinte nacional, o processo constituinte nos Estados e municípios também testemunhou uma ação efetiva do Movimento Negro mobilizado, em que muitas conquistas foram asseguradas nas constituições estaduais e municipais.

Outra dimensão dessa mobilização está na atuação do Memorial Zumbi, no sentido de consolidar a proposta do Movimento Negro de celebrar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, mediante peregrinações anuais à terra de Palmares. Da articulação entre o Memorial Zumbi e a Comissão para o Centenário da Abolição da Escravatura, no seio do Ministério da Cultura

(processo marcado pela competência do presidente da Comissão, Dr. Carlos Moura), nasceu a Fundação Cultural Palmares, conquista eminente da militância afro-brasileira de que pude participar. A primeira administração da Fundação, presidida pelo Dr. Carlos Moura e atuando sempre em conjunto com o Memorial Zumbi, teve um papel fundamental na desapropriação das terras da serra da Barriga. Infelizmente, as seguintes administrações ainda não conseguiram levar adiante a missão da Fundação Cultural Palmares no sentido de viabilizar a proposta da implantação de um Pólo da Cultura de Libertação Afro-Brasileira na serra da Barriga, objetivo principal do Memorial Zumbi.

Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro- Brasileiras e Senado

Num gesto inédito na política brasileira, o governador Leonel Brizola criou em 1991 a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, único órgão de primeiro escalão especificamente voltado à criação e implementação de políticas públicas para a população afro-brasileira (Sedepron, 1991). No espaço deste ensaio, não será possível detalhar o trabalho da Secretaria. Entre suas realizações, destacam-se a constituição de uma Delegacia Especializada em Crimes de Racismo, o funcionamento de um Balcão de Atendimento a Denúncias de Racismo, os cursos e oficinas de capacitação da Polícia Militar para o convívio com a diversidade, o Projeto Força Jovem, de formação pro-

fissional de adolescentes, e o trabalho em todo o Estado com professores no sentido de formá-los para uma ação pedagógica afirmativa da história e da cultura africanas e afro-brasileiras. A Secretaria publicou vários livros, entre eles a segunda edição de *A África na escola brasileira* (Larkin Nascimento, 1993) e os dois volumes de *Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira* (Larkin Nascimento, 1994), para distribuição junto às redes estadual e municipal de cultura e ensino.

Foi lançada contra a Secretaria a velha acusação de racismo às avessas, assim demonstrando a vitalidade dessa tese a despeito dos avanços democráticos conquistados pelo movimento e, evidentemente, ainda não assimilados pela sociedade brasileira. O Governo estadual iniciado em 1995 extinguiu sumariamente essa Secretaria de Estado.

Atuação independente de entidades e ONGs negras

A atuação independente das ONGs afro-brasileiras em todo o país evoluiu de forma significativa nas décadas dos oitenta e dos noventa. Essas ONGs preenchem, em parte, o vazio deixado pelo Estado ao não executar políticas públicas voltadas para essa população. As ONGs trabalham em diversas áreas, notadamente direitos humanos e saúde. A área de educação constitui outro exemplo. Não encontrando na academia o suporte para a introdução no currículo escolar e na prática pedagógica de conteúdos e

métodos de ensino adequados à transformação de um ensino racista, a comunidade e a militância afro-brasileira desenvolveram sua própria intervenção mediante a fundação de escolas comunitárias (Luz, 1989), cursos de extensão para capacitação de professores (Larkin Nascimento, 1994), debates e seminários (Triunpho, 1991; Silva, 1997), eventos e atividades culturais nas escolas. Nas universidades, a criação de núcleos ou centros de pesquisa em nível de graduação e pós graduação, exigida pelo Movimento Negro, resultou por meio da proliferação de teses de mestrado e doutorado, na qualificação da base de informações de interesse da comunidade negra. Merece destaque, ainda, a mobilização de várias comunidades na criação dos pré-vestibulares para negros e carentes: atualmente, esse movimento se orienta explicitamente no sentido de se manter financeiramente independente, não aceitando recursos externos.

Sindicalismo e Movimento Negro

A organização afro-brasileira dentro dos partidos amadureceu e se fortaleceu com o próprio crescimento do movimento afro-brasileiro. Aumentou bastante o número de candidatos negros, sinalizando o fim de uma era em que o negro atuava apenas como cabo eleitoral. Com maior dimensionamento da questão racial dentro dos partidos, que abrigavam uma atividade cada vez maior dos militantes afro-brasileiros, surgiu um fe-

nômeno marcante no início da década dos noventa: a crescente articulação do Movimento Negro com setores do sindicalismo ligados aos partidos, estreitando os laços e superando o antigo discurso que decretava a luta contra o racismo como fator de divisão do proletariado. A articulação se fez sentir sobretudo na Marcha sobre Brasília, em 1995. A conscientização do sindicalismo e sua sensibilização para a questão racial apontam para o desenvolvimento de futuros trabalhos concretos em prol da igualdade de remuneração e outras reivindicações específicas dos trabalhadores negros.

Movimento pelas reparações

Outro marco do início desta década foi o crescimento do movimento pelas reparações, ou indenização aos descendentes de africanos pelos danos sofridos durante gerações de escravidão no maior holocausto conhecido na História da Humanidade. De âmbito internacional, chegou a ser articulado no Brasil a partir do final da década dos oitenta. Hoje, não se entendem tais reparações como indenização financeira a indivíduos, mas antes como a criação de diversas formas de ação compensatória coletiva. Um exemplo seria a constituição de fundos para o desenvolvimento de programas para as comunidades negras e carentes. Para isso, na Câmara dos Deputados, o deputado Paulo Paim apresentou o Projeto de Lei nº. 1239, de 1995.

Comunidades rurais/ remanescentes de quilombos

Sem dúvida, uma das mais importantes dimensões da luta afro-brasileira nas décadas de oitenta e noventa está na mobilização das chamadas comunidades negras rurais, ou remanescentes de quilombos, espalhadas por todo o território nacional, e que começam a se organizar para se defender da agressão dos que cobiçam suas terras, lutando pelos seus direitos humanos e civis de forma geral, e especificamente pela implementação do artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição, que lhes garante o direito à demarcação e posse das terras. O I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, ocorrido em Brasília em 1995, representou a continuidade de um movimento que já vinha se articulando em nível regional. A intervenção nesse processo de setores da academia, num trabalho de apoio, caracteriza uma revisão da relação sujeito/objeto de estudo, transformando-a numa proposta de solidariedade e cooperação.

Organização internacional nas Américas: “Latinas”?

Se os Congressos de Cultura Negra das Américas deram início ao movimento organizado dos afro-americanos na região das Américas Central e do Sul e no Caribe de fala espanhola, a continuação desse movimento se concretiza na atuação de inúmeras entidades nos países da região, bem como na fundação de

organizações de âmbito internacional. Um exemplo foi o Seminário Pró-Direitos Humanos, realizado em Lima, em 1990, organizado pelo Movimento Manuel Congo, que reuniu delegados de vários países para discutir questões de comum interesse às populações de origem africana.

Esse legado continuado dos Congressos de Cultura Negra das Américas impõe o aprofundamento da reflexão, levantada por ocasião dos 500 anos da chamada descoberta das Américas em 1992 (Larkin Nascimento, 1994A), sobre a suposta natureza “latina” de nossa região. A expressão “América Latina” espelha apenas a dominação de uma elite minoritária branca, europeia, sobre populações majoritárias indígenas e africanas. Trata-se não apenas da imposição lingüística de uma dominação que essas populações a cada momento se organizam para repelir, como também de uma distorção grotesca da realidade demográfica e sociocultural da região.

Mulher negra

Vem se desenvolvendo desde a década dos setenta a inserção das mulheres negras no movimento feminista. Hoje, como resultado da atuação das mulheres negras, o movimento de mulheres não trabalha a questão da mulher sem considerar a questão racial. Organizadas no Brasil em entidades como o Geledés (São Paulo) e o Criola (Rio de Janeiro), as mulheres afro-brasileiras compareceram organizadas à reunião

mundial de mulheres em Pequim, 1995. Também em nível internacional, se articulam com entidades como a Rede de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe.

Tricentenário de Zumbi dos Palmares e instalação do GTI

A comunidade afro-brasileira demonstrou maturidade e adiantado nível de organização para a luta em 1995, ano do Tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, em que houve manifestações, festivais de cultura, atos públicos e seminários, congressos e eventos, nacionais e internacionais, em todo o país. Essa efervescência culminou na Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em Brasília. O Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial apresentado pela executiva da Marcha constitui um documento fundamental de síntese das reivindicações da comunidade negra. A meta de implementação de políticas públicas específicas para a população negra ganhou corpo concreto na forma do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, criado por meio de decreto presidencial de 20 de novembro de 1995. O presidente da República, numa afirmação sem precedentes, reconheceu oficialmente a existência do racismo no Brasil e a necessidade de combatê-lo, entregando ao GTI a tarefa de pensar as formas de encaminhar esse combate. Por ocasião do Tricentenário, a Fundação Cultural Palmares publicou

um livro didático e imprimiu, para distribuição nas escolas, cadernos sobre a história de Zumbi dos Palmares, além de produzir diversos programas para a televisão educativa, iniciativas de impacto concreto significativo.

Senado Federal

Na chapa do PDT, fui eleito com Darcy Ribeiro e Doutel de Andrade para o Senado em 1990, e assumi o mandato em 1991, durante um período curto em que meu gabinete publicou os livros *A África na escola brasileira* (Larkin Nascimento, 1991) e *A luta afro-brasileira no Senado* (Nascimento, 1991). Em 1997, com o falecimento do saudoso companheiro Darcy, assumi o mandato com o prazer de integrar um Senado que conta com a bela atuação política de duas mulheres afro-brasileiras, as senadoras Benedita da Silva (Rio de Janeiro) e Marina Silva (Acre). Apresentei, até o momento, quatro projetos de lei. O Projeto de Lei do Senado nº. 52, de 1997, define o crime do racismo, pois a lei atual, apesar de estabelecer o racismo como crime, não o qualifica; o de nº. 75 estabelece medidas de ação compensatória para atingir a isonomia social do negro; o de nº. 73 cria medidas punitivas contra pessoas e empresas que tenham praticado ou apoiado o racismo; o de nº. 114 define a ação civil contra pessoas ou empresas que agridam a honra e a dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos, habilitando entidades da sociedade civil a processá-las na Justiça. A minha atua-

ção parlamentar ficará registrada na revista *Thoth: Pensamento dos Povos Africanos e Afro-Descendentes*, fórum também de debates e registros de interesse da população afro-descendente no Brasil e no mundo, e portanto de interesse do Brasil como um todo.

Ao assumir o mandato no Senado, deparei-me com um quadro muito diferente daquele de 1983, quando ingressei no Congresso Nacional, e essa diferença se retratou simbolicamente quando pude participar da inscrição oficial do nome de Zumbi dos Palmares no livro do Panteão dos Heróis Nacionais, monumento em Brasília onde até então constava apenas o nome de Tiradentes. Essa vitória concretizou a proposta da senadora Benedita da Silva, também autora da lei que regulamenta a implementação do art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, garantindo às comunidades quilombolas a demarcação e posse de suas terras. A militância afro-brasileira já chega ao Poder Legislativo, embora em número diminuto em relação ao seu peso na população nacional, e conseguimos ampliar nossas formas de ação.

Hoje, uma nova etapa

Ao consolidar suas conquistas e atingir novos patamares na discussão e dimensionamento da questão racial enquanto questão nacional, o Movimento Negro hoje articula suas próprias iniciativas, na construção de alianças e no desenvolvimento de ações independentes.

A evolução do movimento expressa-se, entre outras formas, na sua crescente maturidade no que diz respeito à questão partidária. A atuação de militantes dentro dos partidos políticos implica menos em rivalidades e desunião, fortalecendo o movimento como um todo, e os próprios parlamentares, à medida que se organizam para agir em conjunto, exemplificam esse fato. O grupo de parlamentares afro-brasileiros da Câmara dos Deputados e do Senado, ao qual pertenço, vem agindo no sentido de firmar posições suprapartidárias em prol da população afro-brasileira. Por outro lado, ganha relevo a discussão, formulação e execução de políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal. Sem a menor sombra de dúvida, o movimento avançou de forma contundente nos últimos anos.

Conclusão

A ação do racismo no Brasil, por si só com altos graus de intolerância e perversidade, tentou, com todos os recursos que o conhecimento permite, anular o homem e a mulher negros na sua dimensão existencial, buscando liquidar a sua memória, a sua identidade, o seu corpo e o seu espírito. Mas vale ressaltar que a militância dos afro-brasileiros, ao longo da história do Brasil, sempre foi uma luta pela sobrevivência e pelos direitos humanos na sua forma mais simples e universal - a da vida em sua totalidade.

Depois de todos esses anos de empenho nessa luta, tenho a firme convicção de que o Brasil, por uma fatalida-

de desse processo político, será um dia governado por uma administração constituída na sua maioria por afro-brasileiros. Se todos os segmentos étnicos que compõem a população brasileira acreditarem verdadeiramente no caminho que a Nação escolheu para organizar sua vida institucional - a democracia -, o negro, sendo maioria, assumirá o poder da República. Não se trata de nenhum messianismo ou utopia poética. É uma realidade à vista, tal como ocorre na África do Sul. Sem embargo, o ponto fundamental dessa transformação está mais no tipo de instituições políticas a serem criadas do que apenas na troca de dirigentes brancos por dirigentes afro-descendentes. Pois somente terá legitimidade uma democracia que efetivamente promova a elevação do nível de vida de todos os brasileiros, proporcionando uma educação igualitária e respeitosa das identidades culturais, uma distribuição de renda justa, numa economia cuja prioridade seja o ser humano e não o lucro ou a especulação financeira. É a proposta do Quilombismo, inspirado no fenômeno da construção, pelos africanos escravizados, de sua vida soberana em liberdade em todo o País, uma proposta de organização política para a Nação brasileira.

Enquanto não se concretizar esse quadro, a organização do movimento afro-brasileiro contribui fundamentalmente para a construção de uma verdadeira prática de democracia no país, pois sua atuação aponta para a necessidade da inclusão de todos os segmentos socioculturais e classes sociais, mantidas e respeitadas as identidades específicas.

Na sua prática democrática, o Movimento Negro no Brasil vive e concretiza o Quilombismo, na autêntica continuação da tradição de luta afro-brasileira inaugurada nos primórdios da fundação do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Encontro Nacional de Política Cultural, sessões de debates*. Belo Horizonte: Secretaria da Cultura/Imprensa Oficial, 1985.
- Andrade, Inaldete Pinheiro. *Pai Adão era nagô*. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire, 1989.
- . *Cinco cantigas para você contar*. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire, 1989.
- Cruz, Manoel de Almeida. *A pedagogia interétnica*. Salvador: Faculdade de Educação da UFBA, 1985.
- . "Pedagogia Interétnica", *Cadernos Cândido Mendes* 8-9 (Rio de Janeiro, 1983).
- Cuti (Luiz Silva) e José Correia Leite. ... *E disse o velho militante*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- Degler, Carl. *Neither black nor white*. Nova York: MacMillan, 1971.
- Larkin Nascimento, Elisa (org.). *Pan-africanismo na América do Sul*. Petrópolis: Editora Vozes/Ipeafro, 1981.
- . *Dois negros libertários*. Rio de Janeiro: Ipeafro, 1985.

- *A África na escola brasileira*. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1991. Segunda edição, Rio de Janeiro: Seafro*, 1993.
- *Sankofa: resgate da cultura afro-Brasileira*, 2 vols. Rio de Janeiro: Seafro, 1994.
- *Dunia Ossaim: os afro-americanos e o meio ambiente*. Rio de Janeiro: Seafro, 1994A.
- Lima, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- Luz, Marco Aurélio (org). *Identidade negra e educação*. Salvador: Ianamá, 1989.
- Moura, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Ed. Conquista, 1972.
- Nascimento, Abdias do. *Orixás: os deuses vivos da África. Orishas: the living gods of africa in Brazil*. Rio de Janeiro: Ipeafro/Afrodiaspora, 1995.
- *A luta afro-brasileira no Senado*. Brasília: Senado Federal, 1991.
- “Quilombismo: the Afro-Brazilian road to Socialism”, in *African culture: the rhythms of unity*, org. por Molefi Kete Asante e Kariamu Welsh Asante. Thenton: Africa World Press, 1990. (Primeira edição da Greenwood Press, 1985.)
- *Povo negro: a sucessão e a “Nova República”*. Rio de Janeiro: Ipeafro, 1985.
- *O negro revoltado*, 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- *Sitiado em Lagos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- *O quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- “Teatro negro del Brasil”, in Gerardo Luzuriaga, org., *Popular theater for social change in Latin America: essays in Spanish and English*. Los Angeles: UCLA Latin American Studies Publications, 1978.
- “Racial democracy” in *Brazil: myth or reality?* Ibadan: Sketch Publishers, 1977.
- Padmore, George. *Pan-Africanism or Communism?* Nova York: Doubleday, 1972.
- Pinaud, João Luiz et alii. *Insurreição negra e justiça*. Rio de Janeiro: OAB, 1987.
- Ramos, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- Sedepron, Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras, Governo do Estado do Rio de Janeiro. *Nova etapa de uma antiga luta*. Rio de Janeiro: Sedepron, 1991.
- Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e (org). *O pensamento negro na educação*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1997.
- Triumpho, Vera Regina (org). *Rio Grande do Sul: aspectos da negritude*. Porto Alegre: Martins Livreiro, Editor, 1991.

*Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**Discurso proferido no Senado
Federal em 21 de outubro de 1997**

*Alerta para que sirvam de lição ao
Brasil os catastróficos incêndios
recentemente ocorridos na Malásia
e apelo às autoridades paulistas
pela preservação do Horto Florestal
Boa Sorte.*

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Sob a proteção de Olorum, inicio
este pronunciamento.

Diariamente, os veículos de comunicação têm divulgado notícias alarmantes sobre os incêndios que há cerca de dois meses vêm devastando impiedosamente as florestas da Indonésia e da Malásia, destruindo preciosas reservas ecológicas e alimentando uma imensa e perigosa nuvem de fumaça que já se espalha sobre seis países asiáticos. Cerca de 10 mil técnicos malaios e indonésios, auxiliados por equipes de salvamento francesas e canadenses, empenham-se na árdua tarefa de conter o fogo, que já queimou uma área equivalente a seis vezes o Estado do Rio de Janeiro e causou a morte de

seis pessoas por problemas respiratórios. Além de ocasionar sérios transtornos a grande parte dos habitantes da Indonésia, Malásia, Brunei, Cingapura, Tailândia e Filipinas, por vezes obrigando-os a abandonar suas residências. Também se atribui à fumaça do incêndio a queda de um avião Airbus na ilha de Sumatra, com a morte de 234 pessoas, no maior acidente aéreo da história da Indonésia. Só um milagre, afirmam os especialistas, poderá amenizar essa catástrofe ecológica, especialmente agora que o fogo atingiu a camada de turfa acumulada no subsolo e nem mesmo uma chuva intensa seria de grande valia.

Embora ocorrendo do outro lado do mundo, esse horrível desastre deve ter para nós um sabor de advertência. Ainda mais num momento em que a Amazônia enfrenta uma situação semelhante - embora, felizmente, de menor intensidade -, com o conhecido efeito das queimadas se somando a uma seca incomum para resultar em inúmeros transtornos à vida da já sofrida população local. A forma irresponsável como lidamos com o meio ambiente, herdada de uma "colonização" predatória, movida pelo lucro fácil e rápido, sem qualquer consideração para com o imenso patrimônio vegetal e animal encontrado à época do chamado "descobrimento", tem colocado o Brasil em posição nada invejável no *ranking* da devastação. Assim, foi com grande preocupação que tomamos conhecimento de um grande negócio feito no Brasil por uma empresa

madeireira da Malásia, a Rimbunan Hijau, que acaba de incorporar, em sistema de *joint venture*, as madeireiras paraenses Maginco Verde e Selva-Plac Verde. Para efetuar a transação, o empresário malaio George Fan Yn Yong - convidado a atuar na Amazônia pelo governador do Pará, Almir Gabriel - investiu aproximadamente 35 milhões de dólares, num projeto que pretende fazer do Brasil o líder mundial no mercado de madeiras, hoje dominado pela Indonésia.

Não nos devemos iludir, porém, com a prestidigitação de dados e números que mostra esse projeto como uma espécie de tábua de salvação para a sofrida população amazônica. Afinal, já foi cabalmente demonstrado que, embora seja possível realizar projetos de agricultura auto-sustentável naquela região, esse não é absolutamente o caso no que se refere à exploração de madeiras, pois esta implicaria a derrubada de árvores seculares, sem condições de regeneração, ameaçando frontalmente uma floresta caracterizada por um singular e delicado sistema ecológico. Num momento em que populações inteiras de países asiáticos se encontram ameaçadas de asfixia devido à poluição do ar decorrente de incêndios originados por queimadas promovidas por madeireiras, o povo brasileiro tem todo o direito, e até mesmo o dever, de cobrar explicações dos responsáveis. Sobretudo do Ibama, que nos deve a divulgação do estudo que supostamente fez sobre o assunto - indispensável para que o projeto fosse liberado -, mas que aparentemente não se pre-

ocupou em difundir os resultados. Cabe registrar que esse projeto foi denunciado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em sua edição de 7 de setembro último, numa reportagem que levanta os muitos aspectos duvidosos dessa sombria transação.

Toda essa preocupação me foi passada em minha recente viagem à cidade de Franca, no interior de São Paulo, à qual fui levado por assuntos de família. Lá fui procurado pelos dirigentes da Fepardo - Federação de Grupos Ecológicos Paulistas e Mineiros nas Regiões dos Rios Grande, Pardo, Mogi, Sapucaí, que pediram meu apoio a essa relevante causa, bem como para a solução do problema referente ao Horto Florestal Boa Sorte, ligado ao rombo do Banespa e à privatização da Fepasa. Nesse processo, a Fepasa vai comercializar madeira e terras de sete florestamentos de sua propriedade, alguns deles com grande quantidade de mananciais e terras nativas. É o caso do Horto Florestal Boa Sorte, cujas lagoas e nascentes são fundamentais para o ecossistema dos rios Sapucaí, Pardo, Grande e Mogi, essenciais para o já precário equilíbrio ecológico do Sudoeste Mineiro e do Norte/Nordeste Paulista. Segundo as informações que recebemos,

embora haja uma promessa do secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Fábio Feldmann, de preservar as reservas naturais dos Hortos de Boa Sorte, Caraguatatuba e outros, o desmatamento já está em curso, enquanto as autoridades se vêem atadas nos nós da burocracia. Queremos assim, desta tribuna, dirigir um apelo às autoridades paulistas, fazendo coro às organizações ecológicas, para que se encontre em tempo hábil a fórmula capaz de preservar esse inestimável patrimônio, cuja sobrevivência está intimamente relacionada à sobrevivência dos seres humanos naquela vasta região.

Se por muito tempo foram vistas, injustamente, como coisa de desocupados ou diletantes, as preocupações dos ambientalistas têm ganho, por força da concretização de algumas de suas mais sombrias profecias, o crescente reconhecimento de sua importância para a perpetuação da presença humana neste planeta. Que a catástrofe asiática nos sirva de lição, para que preservemos nosso meio ambiente, fator fundamental na vida da atual e das futuras gerações.

Axé!

**Discurso proferido no Senado
Federal em 23 de outubro de 1997**

*Considerações sobre a Conjuração
Baiana de 1798, mais conhecida
como Revolta dos Alfaiates ou
Revolta dos Búzios, episódio signifi-
cativo da luta secular do povo
brasileiro pela justiça e a liberdade.
Programação de atividades do
Grupo Cultural Olodum para a
celebração do Bicentenário da
Revolta dos Búzios.*

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Sob a proteção de Olorum, inicio
este pronunciamento.

Ocupo hoje esta tribuna para lembrar um dos episódios mais significativos da luta secular do povo brasileiro pela justiça e a liberdade. Um episódio que, apesar de considerado por nossos principais historiadores como sendo mais importante que a famosa Conjuração Mineira, continua até hoje relegado à penumbra, privando especialmente a nossa juventude de um dos exemplos mais inspiradores de tenacidade e abnegação pela causa da igualdade neste País. Esse exemplo é a Conjuração Baiana de 1798, mais conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Revolta dos Búzios.

A 13 de agosto de 1798, a capital baiana é surpreendida pela distribuição, sobretudo em igrejas e centros de prática religiosa, de panfletos escritos a mão, convocando o povo a se revoltar contra o domínio português. Alertado meses antes por uma carta do padre José da Fonseca Neves, que denunciava o cirurgião baiano Cipriano Barata como propagandista e chefe de uma sedição contra o Governo Imperial, o governador Fernando José de Portugal e Castro comanda as investigações, que redundam na prisão do soldado Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, incriminado pela caligrafia, em cuja residência são encontrados livros e documentos comprometedores. Ao mesmo tempo, denúncias conduzem à prisão do alfaiate João de Deus, do soldado Lucas Dantas e do lavrador Luís Pires. Ameaçado de morte, Luís Gonzaga acaba delatando os outros companheiros revolucionários.

Sobre eles se abate uma repressão dura, cruel e sobretudo seletiva. Dos cerca de 600 conspiradores - na imensa maioria, modestos artesãos, ao lado de negros e mulatos forros -, quatro são condenados à morte pela forca. Coincidentemente, todos negros. Para os restantes, penas de prisão, castigos corporais e degredo na África. Este é o caso do professor Muniz Aragão, autor do hino revolucionário, e dos tenentes José Gomes de Oliveira e Hermógenes Francisco. Melhor sorte teria o médico Cipriano Barata, solto após cumprir sua sentença.

Tal como a Conjuração Mineira, a Revolta dos Búzios - assim chamada porque os conjurados costumavam usar uma pequena concha de búzio presa à corrente do relógio - tinha como fonte inspiradora a Revolução Francesa, segundo seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Além de “reduzir o continente do Brasil a um governo democrático”, os revoltosos pretendiam abolir o cativo e a discriminação racial, instituir a liberdade religiosa, dividir entre a população “tudo que houvesse na capital”, abrir o porto de Salvador a navios de todos os países e executar o governador, em caso de resistência. Um programa bem mais consistente e radical, como se pode facilmente depreender, do que o da Conjuração Mineira, conduzida por burgueses, literatos e sacerdotes brancos, sem muito compromisso com as verdadeiras necessidades e aspirações das camadas populares. Isso se espelha com clareza não somente no rigor da repressão - afinal, apenas um “inconfidente” mineiro morreu enforcado, contra quatro revolucionários baianos de 1798 -, mas também na preocupação dos governantes da época em evitar que as notícias sobre essa revolta pudessem chegar às outras cidades da Colônia. Era o temor de que esse movimento, bem mais perigoso que aquela conspiração de padres e poetas, pudesse contaminar as massas despossuídas de outras regiões do Brasil.

Assim, diferentemente de Tiradentes e de outros heróis consagrados pela história oficial, os mártires da Revolta dos Búzios não viraram estátua em praça pública nem deram nomes a cidades. Seus feitos sequer aparecem nos livros didáticos, com exceção de vagas e diminutas citações, incapazes de fazer jus à sua importância na história das lutas de nosso povo. Felizmente, porém, a nova consciência que anima os afro-brasileiros na busca de justiça e igualdade tem se refletido igualmente na luta pelo reconhecimento de nossa importância como protagonistas na formação da nacionalidade brasileira. É nesse quadro que se inscreve o projeto 200 Anos da Revolta dos Búzios, iniciativa do Grupo Cultural Olodum, internacionalmente conhecido por utilizar a cultura popular afro-baiana como instrumento de conscientização quanto à história dos marginalizados e às desigualdades raciais em nosso país, tanto quanto como elemento-chave na recuperação da auto-estima dos afro-brasileiros. O Olodum significa uma verdadeira revolução instrumentalizada por meio da cultura.

Amplamente abrangente, o Programa de Atividades do Olodum para a Celebração do Bicentenário da Revolta dos Búzios inclui:

- a construção, no Campo do Di-que (local em que se reuniam os conspiradores de 1798), do Memorial da Liberdade Afro-Brasileira;
- a publicação de livros e revistas sobre esse evento histórico, para estudantes de primeiro e segundo grau;
- a mudança de nomes de ruas de Salvador para homenagear os mártires desse movimento;
- a constituição de comissão estadual, com representantes da comunidade negra e de outros setores da sociedade, para organizar os eventos do bicentenário;
- a constituição de comissão mista, com parlamentares do Senado e da Câmara, para organizar essas comemorações no plano do Legislativo Federal;
- a inclusão dos mártires da Revolta dos Búzios no livro dos Heróis da Pátria;
- a instituição do prêmio literário João de Deus para alunos de primeiro e segundo grau da Bahia e do Brasil, por meio do Ministério da Educação;
- a publicação, pelo Senado Federal, dos documentos sobre a Revolta dos Búzios;
- a desapropriação das casas em que viveram os mártires de 1798, no centro histórico de Salvador, e sua transformação em centros de estudos e pesquisas sobre democracia e liberdade;
- a construção e instalação, na Rua Chile, em Salvador, de biblioteca e museu da Rota da Liberdade, tendo como foco a presença africana nas Américas;
- a instituição do Prêmio Revolta dos Búzios para organizações baianas que se destaquem na área do trabalho social durante o ano de 1998.

Trata-se, como se vê, de um programa ambicioso, cuja concretização deverá enfrentar os obstáculos, quase sempre camuflados, que costumam interpor-se àqueles que se dedicam a resgatar o valor e a significação do legado africano à construção deste país. Mas que sem dúvida obterá o apoio de uma crescente parcela de nossa população, independen-

te de origem étnico-racial, que percebe na luta dos afro-brasileiros uma etapa necessária e indispensável à nossa consolidação como país democrático e multicultural. Ao Olodum, portanto, nossas homenagens e todo o nosso apoio.

Axé, Olodum! Salve a Revolta dos Búzios!

**Discurso proferido no Senado
Federal em 20 de novembro de 1997.**

Celebração da memória de Zumbi e daqueles que com ele tomaram, em defesa da dignidade humana, na primeira república livre das Américas, a República dos Palmares.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Sob a proteção de Olorum, inicio este pronunciamento, que é feito não somente em meu nome, mas também no do meu Partido, o PDT, e de toda a bancada pedetista desta Casa.

Naquela derradeira noite, ao revisitar os eventos dramáticos transcorridos nos últimos meses, o Capitão dos Negros fechou os olhos por um momento e se viu, junto com seu povo, à frente dele, lutando a batalha final no mocambo do Macaco. Era um cenário de sangue, do sangue de negros e de brancos, igualmente vermelho, misturado e justaposto, confundido na dor e na morte. Na mesma morte que levara tantos e tantos de seus melhores guerreiros, homens e mulheres.

Gente que um dia seria descrita como “estimando mais a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens”. Sentimento que os fizera fugir de fazendas e engenhos para se refugiar naquele “sítio naturalmente áspero, montanhoso e agreste, com tal espessura e confusão de ramos que em muitas partes é impenetrável à luz”, para ali fundar Angola Janga, ou Angola Pequena.

Corria o ano de 1695, e a Capitania de Pernambuco vivia ainda os tempos de fausto de um ciclo da cana-de-açúcar que logo cederia vez ao ciclo do ouro, o qual acabaria deslocando o eixo da economia colonial definitivamente para o sul. Fausto, é verdade, para uns poucos fazendeiros, senhores de engenhos e suas famílias, cuja riqueza permitia alimentar-se com produtos importados de Portugal e das demais colônias. Mas, para a maioria do povo - leia-se: dos brancos -, a realidade era principalmente a fome, cruel e onipresente numa região que produzia cana, cana e tão-somente cana, sem espaço para a agricultura de subsistência. Num cenário que, por sinal, pouco mudaria nos três séculos seguintes.

Se assim viviam os brancos sem posses, mais terrível era, com certeza, a sorte dos negros. Trazidos de sua terra natal, onde viviam em comunidades diversificadas pela língua, pelos costumes, pela religião e pelo grau de avanço tecnológico, reduzidos à condição de escravos e obrigados a atravessar o Atlântico na maior migração forçada de que

se tem notícia, esses homens, mulheres e crianças eram inconscientemente o objeto de uma singular experiência no campo da engenharia humana. Uma experiência que iria alterar para sempre a face das Américas - e de todo o planeta -, fundindo corpos, sentimentos e culturas, e redesenhando definitivamente o mapa das populações humanas.

As primeiras levas de africanos escravizados haviam chegado, quase 200 anos antes, aos portos de Recife e da Bahia, e à Capitania de São Vicente, no sul, trazidas já para as lavouras de cana-de-açúcar, as quais se espalhariam em pouco tempo por toda a região costeira da colônia - sempre tocadas pela força do braço africano. Sua origem era, basicamente, a parte sul da África. Em especial, Angola e Moçambique. Embora familiarizados com a escravidão dos prisioneiros de guerra, comum no Continente Africano como em todo o mundo antigo, o regime a que seriam aqui submetidos não era, em absoluto, semelhante àquele que conheciam. Não se tratava de escravos de famílias nobres, realizando serviços domésticos. Seus senhores não se pareciam com eles, na língua como nos traços físicos. Pior de tudo: jamais poderiam voltar a seu lugar de origem, do qual os separava o grande oceano.

O Capitão virou-se para o lado do sol nascente, como que a evocar uma terra que jamais tinha visto e que, sabia, jamais iria ver. Conseguia enxergá-la, porém, pelos olhos das tantas mães-grandes que lhe haviam descrito aquele lugar gigantesco e

misterioso, de impérios e reinos ricos e poderosos, de paisagens grandiosas e de animais magníficos que mais pareciam o produto da embriaguez ou do delírio. Sua visão o levou a palácios monumentais e minúsculas aldeias, a grandes montanhas, imensas planícies e enormes desertos, fazendo-o percorrer uma variedade de climas, do mais agradável ao extremamente agressivo. O corpo cansado de tantas batalhas e feridas malcuradas obrigou-o a sentar-se à sombra de uma grande palmeira, trazendo-lhe à mente as cenas, quantas vezes descritas, da captura dessa gente em guerras locais, sua venda a traficantes europeus e a terrível travessia do oceano em navios cujos próprios tripulantes chamavam pelo nome terrível de tumbeiros. De quantos haviam perecido em combate, rebelando-se contra seus captores, ou simplesmente de fome, sede, disenteria e escorbuto, os corpos atirados ao mar para saciar a fome inesgotável dos tubarões. Das tantas formas de resistência nos locais de destino, incluindo o suicídio e o infanticídio, a fim de que seus filhos não crescessem como escravos, e a perigosa fuga para lugares de difícil acesso, tendo sempre a morte à sua espreita.

Data de 1604 o primeiro contato de um destacamento do exército colonial português com aquele que viria a ser conhecido como o Quilombo de Palmares. “Quilombo”, palavra que o mais conceituado dicionário do português falado no Brasil, o Aurélio, expressando a visão tur-

va do colonizador, define simplesmente como “valhacouto de negros fugidos”. Algo como um mero covil de ladrões. Se assim fosse, como se explicaria a longa sobrevivência dessa heróica comunidade, atacada que foi continuamente pelos portugueses e também pelos holandeses, durante sua breve e malsucedida ocupação de Pernambuco, em meados do século XVII? Registros históricos assinalam mais de 30 expedições contra Palmares em cerca de 90 anos, e a única explicação plausível para a sua resistência reside na extraordinária capacidade de organização militar do seu povo. Usando da clássica tática de guerrilha dos resistentes de todos os tempos, os palmarinos fugiam antes das tropas que chegavam para persegui-los e se embrenhavam pelo mato, deixando aos inimigos apenas mocambos vazios. Lançavam emboscadas e desapareciam na selva, onde, depois de uma ou duas gerações de “filhos do mato”, tinham a vantagem do conhecimento do terreno. Em casos extremos, todos eram mobilizados, sem exceção das mulheres, que nessas ocasiões, segundo o testemunho de um espião, “mais parecem feras que pessoas do seu sexo”.

Até bem pouco tempo, nossos livros didáticos costumavam difundir a idéia de que os africanos aceitaram docilmente a escravidão. Bem diversa era a visão daqueles que lutaram contra os quilombolas, como o senhor de engenho João Fernandes Vieira: “(...) chegam, pois, os nossos soldados aos Palmares, onde os negros, como senhores dos intrincados caminhos e escondidos lugares, lhes armam ciladas, matando a muitos

que marcham carregados do sustento que levam, e alguns largam tudo por fugir mais desembaraçados, dilatando a vida, mas não evitando a morte, que por mãos da fome, interior e irreparável inimigo, depois padecem. (...) Quando chegam os nossos às povoações dos negros, levados por guia, ou por acaso, os acham com fortificações de estacadas e fossos com paus agudos para os que caírem neles; defendem-se com valor naquele primeiro ímpeto, resistindo ao assalto e peleja com que os investem; vendo-se apertados, se retiram pelos Palmares dentro, para onde não podem ser seguidos, porque aquelas estradas só sabem andar e dentro daquele labirinto de troncos têm retiradas as suas famílias.” O mesmo senhor de engenho enfatiza a “prática militar, aguerrida na disciplina do seu capitão e general Zumbi, que os fez destruíssimos nos usos de todas as armas, de que têm muitas em quantidade, assim de fogo como de espadas, lanças e flechas”.

A memória do Capitão fê-lo recuar 40 anos, trazendo-lhe à mente o bebê franzino entregue, como se fora um animalzinho doméstico - uma “cria”, no rude linguajar dos escravagistas -, ao padre Antônio Melo. Isso aconteceu logo após a expulsão dos holandeses em Pernambuco. O governador Francisco Barreto enviou uma expedição militar contra Palmares. Num primeiro encontro, a expedição teve êxito e fez um lote de prisioneiros, entre os quais estava ele, ainda bebê. Foi parar nas mãos do padre Melo, na vila de Porto

Calvo, perto de Palmares, usada como base de operações contra os aquilombados. Batizado de Francisco, o menino revelara grande inteligência, aprendera a ler e escrever - privilégio único entre os do seu povo - e se tornara coroinha. Nada disso, porém, o colocara em dúvida sobre quem realmente era. Um sorriso, entre irônico e benevolente, assomou aos lábios do Capitão ao mirar o reflexo de seu rosto nas águas escuras da lagoa iluminadas pelo brilho da lua cheia. Imaginou a reação de espanto do sacerdote quando, aos 15 anos, o menino fugira para se juntar aos negros levantados de Palmares. Por mais bem-intencionado, o padre não podia entender o sentimento daquele menino, desejoso de fazer parte de uma luta cujo objetivo não era a liberdade de um só negro, ou de um grupo de negros, mas de todos os africanos escravizados trazidos para aquela terra estranha. Mas todo aquele aprendizado, se um dia parecera inútil diante da nova realidade dos mocambos, em que o jovem fora obrigado a se iniciar principalmente nas artes da guerra, mais tarde se revelara um fator importante no enfrentamento de um adversário que ele conhecera de perto, convivendo lado a lado, em todas as suas qualidades e fraquezas. Lembrou-se vivamente de Ganga Zumba, mestre dos mestres da guerra, de seu irmão Gana Zona, de Pedro Carapaça, de Amaro, Arotirene, Osanga, Andalaquituche e Ganga Muíça, e de todos os malungos

que lhe haviam ensinado a ciência da vida e as artes da morte. A imagem de Ganga Zumba evocou-lhe a dolorosa divisão ocorrida no quilombo, quando o velho comandante decidira aceitar a oferta de paz do Governador Pedro de Almeida, incluindo o posto de oficial do exército português. Em troca, ele e seus homens teriam de caçar pessoalmente e devolver aos antigos donos os escravos fugidos. Ah!, como fora penosa a decisão de guerrear Ganga Zumba, seu antigo chefe, por todos os meios necessários, até mesmo o envenenamento. Mas tivera de ser assim, não havia outra forma. Era preciso lutar até que o último negro estivesse livre do domínio dos brancos. Mesmo que isso significasse ter de cortar a própria carne.

A mesma oferta feita a Ganga Zumba, em 1678, seria repetida ao próprio Zumbi, dois anos depois, agora pelo governador Aires de Sousa e Castro: “perdão” e liberdade, para ele e sua família, em troca da traição à causa. A recusa peremptória fez o Governador entender melhor a situação. Zumbi não se dobrava. Seria preciso derrotá-lo militarmente. Poucos seriam capazes dessa proeza.

No século XVII, as palavras paulista e bandeirante eram quase sinônimas, mas com uma conotação bem diversa do que se poderia imaginar hoje em dia. Em lugar de respeito e admiração, evocavam antes temor e desprezo, pois se referiam a uma gente rude e sanguinária, cuja principal atividade consis-

tia em prear - ou seja, caçar - negros e índios fugidos. Sujos, descalços e cobertos de trapos, nada tinham da imagem romântica que depois se fez deles - as botas inclusive. Quase sempre mamelucos, filhos de homens portugueses e mulheres indígenas, eram à época o produto mais acabado da miscigenação promovida pelos lusos, aos quais serviam como eficazes e temidos cães-de-caça. Domingos Jorge Velho era um desses homens, ou talvez o pior deles. Por isso foi escolhido para derrotar Palmares.

Era uma empreitada difícilíssima, já se tinha visto, e para levá-la a cabo foi necessário reunir um exército de 9 mil homens, entre combatentes e retaguarda. Isso mais uma completa infra-estrutura bélica, com os melhores armamentos então disponíveis na colônia. Depois de muitas investidas - e de algumas derrotas -, os homens de Domingo Jorge Velho conseguiram, em setembro de 1694, vencer a heróica resistência dos quilombolas do Macaco, o maior e mais importante mocambo, dizimando os guerreiros, degolando impiedosamente os vencidos e aprisionando os sobreviventes. Zumbi, no entanto, conseguiu fugir, ao lado de um punhado de seus homens. Embrenhou-se no mato, em busca de um refúgio seguro onde pudesse recuperar as forças e esperar o melhor momento para reorganizar a resistência.

Um ano depois, em setembro de 1695, uma tropa composta de “moradores do Rio São Francisco” emboscou um destacamento de Zumbi, chefiado pelo mulato Antônio Soares, que foi aprisio-

nado. Sob as cruéis torturas que se pode imaginar, Soares se viu forçado a trair Zumbi, que se escondera na serra Dois Irmãos, numa garganta próxima à cachoeira do rio Paraíbas. Cercado por um inimigo superior em número e armas, Zumbi defendeu-se bravamente.

Uma vida inteira de guerras aguçara os instintos do Capitão. Sabia que a Coroa portuguesa não desistiria enquanto não o houvesse aniquilado. Precisava de tempo, e não pouco, para reunir os malungos que haviam sobrevivido à queda de Macaco, encontrar outro lugar seguro para instalar seu quartel-general e de lá reiniciar as incursões a fazendas e engenhos para libertar seus futuros soldados. Mas o tempo tinha asas de falcão. Se ao menos pudesse paralisá-lo... A noite se passara entre reflexões e cochilos, e o Capitão acordou sobressaltado ao perceber o rumor de passos atravessando a garganta. Um vulto emergiu à sua frente. Mas que alívio: era Antônio Soares.

Morto em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi decapitado e esquartejado, como era praxe entre os *civilizados* portugueses. Sua cabeça foi levada ao Recife para ser exposta em praça pública, com o que se esperava atemorizar e dissuadir quilombolas em potencial. Não daria certo. Longe de se restringir a Palmares, o exemplo do quilombo se espalhou como fogo em palha de cana, atingindo todos as regiões da colônia. Do Amapá ao Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro a Mato Grosso, onde quer se fizessem presentes em número suficiente,

africanos e afro-brasileiros organizaram-se em quilombos e lutaram contra o sistema escravista. No final, a resistência negra, elevando substancialmente o custo da dominação, foi um dos fatores importantes a determinar a Abolição, ainda que tardia, da Escravatura no Brasil.

A saga de Palmares, contudo, teria de esperar quase três séculos para obter o reconhecimento de seu valor histórico. Isso começou no início dos anos setenta, quando uma organização de jovens intelectuais e militantes afro-gaúchos - autodenominada, não por acaso, Grupo Palmares - propôs a celebração do 20 de Novembro como "Dia do Negro". Viviam-se o período sombrio da ditadura militar, cujos próceres tinham uma especial atenção voltada para o potencial explosivo da questão racial. Mas era também a época do renascimento da luta dos afro-brasileiros, que, estimulados pela afirmação de seus irmãos na própria África e na América do Norte, em guerra contra o colonialismo e o racismo, retomavam as bandeiras empunhadas décadas atrás por organizações de vanguarda como a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. A determinação e a perseverança da militância negra, em conjunto com seus aliados nas arenas acadêmica e política, acabou impondo-se à renitência - por vezes ignorante, quase sempre interessada - dos racistas. E o 20 de Novembro foi ganhando espaço nos planos municipal, estadual e federal, como data a ser reverenciada pelos os amantes da justiça, da liberdade e da igualdade, independente de aparência física ou de filiação étnica.

Seria enganoso concluir de todo esse processo que a luta de Zumbi pela dignidade dos filhos da África no Brasil tenha sido uma luta vitoriosa no plano concreto. Basta lançar os olhos sobre a realidade dos afro-brasileiros para constatar as condições de inferiorização, humilhação e desigualdade em que vive a maioria de nós, anestesiados e domesticados pelo mito da “democracia racial”, instrumento ideológico criado e aperfeiçoado em séculos de dominação ibérica nas Américas ao sul do Rio Grande. A vitória de Palmares tem se dado, antes, no plano simbólico, fornecendo aos afro-brasileiros um poderoso referencial, capaz de desmentir todos os estereótipos habilmente forjados para que os negros se mantenham no “seu” lugar. Pois Zumbi representa o negro, o homem, o ser humano que prefere a morte a aceitar seu lugar de escravo. Mais que isso, ao rejeitar a paz de Ganga Zumba, Zumbi simboliza o negro que não aceita migalhas, consciente de que a sua é uma luta coletiva, que só terá fim com a libertação da totalidade de seus irmãos.

Se vivesse hoje em dia, Zumbi teria muitas razões para a tristeza e a revolta, em virtude das condições de vida de seus descendentes, e da passiva aceitação por muitos destes da ideologia racista e assimilacionista corporificada no mito da “democracia racial”. Mas encontraria também motivos de regozijo e esperança pela presença de uma cultura africana que soube resistir às adversidades para se impor - se não de direito, com certeza de fato - como a verdadeira cultura nacional brasileira. E pela crescente conscientização dos afro-brasileiros em relação aos seus direitos, à sua força, à sua capacidade e à sua História. Sem o que - não se pode ter dúvida disso - não estaríamos aqui, no dia de hoje, reverenciando a memória de Zumbi e a daqueles que com ele tomaram, em defesa da dignidade humana, na primeira república livre das Américas, a República de Palmares.

Zumbi está vivo!

Parecer nº 735, de 1997

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1997, (nº 85, de 1995, na Casa de origem), que dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1997 (nº 85, de 1995, na Casa de origem), de autoria do Deputado José Coimbra, que “dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências”.

Em seu artigo 1º, a proposição determina ser a capoeira manifestação desportiva de criação nacional e incluir-se entre os bens que constituem o patrimônio cultural do País. Estabelece, a seguir, no artigo 2º, que o Poder Executivo protegerá e incentivará o mencionado esporte, na forma da legislação pertinente. Finalmente, no artigo 3º, confere o prazo de noventa dias para o citado Poder regulamentar a lei.

II – ANÁLISE

Em sua Justificação, o Autor afirma que algumas das principais tradições da cultura brasileira estão sendo esquecidas e relegadas ao abandono, como é o caso da capoeira. Ao mesmo tempo, lutas de competição de origem estrangeira, como karatê, judô e boxe, são cada vez mais divulgadas no País.

Recordando a máxima de que “um povo que não cultua suas tradições torna-se um povo amorfo”, o Deputado José Coimbra ressalta a necessidade de incentivar a prática dessa modalidade de luta genuinamente brasileira, tal como propõe o projeto em apreço.

De fato, a capoeira representa uma das manifestações mais tradicionais da cultura brasileira. Há notícias de sua prática desde a transferência da capital brasileira da Bahia para o Rio de Janeiro, ocorrida em 1763.

Não há acordo, porém, com respeito à origem dessa forma de luta. Édison Carneiro, respeitável pesquisador brasileiro, afirma ter-se a capoeira originado em Angola, de onde foi trazida para o Brasil pelos escravos.

Outros estudiosos, entre os quais inclui-se Waldeloir Rego, defendem a tese de não haver provas que permitam assegurar ter a capoeira sido trazida pelos cativos. Segundo eles, há evidências mais sólidas de que a luta desenvolveu-se como manifestação urbana dos escravos já radicados no Brasil.

Parece não haver dúvida, todavia, de que essa forma de luta mesclada com passos de dança foi uma das principais formas de resistência cultural do negro brasileiro, notadamente durante o regime da escravidão. O já citado Édison Carneiro assevera ter a capoeira sido, igualmente, instrumento valioso na defesa da liberdade do negro liberto, até que a repressão policial e as mudanças ocorridas na sociedade fizeram-na tornar-se um jogo, uma modalidade de luta desportiva.

As limitações impostas às manifestações dos negros brasileiros frequentemente incluíram a repressão à capoeira, como atestam disposições legais, as aventuras dos capoeiristas mais famosos e algumas quadrinhas cantadas nas rodas de capoeira. Alguns desses versos lembram a atuação do chefe da polícia do Rio de Janeiro no início do século XIX e as artimanhas dos praticantes de capoeira para escapar de sua perseguição.

Atualmente, o jogo da capoeira – ao mesmo tempo canto, música, dança e luta – é praticado em academias, conquanto seja forçoso reconhecer a predominância dos esportes ditos marciais, praticados mundialmente e reconhecidos como de competição internacional. Ainda aqui, a capoeira impõe-se como forma de resistência cultural da nacionalidade.

Em boa hora, o projeto em análise propõe diretrizes com o fim de proteger e incentivar manifestação tão cara à cultura brasileira.

A preservação da capoeira e de sua existência como expressão da cultura nacional muito deve aos grandes mestres capoeiristas, alguns dos quais dedicaram a vida ao ensino e à difusão dessa tradicional luta. No parecer que ora oferecemos à proposição do ilustre Deputado José Coimbra, rendemos tributo aos capoeiristas brasileiros, registrando o nome dos grandes mestres de capoeira de São Paulo: Cavaco Domingos de Laudo Nascimento, Neninho de Obaluayê, Anandi das Areias, Ailton Bazan e Maurão; os mestres da Bahia: Nádia Maria Cardoso da Silva, Pedro Moraes Trindade e Odiosvaldo Bonfim Vigas; e os mestres do Rio de Janeiro: Antônio Oliveira Benvindo e João Carlos Pires.

III – VOTO

O Projeto em exame é constitucional e jurídico, além de observar a boa técnica legislativa. Quanto ao mérito, representa iniciativa oportuna, com vistas a defender e incentivar uma das expressões mais tradicionais da cultura brasileira

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1997 (nº 85, de 1995, na Casa de origem)

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1997.

Joel Hollanda: **Vice-Presidente no exercício da Presidência**

Abdias Nascimento: **Relator**

Membros da Comissão: Waldeck Ornelas - Romeu Tuma - Édson Lobão - Otoniel Machado - João Rocha - Levi Dias - Beni Veras - Fernando Bezerra - Lúcio Alcântara - Jonas Pinheiro - Élcio Álvares - Emília Fernandes - Gilberto Miranda - Marina Silva - Sergio Machado.

Publicado no *Diário do Senado Federal* em 13 de novembro de 1997.

Parecer sobre PLS 202/97

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 1997.

*Declara Data Nacional o
dia 20 de Novembro,
“Dia Nacional da Consciência
Negra”.*

I – HISTÓRICO

De autoria da Senadora Benedita da Silva, o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 1997, “declara Data Nacional o dia 20 de Novembro, ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”

Em seu artigo 1º, declara Data Nacional o dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, e o institui como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Por intermédio do seu artigo 2º, inclui tal dia no calendário oficial das datas comemorativas brasileiras e, em seu artigo 3º, determina a sua observância em todo território nacional.

II – ANÁLISE

Em sua Justificação, a Autora afirma que as entidades negras comemoram em 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi, o Dia Nacional da Consciência Negra, uma vez que esse herói representa um dos maiores símbolos da luta pela liberdade e por uma sociedade mais justa.

Embora a data possua especial significado para os negros, sua importância transcende a comunidade afro-brasileira, pois registra a primeira experiência da luta nacional pela liberdade e pela igualdade. Nesse sentido, afirma a Autora em sua Justificação, comemorar o dia em apreço como data histórica nacional significa recordar a “doação heróica de milhares de vidas e empenhos à liberdade do Brasil, numa resistência a toda e qualquer forma de escravidão”.

De fato, a experiência do Quilombo dos Palmares representa tentativa pioneira de independência do domínio colonial e de construção de uma nação que tivesse por fundamento a igualdade. A população de Palmares era predominantemente negra, mas lá, igualmente, viviam índios, mamelucos, mulattos e brancos, esses últimos constituídos principalmente por soldados que aderiram ao ideal quilombola e lavradores expulsos de suas terras.

O Quilombo chegou a congregar entre 20 mil e 30 mil habitantes, distribuídos em vários núcleos populacionais, durou cem anos e resistiu a mais de 60 ex-

pedições militares do poder colonial. A experiência envolveu região compreendida entre o norte de Alagoas e o sul de Pernambuco, e seus pontos extremos distavam mais de 300 quilômetros.

Sua importância não se mede apenas por esses números tão eloquentes, mas sobretudo pelo fato de ter cristalizado a idéia e a possibilidade do quilombo como alternativa à escravidão e como retorno à liberdade dos ancestrais africanos.

Recorde-se, a esse respeito, que a maior parte da população no momento da destruição de Palmares era nascida no Quilombo e, assim, só conhecera a liberdade.

Mesmo com a derrota da chamada federação de Palmares, inúmeros quilombos resistiram em outras regiões da então colônia portuguesa, conquanto nenhum deles tenha tido importância comparável à daquele. De qualquer forma, como prática libertadora, como expectativa do negro fugitivo do cativo ou como esperança do escravo, o quilombo continuou a desempenhar papel fundamental na consciência libertária do negro brasileiro.

Palmares não passou despercebido da população da época e era compreendido, pelas autoridades coloniais, como desafio à dominação do poder constituído. O envio de mais de 60 expedições militares, no século que medeia a fundação e a derrota do Quilombo, dá bem o seu significado para o poder então dominante.

A histórica experiência do povo de Palmares e sua heróica resistência na guerra, de que resultou a destruição do Quilombo e o extermínio de quase toda sua população, representam uma das mais importantes lutas de libertação entre as que constituíram a nacionalidade do nosso País. Zumbi dos Palmares, o líder maior do Quilombo, inclui-se entre os heróis que fizeram da luta pela liberdade um dos pilares da Nação brasileira.

Ao elaborar e submeter a proposição em exame à elevada apreciação das duas Casas do Congresso Nacional, a Senadora Benedita da Silva muito nos honra ao retomar, em boa medida, iniciativa por nós apresentada à Câmara dos Deputados, sob a forma do Projeto de Lei nº 1.550, de 1983. Naquela oportunidade, incluímos na Justificação do nosso

projeto rol com mais de 110 entidades afro-brasileiras, de quinze diferentes estados, que haviam manifestado apoio à idéia contida em nossa proposição. Aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto foi, todavia, rejeitado pelo Senado Federal.


III – VOTO

O projeto em análise é constitucional, jurídico e observa os cânones da boa técnica legislativa. Relativamente ao mérito, propõe, de forma oportuna, seja reverenciado pela memória pátria um dos principais heróis da nacionalidade brasileira.

Assim, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 1997.

Senador Abdias Nascimento

Emendas ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1998



O Senador Abdias Nascimento apresentou três emendas ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1998, beneficiando a Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, que tem a missão institucional de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos, decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, como resultado de esforços e de atuação política de militantes dos movimentos sociais negros.

Todas as emendas foram aprovadas pelo Relator da Subcomissão de Educação e do Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e pelo Relator Geral do projeto, sendo, posteriormente, incluídos na Lei nº 9.598, de 30/12/97, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1998.

A proposta orçamentária da Fundação Cultural Palmares para 1998, constante do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, somava recursos da ordem de R\$2.772.950,00 para atendimento de despesas de manutenção administrativa e investimentos.

O Senador Abdias Nascimento apresentou emendas que reforçaram o orçamento da Fundação Cultural Palmares em R\$1.300.000,00, que correspondem a cerca de 50% do total dos recursos originalmente consignados no Orçamento da União para essa entidade.

A primeira delas destina-se à realização de programas de preservação do Sítio histórico da Serra da Barriga, em União dos Palmares (AL) e a estruturação do projeto Serra da Barriga Ano XXI, com execução das seguintes etapas: infra-estrutura física para assegurar a preservação, o reflorestamento e espaço para visitas do público; potencializar a Serra da Barriga para ser incluída nos projetos de turismo cultural nos programas turismo étnico e turismo ecológico; difundir os sítios históricos e turísticos, associado à região e ao Estado potencializando seu reconhecimento como um dos territórios históricos mais importantes das Américas, divulgando também a história de Zumbi dos Palmares no Brasil e no exterior (R\$ 500.000,00).

EMENDA À DESPESA

NUMERO DA EMENDA: 22990001

01 - MODALIDADE DE EMENDA: 09 - PARLAMENTAR

02 - SITUAÇÃO DO SUBPROJETO: C - CONSTANTE DO PL26/97-CN

03 - SEQUENCIAL (PL26/97-CN): 004541 5

04 - ÁREA DE GOVERNO: 14 - CULTURA E DESPORTO

05 - MODALIDADE DE INTERVENÇÃO: 990 - ATÍPICA / OUTRAS

06 - TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA: 246 - PATRIM.HISTÓRICO E ARTÍSTICO

07 - LOCALIDADE BENEFICIADA: 21009-4 UNIÃO DOS PALMARES AL

08 - ESPERA ORÇAMENTÁRIA: 1-ORÇAMENTO FISCAL

09 - COMPLEMENTO DA LOCALIDADE:

10 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 42203 FUND.CULTURAL PALMARES

11 - TEXTO DA EMENDA:
09.048.0246.4031.1285 GUARDA E PRESERVAÇÃO DA SERRA DA BARRIGA EM UNIÃO DOS PALMARES - AL (SERRA DA BARRIGA)

12 - REGISTRO SUBVENÇÃO:

13 - ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1.000)

3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000	90 - APLICAÇÕES DIRETAS
4 - INVESTIMENTOS	250.000	90 - APLICAÇÕES DIRETAS
TOTAL ...	500.000	

14 - PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS, DOS RECURSOS ACRESCIDOS POR PARTICIPAÇÃO ADONÁRIA

15 - CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

RECURSOS	004.496 0	09.048.0246.4517.0001	100	4	90	500.000
----------	-----------	-----------------------	-----	---	----	---------

16 - JUSTIFICAÇÃO

O PROGRAMA DE 1998 DEVERA COMPREENDER A REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DA SERRA DA BARRIGA E A ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO SERRA DA BARRIGA ANO XXI, COM EXECUÇÃO DAS SEGUINTES ETAPAS: INFRA ESTRUTURA FÍSICA PARA ASSEGURAR A PRESERVAÇÃO, O REFLORESTAMENTO E ESPAÇO PARA VISITAS DO PÚBLICO; POTENCIALIZAR A SERRA DA BARRIGA PARA SER INCLUIDA NOS PROJETOS DE TURISMO CULTURAL, NOS PROGRAMAS TURISMO ÉTNICO E TURISMO ECOLÓGICO; DIFUNDIR OS SÍTIOS HISTÓRICOS E TURÍSTICOS, ASSOCIADO À REGIÃO E AO ESTADO, POTENCIALIZANDO SEU RECONHECIMENTO COMO UM DOS TERRITÓRIOS HISTÓRICOS MAIS IMPORTANTES DAS AMÉRICAS, DIVULGANDO TAMBÉM A HISTÓRIA DE ZUMBI DOS PALMARES NO BRASIL E NO EXTERIOR.

17 - AUTOR DA EMENDA: 2299 8 ABDIAS NASCIMENTO

DATA DA GERAÇÃO: 21/10/97

AUTENTICAÇÃO: 4268240

A segunda visa atender a demanda da comunidade afro-brasileira e de estudiosos em geral por solicitação de apoio a projetos de atuação, nos diversos Estados brasileiros, para permitir a realização de ações que permitam a visibilidade dessas comunidades. Assim, essa emenda vem destinar recursos para programas de estímulo à produção artístico-cultural referenciada nas manifestações dos diversos segmentos étnicos. (R\$ 300.000,00).

EMENDA À DESPESA

PLANO DA EMENDA: 22990002

01 - MODALIDADE DE EMENDA: 09 - PARLAMENTAR

02 - SITUAÇÃO DO SUBPROJETO: C - CONSTANTE DO PL25/97-CN

03 - SEQUENCIAL (PL25/97-CN): 004542 9

04 - ÁREA DE GOVERNO: 14 - CULTURA E DESPORTO

05 - MODALIDADE DE INTERVENÇÃO: 108 - APOIO E INCENTIVO A/AO

06 - TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA: 247 - ATIVIDADES CULTURAIS

07 - LOCALIDADE BENEFICIADA: 80000-4 NACIONAL

08 - COMPLEMENTO DA LOCALIDADE: NA

09 - ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1-ORÇAMENTO FISCAL

10 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 42203 FUND. CULTURAL PALMARES

11 - TEXTO DA EMENDA

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES: 08.048.0247.2906.0002 ESTÍMULO A PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL REFERENCIADA NAS MANIFESTAÇÕES DOS DIVERSOS SEGMENTOS ÉTNICOS

ESPECIFICAÇÃO UNIDADE	META DO SUBPROJETO	QUANTIDADE
PROJETO APOIADO (UNIDADE) *		2

12 - REGISTRO SUBVENÇÃO

13 - ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1.00)

3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000	90 - APLICAÇÕES DIRETAS
TOTAL ...	300.000	

14 - PROGRAMAÇÃO, NO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS, DOS RECURSOS ACRESCIDOS POR PARTICIPAÇÃO AÇIONÁRIA

CODIGO DA ESTATAL	SEQUENCIAL	FUNCCIONAL-PROGRAMÁTICA	ANO	VALOR ACRESCIDO (EM R\$ 1.00)

15 - CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FUNCCIONAL	FORTE	ANO	NO. APLICAÇÃO	VALOR CANCELADO (EM R\$ 1.00)
004.486 6	08.048.0246.4517.0001	100	4	90	300.000

16 - JUSTIFICAÇÃO

O SENSÍVEL AUMENTO DA DEMANDA DA COMUNIDADE AFRO-BRASILEIRA E DE ESTUDIOSOS EM GERAL POR SOLICITAÇÃO DE APOIO A PROJETOS DE ATUAÇÃO NOS DIVERSOS ESTADOS BRASILEIROS EVIDENCIAM O DESEJO POR PARTE DA COMUNIDADE AFRO-BRASILEIRO, DE QUE SE REALIZEM AÇÕES QUE PERMITAM A VISIBILIDADE DESSAS COMUNIDADES. A SOCIEDADE BRASILEIRA E A INTERNACIONAL TEM BUSCADO A PRODUÇÃO CULTURAL DOS ARTISTAS NEGROS BRASILEIROS.

17 - AUTOR DA EMENDA

CODIGO	NOME	PARTIDO	UF
2299 8	ABDIAS NASCIMENTO	PDT	RJ

DATA DA GERAÇÃO DA EMENDA: 21/10/97

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA: -11476015

VERBA: PLANO DA EMENDA

A terceira objetiva a implantação, no Brasil, do Projeto Rota do Escravo, da UNESCO, compreendendo a realização de um Seminário Internacional, bem como de mostras e exposições e pesquisas e ainda de teleconferência dos PALOPs (países de língua portuguesa), com o fim de difundir informações sobre os projetos em andamento (R\$ 500.000,00).

EMENDA À DESPESA NÚMERO DA EMENDA
22990003

01 - MODALIDADE DE EMENDA: 09 - PARLAMENTAR 02 - SITUAÇÃO DO SUBPROJETO: I - A SER INCLUIDO NO PL25/97-CN 03 - SEQUENCIAL (PL25/97-CN)

04 - ÁREA DE GOVERNO: 14 - CULTURA E DESPORTO

05 - MODALIDADE DE INTERVENÇÃO: 990 - ATÍPICA / OUTRAS 06 - TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA: 500 - *ATÍPICO(NÃO PREV.NA TABELA)

07 - LOCALIDADE BENEFICIADA: 90000-4 NACIONAL 08 - COMPLEMENTO DA LOCALIDADE: NA

09 - ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1-ORÇAMENTO FISCAL 10 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 42203 FUND.CULTURAL PALMARES

11 - TEXTO DA EMENDA
SUBPROJETO/ATIVIDADE: 08.048.0247.2906.0000 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ROTA DO ESCRAVO NACIONAL - NA
ESPECIFICACÃO/UNIDADE: UNIDADES MÚLTIPLAS (CLASSIF. POSTERIOR) QUANTIDADE: 1

12 - REGISTRO SUBVENÇÃO

13 - ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000	90 - APLICAÇÕES DIRETAS
T O T A L	800.000	

14 - PROGRAMAÇÃO, NO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS, DOS RECURSOS ACRESCIDOS POR PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

CODIGO DA ESTATAL	ESPECIFICACÃO	FUNCAONAL/RESERVANTES	ANO	VALOR ACRESCIDO (EM R\$ 1,00)

15 - CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

DOCUMENTAL	UNIDADE	FUNCAO	ANO	DOB. APLICACAO	VALOR DEBITADO (EM R\$ 1,00)
004.486 6	08.048.0248.4517.0001	100	4	90	500.000

16 - JUSTIFICAÇÃO

IMPLANTAR O PROJETO ROTA DO ESCRAVO, DA UNESCO, NO BRASIL, QUE COMPREENDE: PESQUISAS, MOSTRAS, E EXPOSIÇÕES, REALIZAR UM SEMINARIO INTERNACIONAL NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1998 EM SALVADOR, REALIZAR TELECONFERENCE DOS PALOPS (PAISES DE LINGUA PORTUGUESA) NO FINAL DE 98 EM SALVADOR, PARA DIFUNDIR INFORMACOES SOBRE OS PROJETOS EM ANDAMENTO.

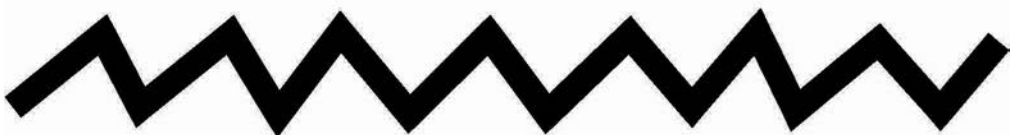
17 - AUTOR DA EMENDA

CODIGO: 2299 8	NOME: ABDIAS NASCIMENTO	PARTIDO: PDT	UF: RJ
DATA DA GERACAO DA EMENDA: 21/10/97	AUTENTICACAO ELETRONICA: -2788239		

LEIA SEM VOTO ELETRONICO



DEPOIMENTOS



Diário de um negro atuante

Ironides Rodrigues

O Diário de um negro atuante é o testemunho de uma vida extraordinária e de uma inteligência excepcional: as de Ironides Rodrigues, intelectual afro-brasileiro pouco conhecido. Mineiro de origem, Ironides habitava o subúrbio de Bento Ribeiro, no Rio de Janeiro, acompanhando com aguda sensibilidade tanto os assuntos de seu povo como da cultura em geral. Sua especialidade era a crítica cinematográfica. Publicamos na Thoth alguns trechos da vasta obra inédita de Ironides, como tributo do respeito, amizade e carinho daqueles que o conheceram como um dos mais destacados militantes negros de seu tempo.

7 DE SETEMBRO - Dia de meu aniversário. Sou bem do signo virginiano, que tem grandes pendores para as letras, é fiel e muito franco nos seus pontos de vista, muito crítico e de certo modo mordaz nas análises que faz a respeito de quem quer que seja. O virginiano ama

com intensidade, mas sabe que este excesso de amor sublime não pode ser correspondido. Por isto, não se prende muito às afeições amorosas. Quando gosta de alguém, com medo de ser decepcionado, vai levando na corrente impetuosa do destino essa paixão que poderia consumi-lo de dor e desespero. Tem o gênio forte, enfrenta qualquer tipo de empecilhos, não leva jamais desaforo de ninguém e para defender um direito seu vai até as últimas conseqüências. O virginiano é bastante forte para enfrentar os embates da vida, não desertando a área quando surge um contratempo ou imprevisto. Devido ao seu gênio conciliador, pois que este signo é regido pelo deus da cordialidade e do afeto, Mercúrio, o virginiano pode se dar com qualquer outro signo do zodíaco, mesmo os de mais difícil temperamento, como Câncer e Escorpião, sem esquecer o de Gêmeos, que ostenta duas personalidades, sem saber qual a tendência que predomina no fim de contas. O orgulho do virginiano nunca permite que ele se curve ou se abaixe a quem deseja humilhá-lo, ou quer dobrar a sua cervix, pensando que pode afrontar ou destruir a sua moral inatacável e seu caráter imbatível. Tem na amizade a suprema religião do seu ser. Ama levando mais em conta o setor espiritual do que a parte física e negativa do amor. Sua ternura tem um quê de pureza, sua afetividade se aproxima do amor platônico que tanto relevo deu a Abelardo e Heloísa, Dante e Beatriz, Petrarca e a musa infinitesimal dos seus sonetos impecáveis: Laura. É

possível que tudo isto seja verdade, porque quando nascemos trazemos um estigma e um destino, que nos acompanhará pela vida afora, como a estrela cintilante do Oriente seguiu, no céu da Judéia, os Reis Magos, indicando-lhes a estrada miraculosa por onde nasceu o Salvador do mundo. Até hoje não quis galgar as posições mais vantajosas com receio de ferir alguém, na peleja para se conseguir este posto cobiçado. Prefiro viver na minha modéstia e humildade, ganhando o necessário para viver, podendo então ler os meus clássicos, viver a vida com filosofia e compreensão humana, poder conviver com os semelhantes sem lhes despertar inveja pelos bens que, talvez, os tenhamos adquiridos de modo nada correto e condigno. 7 de setembro de 1923. Mais de cinco décadas procurando me firmar, com a certeza de que tudo que consegui foi à custa de muita pena e sofrimento, sem derrubar adversários, egoisticamente, vencendo pisoteando na honra e na dignidade de todas as criaturas decentes e sensatas. Tudo que fiz até agora foi com aquela convicção de que atingi a meta desejada, com o orgulho alvissareiro de um dever cumprido. O título de advogado e bacharel em Direito, que consegui em 1974, é um motivo de minha exultação, um fato grandioso e eloqüente de minha existência apagada. Farei deste diploma um galardão para melhor defender os negros, o operário espoliado pela máquina capitalista e burguesa, para estar ao lado de todas as minorias oprimidas, como os *gays* marginalizados e as

prostitutas tão perseguidas, sem esquecer o índio brasileiro, que já foi dono de quase todo o continente e hoje sofre a perseguição de posseiros abstratos, de terras imensas expulsos por uma espoliação cruel e desumana. Os astros não podem enganar as profecias dos numes ou divindades. **Nome** é um léxico que vem de **numen**, proteção que nos segue, desde que se pôs o nome de batismo na criança que abriu os olhos para o mundo.

8 DE SETEMBRO - Foi no dia de meu aniversário que Geraldo, amigo que vive mais na Paulicéia, me disse a brincar: “Vou lhe dar um presente de que você jamais vai esquecer.” Não levei a sério as palavras de Geraldo. De noite, ajeitava a mesa da sala com doces, vinhos e uma feijoada feita rapidamente, para receber um possível convidado. Foi quando surgiram Clóvis e Clécio. Com eles estava o Geraldo paulistano, seguido de um rapaz alto, moreno, de costeletas, tendo um rosto de muita simpatia e sorriso que cativava a todos: “Como prometi a você, cumpro a palavra trazendo-lhe a dádiva que você deve estar esperando com ansiedade. Trata-se de Henrique, menino que estuda o curso clássico, é de gênio pacato e agradável. Em suma, uma amizade que não pode jogar-se fora.” O rapaz cumprimentou-me, sem jeito, e depois me deu as felicitações natalícias, sempre me olhando com o ar embasbacado de quem receia uma trama inesperada e se coloca na posição de uma defesa providencial. Na partilha

do bolo natalício, coube ao recém-vindo o melhor quinhão. Ele parece ter compreendido este meu gesto instintivo de afeto e ternura, não deixando nunca mais de freqüentar o apartamento deste velho, que ainda vive cheio de ilusões.

9 DE SETEMBRO - Houve um instante em que minha dose excessiva de colesterol passou a me maltratar na longa ferida que tinha no pé esquerdo. As dores eram tantas que me impediam de andar, apesar de tomar em toda a risca os antibióticos receitados pelo médico e de sempre untar com Fibrase a parte ferida em questão. Chegava a parecer um aleijado, com peias intransponíveis, impedindo-me qualquer movimento. Henrique, então, é que me conduzia pelas escadas quando queria sair, não faltando os momentos em que ele me carregava às costas, porque é forte e atlético, e sofria interiormente ao me ver neste transe aflitivo, sem poder andar, sem nada poder fazer em casa, numa imobilidade a desafiar a impassibilidade mármorea da Medusa lendária.

10 DE SETEMBRO - O Wilson só podia mesmo vender o seu Chevette, porque senão, num dia em que o seu gênio arrebatado se imprecasse contra o amado Preto, ele, num momento de desespero incontido, atiraria o carro no primeiro poste que encontrasse. Saindo de meus padecimentos de quase diabete, ficava preocupado com o drama passional de meu vizinho e amigo. Sabia que o ou-

tro já há vários dias não aparecia em casa de Wilson. Este faltava só explodir, preso de emoção incontrolável, chorando e se queixando de um desprezo ou impontualidade inexplicada. “O Preto não pode me tratar assim... Já me enganou desposando aquela mulher e agora tenta me sacanear tirando o corpo fora.” Só Deus sabe que pensamentos sombrios não turbilhonavam aquela mente revoltada e sofredora: “Tudo o que podia fazer pelo Preto, cuidando dele, de sua saúde, preocupando-me que nada lhe faltasse moral e materialmente, não omiti nada para que fosse feliz e agarrado a mim. Agora vejo que ele se afasta, ausentando-se de mim, por dias e meses, vindo sempre com uma resposta esfarrapada, tentando atirar areia nos meus olhos cegos de amor e desespero.” Já da outra vez, num acesso de ira e ciúme, se atracou em luta corporal com Preto e quase que o carro que Wilson conduzia não rolou ribanceira abaixo. Chegou em casa com o rosto avermelhado de cólera e dissabor, os olhos escancarados, querendo saltar das órbitas, com os braços num tremor convulso a se intoxicar numa fossa frustradora, bebendo várias garrafas de cerveja. Fica como possesso, esperando o tilintar do telefone, aguardando a chamada de Preto, ensaiando as palavras de perdão que lhe dirá, perguntando se a bofetada que lhe aplicara no rosto não teve um efeito dolorido e vergonhoso. Wilson é uma pilha de nervos, sorvendo copos e mais copos de Brahma gelada, tocando a vitrola no mais alto som, com canções de dor-

de-cotovelo e despedidas inesperadas, de um amor que mal começou e já tudo se acaba, como todas as miragens inverossímeis deste mundo fictício. Então alterna Roberto Carlos com Aguinaldo Timóteo, o indefectível Anísio Silva com Nelson Gonçalves, Altamar Dutra apostando com Néelson Ned quem ganha esta parada duríssima, de quem é realmente o supremo intérprete da fossa, dos amantes enganados e sofredores.

11 DE SETEMBRO - Foi uma coisa chocante. O cadáver ficou desfigurado. O assassino agiu com requinte de crueldade carniciera.

– Tem idéia de quem foi que matou?

– Que esperança! O corpo foi descoberto pela manhã, a porta do quarto escancaradamente aberta e a televisão ligada, ainda emitindo o clarão de que funcionou por toda a madrugada.

– É estranho que um crime se passou numa vila de tantos quartos, e nenhum morador tenha visto o assassino fugir nem enxergou algum vulto suspeito fugindo, sem dar um alarme de aviso ou botar a boca no mundo, alertando os vizinhos de que algo trágico e doloroso acabava de suceder.

Um silêncio inconcebível caiu, em meio ao estranho diálogo travado por dois homens, ainda jovens, ambos com olhares assustados e receosos, medindo bem o que falavam, procurando ver se algum

polícia ou bisbilhoteiro podia ouvir a conversação macabra. Nuvens negras corriam pelo céu nublado, empanando o palor da lua triste, que esmorecia os seus raios pálidos. Um vento frio soprava as amendoeiras da Rua Picuí, crispando as águas sujas do córrego cantante que serpeava em meio às casas humildes e no fundo do impotente conjunto residencial. Um ou outro notívago encarava a madrugada sombria, ora a desembestar pela rua, com sua motocicleta sinistra, ora apostando com o diabo se seu carro era mais veloz nas curvas do que o dele. Fafá, a cachorrinha branca que é a menina dos olhos da rua, passeia a sua beleza canina por entre as latas de lixo do passeio, fuçando, levada pela fome voraz, os baldes de detritos e os sacos plásticos em que os ossos e as sobras de comida dão para empanturrar a sua barriga insaciável. Passeia despreocupada, de vez em quando dando uma olhada cabreira para a madrugada convulsa, indo de um lado a outro numa procura incessante, inadiável, quase se encontrando com aquelas motocicletas barulhentas que roncam loucamente, espancando os espíritos maus e agourentos. As estrelas ostentam seu brilho cinzento e amortalhado, grilos ocultos cavatinam sua orquestra, em quérula surdina, pelos matos úmidos à beira do córrego murmurante...

– Marcos não tinha nenhum inimigo conhecido. Ganhava honestamente seu dinheirinho, tinha um táxi para folgadoamente viver sem atropelo, possuía telefone em casa e freqüentava um terceiro umbandista na Rua Divinópolis.

– Talvez por isto quem o matou foi movido por ambição de roubar, sabendo que Marcos era abonado e jamais teve qualquer problema financeiro.

– Não foi dinheiro o móvel do crime.

– Então, qual foi o motivo?

– Causa passional ou vingança de um amor ultrajado...

– Será que aquele pára-queda...

– Ele foi visto, no dia do crime, a passear com um jovem de extraordinária beleza.

– Estou sabendo que, antes de haver a tragédia, Marcos esteve rodeado de amigos, que só o deixaram quando ele já havia ingerido muito álcool, e caiu na cama com olhos sonolentos e exausto.

– É verdade que estranharam que a televisão estivesse ligada, com o som emitido a altura considerável. Mas ninguém se atrevia a ver o que se estava passando...

– Já sei que o assassinio de Marcos vai cair no rol dos crimes insolúveis.

– Só se trouxessem para elucidar o delito o detetive Maigret, do Simenon, ou o Arthur Conan Doyle, que escreveu belos romances policiais. Talvez mesmo a argúcia felina do Padre Brown, de Chesterton, ficaria em maus lençóis se ele tentasse desvendar este crime horripilante, que abalou os alicerces da pacata família de nosso Bento Ribeiro.

A Marília ficou inconsolada, pois Marcos era um negro pálido, de feições delicadas, que tinha um modo cativante de tratar as pessoas. O gari Galeno, o carregador Hortênsio, o empregado da fábrica das janelas de alumínio, o Toninho do bar, do flamboyant, o Zé da Rita que mora no bangalô da esquina, rodeado de pés de abacate e mangueiras, todos lamentavam que fosse morto o Marcos, que jamais praticou o mal e que vivia a sua vidinha, sem querer perturbar a de ninguém. Até o Tião do açougue, líder da Pícuí, se queixava de que, com tantos ladrões soltos e malfeitores vivendo na impunidade, fossem matar o Marcos, que era tão benquisto pela população local.

– Ele costumava sempre guardar algum dinheiro na geladeira. Depois da descoberta do cadáver, a perícia descobriu o dinheiro oculto pelo morto, sentindo que o assassinio não teve por móvel surrupiar alguma quantia. Os que visitavam o seu quarto confortável eram pessoas que o estimavam. Falou-se de um homem alto, de basta cabeleira, e que alguém viu entrar e sair naquela noite fatídica. Mas tudo isto é mera suposição. Boatos inconseqüentes, que não conduziram a solução nenhuma.

Os dois interlocutores se puseram em silêncio e caminharam pensativos, seguindo a rua banhada de luar, até o Largo do Sapê. Na oficina de ônibus, o ruído ofegante de viaturas desatinadas. Já faz mais de um ano que esse acontecimento se passou. Foram interrogados todos os suspeitos que podiam estar envolvidos no delito. No féretro que se rea-

lizou, no Cemitério de Irajá, choros, prantos, desmaios e até juramento de um figurão de que a justiça dos homens tinha de ser cumprida. Mas está escrito que nunca haverá uma justiça satisfatória para vingar a morte de um *gay* ou de um marginalizado da vida... A sociedade, que tanto os repele quando eles estão vivos, volve-lhes as costas com desprezo quando um matador sádico resolve acabar com a raça daqueles seres humildes e pacatos, cujo único crime foi quererem assumir algo que nasceu com eles... Resolverem botar abaixo a hipocrisia do mundo e aceitarem o estigma nefasto de um amor maldito e proibido...

12 DE SETEMBRO - As *boutades* e as frases crispantes de ironia e malícia que proferia Jean Cocteau. Sua cintilante inteligência faiscava, em lampejos corrosivos, quando, referindo-se ao gênio múltiplo de Victor Hugo, dizia, no tom profético de quem está lapidando um epitáfio para eternidade: “Victor Hugo era um louco que se julgava um Victor Hugo.” André Gide, também, frisava o nariz quando se referia ao gênio incômodo do criador de *Os miseráveis* e *Os trabalhadores do mar*. Sua frase “*Victor Hugo hélas!*” tem a aparência de provocação, da mesma forma como Bernard Shaw às vezes se supunha possuído do espírito de Shakespeare e escrevia um *César e Cleópatra* caricatural, esplendente de diálogos do mais fino deboche humorístico. Afinal de contas, não é com bases de consumado espírito que se pode derrubar reputações

de Panteon. Li alhures, parece que em Afrânio Peixoto na *Educação da mulher*, que o pensamento pedagógico do *Emílio* de Jean-Jacques Rousseau é de forte primarismo sociológico, colocando a posição do sexo frágil num conceito reacionário, de que a mulher tem seu maior papel na educação do lar, sem a pretensão de estar frequentando as escolas de alto saber, sem caírem na parlotice daquelas habituês das tertúlias do salão de Madame Rambouillet, nativo este das troças impagáveis de um gênio da comédia universal, como o Molière, de as sabichonas. Mas o Jean Cocteau que eu admiro é aquele que dedicou todo o seu amor a Jean Marais, sem ocultar do mundo esta sua faceta original. O próprio Marais, aprendendo muito talento com essa convivência luminosa, escreveu o mais belo livro saído na França nos últimos anos: *História de minha vida*, em que desnuda toda a sua intimidade com o bizarro autor de *Opium*, o homem de idéias originalíssimas que concebia os mais arrojados cenários e indumentárias para os balets de vanguarda levados em Paris. Rodeava-se de uma constelação de artistas com Edwige Feuillère, Yvonne de Bray, Maria Casarés, sendo que para o seu Jean Marais delineou aquela peça de profundo teor humano, *A águia de duas cabeças*, em que vivia um anarquista que tentava assassinar uma rainha, Edwige Feuillère. Marcel Herrand fazia o chefe de polícia. Em *Pecado original*, peça admirável e de muita agudeza psicológica, Yvonne de Bray faz a mãe apaixonada pelo filho, Jean Marais, que, ao

saber que este vai desposar uma garota que ela detesta, aloucada se suicida, de modo patético e desesperado. No filme que o poeta Jean Cocteau realizou, com muito requinte de finura e bom gosto, Orson Welles admirou a maestria cômica com que a película foi rodada. Considerava o mais belo filme feito, como teatro filmado, pelo cinema.

E quando Jean Cocteau era o argumentista do filme, o diretor deste só fazia seguir a diretriz do roteiro. Se tinha talento criador, completava, com sua sensibilidade inspiradora, toda a bela imaginação do argumentista. Assim aconteceu com Jean Delanoy, quando, no mais belo de seus filmes, *A princesa de Cleves*, com Jean Marais e Marina Vlady, deu a maior ênfase poética ao universo encantado daquele palácio medieval, com seus bailes a caráter, seus cantos de alaúde e suas paixões irrealizáveis. Em *Além da vida* (*L'éternel retour*), baseado na lenda germana de Tristão e Isolda, pertencente ao ciclo poético das lendas medievais, Jean Delanoy concebeu uma feitura um tanto expressionista ao relatar a vida dos dois amantes, Jean Marais e Madeleine Sologner, em que o filtro de veneno que há entre eles é como uma ligação que os levará pela morte redentora, uma aproximação deles para além do mundo real. Até no livro em que Cocteau delineou suas concepções arrojadas, *Entretenimento em torno da sétima arte*, mostra-se um crítico do mais afinado gosto, sem deixar de ser, antes de tudo, um altíssimo poeta.

13 DE SETEMBRO - Já que o melhor de minha autobiografia é passado com os livros e com o meu eterno convívio com as letras, é com tristeza e dor que registro neste caderno sem importância a morte de dois cineastas de minha adoração: Abel Gance e René Clair.

De Abel, seriam necessários volumes e mais volumes, de análises minuciosas e inteligentes, para abordar as múltiplas facetas do maior gênio inventivo da Sétima Arte. Gance foi um mundo prodigioso de engenho técnico, renovando a arte das imagens, como também foi o cineasta sublime de obras avançadas e de vanguarda. Louis Delluc disse bem, na *Rénaissance du cinéma*, que é preciso aceitar Gance *in toto*, em conjunto, no todo harmônico de sua obra variada e revolucionária. Ele que foi poeta, fez manifestos de estética revolucionária, fez peças de teatro e filmes de surpreendente originalidade, inventou processos técnicos que fariam avançar de século a Sétima Arte, como a tela tríplice, com o *écran* dividido em três partes, antecipando a tela panorâmica de agora, ou o cinerama. Isto na fita *Napoléon*, em que, na seqüência da batalha de neve entre os garotos, Gance colocou a câmera no dorso de um cavalo a galope, a fim de dar impressão de movimento às bolas nevadas que caíam no rosto da garotada. Quando o barco de Napoleão singra o imenso oceano, a câmera, numa oscilação de dança, acompanha o movimento das vagas a uma grande altura. A tela tríplice só aparece no momento dos

desfiles marciais do grande curso, com todos os passos perfilados da soldadesca rufando tambores, bandeiras drapejando ao vento e o rosto imenso de Napoleão ao fundo da tela, configurando uma figura central desse painel impressionante de uma época histórica fixada pelos olhos videntes de Gance, que só vai ter seqüência admirável quando o mestre retoma o assunto do maior dos guerreiros numa fita grandiosa e imponente sobre Napoleão, *Austerlitz*, que, no Brasil, recebeu uma tradução condigna: *Com sangue se escreve a história*.

O crítico que for competente e não de patas centaurizadas descobrirá a inventiva mais desconcertante na obra ganceana, mesmo se ele sai dos seus filmes de grande suntuosidade e milhões gastos em sua confecção e figurantes para se deter nas fitas de orçamento modesto, mas que mesmo assim traziam, em várias seqüências, um espírito fortemente imaginativo e criador. Refiro-me a *O grande industrial*, tirado do romance de Jorge Ohmet, com Gaby Morlay, *A Vênus cega*, com Viviane Romance, sem falar de uma grande obra que idealizou, tocante, lírica e de intensa narrativa poética, como o *Paraíso perdido*, com Micheline Presley e Fernand Gravet, com os instantes inesquecíveis do casamento e do pai que, na guerra, ouve a voz do filho no disco arranhado que mal reproduz o som gravado do infante ausente. Como esquecer toda a atmosfera cênica da Comedia dell' Arte colocada por Gance em *O capitão Fracasse*, do ro-

mance homônimo de Théophile Gautier. Todo aquele carro ambulante que leva o teatro mambembe até os mais distantes recantos, as representações solenes da mímica, no palco, com a caracterização dos atores de máscaras, narizes postiços de papelão, vestes com mantos longos, chapéus de imensas plumas, quando não é o duelo de espadas entre espadachins consumados, destacando-se um trecho antológico de arte eterna como o Fernando Gravet esgrimindo-se com espada, com desafeto, no cemitério que a luz de uma lanterna ilumina. Em pouco, uma das espadas apaga a luz da lanterna, escurecendo o campo santo. Toda aquela representação de personagem da tragédia grega, declamando, com gestos largos e eloqüentes, ostentando o belíssimo mando negro. Toda a apresentação da fita, mostrando as figuras como se fossem marionetes humanas, títeres manejados por cordas invisíveis, por um cineasta sem igual. Fernando Gravey dá um *show* de representação irrepreensível. As soluções intermitentes que acompanham, num choro incômodo, o prólogo de *Mater dolorosa*, a revolução que Gance fez do colorido em imagens, na *Décima Sinfonia*, em que a personagem principal faz pose, numa cena, como se fosse o próprio símbolo da Vitória de Samotrácia, num enredo de ambientes e diálogos que lembram os romances mundanos de Gabriel Dannunzi, como *A filha da volúpia* ou *O fogo*, não faltando o fausto das alcovas luxuosas, o requinte das falas elegantes e verbosas. Quando, num momento, a heroína apaga a luz da sala, a imagem, que até então

era cor-de-rosa, passa a amarelada, pois ninguém é capaz de conceber até onde o gênio de Gance pode pairar, em inovações e audácias criativas. Na *Tragédia do fim do mundo*, a tempestade de relâmpagos e trovões se alterna com a cruz de Cristo crucificado, ouvindo-se de um coro lamentoso todo o entoar de um cantochão fúnebre. Vagas impetuosas da procela, carregando, aos rojões, carros, casas, gentes, numa fita inspirada num relato do espírita Camilo Flamarion, em que o Gance colocou todos os inventos ousados de seu espírito científico. Já se disse que *La Roue* é uma sinfonia de preto e branco, contraste visual de cores variadas, com trens céleres se alternando com os trilhos paralelos, tudo numa disposição de notas musicais, a ponto de pensarmos no livro de estética modelar de René Schwob, *La mélodie silencieuse*. O crítico Louis Delluc viu em *La Roue* uma sinfonia de imagens miraculosas, não faltando nem o desastre de trem na gare escurecida, a corrida desenfreada da multidão subindo a longa escadaria da estação, lembrando a turba enlouquecida a correr infrene nas escadarias de Odessa no *Encouraçado Potemkin* de Serguei Eisenstein, clássico do cinema russo. O maquinista cego que não pode mais movimentar a locomotiva tem o amargor da lenda do suplício de Sísifo, impossibilitado de andar, comer, beber e voar, com asas luminosas, até as estrelas da amplidão. Com *Beethoven*, imortalizado pelo gênio de representar de Raimer, Gance parece querer ultrapassar um gênio que sempre nos põe de surpresa. Para exprimir a surdez do bruxo de Bohn,

Gance a reconstituiu colocando o som saindo das imagens e estas ficando silenciosas, como na cena das lavadeiras e do moinho girando. Quando, no final, Beethoven está morrendo, toda a última visão do seu olhar desesperado nos é mostrada ao som da *Nona Sinfonia*, ouvindo-se o forte bater das palmas, os brilhos dos relâmpagos seguidos de intensas trovoadas, enquanto Beethoven vai agonizando, vendo-se as portas do teatro se fechando sob uma avalanche de neves, esborrifando-se nas cerradas paredes enegrecidas. Quando Beethoven toca a Juliette e Guicieux lhe dirige alguma fala, o surdo sublime não a ouve, ensimesmado com a *Sonata ao luar*, que seus dedos vão tirando das teclas mágicas. Até de uma ópera de Carpentier, *Louise*, que conta a história de uma costureira parisiense, Gance fez um filme digno e bem-dirigido, destacando-se um ponto positivo dessa película, interpretada por Mies Grace Moore, atriz de recursos cênicos apreciáveis e cantora de belo volume de voz de soprano. *Louise* nos deu um momento de bela inventiva de imagens eloqüentes e poéticas: o dos fogos de artifício deslizando, luminosos e feéricos, nas telas brancas dos cinemas do mundo. Junto de uma cineasta que foi também sua discípula, Cely Kaplan, Gance concebeu a *Magirama*, com os mais prodigiosos inventos em matéria de truques cinematográficos, provando que seu gênio não tinha limite, que estava sempre de posse das maiores audácias renovadoras. Delpuech afirma que, neste setor, ele se comparava a Edward W. Griffith, o gênio do *Nascimento de uma*

nação, *Intolerância* e *O lírio partido*. Como esteta de bom gosto, que só pensava no cinema como em algo acima dos estreitos limites de uma tela comum, Gance foi muito mais que Griffith. Isto eu digo sem nenhum desdouro, pois Griffith foi outro inovador genial, que elevou o *close up* ou primeiro plano dos atores, ou mesmo a câmera correndo atrás da multidão em pânico, ou *travelling*, de *Intolerância*, com o olhar de um cineasta que via o cinema com o prisma de um futuro inconcebível. Griffith e Gance até se encontraram, trocaram idéias sobre a arte de suas paixões, sentiram o quanto ambos se completavam, quando só ambicionavam o mais alto, o que atingia o clímax, o inalcançável. Griffith rodaria um *Tristezas de Satanás*, uma *Melodia do amor*, que muitos acham aquém do seu gênio maior do cinema americano. Questão de crítica bitolada, pois ambas as fitas são excelentes, bem-dirigidas e em nada desabonam o nome do maior cineasta da América. E pode-se dizer, sem chegar à insanidade exegética, que *A dama das camélias*, que Gance filmou com Yvone Printemps e Pierre Fresnay, seja algo de que se envergonha o maior gênio das imagens do cinema francês? O analista pensa não serem todos os dias que um cineasta pode tirar do seu engenho criativo um *Napoléon*, *Beethoven* e *La Roue*, sem contar *Intolerância*, *Horizonte sombrio* e *Órfãos da tempestade*, em que Griffith, em pleno domínio do cinema popular, mostra-se um evocador sensível e humano dos fatos corriqueiros e banais do nosso mundo. Griffith morreu pobre, desiludido com a

vida, sem receber o estímulo consolador para seu gênio evocativo e criador. Gance já teve mais sorte, seu nome era sempre cortejado pela elite de analistas do orbe e até, agora, quando morreu, na França, recebeu os aplausos do ministro da Cultura, foi homenageado na Itália, com a exibição de uma metragem quase completa de *Napoléon*, com uma orquestra sublinhando de harmonia e encanto o desenrolar desse maior filme épico do cinema silencioso. O público ovacionou essa obra-prima, assim como aconteceu com uma assistência seleta que viu, admirou e aplaudiu esse monumento das imagens, numa exibição de *Napoléon* acontecida em Nova York. Agora, em pleno 1983, se exhibe em Paris, pela primeira vez, a versão completa de *Napoléon*, com suas cinco horas de duração, acrescidas de ruídos e partitura adequada.

George Charensen, com sua luminosa arte de argumentar e discutir idéias cinematográficas, nos deu um belo ensaio sobre René Clair, afirmando que a sua obra, de tanta harmonia criadora, só encontra paralelo neste setor com a de Charles Chaplin. São cineastas que só concebem um cinema inteligente, de âmbito polêmico, sutil e de muita finura, em que a dialética do argumento toca sensivelmente toda a sensibilidade do espectador que saiba assimilar o que há de mais profundo num enredo audacioso, emotivo, poético e desconcertante. O que René Clair tinha de comum com Abel Gance é que ambos eram escritores de fôlego, manejando o idioma gaulês com um consumado gosto clássico.

Veja-se o estilo delirante e de rasgos turbilhonantes de Gance no *Aphorismes*, com pensamentos e concepções filosóficas, afirmando “que o tempo da imagem chegou” e que um dia as imagens da tela teriam a mesma imponência sinfônica da *Cavalgada das Valquírias*, de Wagner, e que o autor de um filme seria ele só, concebendo todas as nuances requeridas em sua confecção, arquitetando a sua obra como o escultor heleno idealizou, na impassibilidade marmórea, os traços rítmicos, de beleza eterna, da Vitória de Samotrácia. O artista, então, era capaz de dar todas as vibrações das imagens, como o músico, com sete notas apenas, consegue tudo captar, num turbilhão de melodias, como uma sinfonia beethoveniana. René Clair, ao escrever *Réflexions faites*, já é mais comedido no seu estilo linearmente clássico, de ordem direta e de léxico de sinônimos cristalinos, de fácil semântica. Essa a razão por que entrou para a Academia Francesa, pois em seu livro, em que tudo reflete as coisas e as gentes do cinema, René Clair nos fala, ao modo de sedutor contador de histórias, tudo o que pensa da Sétima Arte, dos problemas seus de maior importância, destacando-se as belas páginas em que enaltece outro gênio do *écran*: Georges Melliès, que criou tudo o que o cinema teve de mais inventivo e duradouro, desde os seus truques inconcebíveis na *Viagem à Lua e ao Pólo*, até suas fitas de ficção científica, plenas de grande poesia e até de uma adorável nostalgia à Júlio Verne. René Clair parece sentir o drama de todos os gênios inventores que, depois de darem tudo de si

à invenção de seus sonhos, caem em extrema pobreza, não reconhecidos artisticamente pelos contemporâneos indiferentes que deveriam agradecer tudo quanto eles fizeram para a arte das imagens chegar ao grau avançado de hoje. Assim foi com Edward Griffith, que chegou a ser um dos donos da United Artists, com Mary Pickford, com Charles Chaplin; sucedeu o mesmo com Melliès, que, dando ao cinema a sua invenção mais prodigiosa, que é o delinear os enredos e contar, com maestria, as histórias e ficções da fita, ficou pobre, sem recursos e, para viver com decência, foi vender doces e outros apetrechos num local da gare de uma estação. René Clair o foi encontrar nessa posição humilde e desconcertante. A reconstituição da conversa de René Clair com Griffith e a sua amargura, vendo o cineasta de *Intolerância* se despedir, entristecido pela ingratidão humana, e seu vulto, um tanto quixotesco, pelos embates inglórios, se perdendo na bruma merencórea da madrugada. René Clair e o seu espírito cartesiano, de tudo querer bem analisado e explicado, a ironia e irreverência de todas as suas obras-primas: *Entreato*, filme de vanguarda, comum, camelo puxando o esquife singular de um enterro; *Paris que dorme*, com a Cidade Luz paralisada por uma escuridão momentânea; *Os dois tímidos*, uma sátira sobre certos tipos ridículos da vida parisiense; *Chapéu de palha da Itália*, *vaudeville* de Labiche, em que os quiproquós acidentados e visíveis envolvem toda a procura aloucada de um chapéu que se perdeu.

Aí, as figuras humanas com seus comparsas são colocadas de maneira grotesca e caricatural, como aquela farândula toda de homens e mulheres a correrem pelo salão afora, uma dama eufórica que desmaia, o velho que nada ouve usando de modo cômico uma corneta acústica no ouvido afetado. Em René Clair, é o riso estalante, de chiste e gaiatice, que se vê nas peças de Marivaux e Molière, nas quais a cintilância sutil do *esprit* da França reponta com uma superioridade de criação singular. Sempre com o mesmo estilo, a mesma forma de dirigir, com acerto, seus atores, a mesma nostalgia que ele sente pelos tipos populares dos cafés, bulevares e mesmo ruas pacatas de um subúrbio distante, é assim que nós o concebemos nos seus filmes de maior expressão poética: *Sob os tetos de Paris*, falando de um tocador de realejo, *O milhão*, evocando o universo sensível dos teatros musicais, com seus cantores e tenores bem-afinados e ridículos; *A nous la liberté* é crítica um tanto lírica e magoada do capitalismo burguês, opressor do trabalhador humilde e indefeso. É o ataque equilibrado que faz da luta do homem contra a máquina a harmonia ideal entre patrões e empregados, tudo suavizado por uma partitura mestra de Georges Auric. Essa beleza de realização cinematográfica, profunda nos mínimos detalhes, serviu até de inspiração para a célebre fita de Charles Chaplin *Tempos modernos*. Apesar da aparente leveza das fitas rené-clairianas, que muitos analistas asmáticos acham até superficiais, em René Clair há um profundo senso psicológico da alma humana, uma

sutil observação dos fatos e costumes sociais, como *Fêtes galantes*, que é uma crítica, com *finesse*, sobre a guerra que divide os homens; *Les belles de nuit* (*Esta noite é minha*) é a sátira empolgante para aqueles que dizem “que o mundo no meu tempo era melhor”, provando que, em qualquer época, sempre houve guerras, desrespeito à liberdade humana e até fanatismo político e religioso. Obra-prima de sátira bem-elaborada, não deixando de ser uma *Intolerância griffithiana*, feita com um bom gosto acentuadamente francês. No elenco: Gérard Philippe, Martine Carol e Gina Lollobrigida. Com *O silêncio é de ouro*, a cristalização do humor cintilante de René Clair chega ao máximo, contando a história pitoresca de um amor singelo, em pleno 1900, no início do cinema falado. A fita é uma beleza e primor de criação artística e malícia do enredo sentimental e lírico. Maurice Chevalier está correto, em todo o seu desempenho marcante, nessa obra caracterizada por valsas nostálgicas como “Fascinação”, “Meu tesouro” e “Sob as pontes de Paris”, vendo-se até as sessões de cinema primitivo nas primeiras salas exibidoras de Paris. Como classificar *Fantasma camarada* e seu requinte de cinema fino e empolgante, ridicularizando a mania inglesa de adotar os fantasmas errantes de seus castelos? Robert Donat à vontade, num papel que vive com classe e alma interpretativa. *Paixão fatal*, com o ambiente refinado de uma Nova Orleans do século passado, contando as peripécias de uma mulher aventureira de cabaré que enlouquecia de paixão os homens da ci-

dade. Os diálogos cintilam de ironia brincalhona, o enredo é de uma sutileza a toda a prova e a interpretação de Marlene Dietrich, magnífica em todos os sentidos, assim como as de Bruce Babot e Roland Young. Um dos filmes que mostram bem as mãos seguras de um mestre cinematográfico. O *décor* da fita é soberbo. A partitura é baseada em *Lúcia de Lammermoor*, cantada pela soprano Gita Alpar. *O tempo é uma ilusão* é outra obra mestra de René Clair, falando que o tempo não existe, que é mera ilusão de nossos espíritos fantasiosos e pouco profundos, no que toca o efêmero das coisas e a eternidade. No filme, brilhavam Dick Powell e Linda Darnell, artistas a que só um René Clair podia transmitir um pouco de alma e vibração. *O fantasma vingador*, tirado de um romance policial de Agatha Christie, é sobre um jogo de xadrez contendo sete negrinhos de madeira, cada um deles desaparecendo à medida que se ia assassinando cada um dos hóspedes, convidados para uma temporada no castelo sinistro. O filme mantém o acento macabro e humorístico da obra policial romanceada e nele René Clair pôs à vontade tudo o que há de mais criativo em matéria de cinema inteligente e, sobretudo, fascinante. Numa arte em que as funções técnicas são bem divididas, René Clair foi um dos poucos cineastas que podem considerar-se mentores exclusivos de sua obra, aquilo que se chama com propriedade o *cinema de autor*. Pode-se ver uma certa analogia no tratamento e concepção dos seus filmes, pois, mesmo que os enredos nada se pareçam uns

com os outros, a temática central é a mesma, constante: sempre são figuras da classe média ou do mero proletário, que sempre aspiram a uma vida mais confortável e mais feliz, sempre sonhando saírem de um cotidiano de frustrações para galgarem um lugar mais garantido na sociedade. É o que acontece com Bourvil em *Todo o ouro do mundo*, que, depois de almejar subir bastante na vida, chega à conclusão de que a felicidade não está na posse da riqueza absoluta, e sim numa perfeita paz de espírito. A fita traz uma profunda mensagem filosófica sobre a cordialidade humana e a confraternização perene entre as criaturas. Uma das obras que mais refletem o gênio criador de Clair, assim como *As grandes manobras*, sua primeira experiência com a cor nas imagens, retratando, no ambiente nostálgico da Belle Époque, a história de um oficial do exército, conquistador inveterado das mulheres mais difíceis, mas que não consegue demover o coração de uma bela solitária que se oculta a todo o fim desses seus assédios. Acontece que ele faz uma aposta num clube elegante, com seus colegas de farda, de que fará um cerco tão cerrado que a irresistível e orgulhosa mulher acabará capitulando. Ela não cede um palmo de sua tensão. As manobras se realizaram nessa cidade, chegam ao fim e os oficiais partem para longe, montados em seus garbosos cavalos. O oficial ainda olha para a janela da amada, pensando que ela chegará eufórica lá em cima para vê-lo ir-se embora, ou lhe enviar um beijo de saudade ou um adeus. Mas a janela permanece fechada, o oficial fica triste, com o rosto

desiludido. E a fita acaba nesse suspense inesperado, de desilusão e desespero. Filme marcante, muito inteligente, poético e magistralmente dirigido, enfim, uma obra mestra, com dois artistas de peso na arte das imagens: Gérard Philippe e Michelle Morgan, dando banho de sensibilidade como o oficial e a orgulhosa dama que o faz sofrer. *Casei-me com uma feiticeira* não trazia uma história original, pois mostrava uma mulher que fazia mágicas e bruxarias causando as maiores diabruras aos seus desafetos. Mas o tratamento especial que lhe deu René Clair, aquele humor sardônico utilizado para mostrar o lado irônico de uma feiticeira simplória, de uma bruxa que caiu na asneira de se apaixonar por um homem que tão pouco caso fazia dessas bruxarias meio cabreiras. Veronika Lake e Fredric March faziam dessa comédia hilariante uma das mais felizes realizações desse mestre do cinema fino, inteligente e, sobretudo, de densa essência psicológica e até profundidade temática, nesses temas aparentemente leves e inconseqüentes. Tanto *Casei-me com uma feiticeira* como *Paixão fatal*, *O vingador invisível* e *O tempo é uma ilusão* pertencem à fase rené-claireana de Hollywood, pois, embora o cinema americano conseguisse estandardizar muitos realizadores europeus de talento, fazendo com que eles não repetissem seu trabalho anterior, naquele modo especial de fazer cinema, dividindo as funções de cada técnico, dando poucas chances ao *metteur en scène*, claro que o cinema suspeito, de falso conceito artístico, que se fazia em Los Angeles não afetou em nada o espírito

firmemente empreendedor de René Clair; como também não diminuiu a força criadora de outros cineastas franceses de categoria universal: Jean Renoir (*A mulher desejada*, *Segredo do pântano*), Julien Duvivier (*A grande valsa*, *Mistérios da vida* e *O impostor*, com Jean Gabin). Jean Renoir, gênio das imagens da Gália, em *A marsehesa*, *Bas fond*, *A grande ilusão*, *French can can*, *A besta humana*, *A carroça de ouro*, com Ana Magnani, *Toni* e o *Rio sagrado*, que morreu há pouco tempo, foi um dos cineastas chamados de verdadeiros autores de suas inúmeras obras-primas.

Cineasta genial na mais pura concepção desse termo, monstro sagrado de ambiciosos arranjos da Sétima Arte. Em filme seu, a mímica, a dança, a música e a arte consumada se conjugam, como no célebre *La règle du jeu*, em que o nonsense, o vaudeville e a alta dramaticidade do argumento irônico se conjugavam, num feliz elo de inspiração e forte estrutura cênica do impecável *metteur en scène*. Jean Renoir, em Hollywood, como vimos, nada perdeu de sua flama criadora. É preciso não esquecer uma obra de grande intensidade dramática que ele concebeu, *Amor à terra*, em que os personagens sofredores do mundo rural americano são desenhados com uma ternura lembrando o King Vidor em *Pão nosso*, mas com uma visão de gênio sem igual, já que Vidor era apenas um grande cineasta e Renoir, um dos poucos diretores a que, como Gance, Clair, Griffith, John Ford, Ernest Libtsch, se pode aplicar o conceito de donos de um estilo único, que revalorizam qualquer

texto, dando-lhe um toque de criação inconfundível, que ninguém igualou. Aí se poderia acrescentar um mito solitário universal: Charles Chaplin. Quem hoje poderia ser incluído numa pequena constelação de cineastas que sempre têm o que dizer com forma nova e original de elevarem o cinema de superficial oficina técnica a um âmbito de arte profunda e incomensurável? Só um Robert Bresson, o maior de todos, com seu cinema de base cristã, baseado num catolicismo que é mais de François Mauriac e Georges Bernanos do que da placidez inconformista do Pascal dos *Pensées*. Refiro-me ao Bresson de *Jornal de um cura de aldeia* (*Suplício de um pároco*), tirado da obra filosófica sobre os problemas de consciência e fé de um padre arruinado pelo câncer, de Georges Bernanos. Bresson, de *Anjo das ruas*, *Um condenado à morte escapou*, sem falar na obra mais profunda do cinema moderno: *Pickpocket*, em que, falando da odisséia de um ladrão em crise espiritual, Bresson nos deu tudo de sua dialética cristã, fazendo um filme só de mímica e quase inteiramente sem diálogos, só com os gestos eloqüentes e a expressividade facial dos atores. Uma autêntica e inigualável obra-prima. No *Suplício de um pároco*, os pensamentos que torturam o padre aldeão vêm escritos na imagem, com os letrados tentando expressar o tumultuar de um ser que tem poucos anos para se dedicar à sua paróquia. Federico Fellini, Pasolini, Ingmar Bergman, François Truffaut, Louis Malle, Alain Resnais, o genial cômico Jacques Tati fazem parte dos poucos cineastas

que ainda mantêm a flama criadora de obras eternas. William Wyler, Orson Welles, Alfred Hitchcock, King Vidor e, nos velhos tempos do áureo cinema americano, Frank Borzage e Clarence Brown, poucos nomes podem aí ser incluídos, nesta pequena galeria de artistas acima de seu tempo. Jean-Luc Godard aqui termina a minha exígua lista de cineastas respeitáveis, pois é um inventor de temas e de técnicas de vanguarda que revolucionou as concepções estreitas do cinema linear de outros cineastas, os quais só vivem da fama de artesãos eficientes, mas sem capacidade criadora e gênio imaginativo como Godard. Quem assistiu a *A chinesa*, *Week-end*, *Viver a vida*, *Masculino feminino...*

Ainda agora, Godard nos surpreende com uma fita originalíssima, nova em seu enredo desconcertante, num ritmo ágil e saltitante, numa alucinante estilística de um cineasta inconformado que só pensa em termos altos, pois que seu nome, a começar por Glauber Rocha, explosivo cineasta brasileiro, todos os jovens inteligentes que pegam na câmera para fazerem algo acima de efêmero tomam logo para sua exclusiva inspiração. O filme delicioso com que Godard brindou toda uma assistência ávida de arte nova e diferente se chama *Salve-se quem puder* (*A vida*), retratando todas as neuroses de nosso tempo, como o medo, a vida, a morte, a solidão, mantendo aquela unidade de todas as obras concebidas/recebidas para sacudirem os cérebros mais obtusos. Tivemos que fazer esse hiato para que a exegese sobre René Clair ficasse mais completa e coe-

rente, pois o estudamos em confronto com o seu tempo, comparando a sua filmografia de tanta inteligência gaulesa, fino espírito crítico e mordaz, com a de outros cineastas de diversos países. Neste quase meio século, em que colocou a inteligência privilegiada na tarefa de adicionar obras-primas ao imenso patrimônio cultural da França, não fez uma só fita medíocre, pois até em *Entre o amor e a morte* (*La beauté du diable*), renovação do mito de Fausto, com a eterna legenda do filtro mágico da mocidade eterna, René Clair nos deu um relato psicológico do Fausto (Gérard Philippe) que entrega a alma ao diabo (Michel Simon), num tratamento psicológico de um tema tão diferente dos tratados por Clair. Mas mesmo assim a fita revela o pulso firme de Clair, quando aí coloca uma ponta de ironia e tristeza, nos momentos em que Fausto perde a felicidade ao perder a individualidade espiritual por um contrato duvidoso com o gênio das trevas. *O fantasma camarada* é de sua fase brilhante no cinema inglês, assim como uma loucura cênica tão gostosa, em chistes irresistíveis da mais pura comicidade, em situações imprevistas do enredo engraçadíssimo de *Loucos por escândalo*, dando uma aula de eficiente direção de atores, quando Maurice Chevalier e Jack Buchanan passam à vontade pela fita, numa representação hilariante, digna de seus papéis impecáveis, numa comédia que ficará para sempre em nossa memória.

Para o final deixo a fita de René Clair mais bela, profunda, em que ele colocou toda a sua nostalgia em relação

aos seres marginalizados na vida, perdidos nos longínquos subúrbios parisienses, em casas humildes, encardidas, tendo no fundo o trilo melancólico dos trens que passam, resfolegando, soltando fumaças cinzentas, a correrem céleres para os bairros pobres e proletários. Refiro-me a *Por ternura também se mata (Porte de lilas)*, falando da amizade quase amorosa do quarentão Juju (Pierre Brasseur) por um belo rapaz, fugido da justiça e da polícia (Henri Vidal). Juju se dedica de corpo e alma ao jovem fugitivo e este, sem reconhecer todo o sacrifício do outro, ainda o espanca e lhe ridiculariza a afeição amorosa. Juju, transtornado pela indiferença do rapaz, num gesto que é mais ciúme ofendido que vingança vil e mesquinha, assassina o jovem desdenhoso que é toda a força e motivo de seu viver. René Clair, ao traçar o pranto silencioso e o remorso torturante de Juju, nos deu uma das mais pungentes obras do seu século. *Porte de lilas* cerca, assim, com um brilho inacessível, uma filmografia de temas vários e diferentes, mas de uma só consonância artística, visão profunda e poética de um cineasta de gênio que ao morrer, agora, levou à posteridade uma obra que, a não ser a de Charles Chaplin, não encontra uma coerência artística homogênea no cinema contemporâneo.

14 DE SETEMBRO - Só escrevo quando uma necessidade imperiosa me obriga a encher as páginas brancas deste caderno. Quando o mais oculto de minha sensibilidade expressa minhas triste-

zas, alegrias, uma recordação de um fato que me feriu, emocionou ou transtornou por completo o coração. Invejo o Octávio de Faria que, diariamente, não deixava sem uma linha sequer os grossos cadernos, com aquela sua letra tão firme e pessoal, quando revivia o Paulo Armando, o romântico e tristonho Branco na *Tragédia burguesa*, e mesmo quando retratava o Padre Luiz, sempre a pensar, nos trágicos relatos que ouvia, de penitentes de negros remorsos, nas revelações escalarosas do confessionário. Há escritores, de imaginação fértil, de farta messe criadora, que são capazes de produzir um volume atrás do outro, porque sua imaginação é inesgotável. É o Victor Hugo, nas suas sagas romanescas, Emílio Zola nos racontos quase policialescos dos Rougon Macquart, o Honoré de Balzac, plasmando, para todo o sempre, o Pai Goriot, a Eugène Grandet e o Coronel Chabert, que uma mulher vingativa fez recolher a um asilo de velhos inválidos. E Roger Martin du Gard, quando concebeu toda a história social e política da França, nas interessantes peripécias dos Thibaudet. Romain Rolland, no seu pacifismo acima dos conflitos e dos ódios cegos e racistas dos homens, no romance cíclico do Jean Christophen, nos deu a história de uma amizade sincera e profunda entre um músico francês e um idealista alemão. São milhares de páginas, com detalhes esmiuçantes, de muitas personagens que falam, aparecem pouco e depois somem de cena, sem deixar um traço luminoso de sua presença. *Guerra e paz*, de Leon Tolstói, são muitas páginas descrevendo as batalhas san-

grentas e o morticínio com que as hostes napoleônicas ensangüentaram o mundo. Aquele mundo suntuoso de princesas caprichosas, condes arrogantes, dominando extensões de terras e escravizando milhões de pessoas, todo esse universo de exploradores e explorados, Tolstói o descreve com a visão profética de quem sabe que esse estado doloroso de coisas fanadas um dia terá de acabar. Todas as derrotas marciais sob a neve inclemente, a retirada desastrosa do exército vencido do grande curso, os gritos e desesperos da soldadesca arruinada pela guerra, pela fome e pela pretensão de que ia dominar o restante da terra, toda essa euforia destroçada, Tolstói a imortalizou em páginas de desafoço e veemência. É verdade que a guerra vai levar à destruição em todos os domínios daquele aristocrata arrogante que, no fim, descobre que sua vida até então fora de olhos vendados, o que o impedia de conhecer a verdade toda inteira, que era reconhecer que o povo fora usurpado em suas necessidades mais prementes. Também não é o modo nostálgico de Marcel Proust, em *À procura do tempo perdido*, quando nos vai descrevendo um mundo que a Guerra Mundial de 1914 a 1918 deixou, em suas proporções funestas e destruidoras. A quietude das mansões tranqüilas das famílias burguesas, com seus saraus, seus colóquios familiares e o devaneio da menina que, ao simples bater do carrilhão ou ouvindo o bater do campanário e o trilo estridente do trem, vai reconstituindo as trajetórias dessas vidas que só pensaram egoisticamente nos seus problemas secundários, até que o tremor de uma

hecatombe veio alertá-las de que algo irremediável ia mudar toda a estrutura social do universo, e que uma sociedade mais aberta e progressista ia nascer. Proust é um mestre: quando põe o menino sonhador encarnando sua própria consciência, vai exprimindo, em forma introspectiva e psicológica, os achados mais íntimos de sua alma evocadora. *Ulysses*, em que James Joyce faz um apanhado de toda a filosofia bonacheirona e um tanto debochada do irlandês comum... será James Joyce um retratista completo de um mundo caótico, será ele um realizador de obra cíclica, como os autores que analisei? Dentro de um aparente hermetismo de diálogos e narrativa desconcertante, Joyce aborda em *Ulysses* todos os problemas que atormentam o homem: o medo da solidão e da morte e até nos bem-sucedidos na vida, que galgaram as posições mais destacadas, pisando por cima da honra e da dignidade das pessoas necessitadas e carentes.

15 DE SETEMBRO - Não sei quando vou terminar a biografia de Dom Silvério Gomes Pimenta, que iniciei há mais de dois anos. Vou sempre descobrindo novos dados e documentos, vendo certa veemência dos temas sociais que Dom Silvério tratou e que os analistas do seu tempo nem perceberam. Quando falam do biógrafo de Dom Viçoso, é para louvarem o exímio estilista do idioma, o sacerdote prodigioso que falava várias linguas, não esquecendo o anedotário sempre crescente, no tocante às relações

do arcebispo de Mariana com o papa Leão XIII. Sua *Pastoral coletiva* é de palpitante atualidade, pois nela D. Silvério põe todo o ímpeto de sua pujante brasilidade, quando impreca os batistas, presbiterianos ou metodistas, de visível influência norte-americana, de tentarem anular a benéfica influência católica no Brasil. Vai mais ainda, ao empunhar o látigo sagrado de sua indignação. Comenta que o nosso país jamais seria a Cuba daquele tempo, que os ianques dominaram, exploraram e fizeram dela uma fazenda rendosa para os seus interesses escusos. Contra as Associações Cristãs de Moços, a sua pena traçou panfletos exasperados, já que em D. Silvério, como provo nesta análise em que estou dando o melhor de minha inteligência, nunca se sabe onde termina o arcebispo rigoroso com os costumes morais de sua época, o pastor diligente sempre a defender as suas ovelhas contra a sanha dos maçons e suas réplicas tumultuosas contra os espíritas e protestantes. Certas atitudes suas causaram espanto, como quando se pôs ao lado do presidente Artur Bernardes, vítima de calúnias e intrigas de reacionários que o incompatibilizavam com o exército, forjando até cartas falsas e comprometedoras.

Honrou bem a sua Igreja e a cultura brasileira, no que tem de mais sério e profundo. Esse negro humilde, que nasceu em Minas Gerais, em Congonha dos Campos, filho dos elementos mais simples, como de ex-escravos que ganharam sua liberdade. Estudou com dificuldades, aproveitando até a luz de velas e lamparinas de um armazém local para

digerir os livros da aula, com aquiescência do dono do estabelecimento comercial. Assim sendo, por estudos louváveis de teologia, idiomas estrangeiros, lógica e filosofia, chegou àquele saber que era o mais completo que um sacerdote do tempo podia mostrar. Escrevia tão bem no idioma latino que até o papa Leão XIII o admirava, nas cartas que escrevia ou quando, nos concílios do Vaticano, o arcebispo dava seu parecer, num estilo louvável da língua de Virgílio e Cícero. O cardeal Arcoverde o tinha em conta de sábio e virtuoso. Quando queria tratar de temas do máximo interesse para a Igreja, recorria a Dom Silvério, numa humilde deferência de um grande chefe episcopal para outro não menos notável pastor de ovelhas. Tersou armas com Saldanha Marinho, que era expoente dos pedreiros-livres, não mediu conseqüências ao usar de sua pena para combater à vontade a atitude de D. Pedro II no episódio da Questão Religiosa. Quando entrou para a Academia Brasileira de Letras, sua reputação de grande escritor e maior figura moral e intelectual de nossa Igreja já era notória. Isso é uma prova de que o negro brasileiro, mesmo com os entraves da vida e um racismo disfarçado que nos envergonha, pode atingir os cumes de uma invejável situação social. Tristão de Athayde, João Ribeiro, Afrânio Peixoto, Humberto de Campos, Gustavo Barroso, Carlos de Laet e outros luminares de nossa inteligência já enaltecera essa figura que até se tornou lenda, graças ao anedotário curioso que corre a seu respeito, nas Alterosas e pelo resto do Brasil. Em página de seu

diário que não foi publicado, Afrânio Peixoto relata que Carlos de Laet, ao receber D. Silvério na Academia, fez um discurso cheio de gracinhas e humor barato, quando estabeleceu comparações inconcebíveis entre o sábio arcebispo e um general Glicério, seu homônimo, muito conhecido na época. Carlos de Laet era meio irônico e não era figura muito benquista no seu meio, porque gostava de gozar os desafetos, era temível como polemista e autor de versos destruindo reputações, como os que perpetrou contra os modernistas, principalmente Graça Aranha e Marinetti. O mais engraçado desses fatos todos é que tanto Dom Silvério como Carlos de Laet eram condes papalinos, tendo recebido o título do papa por relevantes serviços prestados à Santa Igreja. Dom Silvério nunca usou essa honraria recebida, pois era de uma simplicidade a toda prova. Já o irônico autor de *O frade estrangeiro e outros estudos* só gostava de assinar, por completo e bom tom, conde Carlos de Laet. Outro escritor católico de valor e bela expressão ética, nas atitudes e proceder, foi o conde Afonso Celso, que também ganhou aquela láurea papal por merecimento. Agripino Grieco, em *Evolução da prosa brasileira*, tinha Dom Silvério como a maior figura da nossa vida católica, enaltecendo os dons literários do biógrafo modelar de Dom Viçoso, mesmo que para isso, injustamente, tenha denegrido a figura respeitável de Dom Aquino Correia, que escreveu um livro de muita empáfia humana: *Uma flor do clero cuiabano*.

No livro de que já escrevi mais de três cadernos, nunca perco de vista o negro que ascendeu da obscuridade até chegar a arcebispo, brilhando em todas as participações em concílios pelo mundo pela sua espantosa erudição, seu exemplar valor moral e cultural e a fibra possante com que enfrentava os potentes da época, em defesa de seus fiéis, que o idolatravam, e de sua Igreja.

16 DE SETEMBRO - De pé no chão, a batina limpa mas gasta pelo tempo, seguido de padres e uma corte numerosa de fiéis devotados, Dom Silvério percorria, de sol a sol, em dias seguidos, as principais paróquias de diversas cidades mineiras. Ao galgar a posição invejável de Arcebispo, não perdeu a sua humildade e seu amor pela população mais carente e necessitada. Quando o cardeal Arcoverde foi escolhido o primeiro cardeal da América do Sul, ele estava em visita a dom Silvério, em Mariana. Recebeu a notícia quando estava recepcionando, na sede do Arcebispado, e lá o cardeal Arcoverde viu quanto era nobre a alma do antiste, que se rejubilava com a escolha acertada do cardeal Arcoverde. Sempre, em toda a sua trajetória de simples padre, bispo e arcebispo, Dom Silvério recebeu todo o apoio necessário do cardeal Arcoverde, pois as invejas e os preconceitos raciais eram bem firmes, para que não pudessem perturbar o antiste negro que se tornou arcebispo. Quando fez o discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, não

se esqueceu de lembrar a origem dos pais negros e ex-escravos, admirado de que, depois desse trajeto tão acidentado, agora fosse galgar os umbrais do Petit Trianon, em altos desígnios do Altíssimo. Que discurso belo, quando recorda os antecedentes de sua cadeira acadêmica, lembrando Alcindo Guanabara, que foi ferrenho lutador, dos prélios e debates jornalísticos, um maçom convicto e denodado, que deixou chispas de gênio nos artigos de lutas pelo país e pela sua pátria, em escritos de grande valor formal e conteúdo social. Lembra Joaquim Caetano que foi o antecessor, com Alexandre de Gusmão, de estudiosos e políticos que tentaram primeiramente fixar os limites de nossas fronteiras geográficas. Caetano, em *O Oyapock e o Amazonas*, já prepara o caminho para estas intrincadas questões de fronteiras do Brasil, para o barão do Rio Branco. Enquanto o barão se viu vitorioso em todas as batalhas diplomáticas que seu gênio enquetou, com bravura e capacidade, Caetano, em seu livro que D. Pedro II dizia valer um exército de 600 mil homens, tornou-se imortal nas letras, na cultura e na política.

Não lhe trouxe nenhuma compensação monetária. Sua filha vivia até miseravelmente. O barão, no entanto, é o testemunho de Lima Barreto na *Vida e morte de J.M. Gonzaga de Sá*: “Ganha Juca a questão do Amapá, recebe dotação, pensão e os filhos também”. O barão, com a sua vaidade sem limite, estudou bem as nossas fronteiras, mas nunca afirmou onde foi beber as fontes desses estudos, que fez num Teixeira de Melo

ou num Joaquim Caetano. Ironia da vida, que às vezes dá asa para quem não sabe voar, no momento oportuno.

17 DE SETEMBRO - No seu discurso de posse, com que extrema elegância de estilo fala da Arte da Palavra, no poder persuasivo do jornalista, na missão sagrada daquele que empunha da pena, diariamente, nos grandes periódicos e hebdomadários, para esclarecer a turba, defender os interesses do populacho, alertar os governos nos seus desmandos e cegueiras administrativas, sempre com a eficiência ou capacidade dos dons éticos e culturais com que a Providência dotou todo aquele que é senhor e soberano da pena que maneja e escreve. Suas *Cartas pastorais*, saídas em 1923, transcendem o limitado tema de fé e penitência para atingir a culminância dos assuntos sociais que interessam não só à Igreja e fiéis, mas ao povo sofredor e espoliado que tem nesses relatos de seu Pastor um comprovante de deus defensor e paladino, de que em qualquer circunstância trágica por que a multidão for envolvida ela terá nele um estrênuo combatente pelos ideais que a melhor gente do povo encarna.

18 DE SETEMBRO - O Bororó vem sempre a este 11º andar do Ministério do Trabalho visitar a seção por onde milito esta tarefa funcional desde 1954. Sempre o Bororó me traz algum verso para pôr os acentos ou colocar os nomes, na usual nova ortografia. Às vezes,

Bororó corrige os versos de *As palmeiras do destino*, ou todo o enredo, em versos, de *Maria dos Anjos*, espécie de oratório negro com motivos de umbanda, que Radamés Gnatelli orquestrou com rara felicidade de maestro consumado, e o ator Milton Gonçalves foi o solista, com a sua dicção brilhante ao declamar um texto de grande beleza em que o mal é vencido pelo bem, os orixás de luzes da Aruanda derrotando os elementos de baixo astral das trevas da noite. Quase todos os livros do Bororó eu tive a honra de manuseá-los, antes deles serem mimeografados. Refiro-me ao *Café Rio Branco*, *Gente da madrugada* ou *O entardecer saudoso dos meus vinte anos*, que é um livro de poemas em que retrata toda a sua puerícia, na Gávea, lembrando vultos inesquecíveis que se foram, como Ronald de Carvalho, Visconde de Ouro Preto, Lima Campos, Vinicius de Moraes, lembrando dos seus saraus, quermesses, das serestas, do início do Clube Botafogo, que começou num jogo de simples pelada, da Rua Conde de Irajá, até se transformar no poderoso clube de futebol que é o Botafogo de hoje. O memorialista poderoso que é Bororó perpassa em todos esses livros de raro poder evocativo e fonte segura para se conhecer a verdadeira história do nosso Rio.

19 DE SETEMBRO - Se João do Rio fosse vivo, estaria com 100 anos e veria então uma cidade diferente daquela que ele conheceu e amou. Ele que foi o primeiro a abordar o submundo de nosso *bas fond*, esvurmado o universo

das madrugadas, das meretrizes, dos marinheiros, dos desclassificados, que só têm um pouco de ternura à noite com aqueles seres marginalizados que procuraram um pouco de amor, com aqueles homens que habitam as hospedarias escusas, as casas de cômodos da Rua da Misericórdia, Lapa, Frei Caneca, todas as ruas escuras pululantes de cafetões, veados, pivetes, marafonas, viciados, toxicômanos e farândulas-suspeitas que marcaram encontro com a polícia. Lima Barreto foi impiedoso com esse grande escritor e personalidade humana. Põe um personagem à *clef*, nas *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, quando nos pinta uma certa pessoa que só era vista pelo baixo mundo e meretrício do Rio antigo, ou visto saindo com um marinheiro ou homem de gestos suspeitos, indo para um matagal ou mictório de um desses cafés famosos da Mem de Sá, Marquês de Pombal, ou estação da Leopoldina e Central. João do Rio teve a coragem de se assumir naquilo que era a essência de sua personalidade. Raimundo Magalhães Júnior descreve esse pormenor de sua vida, deslumbrado pela estética masculina, com muita finura e tato, em *A vida vertiginosa de João do Rio*, pois o nosso maior cronista foi muito atacado por tantos invejosos e covardes jornalistas do seu tempo, que não perdoaram tanta ousadia num escritor sempre bafejado pelo êxito, amigo de banqueiros e de todos os expoentes da colônia portuguesa. Tudo que saiu de sua pena, *A alma encantadora das ruas*, *Dentro da noite*, *O bebê de tarlatana rosa*, *Religiões do Rio*, *A bela madame Vargas*,

Correspondência de uma estação de cura, os volumes sobre o fado e Portugal, o seu tão discutido inquérito literário, que ele fez entrevistando os maiores escritores do tempo, em tudo João do Rio provou ser um repórter consumado, um observador arguto dos fatos mais interessantes do nosso Rio, dando notícias de todos os acontecimentos num estilo ágil, nervoso e de tanta modernidade. A cidade anteontem lhe fez uma homenagem calorosa, colocando um ator de teatro personalizando o imortal João do Rio, percorrendo as ruas do Centro carioca, com veículos do início do século, seguidos de muitos artistas vestidos com a indumentária das peças do cronista, como *Que pena ser só ladrão* e *A bela madame Vargas*, parando em cada esquina da Lapa, Praça 15, Avenida Rio Branco, Praça da República, Central do Brasil, declamando os trechos de maior atualidade de suas crônicas, com o povo reagindo nesses colóquios das ruas, com a multidão assomando às janelas dos sobrados e edifícios, e enviando para o ar milhões de rodelas de papel picado, com populares aplaudindo os artistas caracterizados, interrompendo a representação principalmente do ator que, ao personificar João do Rio, disse, no final do seu diálogo: “Estás muito diferente do Rio que eu conheci, há séculos. Pode-se dizer que és, agora, uma outra cidade, com seus problemas, suas angústias, tristezas e, sobretudo, seu indefectível senso de humor, ao gozar todos os ridículos da política, todos os azares da vida e gozando as coisas mais trágicas, com um riso zombeteiro e vingador.”

20 DE SETEMBRO - Veio parar em minhas mãos o volume de *Internato*, que Paulo Heckel Filho ofertou a meu dileto amigo, o inesquecível Jorge de Lima. Para que esse romance, um dos primeiros a abordar o amor maldito entre homens, pudesse chegar até mim, deve ter percorrido uma trajetória estranha e inconcebível. Do mesmo modo também aquiri, num sebo, a *Prisioneira da noite*, de Henriqueta Lisboa, que a insigne poetisa mineira ofereceu ao simpático acadêmico Núcio Leão. Muitas dessas obras nem foram manuseadas pelos destinatários e os livros foram vendidos aos sebos da cidade por um preço irrisório e humilhante. Assim aconteceu com a biblioteca de Alvaro Moreyra, com a do crítico Eloy Pontes, em que serviam livros fechados, que nem foram abertos pelo analista, alguns com poucas páginas realmente manuseadas. A minha biblioteca não quero que tenha destino igual. Deixo, no testamento, que o apartamento em que moro seja transformado num centro de estudos, principalmente dos problemas afro-brasileiros, com os 4 mil livros servindo de consulta aos estudiosos ou para os alunos pobres, que não podem comprar os compêndios indicados pelo professor. Biblioteca tem de servir a uma coletividade, como aconteceu com a do mestre Afrânio Coutinho, que ele doou a uma universidade, transmitindo a oficina de seu saber a todo um grupo de jovens sôfregos de cultura e aprendizagem. Pena que a biblioteca de Agripino Grieco, rica e valiosa, os seus parentes insensíveis a tenham vendido para uma universidade de Brasília. De-

veria permanecer no Méier, à Rua Aristides Caire, onde o nosso maior analista passou quase toda a sua vida, contemplando os arbois eternamente verdes da praça principal, perto da estação, vendo-se no centro o coreto por onde ressoaram as líricas retretas do bairro, perdidos no jardim os bustos de Orlando Silva, o cantor da multidão, o do barão do Rio Branco, a herma oferecida a mestre Grieco, que recentemente colocaram na praça que tem o seu nome, para os lados do Cinema Imperator. Esse bairro me é muito caro, porque em meio à sua beleza bucólica, de bairro culto, com suas famosas feiras de livros, ostenta os seus edifícios suntuosos, suas lojas luminosas, seus cinemas vistosos, o Hospital Salgado Filho, isto sem falar naquele viaduto que percorre a estação, acima de sua praça, a que o instinto poético dos seus moradores deu o nome de Rua Castro Alves. Meu amado poeta Van Jafa ali curtiu todas as gamas de seu espírito estético, escrevendo *Ronda dos teus olhos*. Nelson Rodrigues tinha o Méier em alta conta, sempre a relebrá-lo nas suas crônicas lampejantes de malícia e mistério. Acaso, em muitas madrugadas de sombra, meu Lima Barreto ali não foi visto, para os lados de Todos os Santos, cambaleando em eterno estado etílico, junto de Catulo da Paixão Cearense e outros chorões e notívagos que fizeram da alta noite o seu universo de encantamento e penitenciação?

21 DE SETEMBRO - A estupefação estética que se apossa da gente ao ler o *Journal*, de Julien Green - 1928-

1954, em que nos transmite em suas confissões angustiantes todas as nuances que precederam a criação de *Leviathan*, *Sud*, *Adrienne Mesurat e Meia-noite*, povoados de personagens sombrios, misteriosos e que têm medo de viver à luz do sol, pois a noite e a madrugada melhor servem ao mundo de pânico, medo e sobressalto que eles povoam, com o medo das criaturas alienadas e malditas. O suplício de encontrar a expressão própria, a dor recalcada de não achar o léxico adequado, da imaginação ficar estancada, não sair no momento preciso e o romancista sentir-se frustrado, como um eunuco, irreparável do pensamento fanado.

22 DE SETEMBRO - No meu caderno de existência banal, sem nenhum motivo para parar a face do mundo, é Julien Green que me acode, então, quando este tempo escuro, de nuvens tempestuosas, explode numa tempestade de relâmpagos e trovões que sacodem violentamente o espaço celeste. Ventania forte, bátegas que sacodem os vidros das janelas, como espíritos das trevas querendo comunicar-se conosco. “No momento, muitas coisas me separam da Igreja, para que eu possa me considerar católico, mas não teria espírito de mesclar estas dificuldades espirituais a um romance. Mesmo que eu fosse católico, me pareceria horrível o título de romancista católico.” Ao revidar os ataques que os contemporâneos fazem à honra dos autores, se eles são ateus ou cristãos, assim Green revela a reação inesperadas

de André Gide: “Isto não tem para os vivos senão uma importância relativa, porém significativa para aqueles mortos, que não podem se defender.” Reparem, agora, neste trecho de profunda análise psicológica sobre o grande romancista de *O discípulo*: “Vi Bourget. Ele me parecia tão velho que era impossível lhe falar, como se dirige a todo o mundo e sua idade faz dele uma espécie de estranho entre os homens. Ele me disse algumas palavras, com uma voz um pouco confusa, mas com um tom de polidez do qual já perdemos o hábito, a polidez de outro século.” Julien Green comprova sua falta de piedade cristã ao falar, amargamente, sobre o autor de *Demônio do meio-dia e Hilda Campbell*: “Sem dúvida, ele sobreviveu a seu renome, o que é sempre melancólico, mas sua surdez o impede de ouvir o silêncio que se faz em torno de sua obra.”

23 DE SETEMBRO - Quando se abrem os jornais e se vê o mundo, como se destruindo em escombros. Cada temporal que passa pela cidade, derrubando as casas e casebres dos morros, quando revê, como na Polônia, todo um povo se levantando contra a opressão de um regime forte e sem esperança. É preciso ser de pedra para não sentir o coração batendo em face dos miseráveis que soçobraram sob pedras aluídas dos morros, crianças expostas à miséria e orfandade, negros caçados como criminosos nos bairros racistas de Londres, a luta do povo em face do baixo poder aquisitivo de seu

dinheiro, que o leva a uma miséria secular, sem poder a voz erguer num protesto solene e justiceiro. Daí é que a frase famosa de Maurice Maeterlinck expressa bem este instante desesperado dos humilhados e ofendidos de todas as nações: “Se eu fosse Deus, eu teria piedade do coração dos homens” (“*Si j’étais Dieu, j’aurais pitié du coeur des hommes*”).

24 DE SETEMBRO - O formal de Julien Green ainda me dá um pouco de alento e ternura na solidão deste apartamento gélido de Bento Ribeiro: “Ao chegar, Cocteau nos mostra um passarinho doente, que ele encontrou nos Campos Elísios. Colette o apanha, o examina e vai acariciar-lhe o pescoço, no jardim fronteiro.”

Ao ler *Cartas e Madame Bovary*, de Flaubert, Julien Green fica surpreendido na presença de um estilo algumas vezes pesado e de outras feitas desconcertante. “Mas todas estas frases de sentido amplo têm um som admirável, um som de uma coisa plena e sólida. E, portanto, qual é o estilo que prenunciavam as cartas? Um estilo que rugirá, dizia Flaubert.”

25 DE SETEMBRO - Havia me mudado, recentemente, para Bento Ribeiro e ainda não me havia familiarizado com suas ruas tranqüilas, com casas rodeadas de jamelões, graviolas, frutas-de-conde, mangueiras, sem falar em romanzeiros em flor. Isto em qualquer

casinha da Divinópolis, Pacheco da Rocha e Tenente Hauer. Lá no fim da Rua Picuí, onde ela quase se entrecruza com o Largo do Sapê, há de haver uns cinco anos, uma residência amarela que os jambeiros ensombavam, no verão, pelo cair da tarde, vinha daquela moradia cercada de um muro verde, encimado por cacos de vidro, o som dolente de um bandolim tristonho, entoando a “Evocação” de Eduardo Souto.

Isso me fez transportar para um tempo já muito distante, em que eu morava à Rua 2 de Dezembro, lá no Flamengo, onde, com meu gramofone de boca, tocada essa valsa sentimental, por meio do bandolim mágico do Jacob. Era estudante, lecionava para muitos jovens esperançosos, estava com a vida plena de sonhos e ilusões. Depois, muitos sóis e anos se passaram, o tempo começou a cavar suas ruínas devastadoras no meu rosto, tudo salpicando de rugas vorazes e pés-de-galinha aniquiladores. O desencanto começou a povoar meu coração. Foi quando eu me mudei para a Lapa, depois Laranjeiras, Cruz Vermelha e mais tarde, para minha felicidade, peguei este apartamento pequeno e dei tanta significação a minha vida. Pois bem, Bento Ribeiro me remoçou, me fez reconciliar-me com o mundo e as criaturas. Quando passava por aquele local, onde a poesia agora fez o seu tugúrio, é que as cordas vibrantes daquele violino vieram vibrar com toda a minha sensibilidade. Quantos dias seguidos ficava comovido, a ouvir aquele bandolim choroso, dando toda uma magnífica interpretação de uma obra-pri-

ma de Eduardo Souto, autor por quem nutro uma paixão musical só superada, primeiro, por Ernesto Nazareth, depois por Anacleto de Medeiros e Sinhô. Sei, como afirmou Mozart Araújo, num dia de ovo atravessado, que Eduardo Souto foi muito comercial e assinou certas músicas aquém do seu talento. Tolice do Mozart, pois tudo que ouvi do autor das “Nuvens”, “Despertar da montanha”, “Mágoas”, “Do sorriso das mulheres brotam flores” ou “Verão” e “Primavera” é da mais alta harmonia musical, um estilo elegante e refinado e uma delicadeza temática realmente admirável. O que me fazia parar diante da casinha amarela era sentir que a melodia que o vento me trazia do bandolim sonoro só podia estar sendo entoada por uma pessoa de sensibilidade aguçada, um gosto seletivo, em manejar com tanta graça e harmonia as cordas prodigiosas do bandolim. Os transeuntes já até caçavam de mim, de ali ficar parado em outros dias, sempre à mesma hora da tarde, com cigarras rebentando de cantar nas amendoeiras, deixando cair as folhas amarelecidas.

– Como pode este homem ficar tanto tempo ouvindo esta musiquinha tão chinfirim?

– Falta do que fazer, gente. Nós é que não podemos perder nosso tempo, temos que trabalhar, para que a fome não nos traga surpresa.

Um dia, como estava muito comovido, com lágrimas nos olhos plenos de sofrimento e sonho, indaguei a um

preto, de roupas simples e com uma arruda atrás da orelha:

– O senhor me poderia dizer, por favor, quem é a pessoa que toca um bandolim com tanta delicadeza e perfeição?

– Nada te posso informar, moço. Já há muitos anos que ela azucrinar os ouvidos das pessoas da rua com esta mesma musiquinha, que não varia de repertório, sempre no mesmo tom enjoiativo.

Fiquei cismado, a olhar a casinha entre árvores, penalizado por não conhecer o exímio bandolinista. Mas uma noite, não pude passar ali pela tarde, devido a um compromisso sério na cidade - uma noite - já seriam umas sete horas da noite, ali senti uma aglomeração fora do comum em frente à casa do bandolim mágico. Mulheres em gestos de mistério e apreensão assim diziam a uns homens circunspectos, que fitavam pessoas que saíam e entravam na casa misteriosa:

– Tinha que parar com o bandolim. Foi um custo tomar o instrumento de suas mãos. Ela chorou feito uma louca, mas tivemos que tomar ele dela.

– Coitada. Com tantos anos imóvel, sem poder dar um passo, com toda aquela beleza fanada se esvanecendo dentro de casa, sem nenhuma ilusão a respeito do amor, era a única maneira da mocinha se distrair.

– Foi então que teve o primeiro ataque... caiu pelo chão desmaiada, os

lábios a tremerem, os olhos abertos como se visse uma visão terrível, que nenhum de nós percebia. Aí chamei o Dr. Lucas. Ele recomendou imediatamente o sanatório do Dr. Eiras, lá em Botafogo, onde são levados aqueles doentes mentais que talvez sejam curados ou, quando muito, vão pra lá pra não voltarem nunca mais.

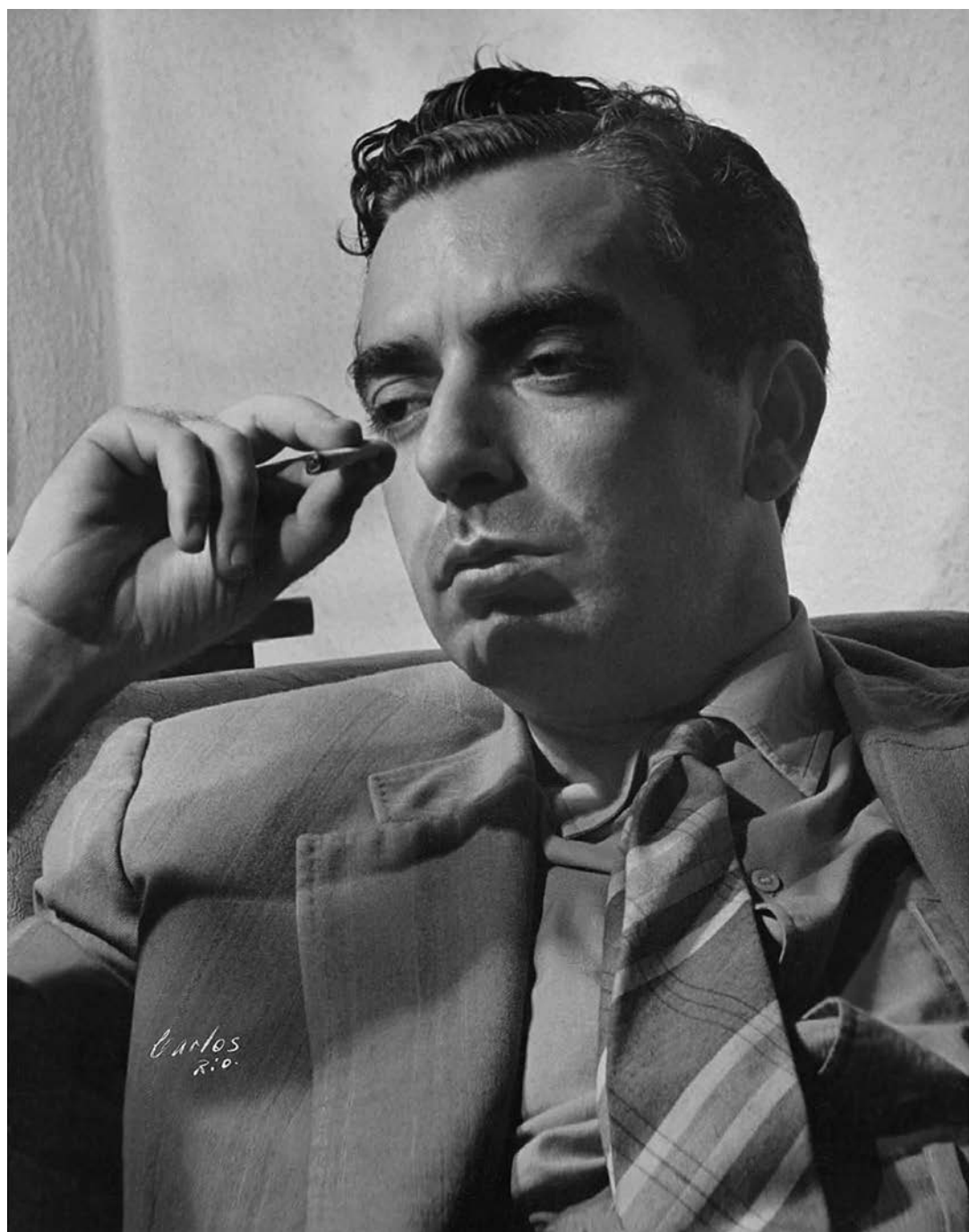
– Pobrezinha. Coitada da Ercília. Que fim mais triste para uma moça tão bonita e sensível. Era preferível a morte à reclusão num manicômio.

Acho que Bento Ribeiro com isso perdeu um pouco do seu perfume lírico, da sua grandeza humana, quando o bandolim de Ercília emudeceu. Para mim, uma parte mais bela e sensível do meu coração estancou. E nunca mais ouvi tocar, com tanta maviosidade estilística, a “Evocação” de Eduardo Souto. O mundo iria parar com tanta preguiça de um velho solitário? Acho que tanto Bento Ribeiro como o ancião esclerosado que assina estas linhas nada perderam quando levaram a lirial Ercília para o hospício dos loucos sem cura...

26 DE SETEMBRO - Uma platéia assanhada, diante de um espetáculo no Municipal, com assobios e vaias, de cainçalha atizada e estumada pela burrice em flor, *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, conseguiu atrair todas as iras e reações de uma platéia não acostumada a inovações estéticas. Quando as seqüências do presente se alternando com

presente, o estranho diálogo de Alaíde com Madame Clessi. *Alaíde*: - Você foi apunhalada por um colegial; *Clessy*: - Quer dizer que Lúcia e a mulher do véu são a mesma pessoa? *Alaíde*: Um menino de 17 anos matou você. 27 de novembro de 1905. Até a data guardei.” A revolução dos cenários de Santa Rosa, da direção de Ziembinski e do texto fora de série de Nelson Rodrigues, o dramaturgo maior. Depois foi a vez do *Álbum de família*, que a censura tentou tosar e mutilar de vários modos, mas não pôde mutilar a sua artística beleza: “*Jonas*: - Escuta. Ouve o que eu vou te dizer. Se a gente tiver uma filha eu ponho o nome de Glória; *Dona Senhorinha*: - Outra mulher? Não! Não quero! *Jonas*: - Se você não quiser eu mato você, aqui mesmo! Mato!” Esse dramaturgo que eu tanto amo, que escreveu a primeira peça com personagens pretos para o Teatro Experimental do Negro, *O anjo negro*, exigindo que não se pintassem com máscara escura os atores brancos, esse escritor que tanto tem defendido a minha raça nos seus escritos que são verdadeiros sacos de espanto e inteligência, provocou mais o farisaísmo e a hipocrisia de uma sociedade pseudomoralista com a *Senhora dos afogados*, com seu dramatismo intenso, de tragédia grega: *Dona Eduarda*: - Gostaria que minha filha fosse tão chorada quando esta prostituta!” O monólogo belíssimo de Misael irritou toda a platéia insensível que assistia à peça no Teatro Ginástico, longe da profundidade dos diálogos, da vanguarda do enredo desconcertante e de um texto que não roçava a vulgaridade, atingindo,

muitas vezes, aquele *frisson* dionisíaco da tragédia grega: “*Misael* (sem voz): - Assassina! (Desesperado) Mas é mentira! Se tivesses matado eu saberia, todos saberiam... Eu matei e toda a cidade sabe... Não havia ninguém espiando... Só minha mãe, que não me denunciaria... E teu crime? Alguém conhece o teu crime? Tua mãe? Paulo?” O grito interior de Moema é outro belo excerto dessa tragédia a que eu assisti, presa do mais belo encantamento: “ - Procura em toda a casa, nos espelhos também... Tuas filhas não estarão em lugar nenhum. Nem vivas, nem mortas... Não existem nem os retratos, que eu destruí; nem as roupas... queimei a memória delas... Sabes ainda como eram? Tu te lembras dos olhos, dos cabelos?” Com *Valsa n° 6*, Nelson Rodrigues atinge o clímax da dramaturgia universal, ao evocar o espectro de uma moça de branco que, no piano, vai tocando a valsa de Chopin e relembrando episódios de sua vida passada. Alguém comenta, em certo trecho, de como esse espírito sutil foi morto em sua vida material e intensa: “Não havia mais ninguém na sala. Só os dois. Os dois, sim. A vítima ia ao seu primeiro baile. Tinha um vestido branco, de lantejoulas prateadas, véu nos ombros... E parece que teve um mau pressentimento, porque...” O vulto misterioso continua a estranha narração da mais bela e poética das peças do dramaturgo carioca: “O assassino mergulhou o punhal de prata nas costas da moça. Mesmo ferida, a vítima quis continuar tocando e - Gritou? - gritou. Sei. Mas não deu muita confiança à morte, porque ia tocando mais... Porém



Nelson Rodrigues, na época das peças mencionadas no texto, a década 1940

a cabeça desabou sobre o teclado. Quando apareceu gente, Sônia já estava morta. (Grita) Sônia! (Baixo) Sônia, disseram Sônia? (Cochicho) Sônia, sim, como não? Aquela menina. Uma que tocava bem e sabia francês. Natural. Estudou nos melhores colégios.” Para finalizar o comentário sobre essa peça tão lírica e apaixonal: “- Vamos espiar, vamos? (Cruel) Está ali, deitada, a menina que iludia a todos. (Como se rezasse) Parecia uma jovem santa, branca e sem mácula, tão frágil e tão fina. *Comadre*: - Era boa demais para este mundo. (Hierática) Vai-te! Agora Paulo está puro de ti. E eu queria que ninguém te visse mais. Nem as flores do caminho. Que teu perfil de morta passe por entre lírios cegos! (Numa maldição maior) E onde quer que estejas, odiarás tua lancinante forma terrena.” Depois de várias décadas desde que vi *Valsa nº 6*, no Teatro Serrador, relembro com enlevo o encanto da interpretação de Dulce Rodrigues, como Sônia, irrepreensivelmente dirigida por Madame Morineau.

27 DE SETEMBRO - Não vou dizer com tristeza, como o Walmir Ayala, no seu *Diário I*, o que ele fez de sua vida, nestes anos todos, em prol das pessoas que necessitassem do seu apoio, do seu amor, do seu carinho. Meu coração, eu o reparti a todas as criaturas que precisavam de afeto, fiz o que pude para minorar a dor alheia. Se fiz alguém chorar ou sofrer, entrego este pecado irreparável a Deus, que nos vê e elimina, lá do céu inalcançável e distante.

28 DE SETEMBRO - Onde quer que estejas, Kim de Oliveira, há de lembrar que um dia fomos muito amigos e que freqüentavas o meu quartinho pobre da Rua 2 de Dezembro, junto do Santa Rosa, do Massinha, do Roberto, que tanto amavas, e do nosso Van Jafa, que nos deixou tão cedo para ir habitar lá longe, junto de suas irmãs estrelas. Tinhas vindo de São Paulo e aqui publicaras o tão belo livro de poemas *Rua de postes caídos*. A Van Java escreves te este “Poema”, doloroso como a vida:

A dor que nos toma
Levando pra baixo
O amor que nos pega
Levando pra cima.

E sempre voltamos
Ao plano anterior
Feridos, marcados, cansados.

Para mim, que não merecia tanta honra assim, escreveste o mais belo poema do livro, o “Poema da noite”, em que há versos que expressam bem o poeta altamente emotivo que foi Kim de Oliveira.

O automóvel atropelou um velho
O uivo da ambulância
É mais triste nas trevas
A valsa é música linda.
Os olhos do gato
Brilham acesos no preto
Entrego meu rosto
Ao vento frio da noite

O tempo foi passando e o destino mudou por completo os nossos destinos. Nunca mais pude contemplar o teu rosto mongol, de olhos oblíquos, e a face sempre escancarada para a vida, para o amor e para a beleza.

29 DE SETEMBRO - Henrique que não vinha, com aquele seu rosto impando de alegria juvenil. Tornava-se sério, de cara fechada, entregue a um mutismo inexplicável. Chegava no meu apartamento, cumprimentava-me e ia assentar-se lá no canto da sala, e ficava folheando os jornais, entregue a uma inquietação que me intrigava. Pensava: “Henrique é muito jovem para mergulhar em cogitações muito aquém de sua idade de rapaz descuidado e de temperamento alegre.” Olhou-me, então, o meu rosto apreensivo, dizendo:

– Estou ficando preocupado com a situação lá em casa. A pensão que papai deixou à minha mãe é bem insignificante. As despesas estão aumentando e eu mal posso ajudar no sustento da casa, pois que somente estudo o curso clássico, sem ter trabalho algum.

– O que você resolveu, então?

– Procurar trabalho. Até o fim deste mês vou buscar o meu certificado militar, pois agora tudo quanto é firma, escritório ou casas comercial que nos emprega vai logo pedindo a carteira de reservista, de identidade e, em certos setores, exigem até o título de eleitor.

– Pode ficar sossegado, Henrique,

que eu o ajudarei em tudo que for preciso. Você é um amigo dedicado e fiel. Em minha doença, você não me deixou um instante sequer. Quando minha diabetes mal me deixava andar e locomover-me para qualquer lugar que quisesse, você me apoiou, muitas vezes, nos seus ombros, amparando-me com carinho e cuidado, como um filho que tivesse tanta ternura por este ancião que tem idade de seu seu pai.

– Não fiz mais do que minha obrigação. Posso dizer que o senhor está fazendo por mim o que papai faria se estivesse vivo! A todos os meus amigos e pessoas que me conhecem, quando tenho de vir à sua casa, vou logo dizendo com o maior orgulho: “Estou indo encontrar-me com o padrinho.” Sim, com o padrinho que sempre me recebe, com toda a consideração possível, de quem sempre encontro uma acolhida paternal e compreensiva, onde recebo os mais sensatos conselhos de minha vida, onde ouço as orientações seguras para a vida imensa que vou seguir, e onde sei que terei o apoio que sempre esperamos de um ente muito amado, que nos ampara e segura, se houver uma queda imprevisível, e que nos consola e eleva o nosso ânimo, quando uma queda brusca faz oscilar, por momentos, a nossa crença num futuro promissor e mais seguro.

– O que você não pode é desanimar. Lutarei com todas as forças que Deus me deu para que você arranje uma colocação condigna à sua cultura e talento.

– É o que anseia o meu coração, quando vejo mamãe mal podendo andar, com aquele defeito físico que a faz mancar nos passos incertos. Quero ganhar o suficiente para custear meus estudos, dar um certo conforto à mamãe, comprar as minhas roupas, ter dinheiro para o cinema, festas e tudo aquilo que faz o gáudio da gente jovem. O que me assusta, também, é saber que a casa em que moro, na Pacheco da Rocha, há mais de 15 anos, já foi reclamada pela senhoria, não sei se para uso de gente da família ou para aumento exorbitante de aluguel. Encontrar outra moradia, com o preço módico que ali pagamos atualmente, vai ser coisa muito difícil. O jeito é encontrar um emprego logo, a fim de não deixar mamãe atemorizada com a nossa situação.

Henrique cumpriu o que prometera, lutando para tirar todos os documentos exigidos para os vínculos empregatícios, e agora, mais confiante na vida, com sorriso mais bonachão e pleno da mais pura letícia, Henrique me rompe, neste Natal chuvoso e de nuvens sombrias, ameaçando fortes temporais. Trazia um forte resfriado, mas estava mais corado e seus olhos reluziam uma indizível satisfação por trabalhar com um advogado tão humano e paternal como Dr. Dacle, companheiro de bancos acadêmicos que viveu anos a fio em meu apartamento de Bento Ribeiro, negro maravilhoso, paladino notório que, junto a mim, sempre pelejamos a favor da eterna causa da independência cultural e econômica da gente negra.

Aspectos da experiência afro-brasileira

Abdias Nascimento

Palestra proferida na Biblioteca Nacional de Angola, em Luanda, a 20 de abril de 1989, por ocasião da visita de Abdias Nascimento a esse país, na qualidade de consultor da UNESCO, com o objetivo de auxiliar na formação do teatro angolano.

Quero que este seja um encontro informal, mais um diálogo entre irmãos do que uma palestra dirigida à platéia. Por isso, não pretendo apresentar aqui um texto pronto e acabado dentro do rigor acadêmico. Minha intenção é de conversar sobre várias dimensões da experiência afro-brasileira, registrando alguns fatos e aspectos importantes dentro do ponto de vista da nossa comunidade. Espero que, após essa apresentação, o diálogo vá fornecer caminhos de maior esclarecimento.

Para começar do princípio, é necessário mencionar o fato geralmente esquecido ou subestimado da presença

de africanos nas Américas antes da chamada “descoberta” de Cristóvão Colombo. Há uma série de pesquisas e estudos que não deixam dúvidas a respeito desse acontecimento histórico. Análises da arte, dos artefatos e da arqueologia pré-colombianos mostram que, séculos antes dos europeus, os africanos imprimiram na face da América, de forma inapagável, as marcas africanas em artefatos tão antigos como de 600 anos antes de Cristo. A começar do México, cujas civilizações olmeca, tolteca, asteca e maia, bem como a inca, no Peru, revelam um relacionamento íntimo e regular com os povos da África: marinheiros, navegadores, comerciantes; homens e mulheres cultos que desempenharam um papel importante na vida e nos tempos antigos da América, conforme o documentado estudo feito por Elisa Larkin Nascimento em seu livro *Pan-Africanismo na América do Sul* (1981; 109-119). Baseando-se em extensa bibliografia, a autora nos informa que:

Em San Agustín e Tierradentro (no interior sul da Colômbia) os traços, os símbolos, as técnicas artísticas e funerárias, bem como os caracteres somáticos africanos se evidenciam freqüentemente nos túmulos, nas estátuas e nas urnas funerárias das culturas indígenas pré-colombianas.

Mesmo em 800 a/C., nos objetos de terracota da Mesoamérica primordial, nas estátuas e nos apinés de pedra e murais do período pré-clássico e clássico, antes e depois da hegemonia tolteca, essa influência africana se revela.

Entre os pesquisadores que mais se destacam nesse ramo do conhecimento estão Alexander von Wuthenau, Frederick Petersen, Harold Lawrence e, principalmente, Ivan Van Sertima com seu livro pioneiro (1976), reunindo dados dos vários campos estudados numa tese histórica intitulada *Eles vieram antes de Colombo*, rica em detalhe de documentação e fatos.

Certamente, as afirmações e conclusões desses estudiosos de nenhuma forma diminuem o valor e a capacidade dos artistas e construtores indígenas das notáveis culturas pré-colombianas nas Américas. Mas se comprova o liame existente entre o México, a Guatemala, a Colômbia e, principalmente, o Peru pré-colombianos, por exemplo, nas suas técnicas de mumificação, que são iguais às do Egito negro da Antigüidade. A história oral de origem maia diz que os primeiros habitantes do México eram negros, e se assinala a identidade entre várias deidades do submundo egípcio e do panteão olmeca, similitudes que ultrapassam o nível da coincidência. Ademais, o México, o Egito e o Peru antigos compartilham a mesma palavra, *Ra*, para designar o sol, e os hieróglifos mexicanos e egípcios para essa palavra são iguais. Esses autores afirmam que a comparação das realizações pré-colombianas com as negro-egípcias revela uma evidente continuidade. Inclusive consideram as famosas pirâmides-escadas maias e astecas de Teotihuacán,



Escultura em pedra de uma cabeça africana da América pré-colombiana. Olmeca, período clássico. Vera Cruz, México, cerca de 800-400 anos a.C. Foto reproduzida do livro de Ivan Van Sertima *They came before Columbus* (Nova York: Random House, 1976)



Escultura pré-colombiana em pedra, datada de aproximadamente 900 a.C., em San Agustín, Colômbia

Tikal, Chitchén-Itzá, Uxmal, Cholula e do Vale Chicama, no norte do Peru, como remontando à Babilônia e ao Egito antigos.

Esta não é a oportunidade para o aprofundamento desse importante ponto da história cultural dos povos negro-africanos e afro-americanos. Meu intuito foi apenas registrar, como uma espécie de introdução ao período escravagista que se inicia com o desembarque de Colombo nas ilhas que denominou de “Espanhola”, hoje Haiti e República Dominicana, a presença anterior dos africanos no chamado Novo Mundo. E presença não como “descobridores” ou “conquistadores”, mas como parceiros iguais no intercâmbio de valores culturais, documentado nas breves referências que acabei de sumariamente descrever.

Não se pode honestamente falar em cultura e arte brasileiras sem imediatamente invocar os fundamentos africanos que lhe são inerentes. Aliás, frequentemente se fala na “contribuição” dos povos africanos e suas culturas à formação brasileira, como se fosse um enxerto num organismo já existente. Sempre protesto que o Brasil nunca existiu sem os povos africanos, pois antes de sua chegada existiam as nações indígenas, e que a cultura brasileira não existe sem a africana, pois dela é feita desde seus primeiros fundamentos. Portanto, não se trata de “contribuição”

da diminuta elite branco-eurocentrista e sim da estrutura básica da realidade brasileira. Toda a edificação do Brasil - material e espiritual - deve-se ao africano escravizado, em que pese aos esforços que, no decorrer dos séculos, sempre tentou demonstrar o contrário. Isto é, tento exibir o Brasil aos olhos do mundo como um país europeu, com uma “diminuta fração do seu povo de composição mestiça”, conforme chega a afirmar o Ministério de Relações Exteriores no seu livro *Brasil 1966*.

Tal posição das elites dominantes marcou o processo de institucionalização nas estruturas do país de um forte conteúdo racista antiafricano. E, à medida que o povo brasileiro crescia em número e a sociedade se organizava, uma cultura de natureza discriminatória impunha sobre a maioria da população, que é de origem africana, valores transplantados da Europa com o objetivo de erradicar no país a herança africana trazida pelos africanos escravizados e perpetuada pelos seus descendentes.

Uma das primeiras medidas tomadas nessa linha de orientação foi aquela de, por todos os meios, apagar da lembrança do afro-brasileiro a etapa histórica do escravismo. Ou então a de tentar minimizar a perversa crueldade inerente ao sistema. Como observou certa vez o incansável defensor da dignidade do homem negro Sebastião Rodrigues Alves:

A primeira medida do escravagista, direta ou indiretamente, era produzir o esquecimento do negro, especialmente de seus lares, de sua terra, de seus deuses, de sua cultura, para transformá-lo em vil objeto de exploração. (1977:7)

Sem dúvida, simultaneamente ao desaparecimento do seu passado, se procurou também a obnubilação de sua identidade original. A classe dirigente e seus porta-vozes teóricos - historiadores, cientistas sociais, literatos, educadores, e assim por diante - têm formado uma consistente aliança que opera há séculos a teoria e a prática da exploração dos africanos e seus descendentes no Brasil. E não esqueçamos que, se oficialmente não existem hoje os escravocratas senhores de engenho, seus descendentes estão bem ativos manipulando latifúndios, empresas industriais de vários tipos, capitaneando o sistema bancário e o mercado financeiro, mas, principalmente, se colocando no papel de testas-de-ferro das multinacionais que sugam em nosso país todo o resultado do trabalho do povo brasileiro.

Certamente, é outra a idéia que vocês estão acostumados a ver divulgada pelos brasileiros. O Brasil vem propagando pelo mundo afora, há muito tempo, uma imagem benigna de “democracia racial” em que apresenta o país como uma generosa nação de brancos que não sabem o que seria discriminar os seus “negrinhos e

crioulos”. As chamadas ciências sociais vêm construindo todo um suporte teórico que serve à elite brasileira como prova irrefutável dessa generosidade não-racista. Chegam até a se convencer de que a própria escravidão no Brasil foi um sistema benigno, generoso, não racista, e amigável para com o africano. E essa elite, de tão convencida da verdade absoluta de tais teorias, criou um ferrenho tabu em torno do assunto. O negro que denuncia o racismo brasileiro, como sempre o fiz, é condenado ao ostracismo e rotulado de fascista ou racista às avessas.

Para fundamentar a teoria da democracia racial, sempre se assinala que no Brasil não há segregação racial por lei, com placas anunciando lugares reservados para negros e para brancos. Sem nos referir aos exemplos dessas práticas que existiram, sim, sobretudo no Estado de São Paulo antes de 1945, cabe afirmar que o racismo não consiste apenas nesse tipo de segregação. A prática da discriminação não declarada resulta tão pernicioso quanto aquela anunciada em placa. O caminho brasileiro é esse: enquanto se declara uma sociedade anti-racista, discrimina o negro de forma humilhante na prática cotidiana da vida coletiva. O negro ocupa hoje uma posição análoga à da escravidão. Se hoje o trabalho é remunerado, ele é o menos remunerado e o mais desempregado. Se há sistema educativo, habitação, serviços médicos, ele é o que tem menos acesso. Especialmente, há todo um esquema para

lhe tirar a identidade própria, a consciência histórica e cultural de seu passado e origens africanas, o que leva a um processo de inferiorização e danos psicológicos já bem conhecidos por todos aqueles povos sujeitos à colonização europeia.

Com vistas à obliteração da memória do afro-brasileiro e à imposição sobre ele de noções, conceitos e valores estranhos, em nenhum nível de ensino jamais se implantaram cursos sistemáticos de cultura e história africanas. Quando se fala em nossas escolas de História Universal, obviamente está-se referindo à história da Europa. E as crianças negras, desde as primeiras letras, aprendem a se autodesprezar: não encontram nem nas aulas nem nos livros didáticos nada que fale do que foram e fizeram seus antepassados, nenhuma referência à família negra, aos fundamentos africanos na construção da nacionalidade brasileira. Em contrapartida, a criança branca se vê retratada dignamente nos livros escolares, na situação oposta à da criança negra, o que naturalmente cria na criança branca um óbvio sentimento de superioridade. E é assim sutilmente, atuando nos refolhos mais íntimos da criança e dos adolescentes, que o racismo à moda brasileira vem operando há séculos e praticando um verdadeiro genocídio da raça negro-africana no país. Genocídio de que têm sido também vítimas as populações indígenas.

Caso o negro perdesse a memória do tráfico e da escravidão, ele se distanciaria cada vez mais da África e acabaria perdendo a lembrança do seu ponto de partida. E esse ponto de partida é o ponto básico: quem não tem passado não tem presente e nem poderá ter futuro. Evocar o tráfico, analisar cientificamente a escravidão, deve constituir para os afro-brasileiros uma obrigação permanente e diária. Não é uma forma de autoflagelação, nem motivo de sentimentalismo piegas. Da mesma forma que o holocausto para o povo judeu, o tráfico e a escravidão fazem parte inalienável do ser total dos afro-brasileiros. Omiti-los de nossa bagagem histórica será o mesmo que amputar nosso potencial de luta libertária, desprezando as lutas e os sacrifícios dos nossos antepassados para que a nossa raça fosse livre e sobrevivesse.

Como esquecer, por exemplo, aqueles primeiros africanos escravizados que chegaram ao Brasil no início do século XVI, africanos de origem banta, embarcados em São Paulo de Luanda para o porto de Salvador da Bahia? Como esquecer que foram eles, aqueles bantos, que lançaram, no ventre da terra virgem, as primeiras sementes de uma cultura e uma civilização que depressa se expandiria por todo um território de extensão continental? Como esquecer a primeira república livre criada nas terras do Novo Mundo - as Américas - pelos africanos que resgataram sua liberdade

e fundaram o Quilombo dos Palmares? De 1595 a 1696, aqueles africanos liderados pelos bantos resistiram aos holandeses, aos portugueses e aos bandeirantes de São Paulo. Uma guerra de mais de um século! O heroísmo de Zumbi, seu último rei, conferiu à República dos Palmares a legenda de verdadeira Tróia Negra. Em Palmares houve uma notável experiência de prática socialista: no uso útil da terra, na distribuição do resultado do trabalho, na igualdade efetiva de convivência das etnias que lá se encontravam: as africanas, a indígena e a européia.

Essa forma de organização dos africanos para o resgate da sua liberdade e dignidade humana existiu em todo o território brasileiro durante os quase 400 anos de escravidão. Não esqueçamos que a bota invasora de Diogo Cão pisou a terra africana em 1482 e no Brasil só em 1888 se destrói o perverso regime escravagista. Foi o último país em todas as Américas a abolir a escravidão.

Essa prática histórica do socialismo nos quilombos constitui, para mim, a verdadeira fonte de inspiração e exemplo para a formulação de um sistema de pensamento e ação verdadeiramente revolucionário e autêntico para nós. Ela não busca suas raízes nas formulações teóricas de origem européia que sempre ignoraram nossos exemplos revolucionários anticoloniais. Como assinala Elisa Larkin Nascimento (1981:52-72), tanto Marx e

Engels como a Internacional Socialista apoiaram o colonialismo, não reconhecendo o caráter revolucionário das lutas de africanos nas Américas (Haiti, São Domingos, México, Palmares) e na África (Samoury Touré, El Mahdi, Cetewayo, para mencionar somente alguns exemplos).

As raízes desse sistema de pensamento transformador que denomino *O Quilombismo* (Nascimento, 1980) se encontram em nossa própria experiência histórica. Trata-se de uma proposta de organização social e política da nação brasileira que incorpora a uma visão socialista e democrática a dimensão da convivência multirracial e o combate a todas as formas do racismo, recuperando o lado positivo da identidade histórica e cultural africana de nosso povo.

Agredido por todos os lados e por todos os meios, o africano escravizado defendeu como pôde o que lhe restava de identidade humana. Para isso, ele se utilizou das religiões ancestrais. Mas nesse campo, teve que enfrentar a religião oficial do Estado, o catolicismo. A Igreja Católica, que também tirava lucro financeiro com a escravidão, não deu tréguas às religiões de origem africana. Elas foram e são acusadas, até os dias de hoje, de serem cultos fetichistas e animistas. Mas os templos afro-brasileiros - os "terreiros", como são conhecidos - conseguiram manter as estruturas da cultura e religião africanas com brilho e vitalidade. O sistema

africano de pensamento simbólico, de teologia e cosmologia atualmente confronta em pé de igualdade a arrogância colonizadora das chamadas religiões cristãs: a católica e os vários ramos protestantes.

A cultura religiosa afro-brasileira resulta da confluência de vários sistemas africanos de filosofia e fé. Há elementos bantos, nagôs (iorubás), ewes e outros, incluindo também influências das crenças indígenas ao território cultural brasileiro. Sendo o chamado sincretismo com a religião católica uma função da repressão exercida pela Igreja contra os cultos afro-brasileiros, o fenômeno espontâneo, e portanto mais autêntico, do sincretismo religioso reside sobretudo nessa mistura de várias religiões africanas.

Inegavelmente, predomina no contexto religioso a contribuição nagô, do povo iorubá, originário sobretudo da região que hoje compreende partes da Nigéria, do Benim e do Togo. Entretanto, a presença banta também se verifica nas religiões afro-brasileiras, como por exemplo na deusa Pomba-Gira (Bombomjira). Em seus *Estudos afro-brasileiros* (1973), o sociólogo francês Roger Bastide estuda detalhadamente esse sincretismo e sua dimensão banta na religião afro-brasileira.

A presença da cultura banta no Brasil tem sido subestimada por uma espécie de tradição entre os estudiosos, em que os povos da região central e

meridional africana são julgados culturalmente menos desenvolvidos que os chamados sudaneses. Essa distorção tem sido denunciada, e um passo foi dado para sua correção em relação ao Brasil com o recente trabalho pioneiro de Nei Lopes *Bantos, malês e identidade negra* (1989), uma contribuição de fundamental importância para o conhecimento da experiência africana no Brasil.

No tempo colonial, a Igreja Católica discriminava o negro do seu culto. Não bastava que ele fosse batizado nas mesmas águas de Cristo que batizavam os brancos. Daí se originam as diferentes irmandades: de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, de Santo Elesbão, de Santa Efigênia e outras. Isso acontecia no contexto urbano, pois na zona rural os africanos eram mantidos em aglomerados de composição étnica mista, com as conseqüentes barreiras linguísticas, religiosas e culturais dificultando-lhes a comunicação. Nas cidades se constituíam *nações* que se baseavam frouxamente em critérios étnicos e funcionavam mais como sociedades de ajuda mútua, de coesão social, de prática religiosa e exercício cultural. A classe dominante se utilizava das *nações* como expediente para criar e manter divisões entre os africanos, da mesma forma que atualmente, para o mesmo objetivo de dividir para reinar, usa dezenas de categorias étnicas para definir o

descendente de africano: mulato, mestiço, moreno, moreno claro, moreno escuro, mulato escuro, mulato sarará, fusco, cabra, bode, negro fechado, negro aço e assim por diante. Jogam com vocábulos vazios de sentido, já que todos, no final de contas, são tratados como negros. Mas dificultam aquela unidade do povo afro-brasileiro, maioria da nossa população, que o tornaria invencível e democraticamente o detentor do poder no Brasil.

Um dos aspectos do genocídio dos africanos no Brasil a que nos referimos anteriormente está na destruição das línguas que eles falavam no seu continente de origem. As línguas africanas não conseguiram salvar-se do esmagamento, exceto no contexto religioso, restritas ao próprio rito. A tentativa de sua destruição representa, sem dúvida, mais um ato na tragédia genocida sofrida pelos africanos e seus descendentes em meu país. Além de obliterar o principal instrumento de comunicação humana, social e cultural, o que já é fato muito grave, junto à destruição veio a imposição da língua do colonizador: a língua portuguesa. Com essa violência a mais, visaram atingir profundamente o espírito africano, apagando sua história conservada na oralidade, e portanto apagando sua memória. Esse é um ponto crucial na experiência afro-brasileira, quando se leva em conta que a tradição e o conhecimento eram uma realidade viva e dinâmica na África,

embora não em termos de arquivo ou escritura fossilizada. A transmissão por meio da escrita fria e inerte significava o oposto à essência do conhecimento efetivo, adquirido pelos africanos via uma relação direta, afetiva, no encontro interpessoal com o fato conhecido e com as idéias contempladas. Neste ponto crucial, podemos perceber a dicotomia que diferencia as culturas africanas das européias: apesar do desenvolvimento da escrita por africanos também, a linguagem oral prevalece como base da comunicação e da transmissão cultural. A palavra falada não é a palavra morta da escrita: ela é, em si mesma, movimento e ação.

Os *griots*, os *akpalo*, assim como os sacerdotes de Ifá, os Babalawô, desempenhavam esses papéis sociais e rituais de bibliotecas viventes, ou armazéns peripatéticos do saber e do conhecimento africanos. E isso por acaso acontecia porque os africanos fossem “bárbaros”, “selvagens” ou “ignorantes”? Para o chauvinismo europeu, certamente. Mas, para aqueles que de fato querem saber a verdade, diremos com as palavras do historiador negro norte-americano Lerone Bennett:

Precisamos dizer para o mundo branco que há coisas no mundo que vocês nem sonham em sua história, em sua sociologia e em sua filosofia. (In Ladner 1973: xiii.)

O historiador George G. M. James, confirmando as afirmações de Cheikh Anta Diop, refere-se à invasão do Egito por Alexandre Magno, que resultou na compilação da filosofia e do conhecimento egípcios pelos membros da escola grega de Aristóteles. Vejamos nas próprias palavras do historiador James:

(...) os verdadeiros autores da filosofia grega não foram os gregos, mas o povo da África do Norte comumente chamado de egípcios; e o elogio e a honra falsamente atribuídos aos gregos durante séculos pertencem ao povo da África do Norte e, desta forma, ao continente africano. Conseqüentemente, esse roubo do legado africano pelos gregos levou a opinião mundial ao erro de que o continente africano não deu nenhuma contribuição à civilização e que seu povo está naturalmente na retaguarda. Essa distorção se tornou a base do preconceito racial que tem afetado todos os povos de cor. (1978:7)

Essas inverdades, distorções e mistificações estão sendo expostas e a verdade sobre o papel da África no processo civilizatório universal está emergindo graças aos esforços de um grupo de cientistas e intelectuais negros em que se destacam Cheikh Anta Diop, George G. M. James, Chancellor Williams, Theophile Obenga, Ivan Van Sertima e outros.

Também no Brasil tem sido assim. O branco é quem tem definido o negro, a começar pela Igreja Católica, que batizava compulsoriamente o negro-africano escravizado. Depois o envolvia num tecido cultural alienador de suas origens, a ponto de levar o negro a extremos de ridículo. Um fato serve para ilustrá-lo.

Ao falecer o escritor Machado de Assis, o abolicionista branco Joaquim Nabuco, que na imprensa e no parlamento tanto combateu a escravidão como advogou o abolicionismo, escreveu uma carta a José Veríssimo, também escritor, porque este publicara um artigo elogioso a Machado de Assis e o qualificara de mulato. Nesse episódio, Nabuco revela o conceito de inferioridade racial que ele tinha dos africanos, assim como o desprezo que a eles votava. Eis um trecho de sua carta:

Seu artigo no *Jornal* está belíssimo, mas esta frase me causou arrepio: “Mulato, ele foi de fato um grego da melhor época”. Eu não teria chamado o Machado de mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso quando reduzir os artigos a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele a escreveu e que tom lhe deu. O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava: quando

houvesse *sangue estranho* isso em nada afetava a sua perfeita característica caucásica. Eu pelo menos só vi nele o grego. (In Bojunga, 1979: 190)

Num detalhe, pelo menos, Nabuco estava certo: mulato é vocábulo pejorativo, e a designação correta seria a palavra “afro-brasileiro”. Um negro ser chamado de grego é infinitamente ainda mais pejorativo. Porque sangue grego, sim, é irremediavelmente um sangue *estranho* à realidade negra ou brasileira. Na verdade, considerar *sangue estranho* o sangue africano, aquele mesmo homem e mulher escravizados que foram os únicos que trabalharam para a construção do país, é algo que só a mente patologicamente enferma pode fazer. Ainda mais Nabuco, que mamou nos seios da mulher africana: causam muita estranheza tais conceitos emitidos por ele.

Não é pertinente e nem pretendo, no espaço desta palestra, analisar pormenorizadamente a experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil. Só queremos tocar de leve alguns pontos que fazem de uma população de cerca de 80 milhões de negros uma autêntica nação africana colonizada internamente numa sociedade dita multirracial.

Ponto importante é aquele da restrição à cidadania do afro-brasileiro. Teoricamente, o ex-escravo adquiriu a cidadania plena com a promulgação da lei que aboliu a escravidão, a 13 de maio de 1888. Mas quais foram as medidas práticas para assegurar a eficácia dessa

lei? Nenhuma. Os milhões de ex-escravos foram apenas atirados para o olho da rua. Não se cuidou de que precisavam de trabalho remunerado para que pudessem comer, morar, sustentar a família, cuidar da saúde, da educação, do vestuário e outras necessidades básicas. Muito ao contrário dessas medidas ditadas pela necessidade imediata e pela consciência ética, as classes dirigentes trataram de acelerar a imigração européia para atender supostos reclamos de mão-de-obra. O trabalhador europeu vinha atender a dois propósitos da política brasileira: 1) ajudar a embranquecer o povo brasileiro, majoritariamente africano (Skidmore, 1976); 2) preencher os lugares no mercado de trabalho até então ocupados pelo africano escravizado. O africano servia como trabalhador sem remuneração; porém agora, no mercado de trabalho pago, ele passou a ser mão-de-obra rejeitada. Até os dias de hoje, passados 100 anos da abolição, os documentos do Ministério do Trabalho assinalam a discriminação racial como importante fato no desemprego. E, quando um afro-brasileiro consegue um emprego, sempre recebe salário inferior ao salário do trabalhador branco exercendo a mesma ou equivalente função.

Vejamos rapidamente alguns números fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um órgão oficial. Em 1980, os 50% mais pobres da população economicamente ativa recebiam até um salário mínimo. Entre os brancos, somente 24% se situavam nessa faixa salarial, contra 47% dos negros. Os que

recebiam salário superior a 10 mínimos representavam 3,72% da população economicamente ativa. Entre os brancos, essa faixa representava 8,5%, enquanto somente 1,5% dos negros ganhavam tanto. No Nordeste, onde os negros somam quase três vezes mais que os brancos, 60% daqueles integrados na população economicamente ativa ganham um salário mínimo ou menos.

Na educação, em 1980, 35% da população maior de cinco anos de idade eram analfabetos. Na população branca, somente 25% eram analfabetos, comparados com 48% entre os negros, ou seja, quase o dobro. Os brancos tinham 1,6 vez mais oportunidades de completar de cinco a oito anos de estudo; 2,5 vezes mais oportunidades de completar de cinco a oito anos de estudo; 2,5 vezes mais oportunidade de completar de nove a onze anos de estudo; e seis vezes mais oportunidades de completar doze anos ou mais de estudos. Em outras palavras: os negros já nascem com menos chances de chegar aos estudos de segundo grau e praticamente sem nenhuma chance de atingir a universidade.

Quanto à mulher negra, a situação ainda é pior. Em 1980, em termos de distribuição de renda, temos o seguinte quadro: entre os homens brancos, 23,4% percebem até um salário mínimo; na mesma faixa estão 43% das mulheres brancas, 44,4% dos homens negros e 68,9% das mulheres negras. Acima de 10 salários mínimos, temos apenas 8,5% dos homens brancos, 2,4% das mulheres brancas, 1,4% dos homens negros e 0,3%

das mulheres negras. Ou seja: há uma hierarquia em que o dado racial prevalece sobre o do sexo. Os homens brancos ganham mais; em seguida vêm as mulheres brancas, depois os homens negros e, em último lugar, as mulheres negras.

Na verdade, não existe restrição mais funesta à cidadania do que a agressão econômica, via discriminação no trabalho, da qual o afro-brasileiro tem sido vitimado de 1888 até os dias atuais.

Não obstante, não só essa restrição tem atropelado a cidadania dos africanos no Brasil. Já fizemos menção do esmagamento das línguas de origem africana e da imposição do português. Aqui entra em cena mais uma vez a perversidade do racismo brasileiro. Antes de abolido o sistema escravista, o cidadão (branco, por definição), mesmo analfabeto, podia exercer o direito cívico do voto. Abolida a escravidão, e no intuito de negar a cidadania daquele que acabava de adquiri-la, a República proclamada em 1889 prescreveu em lei que só poderiam votar os cidadãos que soubessem ler e escrever o português. Tal restrição vigorou até há apenas três anos. Somente nas eleições estaduais de 1986 caiu essa restrição.

Porém há ainda mais. O Código Penal de 1891, o primeiro da República recém-instituída, criou a figura de contravenção penal denominada *vadiagem*. O que isso queria dizer na prática? Que todo aquele sem domicílio certo, emprego e meio de sobrevivência (ou seja, todo aquele que se encontrasse

nas condições do escravo recém-liberto) estava sob a mira da polícia, podendo ser preso arbitrariamente e por tempo indeterminado. Uma violência inominável endossada pela estrutura jurídica vigente no país. Uma lei casuística, feita especialmente para aqueles milhões de brasileiros aos quais a sociedade dominante negava tudo: emprego, moradia, alimento, agasalho, educação, cuidado de saúde, tudo enfim. As penitenciárias, as prisões de modo geral, têm na sua população carcerária uma maioria negra. Como também na prostituição as mulheres negras estão presentes em alta porcentagem. O mesmo se pode dizer das milhões de crianças que vivem da mendicância ou da delinquência, sem lar, abandonadas à própria sorte.

Repito o que já afirmei diversas vezes: a forma de destruição da raça negra no Brasil tem sido mais eficaz do que nos países ostensivamente racistas, como os Estados Unidos da América do Norte e a África do Sul. Porque nesses países a vítima pode identificar o seu inimigo e lutar contra ele. Já no Brasil, o inimigo mascara sua crueldade a ponto de confundir não só a comunidade internacional, mas até mesmo o próprio negro brasileiro. Não se pode negar a existência de um segmento negro que introjetou os valores da classe dominante, e que pensa e atua de conformidade com os interesses dessa elite eurocentrista. São os assimilados ou aculturados de aquém e de além-mar...

Mesmo pretensos cientistas, como o mulato Nina Rodrigues, que viveu nos fins do século passado e começo deste, revelavam sua colonização mental ao fazerem afirmações como esta: “A raça negra no Brasil permanecerá para sempre como a base de nossa inferioridade como povo” (1945:28). Nina Rodrigues, psiquiatra que foi, estudou o africano como um ser geneticamente patológico, de conformidade com definições científicas correntes na época. Esse era também o fundamento das idéias que a sociedade brasileira vinha elaborando durante todo o período colonial. A consequência dessa posição pode ser verificada no esforço da importação de brancos para clarear a face do povo, a ponto de se erigir uma verdadeira ideologia do branqueamento ou da mestiçagem como política de Estado e como compulsão social (ver Skidmore, 1976 e Nascimento, 1978). Tanto as ciências sociais, com Gilberto Freyre à frente, como a literatura, liderada por Jorge Amado, se prestaram a esse triste papel de forças auxiliares das classes dominantes no seu projeto de esmagamento da população de origem africana. Pois a isso se reduz a famosa miscigenação compulsória pregada como um outro evangelho pelos advogados de um Brasil branco com escala na morenidade.

Até mesmo figuras respeitáveis da inteligência brasileira, como o cientista social e escritor Caio Prado Jr., davam endosso a esse odioso racismo discriminador da sociedade

convencional brasileira. Estudando o desenvolvimento econômico do país, Caio Prado divide-o em áreas geográficas: a Região Norte-Nordeste (os Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Sergipe), onde a presença africana é mais visível, tanto demográfica quanto culturalmente falando; e a área Sul, que abrange os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e onde o imigrante europeu é o mais visível. Eis o texto de Caio Prado Jr.:

(...) a imigração européia constitui fator particularmente notável na estimulação dos padrões culturais da população brasileira. O que tem como comprovação fácil e imediata a grande diferenciação verificada, sob esse aspecto, entre o sul e o norte do país, e que se deve em grande senão principal parte, à incorporação num caso, e ausência em outro, de apreciáveis contingentes demográficos que se situavam em níveis sensivelmente superiores aos da preexistente massa da população trabalhadora do país. (1966:130.)

A conclusão de Caio Prado é óbvia: o Sul é a área “avançada”, isto é, mais urbanizada, industrializada, comercializada, porque recebeu grande número de imigrantes europeus. Esses imigrantes brancos vinham com apoio financeiro do Estado, enquanto a “massa preexistente” de mão-de-obra africana, do Norte-Nordeste, devido ao abandono a que foi relegada, se tornou um pária vegetando nas grandes extensões dos latifúndios.

É esse tipo de raciocínio “científico” que tem decretado a inferioridade do trabalhador negro e as “sensivelmente superiores” qualificações do trabalhador europeu. Com tais arrogantes e falsas noções de superioridade em todos os níveis, a sociedade brasileira dominante elaborou a teoria da democracia racial. Segundo essa teoria, no Brasil não há racismo, inclusive porque o povo é miscigenado, isto é, somos mestiços, o que segundo tal teoria impediria a existência das desigualdades por causa das diferenças de raça. Afortunadamente, grande parte - a maiores dos africanos no Brasil - já percebeu os objetivos de mascaramento dessa teoria. Já sabemos que democracia racial, na prática de nossa vida diária, quer dizer discriminação racial e esta deve ser sofrida quieta e solenciosamente para não perturbar a paz do supremacismo branco.

Por isso, não é de admirar que um Gilberto Freyre tenha inventado o lusotropicalismo como apoio ao salazarismo na África e no Brasil. E as classes dirigentes foram sensíveis a essa orientação; tanto assim que a política exterior do Brasil, principalmente sua atuação nas Nações Unidas, permaneceu atrelada aos interesses de Portugal colonialista durante todo o tempo em que na Assembléia Geral se discutia o processo de independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Em meu livro *O quilombismo*, analiso em detalhe

os votos do Brasil na ONU, os quais mereceram do historiador José Honório Rodrigues o seguinte registro:

Votamos sempre com as potências coloniais nas Nações Unidas, cedíamos a todas as pressões portuguesas, a do governo oligárquico de Salazar ou a da colônia, e vez por outra disfarçávamos nosso alinhamento colonial com as abstenções. Não tínhamos uma palavra de simpatia pela liberdade africana. (1964: 372.)

Esses votos em favor do colonialismo salazarista foram votos da sociedade dominante que se autoproclama branca, ocidental e cristão. Porque o povo afro-brasileiro, que é maioria, mas, como na África do Sul, está destituído de poder, repito, o povo afro-brasileiro não foi cúmplice desse episódio lamentável da política externa brasileira. Também o povo negro do Brasil jamais se associou à promiscuidade dos governos do país com o governo racista da África do Sul. Em constantes demonstrações públicas, em insistentes e reiterados abaixo-assinados, os negros têm exigido o imediato rompimento das relações diplomáticas que o Brasil ainda mantém com o governo da matança legalizada de africanos - o *apartheid* -, já definido pela opinião pública internacional e pela ONU como crime contra a humanidade. Os negros do Brasil não estão solidários e nem apóiam essa política conivente com o assassinato coletivo de africanos. Ironicamente, os próprios arquitetos brasileiros dessa política externa, que

discriminam no Brasil a população negra, ainda se infiltram em vários países da África exibindo hipocritamente, como credencial de isenção neocolonialista, a população de origem africana. Esta, ao contrário da imagem que tentam veicular, continua explorada e humilhada de forma vil, exatamente por causa de sua identidade original africana.

Temos toda a certeza de que nossos irmãos africanos não se iludem com esse tipo de demagogia. Esperamos que a comunicação e o intercâmbio de idéias entre nós afro-brasileiros e os africanos da África venham a crescer e aprofundar-se cada vez mais. A comunidade afro-brasileira está disposta a apoiar e fazer pressão, junto ao governo brasileiro, para a realização de iniciativas que possam ajudar o desenvolvimento angolano. Por outro lado, consideramos de fundamental importância o relacionamento e o contato direto com nossos irmãos africanos.

Axé, Angola livre!

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Sebastião Rodrigues (1977). "Somos todos iguais perante a lei", comunicação ao I Congresso de Cultura Negra das Américas (Cáli, Colômbia, 1977).
- Bastide, Roger (1973). *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva.

- Bojunga, Cláudio (1978). "O brasileiro negro, 90 anos depois", in *Encontros com a civilização brasileira I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Diop, Cheikh Anta (1974). *The African origin of civilization*. Westport: Lawrence Hill.
- James, George G.M. (1976). *Stolen legacy*. San Francisco: Julian Richardson Associates.
- Ladner, Joyce (org.) (1973). *The death of white sociology*. Nova York: Random House.
- Lawrence, Harold (1962). "African explores in the New World", *The Crisis* (Junho-Julho).
- Larkin Nascimento, Elisa (1981). *Pan-africanismo na América do Sul*. Petrópolis e Rio de Janeiro: Vozes e Ipeafro.
- Lopes, Nei (1989). *Bantos, malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Nascimento, Abdias do (1978). *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1980).
- . *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes.
- Prado, Caio (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- Rodrigues, José Honório (1964). *Brasil-África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rodrigues, Nina (1945). *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Rogers, J. (1942). *Sex and race, I*. Nova York.
- Skidmore, Thomas E. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Van Sertima, Ivan (1976). *They came before Columbus*. Nova York: Random House.
- Von Wuthenau, Alexander (1975). *Unexpected faces in ancient America*. Nova York: Crown.

O negro desde dentro

Texto escrito em 1964, em comemoração ao vigésimo aniversário do Teatro Experimental do Negro.

Povos brancos, graças a uma conjunção de fatores históricos e naturais que não vem ao caso examinar aqui, vieram a imperar no planeta e, como seria conseqüente, forçaram, sobre aqueles que dominam, uma concepção do mundo feita à sua imagem e semelhança. Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador. Entre estes valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Se se reduzisse a axiologia

do mundo ocidental a uma escala cromática, a cor negra representaria o pólo negativo. São infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra. O demônio, os espíritos maus, os entes humanos ou super-humanos, quando perversos, as criaturas e os bichos inferiores e malignos são, ordinariamente, representados em preto. Não têm conta as expressões correntes no comércio verbal em que se inculca no espírito humano a reserva contra a cor negra. “Destino negro”, “lista negra”, “câmbio negro”, “missa negra”, “alma negra”, “sonho negro”, “miséria negra”, “caldo negro”, “asa negra” e tantos outros ditos implicam sempre algo execrável. Ainda nas pessoas mais vigilantes contra o preconceito se surpreendem manifestações irrompidas do inconsciente em que ele aparece. Há dias, um líder católico, culto cidadão, anti-racista por princípio, num dos seus artigos, em que focalizava a momentosa tragédia culminada no suicídio do presidente Vargas, escrevia: “(...) pelas revelações *tremendas* do arquivo *secreto* do seu mais *íntimo* guarda-costas, se verificou que o governo do Brasil possuía uma *éminence grise*, que no caso era uma eminência *negra*! E que essa asa negra do presidente (...) escondia em suas fichas *secretas* o mais *terrível* libelo contra um regime de *traficâncias* e *favoritismos*.” E mais adiante reporta-se aos “que acudiam a rojar-se aos pés da eminência *negra*, para dela conseguir as mais *escusas* intervenções”. Os grifos

são meus. Sirvo-me deles para marcar o sortilégio que a cor negra evoca no espírito deste escritor. Pois que se fosse branca a pessoa de que se trata - Gregório Fortunato -, a elaboração do pensamento teria, evidentemente, tomado outras direções. Se o guarda-costas fosse claro, as aproximações seriam muito diversas. (Experimente o leitor traduzir para o branco o texto acima.) O comentário do caso nos jornais e nas ruas se assinala de ângulos muito elucidativos da degradação da cor escura. De uma revista carioca transcrevo, por exemplo, este excerto. “Gregório quis saber se terá uma chance, um dia, de ser acareado. Disse-lhe eu que, na pior das hipóteses, defrontar-se-á com o General no sumário de culpa, na Justiça comum. O *preto* pareceu ficar satisfeito. Esfregou as mãos (...). Deixei o quarto do *negro* e com ele caminhei para a sala (...). Perguntei quais eram seus amigos (...) o *preto* respondeu (...)”. A cor humana aí perde o seu caráter de contingência ou de acidente para tornar-se verdadeiramente substância ou essência. Não adjetiva o crime. Substantiva-o.

Tais escritos são de autoria de pessoas brancas. Mas, na verdade, mesmo as pessoas escuras sofrem obnubilação em face da cor negra. Um dos mais dramáticos flagrantes disto é esta declaração de uma autoridade policial de cor negra: “(...) o preto, é verdade, é feio. Uma raça feia, de pele escura. Não agrada aos olhos, o negro é antiestético, e a manifestação deste sentimento é tida como preconceito.” Este, como a quase totalidade dos nossos patrícios de cor, é um

cidadão aculturado ou assimilado, como diriam os que cultivam aquela típica ciência de exportação e de intuitos domesticadores - a antropologia. Mas pratiquemos um ato de suspensão da brancura e com este procedimento fenomenológico nos habilitaremos a alcançar a sua precariedade e, daí, a perceber a profunda alienação estética do homem de cor em sociedades europeizadas como a nossa. De repente se nos torna perceptível a venda por sobre os nossos olhos. É como se saíssemos do nevoeiro da brancura - o que nos parece olhá-la em sua precariedade social e histórica. E ainda que por um momento, para obter certa correção do nosso aparelho ótico, poderíamos dizer que das trevas da brancura - só nos poderemos libertar à luz da negrura.

Revelar a negrura em sua validade intrínseca, dissipar com o seu foco de luz a escuridão de que resultou a nossa total possessão pela brancura - é uma das tarefas heróicas da nossa época. Pior do que uma alma perversa, dizia Péguy, é uma alma habituada. Nossa perversão estética não nos alarma ainda porque a repartimos com muitos, com quase todos - é uma lesão comunitária que passou à categoria de normalidade desde que, praticamente, a ninguém deixa de atingir. A ninguém? Não. Uns poucos se iniciaram já na visão prístina da negrura e se postam como noviços diante dela, isto é, emancipados do precário fastígio da brancura. Purgado o nosso empedernimento pela brancura, estamos aptos a enxergar a beleza negra, uma beleza que vale por sua imanência e que

exige ser aferida por critérios específicos. A beleza negra vale intrinsecamente e não enquanto alienada. Há, de fato, exemplares de corpos negros, masculinos e femininos, que valem por si mesmos, do ponto de vista estético, e não enquanto se alteram ou se aculturam para aproximar-se dos padrões da brancura. Há homens e mulheres trigueiros, de cabelos duros e de outras peculiaridades somáticas e antropométricas, nos quais é imperioso reconhecer a transparência de uma autêntica norma estética. A beleza negra não é, porventura, uma criação cerebrina dos que as circunstâncias vestiram de pele escura, uma espécie de racionalização ou autojustificação, mas um valor eterno, que vale, ainda que não se o descubra. Não é uma reivindicação racial o que confere positividade à negrura: é uma verificação objetiva. É, assim, objetivamente que pedimos para a beleza negra o seu lugar no plano egrégio. Na atitude de quem associa a beleza negra ao meramente popular, folclórico, ingênuo ou exótico, há um preconceito larvar, uma inconsciente recusa de aceitá-la liberalmente. Eis por que é digna de repulsa toda atitude que, sob a forma de folclore, antropologia ou etnologia, reduz os valores negros ao plano do ingênuo ou do magístico. Num país de mestiços como o nosso, aceitar tal visão constitui um sintoma de autodesprezo ou de inconsciente subserviência aos padrões estéticos europeus.

A aculturação é tão insidiosa que ainda os espíritos mais generosos são por ela atingidos e, assim, domesticados pela brancura, quando imaginam o contrário. É o que parece flagrante na poesia de

motivos negros. De ordinário, a negrura aí aparece subalterna, principalmente quando se focaliza a mulher, a qual se celebra, em regra, em termos puramente dionisíacos, como se neles se esgotasse a sua especificidade.

E eu que era um menino puro
Não fui perder minha infância
No mangue daquela carne!
Dizia que era morena
Sabendo que era mulata
Dizia que era donzela
Nem por isso não era ela
Era uma moça que dava
Deixava... mesmo no mar

.....

Assim falou o nosso grande Vinicius de Moraes. Falaram no mesmo tom, com a melhor das intenções, Mário de Andrade, Jorge de Lima, Nicolas Guillén e a legião de seus imitadores. Todavia, pondo a salvo o propósito generoso de tais poetas, nos refolhos de suas produções se surpreende, via de negra, o estereótipo: “Branca pra casar, negra pra cozinha, mulata pra fornicar!” Labora pela ocultação da negrura toda esta pátina de associações pejorativas e de equívocos sinceros que vestem nosso espírito e que precisam ser purgados mediante a reiteração, em termos egrégios, dos valores negros. No Brasil, quem talvez mais perto chegou, em alguns momentos, da visão não domesticada da beleza negra foi Luís Gama, no século passado, que escreveu versos como estes:

Como era linda, meu Deus!
Não tinha da neve a cor,
Mas no moreno semblante
Brilhavam raios de amor.

Ledo o rosto, o mais formoso
De trigueira coralina.
De anjo a boca, os lábios breves
Cor de pálida cravina.

Em carmim rubro engastados
Tinha os dentes cristalinos;
Doce a voz, qual nunca ouviram
Dúbios bardos matutinos.

.....

Límpida alma - flor singela
Pelas brisas embalada,
Ao dormir d'alvas estrelas,
Ao nascer da madrugada.

Quis beijar-lhe as mãos divinas,
Afastou-mas - não consente;
A seus pés de rojo pus-me,
-Tanto pode o amor ardente!

Não são raros, aliás, os momentos em que Luís Gama alcança a visão essencial, não contingente, da beleza negra. Referem-se-lhe, entre outras, expressões como “as madeixas crespas, negras”, “flor louçã”, “formosa crioula”, “Tétis negra”, “cabeça envolvida em núbia trunfa”, “amores... lindos, cor da noite”, “ebúrneo colo”. Neste particular, Luís Gama antecipou os movimentos revolucionários atuais,



O sociólogo Guerreiro Ramos, com obras do concurso de artes plásticas sobre o tema O Cristo Negro, promovido pelo TEN. Rio de Janeiro, 1955



como o Teatro Experimental do Negro e o da negritude, dos intelectuais de formação francesa, em que se destacam Birago e David Diop e Léopold Sédar-Senghor (senegaleses), Gilbert Gratiant, Etienne Lero, Aimé Césaire (Martinica), Guy Tirolien e Paul Niger (Guadalupe), Léon Laleau, Jacques Roumain, Jean-F. Brière (Haiti), Jean-Joseph Rabéarivelo, Jean Rabémananjara e Flavien Ranaivo (Madagascar). Todos esses poetas perceberam a beleza negra não desfigurada pela contingência imperialista como “forma (...) fixa na eternidade”, no dizer de um deles, Léopold Sédar-Senghor, autor do poema “Femme noire”, no qual assim se expressa:

Femme nue, femme noire
Vêtue de ta couleur qui est vie, de ta forme qui est beauté!
J'ai grandi à ton ombre, la douceur de tes mains bandait mes yeux.
Et voilà qu'au coeur de l'été et du midi, je te découvre terre promise du haut d'un haut col calciné
Et ta beauté me foudroie en plein coeur comme l'éclair d'un aigle.

Femme nue, femme obscure!
Fruit mûr à la chair ferme, sombres extases du vin bouche qui fais lyrique ma bouche.
Savane aux horizons purs, savane que frémis aux caresses ferventes du Vent d'est,
Tam-tam sculpté, tam-tam tendu qui grondes sous les doigts du Vainqueur,
Ta voix grave de contre-alto est le chant spirituel de l'Aimée.

Femme nue, femme obscure!
Huile que ne ride nul souffle, huile calme aux flancs de l'athlète, aux flancs des princes du Mali,
Gazelle aux attaches célestes, les perles sont étoiles sur la nuit de ta peau.
Délice des jeux de l'esprit, les reflets de l'or rouge sur ta peau qui se moire.
A l'ombre de ta chevelure, s'éclaire mon agoisse aux soleils prochains de tes yeux.

Femme nue, femme noire!
Je chante ta beauté qui passe, forme que je fixe dans l'éternel
Avant que le destin jaloux ne te réduise en cendres pour nourrir les racines de la vie.

Esta verdadeira revolução poética de nossos tempos se conjuga com todo um movimento universal de auto-afirmação dos povos de cor e tem, ela mesma, grande importância sociológica e política. Não deixam mais dúvida quanto a isso versos como os que se seguem, de Aimé Césaire:

.....

Et nous sommes debout maintenant, mon pays et moi, les cheveux dans le vent, ma main petite maintenant dans son poing énorme et la force n'est pas en nous, mais au-dessus de nous, dans une voix qui vrille la nuit et l'audience comme la pénétrance d'une guêpe apocalyptique.
Et la voix prononce que l'Europe nous a pendant des siècles gravés de mensonge et gonflés de pestilences, car il n'est point vrai que l'oeuvre de l'homme est finie

*que nous n'avons rien à faire au monde
que nous parasations le monde
Qu'il suffît que nous nous mettions au pas
du monde*

*mais l'oeuvre de l'homme vient seulement
de commencer*

*et il reste à l'homme à conquérir toute
interdiction immobilisée aux coins de
sa ferveur*

*et aucune race ne possède le monopole
de la beauté, de l'intelligence, de la
force*

*et il est place pour tous au rendez-vous
de la conquête et nous savons maintenant
que le soleil tourne autour de
notre terre éclairant la parcelle qu'a
fixée notre volonté seule et que toute
étoile chute le ciel en terre à notre
commandement sans limite.*

A rebelião estética de que se trata nestas páginas será um passo preliminar da rebelião total dos povos de cor para se tornarem sujeitos de seu próprio destino. Não se trata de um novo racismo,

às avessas; daquele de que foram arautos Gobineau, Lapouge, Rosenberg *et caterva*. Trata-se de que, até hoje, o negro tem sido um mero objeto de versões de cuja elaboração não participa. Em todas estas versões se reflete uma perspectiva de que se exclui o negro como sujeito autêntico. Autenticidade - é a palavra que, por fim, deve ser escrita. Autenticidade para o negro significa idoneidade consigo próprio, adesão e lealdade ao repertório de suas contingências existenciais, imediatas e específicas. E na medida em que ele se exprima de modo autêntico, as versões oficiais a seu respeito se desmascaram, e se revelam nos seus intuitos mistificadores, deliberados ou equivocados. O negro na versão de seus "amigos profissionais" e dos que, mesmo de boa fé, o vêem de fora é uma coisa. Outra - é o negro desde dentro.

(Publicado originalmente na revista
Forma, nº 3, outubro de 1954.)

UMA ORQUÍDEA PARA EFRAÍN



Foi um triste entardecer de um dia de maio de 1978. Eu já penava dez anos de exílio imposto pela ditadura. Visitava outras vítimas dos militares de plantão - Dona Neuza e o ex-governador Leonel Brizola, exilados como eu em Nova York. Estávamos numa pequena sala do apartamento ocupado pelo casal no Hotel Roosevelt, quando o telefone chama. Brizola responde a uma chamada do Brasil, e em seguida me passa o fone. Alguém desejava falar comigo. Do outro lado do fio telefônico, me veio a voz inconfundível do amigo/irmão, o poeta Gerardo Mello Mourão. Que disparou a notícia terrível como um tiro no coração:

– O Efraín acaba de falecer!

Assim partiu o primeiro irmão da Santa Hermandad de la Orquidea a ir prestar contas à eternidade. Ele era o mais jovem entre os seis: Godofredo Iomi, Raúl Young, Efraín Bó (argentinos), Gerardo Mourão, Napoleão Lopes Filho e eu mesmo (brasileiros), além de outros que por gravitação também se somavam ao grupo de poetas que escolheu a parasitária orquídea como seu emblema.

Morreu Efraín, finalizando uma existência de agonia espiritual profunda. Sua obra *El hombre verde* é o resumo do seu deambular pelo mundo, de coração doado e recebido, confrangido ao peso do amor e escrevendo com o próprio sangue a peripécia que Deus (o dele) lhe havia destinado.

No próximo dia 3 de maio de 1998, lá vão 20 anos sem Efraín. Sem dúvida o intelectual mais bem dotado da sua geração, poeta, crítico de arte, ele foi um erudito como poucos existem. Mas dedicava uma atenção especial ao esforço de pessoas humildes e marginalizadas pela arrogância das elites.

Publicando este seu ensaio sobre o escultor José Heitor, queremos recordar a face sofrida de Efraín, visitando o túmulo do poeta Friedrich Holderlin em Heidelberg, Alemanha, na década dos setenta.

A.N.



A escultura de José Heitor

A etnografia levantou a primeira dúvida. Os objetos dos povos primitivos - talhas, esculturas, desenhos - não podiam ser nomeados com a linguagem da história da arte e, menos, interpretados sob a luz de cânones do que chamamos com o largo nome de estética. O velho filósofo da arte Wilhelm Worringer, em um ensaio que leva o título de *Ars una?*, (1954) aponta lucidamente a problemática da pluralidade de atividades criadoras, no tempo e no espaço, que nos acostumamos a incluir na “arte” e que pertencem, as atividades, a diferentes universos de expressão.

A irrupção do primitivo, ou do primitivismo, na arte ocidental tem frequência periódica. Uma vez chamamos de primitivo a ingenuidade conceitual do artista, ou artesão, do objeto estético; outra vez primitivismo é uma ótica especial do artífice que parece como descoberta primeira na reprodução de coisas, paisagens e pessoas; também é

primitivismo a apresentação de temática indígena aludindo às formas específicas que são o fazer do verdadeiro homem primitivo.

De que maneira ou em que medida o primitivismo, em nossos dias, é uma real atitude espiritual e estética? Em muitos casos, na maioria talvez, não é nada mais (e vale repetir Worringer) que a conquista de novos estímulos confundida - a conquista estimulante - com a possibilidade de dar fundamentação realmente nova à arte.

E voltemos à arte em geral. Não se pode negar um livre impulso criador inserido em nossa natureza cultural. Porém essa natureza cultural é segunda natureza, é natureza adquirida, é o produto de uma experiência determinada com origem em processos reflexivos e representativos. E a arte - sempre Worringer - no sentido categorial é, no fim de contas, um conceito moderno, com raízes que não vão muito além do helenismo e que - o conceito -, separando com um corte absoluto natureza de cultura, de ser, ou categoria ôntica, ao objeto estético, sendo que a conceituação é vigente ainda na atualidade.

Como, então, unificar perspectivamente todos esses universos de expressão e configurar seus produtos com a qualificação artística? Em relação ao primitivismo no tempo, a etnografia nos levantou a dúvida quando assinalou a impossibilidade de atribuir estímulos e intenções estéticas, de nossa estética, a criação e criadores primitivos. Em relação ao primitivismo contemporâneo, a

crítica de arte pode reconhecer um repertório de motivos primitivos, uma estimulação ou, simplesmente, uma imitação formal despojada de conteúdo.

Como situar José Heitor

Eu não diria que José Heitor é um escultor primitivo. É autodidata, sim. Mas domina seus instrumentos de trabalho e domestica o material, a matéria, até se tornar obediente à sua decisão estético-espiritual. Suas formas se constituem em um repertório de formas primitivas, sim. Porém é sua fantasia excitada que o projeta mais que a busca, a recuperação dos mitos e sonhos perdidos, a vivência retrospectiva daquilo que Abdias Nascimento - que é quem melhor o conhece como artista negro - chama de negritude. Eu não diria que é primitivo um artista plástico como José Heitor, que é capaz de criar a imensa complexidade temática de *Drama de mendigos negros*; formas conjugadas e modeladas sobre uma linha, ou itinerário, curva, as formas disformes ou as deformações das formas são o veículo rítmico do drama temático. A expressividade não está na análise morfológica e, sim, na noção das necessidades que impõe a atitude dramática.

Não há, em José Heitor, o naturalismo primário dos primitivos. Seu conjunto tem diferentes valorizações que vão desde o modelado objetivo e realista do conjunto à subjetividade minuciosa, diluída em abstrações, de cada um dos componentes do conjunto. Não há, em José



Jose Heitor esculpindo na madeira



Os mendigos negros (detalhe) é uma das belas obras em madeira de José Heitor

Heitor, a simplicidade de olhos que descobrem, assombrados, a exuberância do mundo exterior; José Heitor mostra, contrariamente, uma complexidade fixada, não nos objetos múltiplos e, sim, na polivalência modal de todos os objetos motivos de sua escultura. Que unidade há, através de um vértice, entre a coruja cardealmente quadrifacética e a cabeça, três vezes cabeça, em dimensão unitária, de *Noctambulação*? Eu não afirmo; insinuo - ou talvez postulo - que a situação dos elementos é estranha ao momento espacial da tetracoruja e da unidade trifásica: é uma manifestação existencial do artista da negritude que volta, ou se projeta retrospectivamente, ao mundo ancestral, onde tudo era um e um era tudo.

Como classificar José Heitor? Como encontrar uma fórmula de expressão dentro de uma escola, de um movimento, de uma dedicação temática ou, de um modo geral, como uma manifestação do tempo em que vivemos? Não acredito que tenha - nem que seja necessária uma classificação precisa, classificação que os críticos utilizam, não sempre para julgamento do artista individual, senão para facilidade de sua localização: encontrada a escola, o movimento, o tempo vivido, ou a ideologia, ou as influências, nos inclinamos a descrever o objeto estético singular em função de outras linhas, que não as que anunciam a existência individual da obra.

É último moderno nosso artista, no sentido de preocupação por combinações técnicas, topológicas, experiência de

nova matéria, da abstração pela destruição do objeto? Não; desconhece, certamente, o enorme mistério pitagórico do dodecaedro; diedros e triedros de suas composições não são concreções autônomas e sim, somente, processos unificadores e ordenadores dos elementos como rígida conseqüência do conjunto.

É, então, anacrônico? Não, é um atualizador de símbolos sempre vigentes que põem de manifesto sua força de expressão quase sem preliminares.

Se é necessária, e válida, uma classificação, coloquemos José Heitor na órbita imensa do barroco, barroco enquanto o artista, agora José Heitor, que acredita na validade do êxtase, faz uso da experiência irracional (já falaremos de seus sonhos e mistérios na inspiração) e se embrenha, como seu êxtase e mistério, na busca do que está além da pura figuração objetiva.

Como barroco, José Heitor não é nada tranqüilizador na sua obra oferecida: a matéria - a madeira original -, nas suas mãos, quer ser outra coisa que o que pode ser. Como barroco, o artista escultor se esforça com paixão na acomodação entre destino, objeto, forma e pesadez de suas criaturas. Como barroco, o escultor se desprende do contato das coisas visuais, intensificando o lirismo e burilando, acariciando, até à extenuação, sua matéria, a madeira. Não há espaços livres e ociosos na sua obra; o espaço fluido, o espaço vazio visível do interior de *Prece de mãe pobre gestante* se ondula, se torna sólido no jogo rít-

mico de cada um dos membros que organizam o acontecimento espacial da escultura. No âmbito do barroco, o resultado de material e técnica de José Heitor é uma expressiva subjetividade nos pormenores da ação.

O escultor

E quem é esse José Heitor de cujo mistério - em suas obras - pretendemos participar? Poucos são os dados pessoais. Eu o conheci através de Abdias Nascimento, quem, em busca de obras para seu Museu de Arte Negra (Departamento de Artes Plásticas do Teatro Experimental do Negro), me levou até a cidade do escultor, Além Paraíba, situada na divisa de Minas Gerais com o Estado do Rio. Foi fácil encontrar sua casa. Todos na cidade o conhecem. É ferroviário com um modesto emprego na Estrada de Ferro Leopoldina. Sem atingir os trinta anos, bem escuro, de linhas raciais firmes, alto e delgado, aparenta uma adolescência prolongada - sua fantasia excitada -, porém não poderia dizer se é introvertido ou é tímido. Falando de sua arte, sua linguagem se multiplica, a comunicação se torna fluente. Manifesta, com propriedade, seu pensamento ao compasso de um grande entusiasmo. Não teve mestres; sua vocação lhe foi revelada pela facilidade na reprodução de objetos e figuras. Já artista, por obra e graça da graça, sua arte, vale repeti-lo, se põe de manifesto quase sem preliminares, sem o itinerário do aprendizado, oficial e mestria.

Tive um diálogo com ele, diálogo que somente queria indagar de José

Heitor, nas motivações subjetivas, o grau de sua compenetração no fazer artístico e, sobretudo, sua relação com a matéria de trabalho. Para que orientar o diálogo dentro das razões geométricas da escultura ou para abstracionismos resultantes de estilização e cálculos simétricos das figuras primárias? Perguntei:

- Você fala com a madeira? Qual a pergunta e como ela te responde?

- Sim - respondeu -, falo quando ela, a madeira, aceita que eu a transforme num sonho meu. Ela manda que eu tente.

Os amigos da cidade buscam, para José Heitor, o material de trabalho e o achado e posse do mesmo. É o primeiro estímulo à obra. Novamente perguntei:

- Quando cai em suas mãos um pedaço de madeira, você já vê a forma? A dureza do material é um obstáculo ou ajuda a dar a forma por você concebida? Você respeita a madeira como matéria ou quer transformá-la em instrumento dócil de tua idéia? - E acrescentei: - A cor da madeira e sua textura são parte de seus objetos ou você prefere que ela, a madeira, desapareça como matéria?

Respondeu sem hesitar:

- Pouco tempo depois que ela, a madeira, vem a minhas mãos, eu vejo nela quase a obra. Estou como em transe. E a quero macia, porque ajuda a dar a forma que concebo. Ou talvez seja sempre macia, quando aceita ser transformada em meu sonho, quando é um instrumento dócil de minha idéia.

Não me disse imediatamente de seu respeito pelo físico, pelo material. Como artesão, antes de tudo, o obstáculo da dureza, mas a seguir agrega:

- Claro que cor e textura são partes de minhas esculturas. E também o tronco com a disposição de seus galhos.

Eu queria penetrar mais na relação entre sua obra e as fontes e indaguei diretamente:

- São as formas naturais, são as figuras humanas as que provocam seu trabalho ou a provocação vem do sentimento íntimo, dentro de seu pensamento, dessas formas e figuras?

José Heitor se torna veemente, quer fazer valer em mim a validade de seus sonhos e me responde:

- É de mim, de meu íntimo, da intimidade de meu pensamento que me vem a provocação. E o pensamento é produto de sonhos quase sempre agitados, nervosos, excitantes, que eu tenho e me possuem, mesmo à luz do dia, em plena vigília.

Continuei:

- Quando você deforma os rostos, ou toda a anatomia; quando você equilibra um vazio com uma massa; quando você rompe com a figura natural, você o faz a partir de um desenho, de um esboço original, ou suas formas deformadas vão saindo ao compasso desses sonhos?

Não vacilou nem um instante em responder:

- Para que esboço no papel se minhas formas, que não acho deformadas, já estão prefiguradas em meus sonhos? Eu reproduzo, ou copio, eu não sei, o que eles, meus sonhos, me dizem como pensamento. Também não sei se é o entusiasmo que me guia no trabalho; sei que estou intranquilo, agitado, até a tarefa cumprida. Quando acabo, é quando começo a descobrir o que fiz. Vejo, observo, apalpo minhas figuras acabadas e fico assombrado de seu traçado, das combinações das formas, do volume, da cor e da lisura de sua superfície.

Eu sei, e já o disse em parágrafos precedentes, que é a fantasia excitada o que guia a criação e o trabalho de José Heitor. Para que saber mais sobre tudo isso se tudo está dito em sua obra? Quis saber, porém, de suas ferramentas, se elas o ajudam ou atrapalham no sentido que as ferramentas obrigam à limitação de formas.

Nosso escultor é um finíssimo marceneiro e conhece todas as sutilezas, propriedades e possibilidades das ferramentas do ofício. Me respondeu:

- Só uso formões paralelos e goivas e elas, as ferramentas, longe de limitar minha idéia, protegem a maior liberdade em minha criação. Goiva e formão são prolongamentos de minha mão.

Nosso diálogo deixou de ser sobre a matéria física e formal de sua arte. Eu quis saber o que está por detrás, determinante no sentido intelectual na sua obra. Perguntei:

- Você acha que a raça, que o povo dentro do qual você vive, que tua infância e adolescência, suas alegrias e suas tristezas têm influência em seu trabalho? Por exemplo: a escultura africana não era gratuita, feita pelo simples prazer de ornamentação; tinha, em suas melhores expressões, um sentido mágico ou religioso nas formas e movimentos. Sua escultura quer ter um sentido além da pura visão formal?

Dessa vez José Heitor não foi veemente e nem foi veloz na resposta. Sereeno, com voz quase monótona, me contou de sua infância, de seu diálogo com uma grande árvore do quintal de sua casa, da estreita relação com o pai e com a mãe, relação estreita que eu vejo prolongada nesta sua longa adolescência. De pronto sua fala se tornou grave: falava de sua raça, de como percebeu que tinha uma sensualidade negra, que estava possuído por uma religiosidade negra, que era negro de pele e de espírito e que pele e espírito o guiavam de uma maneira particular pelo mundo. E agregou:

- É claro que digo com minha escultura, ou quero dizer, algo mais que a pura visão formal. Uma árvore, uma coruja, uma cobra e mesmo o homem são da Terra, com raízes profundas nela. Quando os arrancamos da Terra, para a representação da arte, não cortamos seu mistério original. Eu sei que a negritude é isto: volver à fontes primeiras, às raízes, ao que fomos na liberdade de nossos mitos, de nossas lendas e de nossos deuses.

Algumas motivações

O conhecimento de um artista como José Heitor somente pode ser direto, quer dizer, em sua obra mesma. Não se pode deixar de observar nessa obra um sentido profundo ou, talvez, melhor que profundo, obediente - da realidade, dos objetos reais. Quem poderia dizer que os objetos reais, formalmente obedientes, não estão presentes em sua obra? Porém, fantásticos *ensueños* - já vimos sua origem - configuram suas formas até a destruição da forma original. Volto à fantasia excitada de José Heitor para afirmar que essa fantasia é instrumento criador. E é também - a fantasia excitada - ingenuidade original na busca de comunicação e esclarecimento e em afã de plasticidade por meio de fenômenos que caem no âmbito dos sentidos.

Vamos à sua obra. É uma das mais importantes que já tenha realizado: a *Simpatia carrancuda*, da coleção de Abdias Nascimento. Nasceu, me disse José Heitor, de um sonho. Um sonho fisicamente sonhado em um dia de carnaval. É um conjunto musical popular. Quer dizer, o foi originalmente, pois agora, a obra acabada, estamos longe da primeira objetividade. Podemos ser testemunhas da intencionalidade do escultor até a realidade formal. A procura de posições e movimentos menos correntes, de músicos, instrumentos, é mais que a vontade do artífice, é a comunicação, também o esclarecimento daqueles sonhos e representações de fantasia excitada em movimento unificador e ordenador.

A tendência atual - poderíamos dizer mais, última - de José Heitor se reflete com abundância nessa belíssima peça que é a *Simpatia carrancuda*. Se dilatam as dimensões, o peso se extrema e o volume se agiganta. Suas esculturas - de José Heitor - estão feitas para habitar em âmbitos espaçosos, com todas as condições da monumentalidade. Nunca suas figuras são estáticas, como plantadas em sua base. O dinamismo que se transfere de uma figura a outra, que dá forma a uma nova forma, que, como barroco, não vive das parcialidades, e sim do conjunto, é a característica dominante da *Simpatia* e de todas as obras. É curioso descobrir aspectos das normas de trabalho, métodos de expressão, poderíamos dizer. O conjunto - sempre a *Simpatia carrancuda* - forma uma massa compacta. Os membros não estão soltos do corpo, estão assinalados por cortes, unidos ao corpo, como na escultura autenticamente primitiva, no tempo. As formas se elevam e se arredondam, em obediência à atividade musical na *Simpatia*, sustentando o equilíbrio pela elasticidade, pelo dinamismo que antes tentei caracterizar.

Quero me referir, especialmente, a uma das peças de José Heitor que maior impressão me causam. É a *Cabeça do ídolo*, também no Museu de Arte Negra do TEN. A escultura é um resultado entre o volume total e o modelado da superfície. A superfície da testa e do rosto é perfeitamente lisa para o tato e é o in-

terior da figura que se ondula, se eleva e se apresenta em uma multiplicidade expressiva de recursos. Como há em pintura a perspectiva simultânea, há, em escultura, o volume simultâneo, o todo em um: é a qualificação quantitativa do espaço. A superfície do crânio da *Cabeça do ídolo* não é lisa, apresenta estrias paralelas, procedimento que, curiosamente, está na velha e primeira escultura africana, não se sabendo se como tema decorativo premeditado ou como alegoria de significação mágica.

Eu suponho todas e cada uma das esculturas deste artista sem passado e com enorme vir-a-ser, que é José Heitor, como envolvidas, cada uma, por um útero imenso e sutil, cujas paredes vivas, do útero, pressionam, sem pausa, as formas contidas. E esse útero imenso e transparente forma e deforma até a destruição de seu conteúdo; forma e deforma para dar vida; e destrói para transformar; e transforma para recriar, recriando para a simplificação. Não sei o itinerário futuro de José Heitor. Sei o que pode fazer fazendo o que fez agora; apoiado em poderosas formas de humanidade chegará - pode chegar - à síntese de forma e conteúdo, de forma e matéria, como signo de algo - superado o problema da qualidade - a algo que, à maneira de Max Bense, seria “mais comunicação da existência que comunicação do objeto”, mostrando antes que nada a possibilidade de ser, a possibilidade ontológica da obra de arte.

*Poeta, escritor e educador, membro da Santa Hermandad de la Orquidea, faleceu em 3 de maio de 1978. De nacionalidade argentina, viveu no Brasil desde 1941. Artigo publicado originalmente no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11.08.68

Projeto Estudos Contemporâneos

“O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional.”

Guerreiro Ramos

Pesquisadores do Rio de Janeiro coordenados por Elisa Larkin Nascimento

Relatório Final da Mesa Redonda Regional - Estudos Contemporâneos da Temática Racial Afro-Brasileira (Rio de Janeiro, 1997)

Introdução

O projeto Estudos Contemporâneos da Temática Racial Brasileira é uma iniciativa do Grupo Interministerial para Valorização da População Negra e do Núcleo de Estudos Contemporâneos do Negro Brasileiro (NEINB) da Universidade de São Paulo (USP).

O objetivo é avaliar a situação atual dos estudos de assuntos relativos à comunidade afro-brasileira, com vista à articulação de propostas e rumos para estudos futuros e para a orientação de políticas públicas de apoio e incentivo à pesquisa nessa área. Realizaram-se mesas redondas em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro. Numa segunda etapa do projeto, os resultados dessas mesas redondas seriam discuti-

dos, sintetizados e encaminhados oficialmente às autoridades governamentais responsáveis pela implementação das respectivas políticas, em reunião com os coordenadores das mesas redondas regionais, representantes dos setores governamentais interessados, e outras autoridades. Até o momento, essa segunda etapa não se realiza. Apresentamos, a seguir, o texto do relatório da Mesa Redonda regional do Rio de Janeiro. Esperamos, em edições próximas, poder publicar os outros relatórios e as notícias sobre o prosseguimento do projeto.

O presente Relatório Final foi elaborado com base na aprovação final da Minuta de Relatório distribuída pela coordenadora a todos os participantes após a primeira reunião da mesa redonda. Os participantes apresentaram sugestões de modificações no texto provisório, e na segunda reunião estas modificações foram discutidas, finalizadas e aprovadas. O propósito do relatório é o de apresentar resumidamente os dados sobre o evento, as principais linhas de discussão e as propostas concretas articuladas. Estas se dividem em quatro categorias: 1) propostas de linhas gerais para orientação da articulação de políticas públicas, 2) propostas concretas de ações e políticas públicas, 3) proposta dirigida aos pesquisadores e instituições acadêmicas e 4) propostas dirigidas ao GTI para o prosseguimento dos trabalhos deste projeto¹.

¹As primeiras sessões foram gravadas, e as fitas estão à disposição da coordenação do projeto.

Dados sobre a realização da mesa redonda, as instituições e ONGs representadas, e os participantes

Datas: 25 de abril de 1997, em duas sessões e 13 de junho de 1997.

Local: Centro de Documentação da Cultura Afro-Brasileira, Centro Cultural José Bonifácio, Gamboa (Centro), Rio de Janeiro.

Participantes: Representantes de instituições acadêmicas e entidades da sociedade civil organizada engajadas na realização de pesquisas sobre a temática racial brasileira em suas diversas dimensões, e pesquisadores individuais com produção na mesma área (ver listagem abaixo).

Coordenador do Projeto: Prof. Dr. Hélio Santos (NEINB/USP, GTI).

Coordenadora da Mesa Redonda: Prof.^a *Elisa Larkin Nascimento* (Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros).

Instituições acadêmicas e entidades/ONGs representadas na mesa redonda:

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS); Núcleo da Cor; Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC); Setor de Literatura Africana de Língua Portuguesa, Faculdade de Letras.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): Setor de Relações Interna-



Participantes da Mesa Redonda do Rio de Janeiro, abril de 1997, Centro Cultural José Bonifácio. Da esquerda para a direita, 1ª. Fileira: Helena Costa (CEAA/Candido Mendes), Sebastião Soares (IPCN), Luís Carlos Gá (IPDH), Elisa Larkin Nascimento (Ipeafro), Hélio Santos (NEINB/USP), Vera Cristina (Cebrap). 2ª. Fileira: Lívio Sansone, Jocimar Oliveira de Araújo (UFRJ), José Marmo (Projeto Arayê), Maria José da Silva (SME/SEE), Lia Vieira (Aspecab), Maria Alice Resende (Fac.Ed./UERJ), Sílvio Carvalho (Proafro/CCS/UERJ), Geovani Santos Fonseca (NEAB/UFF), Éle Semog (CEAP). 3ª. Fileira: Yvonne Maggi (UFRJ), representante de Anreanice de Melo Corrêa (Proeper/UERJ), Armando Flávio Gamboa (Pré-Vestibular), Nei Lopes, Paulo Roberto dos Santos (Gab. Senador Abdias Nascimento), Abigail Páscoa (GTI), Kátia Lopes (*Black People*), Hilton Cobra (Centro Cultural José Bonifácio), Conceição Evaristo (NEAB/UFF), Silvânia Damasceno Martins (UFRJ), Carmen Lúcia Tindó Secco (UFRJ), Roseli Rocha (Aspecab), Nelson Silva de Oliveira (CIEC/UFRJ)

cionais e Convênios; Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO); Programa de Estudos e Debates da Religião (PROEPER); Faculdade de Educação.

Universidade Federal Fluminense(UFF): Faculdade de Letras, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAF); Faculdade de Educação, Programa de Educação s/ o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB); Escola de Enfermagem, Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra (NESEN). Universidade Gama Filho (UGF) - Mestrado em Sexologia e Departamento de Filosofia.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ): Departamento de Psicologia; Núcleo de Alunos Negros.

Conjunto Universitário Cândido Mendes: Centro de Estudos Norte - Americanos (Cesna) e Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA).

Universidade de São Paulo (USP): Instituto de Psicologia, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB).

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra.

Ipeafro - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (RJ).

Cenun - Coletivo de Estudantes Universitários Negros.

Conselho Geral dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes.

Ceap - Centro de Articulação das Populações Marginalizadas.

IPDH - Instituto Palmares de Direitos Humanos.

IPCN - Instituto de Pesquisas das Culturas Negras.

Projeto Negritude Brasileira, Casa Senador Correia.

Rede de Lideranças Negras Pró-Saúde/ Projeto Arayê, ABIA (Ass. Bras. Interdisciplinar da AIDS).

Grupo Elélékò (Niterói).

Intecab - Instituto da Tradição e Estudos da Cultura Afro-Brasileira.

Grupo União e Consciência Negra.

Aspecab - Associação de Pesquisa da Cultura Afro-Brasileira (Niterói)

Criola - Coletivo de Mulheres Negras

Lista dos Participantes.

01. Prof.^a Dra. Carmen Lúcia Tindó Secco, Supervisora, Setor de Letras Africanas, UFRJ.

02. Prof.^a Dra. Laura Padilha, Diretora, Faculdade de Letras/NEAF, UFF.

03. Prof. Dr. Sílvio de Almeida Carvalho Filho, Coordenador, Proafro/UERJ.

04. Prof.^a Maria Alice Resende Gonçalves, Faculdade de Educação, UERJ.

05. Prof. Dr. Lívio Sansone, vice-diretor, CEAA/Cândido Mendes.

06. Prof.^a Dra. Yvonne Maggi, Diretora, IFCS/UFRJ.

07. Prof.^a Dra. Heloísa Toller Gomes, Conselheira, Proafro/UERJ.

08. Éle Semog, Ceap, IPDH.

09. Luiz Carlos Gá, presidente, IPDH.

10. José Marmo da Silva, coordenador, Projeto Arayê: Programa de Prevenção do HIV/AIDS para a Comunidade Afro-Brasileira, Rede de Lideranças Negras Pró-Saúde.

11. Armando Flávio Gamboa, Pré-Vestibular para Negros e Carentes.
12. Nei Lopes, pesquisador independente.
13. Prof.^a. Rosália Lemos, Eléékò, mestranda UFRJ.
14. Prof.^a. Vanda Maria de Souza Ferreira, Fundação Municipal de Educação de Niterói.
15. Prof.^a. Lia Vieira, Aspecab.
16. Prof.^a. Maria José Lopes da Silva, Secretária Municipal de Educação, Secretária Estadual de Educação, Rio de Janeiro (pesquisadora independente).
17. Prof.^a. Aureanice de Melo Corrêa, Prpeper/ UERJ.
18. Roseli Rocha, Aspecab.
19. Geovanni Santos Fonseca.
20. Jurema Elimar Araújo, Cenun/UFF.
21. Helena Costa, pesquisadora, CEAA/ Cândido Mendes.
22. Juca Ribeiro, Grupo União e Consciência Negra.
23. Mauro César Ryff, NEAF/UFF.
24. Laura Moutinho, Núcleo da Cor/ IFCS/UFRJ.
25. Abigail Paschoa, GTI.
26. Sebastião Soares, IPCN.
27. Vera Cristina de Souza, Cebrap, NEINB/USP.
28. Conceição Evaristo, UFF, *Centro Cultural José Bonifácio*.
29. Jocimar Oliveira de Araújo, Núcleo da Cor/IFCS/UFRJ.
30. Prof. Dr. José Flávio Pessoa de Barros, diretor, Intercom/UERJ.
31. Dr. Sérgio da Silva Martins, Coordenador do AJIR/CEAP.
32. Prof. Dr. Marco Antônio Guimarães, Depto. de Psicologia, PUC/RJ.
33. Prof.^a. Dra. Helena Theodoro Lopes, Universidade Gama Filho, Intecab.
34. Marta de Oliveira, Projeto Negritude Brasileira.
35. Prof.^a. Aureanice de Melo Corrêa, Proeper/UERJ.
36. Prof. Dr. Jacques D'Adesky, Cesna/ Cândido Mendes.
37. Silvânia Damacena Martins, aluna da UFRJ, ex-aluna do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.
38. Luiz Carlos Sant'Ana, Pesquisador do CIEC/UFRJ.
39. Nelson Silva de Oliveira, Pesquisador do CIEC/UFRJ.
40. Márcia Regina de Lima Silva, CEAA/ Cândido Mendes.
41. Jurema Werneck, Grupo Criola.
42. Dulce Mendes de Vasconcellos, CED/ CUN.
43. Profa. Dra. Isabel Cruz, Escola de Enfermagem, Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra (NESEN), UFF.
44. Prof. Dr. Marco Antonio Guimarães, Dept^o de Psicologia, PUC-RJ.

Patrono

In Memoriam, foi eleito patrono da Mesa Regional do Rio de Janeiro o grande sociólogo afro-brasileiro professor Dr. Guerreiro Ramos, cuja atuação nas décadas de 40, 50 e 60 concretizava o propósito de unir a pesquisa à atividade social concreta, assim colocando o trabalho acadêmico a serviço da coletividade².

² Este propósito encontra-se desenvolvido em *A redução sociológica*, de Guerreiro Ramos (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965).

Definição do tema

Para nossos propósitos, a expressão “Temática Racial Afro-Brasileira” refere-se a todos os aspectos da vivência dos descendentes de africanos no Brasil, aí incluindo a sua herança histórico-cultural africana. Assim, os estudos da África, sua história e suas civilizações estão plenamente integrados na temática em questão.

Resumo dos trabalhos realizados

A reunião destacou-se, no entendimento unânime dos participantes, como oportunidade inédita, e muito rica, de reunir pesquisadores individuais e representantes de diversas instituições e de todos os níveis acadêmicos, bem como representantes de ONGs engajadas em trabalhos com as comunidades afro-brasileiras. O objetivo de tal diversidade no universo de participantes foi o de propiciar um diálogo o mais enriquecedor possível, possibilitando diversas contribuições desde múltiplos pontos de vista e assegurando que as conclusões levassem em conta as necessidades refletidas no trabalho social comunitário.

O tema aglutinador dos diversos trabalhos representados, e que orientou a condução da própria Mesa Redonda, foi o da cidadania. O Prof. Dr. Hélio Santos enfatizou que, ao criar o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, a Presidência da República reconheceu a necessidade de se articularem políticas públicas

no sentido de garantir a essa população a sua cidadania plena. As mesas redondas que compõem este projeto visam a contribuir para a identificação de áreas de atuação e para a articulação de políticas públicas na área da pesquisa que possam contribuir para esse objetivo geral.

Já existem avanços e conquistas no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas sobre essa temática. O tema já atrai pesquisadores e existem mais projetos em execução, em comparação com anos anteriores. Entretanto, na sua maior parte, esses avanços constituem o resultado de esforços individuais e não da execução de políticas públicas ou institucionais articuladas e sistemáticas. O objetivo das mesas redondas, então, é ajudar na passagem do plano dos projetos individuais ao das políticas planejadas.

Em algumas áreas, notadamente saúde, direito e educação, existem pouquíssimas pesquisas no âmbito acadêmico focalizando especificamente as necessidades e a situação emergente da população afro-brasileira. Entretanto, o trabalho das ONGs e entidades da sociedade civil organizada tem demonstrado que essas três áreas são emergenciais, fato que realça a importância das pesquisas realizadas fora da academia. Diversas doenças prejudicam especificamente essa população, impondo uma necessidade urgente de implementação de políticas públicas. Apesar das conquistas no sentido do quadro constitucional, ainda não existem normas claras de direito, no campo civil e criminal, sobre as relações raciais. As pesquisas existen-

tes sobre a diversidade cultural e a exclusão da população afro-brasileira na área da educação se limitam quase exclusivamente às séries iniciais do primeiro grau (1ª à 4ª série). Na maioria das pesquisas realizadas sobre educação, a questão racial ou de cor não se apresenta como variável, o que resulta na falta de dados adequados para a vinculação desses itens aos problemas apontados no quadro geral do ensino.

Os participantes externaram sua convicção da importância da reunião e do diálogo entre pesquisadores e instituições, ressaltando que o isolamento, consequência da falta de divulgação dos trabalhos, frequentemente compromete sua eficiência. Fizemos observações gerais sobre o quadro atual, traçamos linhas gerais de orientação para a articulação de políticas públicas, apresentamos propostas específicas de ação para o futuro.

Observações gerais sobre o quadro atual

Os participantes observaram, de forma geral:

1) A falta de conhecimento mútuo, entre as instituições e os pesquisadores, dos trabalhos realizados e em andamento, fato que implica num atraso para o desenvolvimento do tema. Pelo menos em parte, essa situação é consequência da falta de verbas e de decisão editorial para a divulgação dos trabalhos realizados nessa área.

2) Os poucos recursos dedicados pelas agências financiadoras, tanto às pesquisas quanto à publicação dos trabalhos realizados nessa área.

3) A preferência quase exclusiva das agências financiadoras por temas dentro da área, aparentemente considerados “aceitáveis”. Exemplo: em História, privilegia-se o tema da escravidão, negligenciando-se os períodos pós-abolição e contemporâneo, e há uma grande lacuna com referência à História da África.

4) A relutância em se reconhecer como academicamente legítima essa área de pesquisas, obrigando os pesquisadores a utilizar-se de formas sinuosas de identificação dos temas de projetos, quando não de subterfúgios, para encaixá-los nas rubricas reconhecidas pelas agências de financiamento de pesquisas. Exemplo: o estudo de literaturas africanas realiza-se sob a rubrica “Literaturas de Língua Portuguesa”.

5) A ausência da temática nos currículos obrigatórios das universidades, fato em si mesmo expressivo e parcialmente indutor ao desprestígio da questão no âmbito das agências financiadoras.

6) A proliferação relativamente desorganizada de exigências burocráticas para a obtenção de bolsas de pesquisas, a complexidade e arbitrariedade dessas exigências, e o limitado acesso dos pesquisadores às informações sobre as mesmas.

7) A relativa ausência de material didático e de fontes bibliográficas sobre o tema, seja em nível de ensino fundamental ou superior, mais uma vez em

parte conseqüência da falta de verba e de decisão editorial para publicações.

8) A importância do vínculo entre o ensino superior e o ensino fundamental nessa matéria, sobretudo no que se refere à revisão e produção de material didático e à contínua e dinâmica relação com os professores do ensino básico.

9) O limitado acesso dos afro-brasileiros à formação acadêmica, fato que levou à criação, em vários Estados, de cursos de pré-vestibular para negros e carentes. A Coordenação do Pré-Vestibular no Rio de Janeiro fez-se presente à reunião. Esse movimento conquistou bolsas em universidades particulares; entretanto, o número de bolsas e o seu valor vêm sendo diminuídos, fato alarmante observado também em relação às bolsas concedidas pelo sistema público.

10) A dificuldade de manter o aluno negro na universidade, em razão de graves fatores socioeconômicos que implicam na falta de recursos básicos para o prosseguimento do estudo.

11) As dificuldades encontradas na orientação de pesquisas sobre a temática: além da escassez de professores titulados com formação adequada para dar orientação, verifica-se em certos casos a pouca sensibilidade e a falta de preparo específico sobre o tema entre aqueles que aceitam orientar.

12) A existência de pesquisadores que trabalham fora da estrutura formal da academia, realizando pesquisas importantes, freqüentemente produzindo assim subsídios para trabalhos acadêmicos. Exemplos: além dos campos da educa-

ção, do direito e da saúde acima referidos, pesquisas importantes na área da lingüística são realizadas por pesquisadores individuais sem vínculo com instituições acadêmicas.

13) O papel da academia no sentido de estimular o debate dos temas emergentes da comunidade afro-descendente, no intuito de esclarecer as suas prioridades e objetivos, e de conduzir, em parceria com a comunidade, pesquisas capazes de contribuir para desenvolver suas prioridades e seus objetivos.

14) A fundamental importância da religiosidade afro-brasileira enquanto articuladora da dimensão filosófica e epistemológica de origem africana que caracteriza a sociedade e a cultura brasileiras.

Propostas articuladas: linhas gerais de orientação para a articulação de políticas públicas.

Os participantes identificaram, como linhas gerais de orientação para a articulação de políticas públicas, a necessidade de:

(1) mapear os pesquisadores, as instituições e os trabalhos que estão sendo realizados, para que pesquisadores e instituições possam conhecer quem somos, onde estamos, o que estamos realizando;

(2) publicar, divulgar e socializar os trabalhos realizados;

(3) legitimar academicamente essa área temática, multidisciplinar e

interdisciplinar, enquanto categoria de pesquisa, sem prejuízo da necessidade de, ao mesmo tempo, apoiar pesquisas que focalizam o tema nas diferentes áreas e disciplinas acadêmicas já estabelecidas;

(4) nomear a área em sua especificidade, em vez de se recorrer a eufemismos para encaixar as pesquisas em áreas convencionalmente reconhecidas, não apenas como procedimento para a execução de projetos, mas sobretudo como gesto instaurador de novas perspectivas, inovadoras em relação ao que se produz convencionalmente, e para que haja um nível de visibilidade capaz de contribuir para a própria legitimação da temática enquanto área de pesquisa acadêmica;

(5) priorizar a formação de professores orientadores capacitados para orientar efetivamente os pesquisadores cujos projetos focalizam esse tema;

(6) apoiar iniciativas de fundação e consolidação de departamentos, centros, núcleos ou institutos de pesquisa de natureza interdisciplinar, dentro e fora das instituições acadêmicas, focalizando essa área temática, sem prejuízo dos trabalhos sobre o tema dentro das disciplinas convencionais;

(7) apoiar a criação de bibliotecas especializadas e outros recursos, como videotecas, pinacotecas, bancos de dados e recursos disponíveis por meio da tecnologia informatizada, e fortalecer os projetos dessa natureza já em execução;

(8) definir formas de socialização dos caminhos para obter recursos para pesquisas, dentro e fora da academia;

(9) divulgar as oportunidades de obtenção de fomentos e simplificar a sua execução, evitando a duplicação de exigências burocráticas e a criação de processos desnecessariamente complexos e dificultados;

(10) incentivar a realização de seminários e fóruns de debates que reúnam pesquisadores do âmbito acadêmico com aqueles da sociedade civil organizada;

(11) articular a pesquisa realizada por integrantes e entidades do movimento negro e da sociedade civil com as pesquisas acadêmicas; criar mecanismos para que os pesquisadores da comunidade estejam presentes dentro da instituição acadêmica, na execução das pesquisas, e para que esta traga benefícios à comunidade, ressaltando a importância, nessa articulação, de organismos representantes de pesquisadores e estudantes negros (como por exemplo o Cenun). Neste ponto, há uma urgência prioritária para a área da saúde em relação a questões que afetam notadamente a comunidade afro-brasileira, tais como doenças raciais-étnicas, AIDS, drogas, saúde mental, saúde da mulher, da criança e do adolescente;

(12) articular formas concretas de estreitamento de intercâmbio e colaboração entre o setor acadêmico, o ensino superior e secundário e o ensino básico, de uma forma dinâmica e contínua, e sobretudo em relação à produção e distribuição de materiais didáticos e para-didáticos;



Participantes da mesa redonda no Rio de Janeiro. Da direita para a esquerda: Abigail Páscoa, Hélio Santos, Lia Vieira

(13) legitimizar a pesquisa do multiculturalismo na área educacional;

(14) priorizar a formação de docentes especialistas para preencher as demandas socioeducacionais dos grupos étnicos excluídos em todos os níveis do ensino;

(15) priorizar a investigação do cotidiano escolar no que tange à questão racial em todos os níveis do sistema educacional: educação infantil, séries iniciais e finais do primeiro grau, o ensino médio e a universidade;

(16) priorizar a discussão e o debate sobre o papel das políticas públicas na reversão das desigualdades raciais;

(17) priorizar a discussão e o debate sobre as políticas multiculturais que se apresentam no contexto brasileiro e em outros contextos;

(18) valorizar e incentivar o levantamento e o estudo da documentação, acervo e história das religiões afro-brasileiras, bem como de sua importância para a formação afro-cultural brasileira;

(19) promover e incentivar a participação dos líderes espirituais das religiões em seminários, palestras e debates que ampliem as informações sobre as mesmas.

Propostas concretas de ações e políticas públicas

1. Priorizar a criação, pelos órgãos de pesquisa já existentes, de rubricas capazes de nomear e legitimar essa área de pesquisa específica.

2. Fortalecer, dentro das rubricas

existentes, o apoio às iniciativas que contribuam para a execução das propostas concretas relacionadas a seguir.

3. Criar um órgão específico de fomento às iniciativas de execução das propostas concretas relacionadas a seguir.

4. Instituir, junto às agências de fomento à pesquisa, a figura dos consultores para assuntos relativos à área dos estudos da temática afro-brasileira.

5. Apoiar a criação, dentro das universidades, de unidades de Estudos da África e sua Diáspora com autonomia acadêmica para implementação e desenvolvimento de suas atividades, tais como cursos de graduação, programas de pós-graduação *strictu e lato sensu*, cursos de atualização e extensão.

6. Incentivar e apoiar a publicação de trabalhos realizados e outras formas de divulgação dos mesmos, como produção de vídeos e outros recursos audiovisuais.

7. Apoiar a criação de cursos de especialização e de atualização, para orientadores de pesquisas em nível de graduação e pós-graduação, bem como para professores universitários e do ensino básico.

8. Financiar concursos para a produção de livros didáticos.

9. Financiar a criação de bibliotecas especializadas e de centros de recursos audiovisuais, e o fortalecimento daqueles que já existem.

10. Criar bolsas da Capes para o pré-vestibular.

11. Criar formas de auxiliar os alunos que ingressam nas universidades por meio dos cursos comunitários dos pré-vestibulares para negros e carentes³ no sentido de garantir a sua permanência na universidade, ajudando-os a custear os estudos.

12. Criar formas de complementar as bolsas oferecidas pelas universidades particulares com as quais os cursos pré-vestibulares para negros e carentes mantêm convênios.

13. Apoiar iniciativas para a formação de profissionais de saúde nos assuntos específicos à comunidade afro-brasileira.

14. Apoiar a criação, dentro de instituições acadêmicas, de Centros de Atendimento à Saúde voltados também para as questões específicas à comunidade afro-brasileira.

15. Incentivar a inclusão do levantamento de dados relativos à questão racial ou de cor em pesquisas realizadas em todas as áreas e que digam respeito à realidade brasileira.

16. Incluir o item cor em levantamentos oficiais que possam eventualmente servir como fontes de dados para pesquisas.

17. Proceder ao levantamento dos materiais didáticos e paradidáticos existentes em relação o tema, e a divulgação desse levantamento no sentido de poder subsidiar o primeiro e o segundo grau e o pré-vestibular sobre os materiais já disponíveis e onde se localizam, para serem utilizados ao desenvolver trabalhos.

18. Fazer respeitar o princípio da liberdade religiosa e igualdade de direitos e deveres para todos, incluindo nos currículos, onde se ministra Educação Religiosa, o item Religiões Afro-brasileiras.

19. Incluir no programa de reestruturação do patrimônio público cultural o tombamento, a restauração e a reforma de espaços físicos religiosos afro-brasileiros de relevante importância na construção histórica da Nação, como por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, as igrejas de Santo Elesbão e Santa Efigênia e Nossa Sra. do Rosário, bem como algumas quase centenárias comunidades de terreiro, hoje relegadas ao abandono.

20. Exigir dos meios de comunicação, concessionários do Estado, a reavaliação do tratamento freqüentemente discriminatório, folclorizador, e desqualificador dado às tradições e religiões afro-brasileiras.

Proposta dirigida a pesquisadores e instituições

Convidamos os pesquisadores que lidam com vocábulos oriundos das línguas africanas circulantes no Brasil a refletir sobre o preciosismo ou esnobismo de grafar esses vocábulos em seu estado original. Assinalamos a conveniência de se utilizarem, nesses casos, as regras para a grafia de palavras de origem africana e indígena já estabelecidas por filólogos como Antenor Nascentes. A adoção dessa prática traz implicações políticas posi-

³ Tais bolsas seriam concedidas diretamente aos alunos, já que os pré-vestibulares para negros e carentes anunciaram uma política de autogestão, não recebendo nenhum tipo de financiamento de fora.

tivas, pois, quanto mais abraçarmos os vocábulos de etimologia africana que circulam no Brasil, mais estaremos tirando deles o rótulo de “exóticos” para incorporá-los oficial e definitivamente ao léxico brasileiro e afirmarmos, assim, cada vez mais, a africanidade da língua falada no Brasil.

Propostas concretas dirigidas ao GTI, para o prosseguimento deste Projeto

1. No banco de dados que está sendo construído pelo GTI em colaboração com a USP, sugerimos a especificação, no questionário, das áreas de atuação (saúde, educação, violência, etc.) dos pesquisadores, bem como outras iniciativas no sentido de atingir um mapeamento não apenas dos pesquisadores, mas também das instituições e dos projetos de pesquisa realizados, em execução e planejados para o futuro.

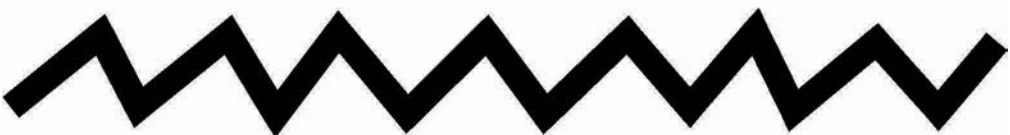
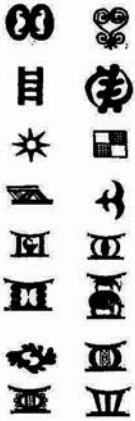
2. Publicar um órgão informativo sobre a rede de pesquisadores e instituições que se inicia com este projeto e com o banco de dados, em articulação com os serviços informativos que já existem em algumas instituições, no sentido de ampliar e democratizar as informações reunidas por estas iniciativas⁴.

3. Assegurar outras formas de prosseguimento e socialização dos trabalhos dessas mesas redondas, bem como dos trabalhos e resultados das mesas redondas previstas em nível nacional. Como passo inicial neste sentido, todos os participantes de todas as mesas redondas devem receber cópias dos relatórios, bem como cópias dos relatórios das reuniões em nível nacional e de outros textos produzidos no decorrer do projeto.

⁴ O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) colocou à disposição, como auxiliar para este fim, o informativo eletrônico *Afro-Notícias*, acessível por meio de e-mail. Trata-se de um meio de divulgação de seminários e outros eventos, lançamentos de livros, defesas de tese e notícias políticas em relação à questão racial. A inscrição é gratuita.



SANKOFA: Memória e Resgate



As civilizações africanas no mundo antigo

O conhecimento e a civilização egípcios espalharam-se pelo mundo afora, em viagens antigas nunca imaginadas por uma Europa que se julga única dona da tecnologia marítima e “descobridora” solitária dos continentes. Pesquisas recentes comprovam a presença africana na Europa, na Ásia e nas Américas antigas. Em todos os cantos do mundo, o africano se fez presente, influenciando e enriquecendo as outras civilizações.

Uma característica da civilização africana que tanto influenciou o mundo é a sua matrilinearidade. Na verdade, essa constitui uma das grandes qualidades próprias às antigas culturas africanas. Devido à sua importância, nos deteremos, numa primeira parte deste texto, para fazer uma pequena reflexão a respeito dela. Na segunda parte do trabalho, apresentamos uma introdução à contribuição africana que influenciou os primórdios e a antiguidade do mundo todo. Dividimos

essa segunda parte em três seções: 1) a presença africana na Ásia; 2) a presença africana na Europa; 3) a presença africana na Américas.

A civilização matrilinear e suas implicações

Por ser uma característica cultural eminentemente africana, o matriarcado tem sido caracterizado pela antropologia e etnologia clássicas como uma forma primitiva de organização familiar. Os escritos de Friedrich Engels (1943) constituem um exemplo perfeito dessa atitude, uma vez que Engels reúne e avalia, aceitando como dados incontesteáveis as teorias de estudiosos europeus que postulavam uma evolução cultural universal a todos os povos. Nesse conceito, existiriam várias fases de organização familiar: um estado de promiscuidade total e indiscriminado, em que o único parentesco conhecido de uma criança seria pelo lado da mãe; um estado intermediário em que seria proibido o casamento entre irmã e irmão; a família monógama matrilinear; e finalmente a família monógama patriarcal. Desnecessário assinalar que, dentro dessa hierarquia do suposto “progresso” humano, o modelo europeu representa o estágio mais avançado.

Como tudo que é europeu, de acordo com essa visão, o patriarcado é superior. “Representa a espiritualidade, a luz, a razão e a delicadeza. O matriarcado, por outro lado, se associa às entranhas cavernosas da terra, à noi-

te, à lua, às coisas materiais, e à esquerda, que pertence à feminilidade passiva, contrastada com a direita, ligada à atividade masculina” (Diop, 1978: 12).

Cheikh Anta Diop, no seu livro *A unidade cultural da África Negra: domínios do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica* (1959, 1978), examina detalhadamente as teorias eurocentristas, mostrando a falsidade da suposição da evolução de todas as sociedades humanas rumo ao patriarcado. Segundo essa teoria, por exemplo, civilizações avançadíssimas como foram os impérios de Gana e Asante na África, e o Egito antigo, seriam ilustrações de um “estágio avançado da barbárie”, devido unicamente à sua estrutura social matrilinear. Ao mesmo tempo, as tribos nômades guerreiras germânicas, cujas práticas bárbaras (violência sistemática contra as mulheres, infanticídio e canibalismo, entre outras) foram registradas pelos escritores romanos, representariam a fase da “civilização superior” graças apenas ao seu sistema patriarcal.

Na verdade, mostra Diop, nunca foi provado que algum povo tivesse avançado de um estado “primitivo” matriarcal para o “superior”, patriarcal. Antropólogos constatavam sistemas matrilineares entre os povos que eles estudavam e que haviam anteriormente classificado como primitivos. Alguns desses povos, devido freqüentemente ao contato com o colonizador europeu, começavam a adotar práticas características do patriarcado. Então, os cientistas declaravam estar diante de uma “transição” entre os estágios

inferiores e superiores de evolução social, “prova” da sua universalidade!

Diop apresenta, no lugar da teoria do matriarcado universal “primitivo”, sua própria hipótese: a dos dois “berços” de desenvolvimento humano, o do norte e o do sul. Segundo Diop, as formas de organização social surgem fundamentalmente das condições concretas da vida dos povos. No norte, o caráter nômade da existência dos povos indo-arianos implicava uma subvalorização da mulher, que constituía um empecilho à mobilidade tribal, um peso a ser carregado nos deslocamentos coletivos. Nesse contexto, ela não tinha uma função econômica produtiva. Por outro lado, nas civilizações meridionais estáveis e agrárias, a mulher desempenhava uma função central. Ela representava, socialmente, o valor máximo da vida agrícola: a estabilidade. Suas atividades no campo garantiam o sustento da coletividade, enquanto os maridos desempenhavam as funções ariscadas, incertas ou até prejudiciais à comunidade, como a caça, a pesca e a guerra. O papel da mulher no desenvolvimento da técnica agrícola constitui o tema de muitos mitos e lendas: Ísis, por exemplo, primeira deusa da mitologia egípcia e irmã de Osíris, foi quem doou ao homem o conhecimento da agricultura. A mulher, nessas sociedades agrícolas, é protagonista da vida econômica, e o sistema social reflete esse fato.

Diop mostra que em muitos casos onde houvesse uma aparente evolução de sistemas matrilineares para patriarcais, inclusive o da Grécia antiga, houve

uma população original, agrária e de origem meridional (africana), com sua cultura matrilinear, posteriormente dominada por invasores do norte. Esses invasores eram povos nômades, guerreiros agressivos, e praticavam o patriarcado.

O caráter do sistema matrilinear não implica uma dominação da mulher sobre o homem, mas a divisão de responsabilidades e privilégios. O poder é, na maioria da vezes, compartilhado entre mulher e homem, assegurando um equilíbrio estável nos negócios de Estado.

No caso do Egito antigo, essa partilha do poder se expressa desde o primeiro e mítico soberano e deus, Osíris, que exercia tanto o poder político como o espiritual em conjunto com sua irmã e esposa Ísis. Esta, como já observamos, ofereceu o conhecimento da agricultura, que Osíris prontamente transmitiu à humanidade como um todo, em viagens para outras terras. Assassinado por Set, Osíris teve o seu corpo despedaçado, e os pedaços espalhados pelos quatro cantos do mundo. Foi Ísis que reconstituiu o corpo de Osíris e o ressuscitou. Ela também ensinou ao filho Hórus os segredos e a filosofia do pai, de forma a assegurar a continuidade da mensagem do *Ma'at*, a filosofia da justiça, da verdade e do direito que fundamentava a matriz ética da nação.

Essa história, sobre a qual se fundam as normas e práticas político-sociais do Egito faraônico, estabelece uma base forte do exercício do poder em conjunto. Nas palavras de Sonia Sánchez (1985: 50)

(...) as mulheres, assim como os homens, eram consideradas divinas. Nessas condições favoráveis, as deusas retinham o seu prestígio ao se tornarem esposas; o casal constituía a unidade religiosa e social: a mulher atuava como aliada e complementar ao homem; ela tinha os mesmos direitos que o homem, os mesmos poderes na justiça: ela herdava, era proprietária. Acima de tudo, as mulheres ostentavam nomes que designavam os atributos divinos de Deus.

São abundantes os exemplos de mulheres soberanas no Egito antigo, tanto na esfera da condução e administração do Estado como também nas esferas religiosa e espiritual. Havia as rainhas como Nefertiti, Tiye, Nefertari e outras, estadistas em regime de colaboração com seus maridos faraós. Havia as sacerdotisas soberanas nos centros primordiais do culto religioso, num contexto em que o poder político e o espiritual eram igualmente fundamentais à condução dos assuntos de Estado. Houve também uma farão feminina, Hapshetsut, que reinou sozinha durante a XVIII Dinastia. Cleópatra, muito além de ser a amante de um imperador romano, foi a estadista defensora da soberania de seu país contra a maior potência imperialista que o mundo conheceu. Ela conseguiu manter durante tanto tempo a independência do Egito devido à sua competência política e ao seu poder de barganha e negociação enquanto chefe de Estado.

A tradição das rainhas-mães africanas estabelece-se na antiga Núbia ou Cush, com a linhagem das *kentakes* (300 a.C. - 300 d.C.), que reinavam por direito próprio e não na qualidade de esposas, com todos os poderes de administração civil e militar (Clarke, 1985). Na Bíblia e nos registros históricos, encontramos o exemplo de Makeda (1005-950 a.C.), rainha de Sabá, soberana de um reino que se estendia desde partes do Egito à Etiópia, Sudão, Arábia, Síria e até a regiões da Índia. Além de controlar o comércio riquíssimo da região, de ouro, marfim, ébano, pedras preciosas, óleos e especiarias, as rainhas africanas dessa época, inclusive Makeda, se caracterizavam como grandes construtoras, sendo responsáveis pela ereção de palácios, estátuas, monumentos, complexos urbanos, represas e sistemas hidráulicos sofisticadíssimos.

Cleópatra não foi a única guerreira africana a enfrentar as legiões romanas. Amanirenas, uma das *kentakes* ou candaces da Núbia, atacou os invasores imperialistas em 29 a.C., liderando uma guerra de defesa nacional que durou cinco anos. Com um aparato bélico bem superior, os romanos conseguiram destruir várias cidades, até chegar à capital, Napata. A rainha não capitulou: atacou de novo as já cansadas legiões de Roma, e ganhou uma negociação direta com César Augusto. Os romanos acabaram desistindo do tributo que queriam cobrar de Cush.

A história da África conhece muitas rainhas-guerreiras, estadistas que em vários casos enfrentaram militar e politi-

camente os escravistas e colonizadores europeus. Angola nos dá o exemplo da rainha N'Zinga, contemporânea de Zumbi e soberana competente o suficiente para resistir aos dominadores portugueses e holandeses. Gana oferece a figura da rainha Yaa Asantewaa, que liderou a guerra dos Asante contra o domínio inglês. Esses exemplos não configuram casos isolados, mas confirmam uma tradição que nasce de profundas raízes histórico-culturais: o sistema social e político matrilinear que caracteriza, desde seus primórdios, a civilização africana.



Esta “deusa negra” do Templo dos Leões em Naga, datada de 100 a.C., é provavelmente uma rainha meroítica descendente das *kentakes*, ou rainhas-mães, núbias. Fonte: (Van Sertima, 1984: 32)



A rainha Nefertiti, esposa de Akhenaton (Amenhotep IV), reinou durante a XVII Dinastia egípcia. Fonte: Van Sertima, 1984: 52





Cleópatra, desenho de Earl Sweeney. O pai de Cleópatra, Ptolomeu XII, era filho ilegítimo de Ptolomeu XI, fato esquecido por aqueles que a descrevem como grega de sangue puro. Desenho reproduzido do ensaio de John Henrik Clarke, in Van Sertima, 1984: 127



N'zinga, rainha-guerreira soberana de Angola, lutou contra o domínio português e holandês num período histórico contemporâneo a Zumbi dos Palmares. Fonte: ensaio de John Henrik Clarke, in Van Sertima, 1984: 131

Em vez de desprezar e reprimir a mulher, o modelo matrilinear estimula seu desenvolvimento como ser humano e, portanto, sua contribuição produtiva à sociedade em conjunto. Podemos indagar, então, aos antropólogos europeus qual a civilização mais avançada: a que nega a metade da cidadania sua plena condição humana ou aquela que reconhece e estimula em todos a sua capacidade de realização e participação na vida coletiva?

De nenhuma forma estamos alegando que na África não existam o patriarcado, o machismo e a opressão da mulher. Entretanto, os milênios de influência de outras culturas, sobretudo a muçulmana e a judaico-cristã, têm seu papel nessas questões, que aqui não podemos examinar por falta de espaço.

A África no mundo antigo

Predomina na consciência coletiva ocidental-eurocentrista um estereótipo da África como continente escuro, abrigando tribos primitivas, imóveis no tempo e no espaço, com suas culturas arcaicas e estáticas. Segundo essa imagem, não haveria comunicação e troca de idéias entre as várias etnias africanas, e muito menos entre elas e o restante do mundo.

A realidade histórica é bem o contrário desse estereótipo. Desde os seus primórdios, a África tem sido o palco de intensas movimentações, migrações e trocas comerciais e culturais, e esse fenô-

meno se deu não só dentro do território continental, como também no exterior. Com efeito, o africano e sua cultura se fizeram presentes em todos os cantos do mundo antigo.

Nesta segunda parte do presente texto, focalizamos as influências africanas fora do continente, na Ásia, Europa e América. Pesquisas recentes, documentando esses fatos, vêm sendo realizadas em campos específicos. Seus resultados, entretanto, não têm sido amplamente divulgados, em razão não apenas de seu alto nível de especialização como também de sua natureza contestatória aos pressupostos da supremacia branca ainda subjacentes aos padrões da academia não especializada. O historiador guianês Ivan Van Sertima, professor da Rutgers University, fundador e diretor da revista *Journal of African Civilizations*, tem sido um pioneiro incansável no empreendimento de divulgar, editar e estimular os trabalhos nesse campo. Van Sertima editou vários livros sobre a África do mundo antigo (1983, 1985, 1985a, 1985b; Van Sertima e Rashidi, 1985), reunindo trabalhos de pesquisa que documentam e revelam, com fascinante riqueza de detalhes, a presença africana, tão dominante e fundamental à construção das civilizações do mundo antigo. Esses trabalhos vêm confirmar as conclusões de filólogos e pesquisadores dos séculos XVIII e XIX como Godfrey Higgins, Gerald Massey, George Rawlinson e Albert Churchward (Rashidi, 1985; Van Sertima, 1985). John Baldwin dizia no século XIX (1872: 66-7), por exemplo:

Aceita-se hoje que povos da raça cushita ou etíope, também referida como hamita, foram os primeiros civilizadores e construtores em toda a Ásia Ocidental, e que são evidenciados nos restos de suas línguas e arquitetura e na influência de sua civilização, nos dois lados do Mediterrâneo, na África oriental e no vale do rio Nilo, como também no Hindustão e nas ilhas do mar Índico.

Uma primeira e fundamental observação sobre essa influência africana no mundo antigo diz respeito à sua natureza matrilinear. A literatura religiosa egípcia registra uma primordial expressão do fenômeno: as viagens de Osíris pelo mundo na sua missão civilizatória a outras terras. Rei e deus do Egito, Osíris era o mestre da filosofia do *Ma'at* (teoria da verdade, da justiça e do direito). Além de levar e ensinar a outros povos do mundo as ciências da agricultura e da metalurgia, bem como a arte da civilização, Osíris pregava também a mensagem religiosa e os princípios da moral e da ética do *Ma'at*. De acordo com essa mesma tradição, quando Osíris deixou o Egito para cumprir essa missão, Ísis, sua irmã e esposa, reinava com sabedoria, “em dignidade e em verdade”, durante a ausência do governante-parceiro (Sánchez 1984).

A presença africana nas civilizações asiáticas, bem como na Europa e nas Américas, nos remete em primeiro lugar àquelas civilizações afri-

canas precursoras do Egito dinástico, também caracterizadas pela matrilinearidade: Cush e Núbia, ou Ta-Seti. Conforme já observamos (*Thoth* 1), o povo de Ta-Seti se chamava Anu-Seti, indicando sua cor negra. No Egito, *anu* significava ser humano, e também a cor preta. Duas cidades importantes do Egito, Hermonthis no sul e Heliópolis no norte, chamavam-se Anu. A palavra *anu* também indicava o lar das almas renascidas das pessoas fisicamente mortas. A marca da civilização egípcia fica registrada, em regiões muito remotas da Ásia e da Europa, por intermédio da organização social de caráter matrilinear e mediante essa palavra *anu*, que iremos encontrar no mundo antigo desde o Japão até a Irlanda.

A presença africana na Ásia

A presença e a contribuição africanas na construção da civilização nos vales dos rios Tigre e Eufrates está extensamente documentada. John Baldwin (1872: 17-18) dizia no século passado:

Os povos descritos nos escritos hebraicos como os de Cush foram os civilizadores primordiais do Sudoeste Asiático, e na mais remota antiguidade sua influência se estabeleceu em todas as regiões litorâneas, desde o extremo leste até o extremo oeste do Mundo Antigo.

Suméria e Elam

A história universal conhece como primeira presença cultural na Ásia ocidental a do Suméria, nação que floresceu no vale dos rios Tigre e Eufrates durante o terceiro milênio antes de Cristo. Tudo indica que Suméria foi uma entre várias colônias de Cush, com população e cultura originárias do vale do rio Nilo. Os próprios sumérios denominavam-se a si mesmos “cabeças-pretas”, numa auto-identificação que os distinguia de outros povos da região. Foram esses cabeças-pretas, de provável origem africana, o povo responsável pela construção e florescimento da famosa cidade-Estado de Ur. Na terceira dinastia de Ur, um dos governantes (2142-2122 a.C.) foi Gudea, que subjuguou Susa e grande parte de Elam. Gudea construía templos ao deus Anu. Grandes construções urbanas caracterizavam Ur, com pirâmides cujas laterais subiam na forma de escadas no estilo núbio (as chamadas *ziggurats*).

A primeira cultura avançada da Pérsia (hoje Irã) se chamava Elam e tinha sua capital em Susa. Desde o século passado, arqueólogos europeus demonstraram semelhanças significativas entre as culturas materiais de Elam e do vale do rio Nilo. A ascendência da divindade feminina Kirisha ou Pinikir e a posição de relativa igualdade da mulher (ela assinava documentos, conduzia negócios, herdava e deixava patrimônios, representava em juízo) indicavam o caráter matrilinear da sociedade, confirmado pela forma da sucessão real.

Susa deixou para os anais da história o legendário herói e rei guerreiro Memnon, o Etíope. Filho de Titono, governador da Pérsia, Memnon se aliou a Tróia, liderando uma força de dez mil susianos e dez mil etíopes em sua defesa. Foi cantado por Homero, Virgílio, Ovídio, Diodorus Siculus e outros poetas romanos: “Era preto como o ébano e o homem mais bonito que vivia, e como Aquiles, usava armas forjadas por Hafestos.”

Os descendentes de Elam continuaram presentes na história da região. O Baluquistão (área que compreende parte do Irã e parte do Paquistão) ficou conhecido como Gedrósia, o país dos escuros, e em tempos modernos sua população negra ainda se destaca. Um renomado historiador da Pérsia conclui que o país seria povoado originalmente por “negros, aqueles conhecidos pelos gregos como Anariakoi ou não-arianos e que viviam no litoral ao norte do golfo Pérsico até a Índia, e seus descendentes sobreviveram naquelas regiões distantes” do Baluquistão (Percy Sykes, apud Rashidi, 1985: 22). Até hoje, a região se chama Khuzistan, terra de Khuz ou Cush.

Arábia

A península Arábica, habitada desde há mais de oito mil anos, foi povoada originalmente por negros, chamados Veddoids, cujos descendentes hoje formam parte significativa da população da Arábia do sul. A proximidade da Arábia à África Oriental sempre implicou o in-

tercâmbio e, em vários momentos históricos, a fusão de Estados e povos da África e da Arábia, sobretudo na fase pré-islâmica, cuja civilização pertence à região sul, chamada Arábia Feliz na literatura greco-romana. Essa região recebeu migrações do norte, e a mistura entre os negros e migrantes resultou na população de Sabá, cuja lendária rainha Makeda administrou um reino próspero e extenso, repleto de centros urbanos e rico em produção agrícola, esta apoiada num sistema avançado de irrigação aliado a uma terra excepcionalmente fértil. O comércio florescia, auferindo grandes lucros, e a ciência avançava, sobretudo nos campos da engenharia e da medicina. Tudo isso propiciou as condições para que a rainha Makeda realizasse a visita diplomática ao rei Salomão de Israel, ostentando enorme riqueza e sendo recebida como estadista poderosa a tratar de negócios políticos e econômicos. Menelik, o filho de Makeda com Salomão, inicia uma linha real da Etiópia que continua desde aquela época até o reino de Hailé Selassié, quase três mil anos depois.

No VIII século antes da era cristã, o rei Samsi e sua rainha It'amra (721-705 a.C.) erigiram complexos arquitetônicos como o templo Awwam, comparável ao Grande Zimbábue. Sua maior conquista tecnológica, entretanto, foi a construção da represa Marib, que serviu à população durante mais de mil anos. Seus portões ainda existem, bem preservados, testemunhando a grandeza do empreendimento.

Índia

A Índia constitui um exemplo clássico da teoria dos dois berços formulada por Diop. Povoada originalmente por uma população africana que vivia da agricultura e que desenvolvia uma civilização de origem africana, a Índia foi invadida mais tarde pelos arianos, povos nômades e guerreiros que dominaram os habitantes originais e lhes impuseram uma cultura alheia, de natureza patriarcal, caracterizada, entre outras coisas, pelo sistema de castas.



O Buda da Índia, século I da era cristã. Fonte: Van Sertima e Rashidi, 1985: 81



Jovens dravidianos modernos. Marco Polo chamava Dravida de “A Índia Maior”. Tudo indica que os dravidianos, um povo de evidente origem africana e cujos costumes, língua e herança cultural exibem laços com a antiga civilização egípcia, foram os construtores dos complexos urbanos de Harappa e Mohenjo-Daro. Após conquistados, foram reduzidos ao *status* de escravos, sendo eles os sudras (negros), ou intocáveis, do sistema de castas. Fonte: Van Sertima e Rashidi, 1985:40



Das esculturas, uma máscara em terracota (Harappa, 2.300 a.C.) e uma estatueta de figura feminina em bronze (Mohenjo-Daro, 2.500 a.C.), retratam um tipo físico africano. Fonte: Van Sertima e Rashidi, 1985: 85 -98

Heródoto, o grande escritor grego conhecido como Pai da História, nos conta: “Existem duas grandes nações etíopes, uma em Sind e outra no Egito”. *Sind* significa a região correspondente à Índia e ao Paquistão de hoje. O historiador e antropólogo indiano Bharatiya Vidya Bhavan, falando da história de seu país, afirma (apud Chandler, in Van Sertima e Rashidi, 1985: 80, 82): “Temos de começar com os povos negros ou negritos da Índia pré-histórica, que foram seus primeiros habitantes. Originalmente, parecem ter vindo da África através da Arábia e das costas do Irã e Baluquistão.”

Diodorus Siculus, historiador romano escrevendo no reinado de César Augusto, refere-se (apud em Rashidi, 1985: 34) ao deus Osíris, símbolo e personagem histórico da civilização africana:

Da Etiópia ele passou pela Arábia, fronteira com o mar Vermelho, até a Índia e as mais remotas costas habitadas. Construiu muitas cidades na Índia, uma das quais chamou de Nysa, querendo manter a lembrança daquela, no Egito, onde foi criado. Ele deixou muitas marcas de seu ser nessas partes, pelas quais os habitantes são induzidos a afirmar, e afirmam, que esse deus nasceu na Índia.

Estudos lingüísticos e dos sistemas de escrita da região confirmam, nas palavras de Henry e George Rawlinson (apud Rashidi, 1985: 33), “(...) que uma

raça cuxita ou etíope de fato se estendia, nos tempos mais remotos, pelo litoral do oceano do Sul desde a Abissínia até a Índia. Toda a península da Índia era povoada por uma raça dessa natureza antes da chegada dos arianos.”

A primeira grande civilização indiana é aquela do vale do rio Indo, com sua capital Harappa, que floresceu de 2200 a 1700 a.C. e foi conquistada, por volta de 800 a.C., pelos arianos, que tomaram as terras do Paquistão e de toda a Índia do norte. Essa civilização original era agrícola e sua população, negra. Depois da conquista, os arianos impuseram um sistema de castas baseado em critérios raciais. A própria palavra *varna*, que em sânscrito significa casta, também quer dizer “cor”. A casta inferior se chamava *sudra*, ou seja: “negro”. Evidentemente, a degradação do povo conquistado, com base na sua identidade negra, foi uma das técnicas de subjugação. O fato constitui um exemplo, entre muitos, indicando que o racismo não começa com o capitalismo mercantil europeu do século XVII.

No VI século a.C., surge uma contestação profunda a esse sistema de castas. O culto fundado por Siddhartha Gautama, o Buda, nasce e floresce entre as populações negras das regiões central, oriental e sul da Índia. O próprio Buda é evidentemente negro: é só examinar suas estátuas e constatar os traços africanos clássicos para se convencer do fato.

Cumprir registrar também a dinastia Nanda do século IV a.C., de origem

sudra (negra) e responsável por uma renascença cultural importantíssima. A dinastia Mauryana, também negra, a sucedeu, e esse poder sudra se estendeu durante 150 anos (Van Sertima e Rashidi, 1985: 38-42).

Hoje, a população negra indiana continua enorme, na pessoa dos dravidianos, os “etíopes orientais” da literatura grega. Interessante observar que até hoje a grande maioria das divindades cultuadas pelos dravidianos do sul da Índia são deusas-mulheres.

China, Japão e Sudeste Asiático

Na China, a presença do negro africano data do período plistoceno (de 50 mil a 10 mil anos atrás). James E. Brunson, no seu ensaio sobre a presença africana na China (in Van Sertima e Rashidi: 1985: 120-37), relata que se encontram restos do *Homo sapiens sapiens* negro, denominado Liu Chiang, nas províncias de Szechuã e Kiangs. A mitologia chinesa, em vários casos, identifica uma raça original chamada *Ainu*, de nariz chato e cabelo duro. Conforme já observamos, a palavra *Ainu* originou-se no Egito, onde designava o ser humano e a cor preta, e se espalhou através do mundo antigo com essa conotação da cor negra.

De acordo com os dados levantados por Brunson, os *ainu* também estão presentes na história japonesa, com destaque para o comandante Sakanouye Tamuramaro, cuja valentia lendária é homenageada com o provérbio: “Para um

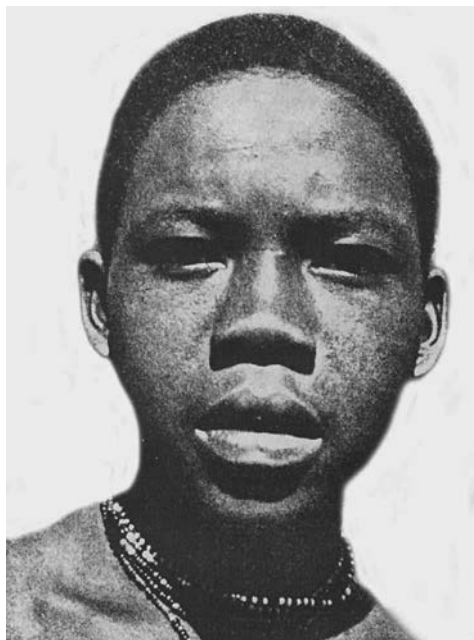
samurai ter coragem, é preciso que tenha sangue negro.”

Os negros *ainu*, caracterizados nas lendas como anãos (fato que indica uma ascendência *twa*), aparecem em toda a história chinesa, inclusive constituindo algumas das dinastias mais antigas. As chamadas dinastias divinas começam com a de Fu-Hsi (2953-2838 a.C.). Negro de cabelo lanudo, esse monarca foi o responsável pela origem das instituições políticas, sociais, religiosas e da escrita que iriam perdurar na China. Shen-Nung (2838-2806 a.C.) introduziu a agricultura no país. Mais uma vez, constatamos a natureza matrilinear nas culturas dessas dinastias.

Da China, ainda de acordo com Brunson, os negros migraram para o Camboja, onde desenvolveram a cultura Funan, que floresceu por volta de 300 d.C., com uma tecnologia de engenharia hidráulica muito avançada. No século VI, os *khmer* absorvem essa cultura e a misturam com o culto budista a Shiva. Responsáveis pelo famoso complexo arquitetônico de Angkor Wat, os *khmer* eram “escuros, com o cabelo em carapinhas”.



O Buda na Tailândia, no século VI ou VII. Fonte: Van Sertima e Rashidi, 1985: 45



À esquerda, jovem da Malásia moderna. À direita, escultura chinesa da dinastia Shang, com tipo humano melanésio. Fonte: Van Sertima e Rashidi, 1985: 44, 128

A presença africana na Europa antiga

Desde a Grécia antiga e suas ilhas, a presença africana pode ser constatada na Europa por meio de riquíssima documentação arqueológica, lingüística e histórica. James Brunson (in Van Sertima, 1985: 62) conclui seu ensaio sobre o assunto com a seguinte observação:

(...) não se pode negar a presença e o papel africanos na Europa antiga (isto é, as ilhas mediterrâneas e Egéia, e a própria Grécia). Schliemann, após excavação em Tiryns e Myceanae, replicou aos seus colegas e estudiosos: “A mim me parece que esta civilização pertencia a um povo africano.” Sobre Creta, observou Evans: “Gostem ou não do fato, os estudiosos clássicos são obrigados a considerar as origens. Os gregos que discernimos nessa nova aurora não eram nórdicos de pele clara, mas essencialmente a raça de cabelo preto e pele escura.”

Um fenômeno que merece destaque é a proliferação de Nossas Senhoras negras em toda a extensão da Europa, sendo mais famosas as de Loretta na Itália, Nuria na Espanha e Czestochawa na Polônia. As imagens dessas madonas negras correspondem a uma prática religiosa que tem origem no culto a Ísis, deusa núbia e egípcia da fertilidade, irmã e esposa de Osíris e mãe de Hórus. Existem

vestígios desse culto e provas de sua existência na Europa desde muito cedo. O historiador romano Plínio, escrevendo no II século d.C., observa a prática desse culto na Inglaterra e na Alemanha. Talvez tenha sido introduzido com as incursões de Senusert I e Tutamés III, faraós egípcios que visitaram a Europa entre 1.900 e 1.450 a.C. As legiões romanas que invadiram e conquistaram a Europa até o seu extremo norte incluíam também grande número de africanos, muitos dos quais certamente praticavam o culto a Ísis. Existe também, o registro de mais de mil etíopes que invadiram a Espanha por volta de mil anos antes da era cristã, e que ficaram na região de Cádiz, durante um século e meio, formando uma comunidade coesa com capital em Talikah. A comunidade tinha um rei eleito e estrutura sóciopolítica definida, antes de ser aniquilada pelos romanos, quando invadiram e conquistaram o país (Van Sertima, 1985: 134-135).

Entre as mais fortes influências africanas na Europa está a dos mouros¹. Estes têm origem no povo garamante, que habitava o Saara por volta do ano 5.000 a.C. Após invadir o Egito em 640, os mouros atravessaram até a Espanha, sob a liderança do general Djebel el Tarik, cujo nome deu origem à palavra Gibraltar. O domínio africano na Europa durou de 711 até 1260, e gerou uma renascença nas artes, ciências, e literatura. A matemática, a arquitetura, a religião, enfim, quase todas as manifestações culturais

¹ Ver discussão sobre a identidade racial dos mouros no ensaio desta autora, “Sankofa: significado e intenções”, na revista *Thoth* n° 1.

européias sofreram a influência africana dos mouros. E o centro de todo esse reflorescimento da atividade intelectual era exatamente o Cairo, sede da grande civilização negra do Egito.

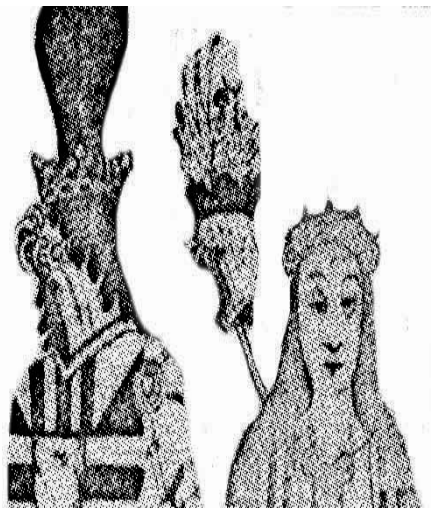
Pouco conhecida é a existência de três papas africanos da igreja católica durante os primeiros séculos de sua existência. O primeiro é Vítor I, 14^o papa depois de São Pedro. Assumiu a cadeira papal no ano 189 d.C. e foi o responsável pela fixação da festa da Páscoa no domingo. Também foi o primeiro a celebrar a missa em latim. Miltíades, que assumiu em 311, testemunhou a suspensão da perseguição aos cristãos e a vitória de Constantino. Gelásio I (492-6),

outro africano, ficou conhecido sobretudo pela sua preocupação com a pobreza e sua generosidade. Foi autor de vários hinos e ensaios teológicos. Tanto ele como os outros dois papas negros foram canonizados.

Esses papas são descritos e retratados em desenhos feitos pelos seus contemporâneos como africanos fisicamente bem caracterizados. Entretanto, as representações posteriores, em livros didáticos e histórias da Igreja, os pintam como brancos de clássico perfil romano. A falsificação da história fica patente na comparação dos retratos (Edward Scobie, "African popes", in Van Sertima, 1985: 96-107).



À direita, o papa Vítor I, retratado à época com fisionomia africana. À esquerda, o retrato do mesmo papa exibido no Vaticano. Fonte: Edward Scobie, "African popes", in Van Sertima, 1985: 98-9



À esquerda, brasão de família da Inglaterra, com fisionomia acentuadamente africanóide. À direita, um cavaleiro andante medieval, normando, também evidentemente africano. Há vários outros exemplos, citados e ilustrados por Runoko Rashidi em sua resenha do livro *Ancient and modern Britons*, de David MacRitchie, publicado em 1881. Fonte: Van Sertima, 1985: 251-60



À esquerda, retrato de um mouro em Marrocos, datado de 1841. À direita, um exemplo da imagem do santo Johannes Morus, símbolo sagrado da figura do mouro na Europa. Esse ícone, do século XIX, encontra-se hoje num museu alemão. Fonte: reproduzidas do ensaio de Wayne B. Chandler (in Van Sertima, 1985: 146 e 162)

Quanto à Europa do Norte, um dos fatos históricos que ensejam a presença africana é que o Estado egípcio constituía o poder marítimo vigente, tanto no sentido bélico como comercial, da antiguidade. Sua indústria de armas e utensílios, feitos de bronze, requiritava a utilização do estanho, e desde a XII dinastia, quase dois milênios antes de Cristo, faraós como Senusert I e Tutamés III enviavam expedições navais à Europa do norte em busca desse metal. De acordo com MacRitchie, um dos destacados historiadores desse país, três províncias da Escócia eram negras até o século X, e no século XVIII as ilhas ocidentais de Skye, Jura e Arran ainda tinham maioria negra (Luke, "African presence in the early history of the British Isles and Scandinavia" e Rashidi, "Blacks in early Britain", in Van Sertima, 1985). Até hoje são notórios na Irlanda os fomorianos, lendários andarilhos marítimos africanos que a invadiram e a tentaram conquistar em tempos remotos. Duas deusas cultuadas na religião tradicional irlandesa, Nath e Anu (Aine ou Danu), remontam à prática na Irlanda dos cultos egípcios a Neith e Hathor. Dois morros irlandeses que lembram seios pela sua forma física são conhecidos como os seios de Anu. Assim, mais uma vez encontramos a reminiscência lingüística do Anu-Seti nubiano.

Nas mitologias escandinava, inglesa, francesa e alemã encontramos referências a homens pretos, de pequena estatura e cabelos lanudos. Essas referências são mais explícitas nos escritos dos romanos que as relativas aos bárbaros

européus. Relatam freqüentes encontros dos romanos com esses africanos. Os vikings, os anglo-saxões e até os habitantes da Groenlândia tiveram contato com africanos em épocas remotas, de acordo com a sua literatura e tradição oral (Luke, Clegg e Rashidi, in Van Sertima, 1985: 223-60).

A riqueza de evidências e detalhes apresentada nos trabalhos reunidos por Ivan Van Sertima constitui um universo fascinante, revelando os resultados de pesquisas e estudos científicos caracterizados pelo rigor acadêmico e a documentação exaustiva estabelecidos por Cheikh Anta Diop como modelo e padrão do trabalho afrocentrado. Esta breve exposição não faz justiça nem ao esforço nem às realizações de seus autores. Entretanto, não poderíamos deixar de registrar, mesmo inadequadamente, a existência e a dimensão desses estudos sobre a presença e a influência africanas na Europa.

A presença africana nas Américas

Não é de hoje que se observam os rastros africanos nas Américas pré-colombianas. Já em 1862, o historiador mexicano Orozco y Berra os constatava no seu livro *História antiga e da conquista do México*, e em 1922 se publicava o primeiro volume da trilogia *A África e a descoberta da América*, de Leo Wiener. As pesquisas de Alexander von Wuthenau revelam na arte pré-colombiana, sobretudo na do México, uma riqueza enorme de testemunhos visíveis da pre-

sença pré-colombiana de africanos nas Américas. Entretanto, é Ivan Van Sertima, no seu livro *They came before Columbus* (1976), que reúne de forma mais sintética as evidências dessa hipótese, colhidas por diversos pesquisadores, inclusive os citados, em campos tão variados como a etnologia, craniologia, botânica, arqueologia, oceanografia, filologia, história cultural, lingüística e serologia. Riquíssimo em detalhes e ilustrações, o livro é capaz de convencer o mais cético dos leitores quanto à veracidade da tese apresentada.

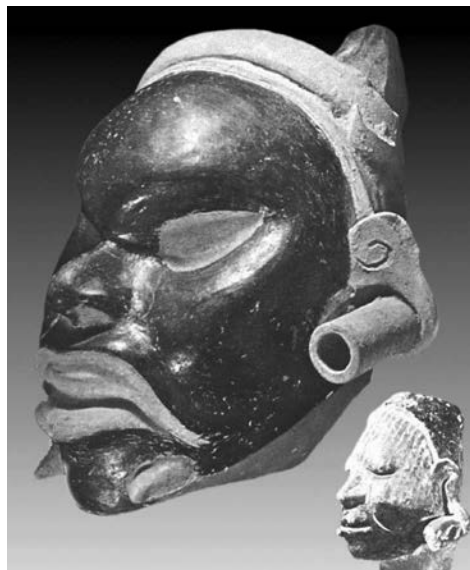
Van Sertima demonstra, relatando minuciosamente os fatos, que até 1974 haviam aparecido crânios africanóides em Titilco, Cerro de las Mesas e Monte Albán, no México, confirmando a opinião do antropólogo Frederick Peterson de que existia entre os anciãos do período pré-clássico da civilização dos maias, povo pré-colombiano do México e América Central, “um substrato de características negróides que se misturava aos mágicos”.

Os esqueletos e os crânios estudados por especialistas demonstram a presença de 13,6% de africanos na população olmeca (precursora dos maias) do período clássico. Diante dessas pesquisas, complementando as informações antes conhecidas, a Associação Internacional de Americanistas reconheceu em 1974 que não faltavam mais fatos para comprovar a presença africana nas Américas antigas.

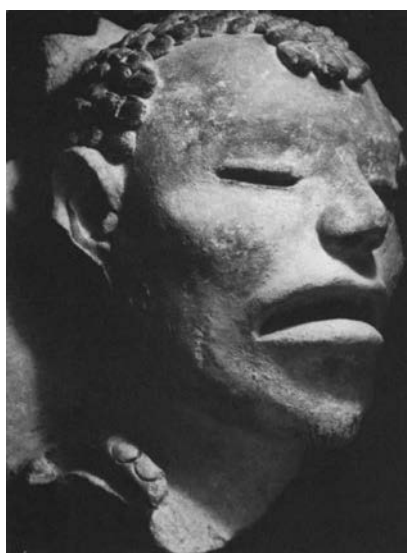
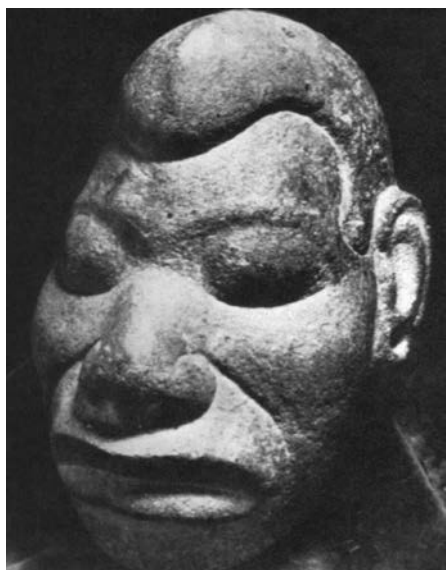
Van Sertima enumera os vários estudos que, em diversas áreas de especialização, constataram nas tradições orais e escritas dos maias freqüentes referências ao “povo negro que veio da nascente do sol”, como o descreve o *Popul Vuh*, obra que equivale a uma espécie de bíblia, registrando o conhecimento mítico-religioso e histórico dos maias. Há uma identidade de palavras e expressões entre as línguas maia, inca e egípcia que ultrapassa os limites do acaso. A identidade entre as técnicas de engenharia e arquitetura das pirâmides egípcias e mexicanas, bem como as relações espaciais e astronômicas nelas representadas, também é algo demasiadamente preciso para se atribuir à sorte. As técnicas de mumificação utilizadas pelos indígenas no México e outras partes da América do Norte, bem como na Colômbia e principalmente no Peru, são idênticas àquelas desenvolvidas no Egito antigo. Essas técnicas envolvem substâncias químicas de fórmulas extremamente complexas, as quais seria muito difícil reproduzir por acaso ou coincidência entre um continente e outro.

Talvez o testemunho mais eloqüente dessa presença africana nas Américas se encontre nas gigantescas cabeças da cultura olmeca, a primordial entre as mexicanas. Localizadas no centro do território sagrado desse povo, em La Venta, San Lorenzo e Três Zapotes, as esculturas pesam 40 toneladas cada, feitas de um só pedaço de basalto. Reproduzem com exatidão o tipo étnico africano, a ponto de consti-

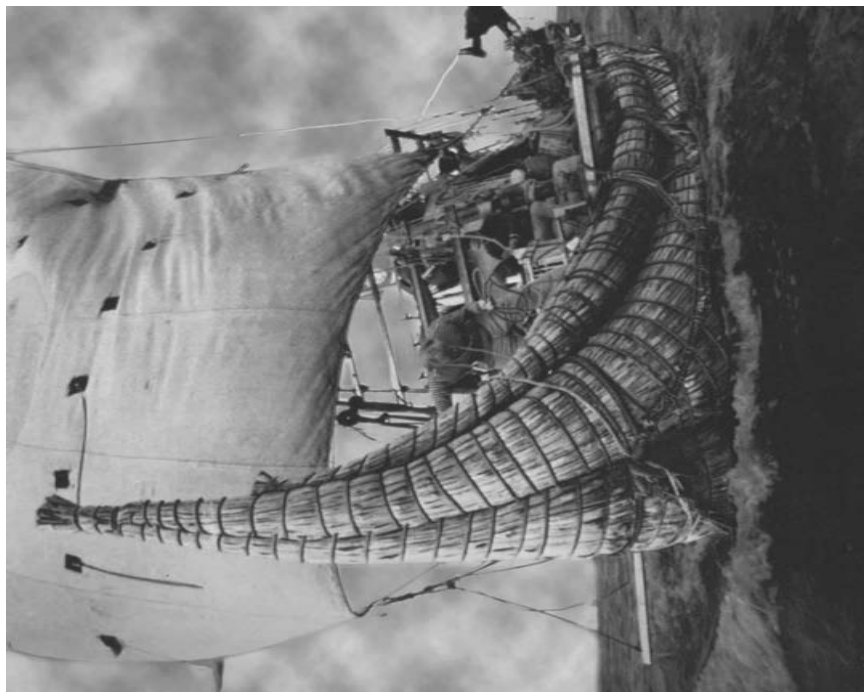
tuírem retratos perfeitos de guerreiros ou reis nubas. Van Sertima coloca lado a lado fotografias das esculturas desses africanos, deixando clara a identidade entre ambos. Da mesma forma, justapõe retratos de reis mandingas com esculturas de barro pré-colombianas, representando deuses mexicanos de Vera Cruz e Oaxaca, por exemplo, e mostrando a identidade não só dos traços físicos como de detalhes como brincos e penteados. Esses “testemunhos visíveis” reunidos por Von Wuthenau e Van Sertima são retratos altamente sofisticados dos africanos nas Américas, imortalizados na finíssima escultura indígena da época.



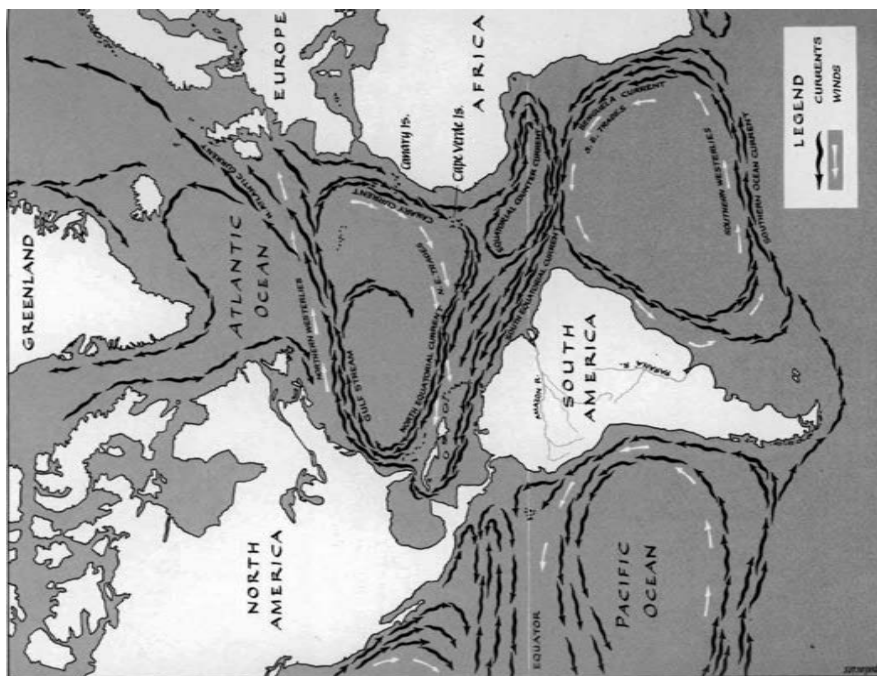
Cabeça mandinga no México do século XIV. Feita pelos mixtecas de Oaxaca. Compare-se com a cabeça clássica do Benim. Fonte: Van Sertima, 1976: fig. 5



À esquerda: cabeça esculpida em pedra, retratando um tipo africano da cultura olmeca (Vera Cruz, período clássico). À direita, em cerâmica, uma figura miscigenada (Vera Cruz, período clássico). Fonte: Van Sertima, 1976: figs. 4A e 24



Ra I, embarcação construída por africanos do lago Chade, reproduz a mais primitiva engenharia naval desenvolvida pelos antigos egípcios. Fonte: Van Sertima, 1976: fig. 12



As correntes marítimas, chamadas pelos africanos de “rios dentro do mar”, que vão da África até as Américas. Fonte: Van Sertima, 1976: fig. 10



Duas gigantescas cabeças africanas, em basalto, do período pré-clássico da cultura olmeca, no México, ambas encontradas em San Lorenzo. Fonte: Van Sertima, 1976: fig.29



Compare-se a cabeça de um chefe nuba, do sul do Sudão, com uma cabeça olmeca em pedra encontrada em La Venta. Fonte: Van Sertima, 1976: fig. 27

As cabeças africanas aparecem dentro de complexos arquitetônicos que constituem praças cerimoniais-religiosas ladeadas por pirâmides. Essas pirâmides mexicanas são feitas no estilo núbio, com as laterais em forma de escadas. Surgem no México sem vestígios de precedente ou antecessor, enquanto na África o milenar processo de desenvolvimento dessa engenharia encontra concretamente manifestado nas formas predecessoras encontradas em sítios arqueológicos. Uma série de outras marcas rituais, arquitetônicas, simbólicas, artísticas, mitológicas e tecnológicas em relação a essas praças cerimoniais e às práticas religiosas mexicanas constituem complexos de fenômenos culturais tão detalhados e específicos que sua comunalidade à África e às Américas ultrapassa as possibilidades da mera coincidência.

A partir do período de elaboração das gigantescas esculturas olmecas, entre 900 e 500 a.C., Van Sertima identifica os africanos retratados como possíveis integrantes da poderosa marinha mercante e bélica núbia, e propõe esse período de contato como sendo o mais importante entre uma série de visitas africanas às Américas.

Para articular uma visão não-eurocentrista desses fatos, impõe-se necessariamente a referência às civilizações africanas clássicas. Realmente, seria difícil conceber a presença africana no México há dois milênios e meio sem conhecer o estágio de seu desenvolvimento naquela época. Trata-se de um período em que os faraós africanos da antiga

Núbia estavam reunificando politicamente, sob a sua égide, um Egito há muito desestabilizado por invasões e conquistas que desagregavam suas estruturas. A XXV Dinastia egípcia, a dinastia dos faraós núbios (Piankhy, Shabaka, Shabataka, Taharqa), foi a responsável, entre 900 e 600 a.C., por uma renascença da cultura clássica egípcio-núbia e pelo restabelecimento de sua unidade política. O Egito sob os reis núbios constituía, no período, a maior potência bélica do mundo. E exatamente nesse período aparecem no México as enormes cabeças de rosto e cabelo africanos, portando o elmo usado pelos guerreiros núbios. Neste contexto, torna-se compreensível a atitude dos americanos ao erigir monumentos tão impressionantes aos representantes desse povo estrangeiro visitante.

A dúvida sobre a capacidade dos antigos africanos de atravessar o mar reflete o preconceito histórico antiafricano. A experiência marítima africana era muito superior à dos europeus do século XV. Para os egípcios, a construção naval, o comércio marítimo e a marinha de guerra não constituíam novidade alguma, pois desde 2.600 a.C. construíam navios de grande porte. Tecnicamente, os navios africanos eram sensivelmente superiores às caravelas europeias de dois milênios mais tarde. Suas estruturas, em papiro ou madeira costurada, eram flexíveis e portanto agüentavam melhor o impacto das águas em tempestade. Utilizavam ao mesmo tempo o remo e a vela, o que permitia a propulsão do navio nas calmarias. Colombo e seus colegas, ao

contrário, dependiam unicamente da vela, ficando dias ou semanas parados no meio do mar. Os fenícios, famosos marinheiros da antiguidade que navegavam naquele tempo a serviço dos reis núbios, utilizavam naves construídas pelos africanos ou então a partir de modelos desenhados por seus engenheiros. Com suas duas viagens transatlânticas no *Ra I* e *Ra II*, em 1964 e 1965, o norueguês Thor Heyerdahl (1971) provou na prática concreta a viabilidade para a travessia às Américas do modelo mais simples do navio egípcio em papiro.

As técnicas de navegação utilizadas pelos africanos para atravessar o Saara ultrapassavam em sofisticação e eficácia as dos navegadores de Colombo, que de acordo com ele próprio “eram cegos e só conseguiam localizar-se quando se aproximavam da terra”. Os navegadores europeus não conheciam a longitude, referência utilizada pelos chineses e pelos árabes (termo que frequentemente significa africanos islamizados) desde dois séculos antes de Cristo.

Um segundo momento do contato entre a África e a América emerge dos registros das tradições orais dos maias no México e dos africanos do Império de Mali no século XIV. O imperador Abubakari II, irmão do lendário Mansa Musa, assume o trono na primeira década daquele século. Fascinado pelas histórias que lhe contam os seus súditos pescadores dos territórios litorâneos, Abubakari manda construir uma frota de navios e embarca, em 1311, pelos “rios

no meio do mar” que levavam, e levam, o navegante numa trajetória infalível em direção às Américas. Trata-se de parte do mesmo complexo de correntes marítimas que trouxe Pedro Álvares Cabral até o Brasil. Algumas dessas correntes partem da costa ocidental da África diretamente em direção à península do Iucatán, região do litoral mexicano onde floresciam naquela época as civilizações clássicas maia e tolteca. Exatamente em 1311, de acordo com a concepção cíclica do tempo no calendário maia, o *Popul Vuh* registra o retorno à sua terra do deus-serpente emplumado, Quetzalcoatl, na forma de um homem escuro, alto e barbado, vestido de branco. O retrato coincide perfeitamente com a figura do imperador africano islamizado, que trajava vestes brancas e portava barbicha.

O embarque de Abubakari foi registrado pelos historiadores árabes da época, respeitados convencionalmente pelos historiadores como fonte fidedigna de dados históricos africanos. Levando em conta as correntes marítimas e as viagens de Heyerdahl, entre outros fatos, fica patente a viabilidade da chegada às Américas do imperador africano. A proliferação de práticas religiosas e rituais iguais, as identidades de complexos de traços culturais, elementos lingüísticos, deuses e divindades, mitos e símbolos, compartilhados entre a cultura maia e as culturas africanas de Mali, fornecem a corroboração da tese. Vale a pena observar, mais uma vez, entretanto, que, quando encaramos o volume de material reunido no livro de Ivan Van Sertima, fica mais do que evidente que o único

obstáculo à aceitação geral da tese da presença africana nas Américas antes de Colombo é o eurocentrismo, que não deixa a ciência abalar sua convicção da inferioridade africana.

Desde sua primeira viagem às Américas, Colombo realizava trocas com os índios caribenhos, que lhe vendiam tecidos africanos (*almayzars*) e outras peças elaboradas a partir de tradições próprias à África Ocidental. Na sua segunda viagem ao Caribe, Colombo obteve dos indígenas da ilha de Espanhola (hoje República Dominicana e Haiti) várias pontas de lança feitas de uma liga metálica aromática, que os índios afirmavam ter adquirido dos “homens negros e altos que vinham de onde nasce o sol”. Os índios chamavam essas pontas de lança de *gua-nin*. Em Portugal, após entrevista com Colombo, o rei mandou analisar a liga metálica, que resultou ser exatamente aquela utilizada na África Ocidental, feita de 18 partes de ouro, seis partes de prata e oito partes de cobre, e cujo nome em todas as línguas africanas do grupo mande é *guanin*.

Soa irônico talvez, mas os dados históricos apontam à aprendizagem pelos europeus sobre as rotas ocidentais e as terras existentes nas Américas a partir de fontes africanas. Dos seus domínios na Guiné, teria chegado a Dom João de Portugal a notícia da existência de “terras muito ricas” no além-mar. O próprio Colombo, recém-retornado de uma visita a essas regiões da África Ocidental, fixou-se na idéia de fazer a travessia. Quando propôs a Dom João o patrocínio

de sua primeira viagem, este o negou, desconfiando da veracidade das informações. Mas se arrependeu amargamente o rei quando, na volta de Colombo da primeira viagem, teve oportunidade de conhecer índios vivos e outras provas da existência das novas terras. Baseando-se, então, em informações obtidas de fontes africanas por Bartolomeu, irmão de Colombo, e confirmadas pelo joalheiro e geógrafo Jaime Ferrer, que comerciava na África, Dom João confiou a Colombo o encargo de negociar com os reis da Espanha o Tratado de Tordesilhas. Esse tratado reservou para Portugal as terras continentais ao leste da linha traçada, que mais tarde viriam a constituir o Brasil.

Não havia, na Europa daquela época, qualquer noção da existência, ao sul das ilhas visitadas por Colombo, de terras continentais sul-americanas. Os reis da Espanha assinaram o tratado sem saber que estavam entregando a Portugal uma terra continental em extensão e riqueza. Os extensos dados históricos levantados por Van Sertima apontam para esta conclusão: as informações de Dom João sobre a existência das terras americanas lhe teriam sido transmitidas pelos primitivos do Continente Escuro!

Existem muitos outros detalhes da conexão África-América na antiguidade, que infelizmente não dispomos de espaço para registrar neste pequeno texto. Vale a pena observar, entretanto, que, quando consideramos o volume de evidências cientificamente comprovadas e reunidas no livro de Ivan Van Sertima, ficamos convencidos de que o único obs-

táculo à aceitação geral da tese da presença africana nas Américas antes de Colombo é o eurocentrismo, que não deixa a ciência abalar sua convicção da inferioridade africana.

Conclusão

Além de fascinante pela riqueza de informações desconhecidas da população e da academia não especializada, o estudo das antigas civilizações africanas resulta ser de primeira importância na recuperação da auto-estima de um povo considerado incapaz de contribuir à evolução das ciências exatas, da civilização e da cultura chamada erudita. O registro dessas realizações dos povos africanos precisa ser incorporado à literatura didática, de maneira a incluir os africanos no cenário da história humana como protagonistas de sua própria vida em liberdade e como construtores do progresso humano. Nas palavras do senador Abdias Nascimento (1991: 26):

Para recuperar sua própria identidade e resgatar a dívida que tem para com seus cidadãos de origem africana, urge à Nação brasileira mergulhar nas dimensões mais profundas desta herança civilizatória africana. Essas verdades têm que ser ensinadas nas nossas escolas, para restituir ao contingente majoritária da nossa gente o seu auto-respeito, a sua auto-estima e a sua dignidade, fontes do protagonismo histórico e da realização humana.

BIBLIOGRAFIA

- Baldwin, John. *Pre-historic nations* (1872). Nova York: Harper and Brothers.
- Clarke, John Henrik (1984). "African warrior queens," in Van Sertima, 1984.
- Diop, Cheikh Anta (1959). *Anteriorité des civilisations nègres: mythe ou vérité historique?* Paris: Présence Africaine.
- (1978). *The Cultural Unity of Black Africa*. Paris: Présence Africaine 1963; 2a edição, Chicago: Third World Press.
- Engels, Frederick (1943). *The origin of the family, private property and the state*. Nova York: International Publishers.
- Heyerdahl, Thor (1971). *The Ra expeditions*. Middlesex: Penguin Books.
- Nascimento, Abdias (1991). *A luta afro-brasileira no Senado*. Brasília: Senado Federal.
- Sánchez, Sonia (1984). "Nefertiti: queen to a sacred mission", in Van Sertima.
- Van Sertima, Ivan (org.) (1983). *Blacks in science. Ancient and modern*. New Brunswick (EUA) e Oxford (RU): Transaction Books.
- (1985). *African presence in early Europe*. New Brunswick/Londres: Transaction Books.
- (1984). *Black women in antiquity*. New Brunswick/Londres: Transaction Books.
- Van Sertima, Ivan e Rashidi, Runoko (orgs.) (1985). *African presence in early Asia*. New Brunswick e Oxford: Transaction Books.
- Wuthenau, Alexander von (1975). *Unexpected faces in ancient America*. Nova York: Crown Publishers.

O preconceito nos livros infantis

Guiomar Ferreira de Mattos

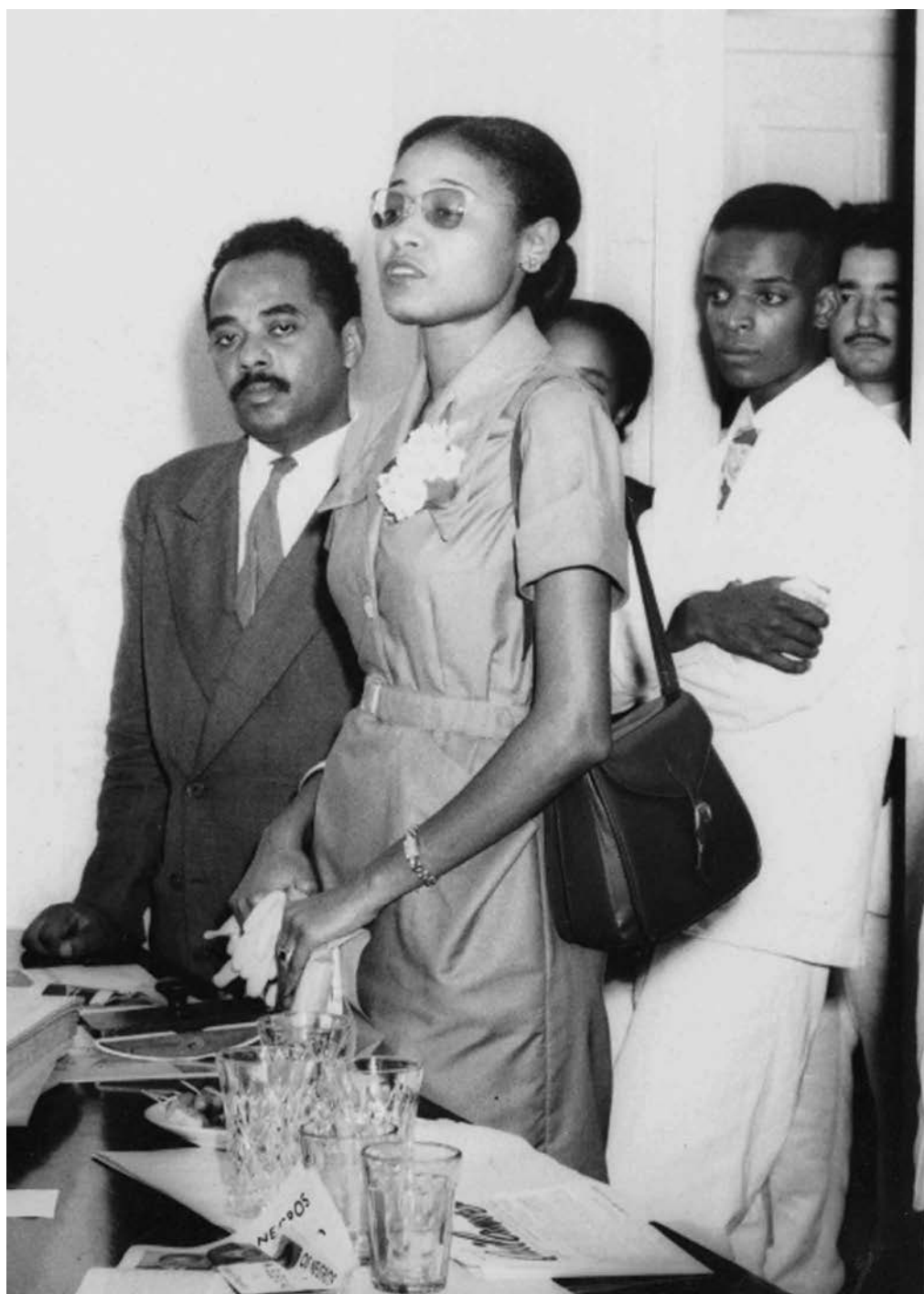
*Publicado na revista Forma, nº 4,
dezembro de 1954*

Humberto de Campos relata-nos em suas *Histórias maravilhosas* que, certa vez, houve uma festa no céu, oferecida aos pombos brancos. Era uma homenagem de Nosso Senhor ao Divino Espírito Santo, que desceu ao mundo transformado em uma pomba cor de neve. E foram convidados todos os pombos brancos que havia na terra. Os pombos negros, porém, deveriam ficar na terra tomando conta dos borrachos. Isto porque, diz-nos textualmente, o conto de Humberto, “quando Deus pôs preto no mundo foi para tomar conta de filho de branco”. Neste e noutros exemplos, que seria fastidioso transcrever, e que qualquer pessoa achará, facilmente, em qualquer livro de histórias, estampa-se o pre-

conceito, inculcido, criminosamente, no espírito infantil. Assim é que as pobres das crianças, que nascem tão puras, tão fraternas, sem a menor idéia ou tendência de discriminação racial ou de cor, são a isso induzidas pelos adultos corrompidos, de mentalidade defeituosa, pretensos educadores, que, com suas “histórias instrutivas”, de “fundo moral”, lhes conformam, viciosamente, a mentalidade, deformando-a desde a mais tenra idade. Enquanto tal se fizer com a infância, adeus mundo melhor! Fraternidade entre os homens? Igualdade de oportunidade para todos? Como assim, se os pretos nasceram para servir aos brancos? De que modo, se, até entre os animais, existe discriminação; se até entre eles há os bem e os malnascidos, os marcados desde o berço? Induz-se, destarte, a infância a situar os pretos em posição inferior, servil, pejorativa.

Arnold M. Rose, ao estudar a questão racial diante da ciência moderna, em seu *L'origine des préjugés*, nos diz, muito bem, que “os preconceitos são o fruto de uma propaganda deliberada. Sua presença entre a infância faz crer a muitos que a repulsão racial é inata. Nada mais falso! Não é inata, mas, sim, inculcada nas crianças desde os quatro anos de idade. Os preconceitos fazem parte de uma tradição cultural que se transmite, por assim dizer, espontaneamente; as crianças os adquirem em contato com seus pais, professores, colegas. Certos pais não querem que os filhos os possuam; outros, ao contrário, os inculcam, porque estão convictos de que é acertado possuí-los. Na maioria dos casos, entretanto, os adul-

tos não têm consciência de estarem inculcando preconceitos nas crianças. Por exemplo, à mesa, certa mãe se queixa a seu marido da empregada negra ou judia. Não somente a criança ouve avidamente, como passa a tratar a doméstica como o faz sua mãe, que revela, inconscientemente, seus preconceitos, em cada um de seus atos. Os livros escolares muito contribuem para a formação dos prejudicados. Enquetes afetivas em vários países mostraram que os manuais escolares e, notadamente, os livros de História dão uma imagem desfavorável dos povos estrangeiros e são injustos com respeito aos grupos minoritários existentes num país. Assim, esses livros, ao invés de fazerem compreender os ideais a que está ligada certa categoria de imigrantes, fazem com que ela seja julgada segundo os princípios em vigor no grupo majoritário. Pode haver nela seres honestos, trabalhadores, amáveis, sociáveis; se forem pobres e ignorantes e, ainda, não tiverem adotado os costumes de sua nova pátria, serão tratados com desprezo por certos autores de livros escolares e pela maioria da população. As crianças mais velhas também ensinam as mais novas a terem preconceitos. Muito cedo a infância fixa, estabiliza toda sorte de regras, às quais todos os membros do bando devem se submeter. Sancionando, assim, os preconceitos, põem, por vezes, mais ardor ainda que os adultos ao inculcá-los aos mais jovens. Chegam até a inventar histórias para mostrarem a que ponto os representantes dos grupos minoritários são perigosos ou estúpidos” (Sabemos todos como é prodigiosa a ima-



Dra. Guiomar Ferreira de Mattos, 1950, acompanhada de Abdias Nascimento (esq.) e Claudiano Filho

ginação infantil). “Tais histórias não passam de jogos de imaginação. Mas podem contribuir, poderosamente, para a formação de atitudes de espírito. Uma enquete mostrou que muitos adultos atribuem a origem de seus preconceitos a um incidente havido na infância. Em cada geração eles se modificam ligeiramente. De tempos em tempos são aplicados a novos grupos minoritários, deixando de ser aplicados a um grupo considerado, outrora, minoritário. Por vezes se reforçam, por vezes se enfraquecem. Mas se transmitem do mesmo modo que os jogos, as boas maneiras ou tudo o que constitui a tradição cultural.”

Veja-se esta quadrinha que as crianças estão aprendendo nas escolas, a propósito do Natal:

Cabelos loiros
Olhos azuis
És meu tesouro
Nosso Jesus

Tenta-se fixar como imperfeito, não egrégio, primitivo, fora do Bem e do Belo, tudo aquilo que não seja branco ou oriundo do branco. Atente-se na canção “Céu moreno”, interpretada por Sílvio Caldas, na qual o autor convoca a sua amada morena nestes termos: “Vem! Ajuda-me a ensinar a Deus a fazer um anjo da cor que Ele não tem no céu!” E termina: “Hei de suplicar a Madalena que também fique morena, que é formoso um céu assim!”

Portanto, a concepção generalizada é mesmo a de que no céu não há anjos morenos. Que dizer dos pardos ou

pretos? Anjinhos de tais cores certamente vão para o inferno. Pelo menos, nunca foram representados em nenhuma corte celestial. Recorde-se aqui a inspirada canção-bolero “Anjelitos negros”, em que um pintor é exortado a pintar anjinhos negros:

*Aún que la Virgen sea blanca
Pinta angelitos negros
Que también se van al cielo
Todos los negritos buenos*

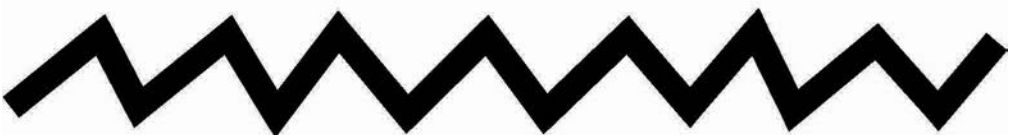
*Pintor, si pintas con amor
Porque desprecias tu color
Si sabes que en el cielo
También los quiere Dios?*

*Siempre que pintas iglesias
Pintas angelitos buenos
Pero nunca te acordaste
De pintar un ángel negro*

Registre-se que, apesar de a bela doutrina do Cristo encontrar-se estampada em todos os evangelhos, seu Natal tem servido de motivo, consciente ou inconscientemente, para a difusão de sentimentos e de atitudes os mais contrários às sua pregações. É preciso, pois, que se adote uma atitude dinâmica contra a difusão do preconceito. Pela formação de uma mentalidade nova, deliberadamente, poder-se-á fazer ruir por terra prejudicados que não mais podem subsistir no mundo moderno, desmoralizados que foram à luz da Ciência, insubsistentes que são à luz da sã Moral.



MOVIMENTO NEGRO HOJE



Cecune - Centro Ecumênico de Cultura Negra

Com o objetivo de capacitar lideranças populares afro-brasileiras, o Centro Ecumênico de Cultura Negra - Cecune, de Porto Alegre, idealizou e desenvolveu o Projeto Universidade Livre - Curso de Africanidades Brasileiras, em que intelectuais negros do Rio Grande do Sul e de outros Estados puderam transmitir seu conhecimento e experiência a militantes engajados nas áreas política, comunitária, sindical, educacional e cultural.

Organizado em quatro módulos (História e Cidadania, Organização e Resistência, História das Artes, Culturas e Religiões e Práticas Metodológicas Afro-Brasileiras), o Projeto, realizado em colaboração com o Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade do Vale dos Sinos, desenvolveu-se mediante aulas ministradas em fins de semana. A idéia básica foi suprir as lacunas do currículo escolar com relação à comuni-

dade negra, contribuir para a formação de indivíduos conscientes de sua identidade étnica e mais capacitados ao pleno exercício de sua cidadania, e estimular a pesquisa e a produção intelectual como meios de autodesenvolvimento e contribuição comunitária.

Na visão dos dirigentes do Cecune, o Projeto Universidade Livre representa um passo importante para a sistematização dos esforços de capacitação do conjunto do Movimento Negro diante de suas debilidades e desafios, de vez que os embates futuros da luta anti-racista e a dinâmica própria da conjuntura histórica exigirão cada vez mais o uso do planejamento estratégico nas ações políticas de promoção da consciência e da cidadania. Num prazo mais longo, o projeto visa criar um cenário específico para a construção de uma teoria *do e para* o negro, de modo a neutralizar, ao menos em parte, os paradigmas supostamente “neutros” e “universalistas” da estrutura formal de ensino em nosso país, em especial no que se refere à história, à cultura e à realidade socioeconômica dos afro-brasileiros. Além disso, como uma releitura da história do negro deve abranger necessariamente o acervo de experiências do conjunto da comunidade, a Universidade Livre oferece um campo fértil para a sistematização do amplo leque dessas experiências, tendo em vista a organização das ações de cidadania e resgate histórico.

Um aspecto inovador do Projeto foi a intervenção de uma profissional especializada em psicologia clínica e

psicossociologia de comunidades, a psicóloga Conceição Correa das Chagas, do Rio de Janeiro. Esta atuou em todos os módulos no propósito básico de promover a integração dos conteúdos, propiciando o envolvimento dos participantes e o desenvolvimento de sua auto-estima, além de favorecer a identificação dos sentimentos em função dos temas estudados e de facilitar a troca de experiências.

Estruturação do Movimento Negro

Reconhecer os fatos políticos e econômicos da História da África que influenciaram a trajetória dos descendentes de africanos no Brasil foi o objetivo do Módulo I - História e Cidadania, a cargo dos professores Helena Theodoro Lopes (doutora em Filosofia pela Universidade Gama Filho - RJ), Edílson Nabarro (sociólogo gaúcho) e Marcos Rodrigues da Silva (doutorando em Sociologia e coordenador geral do Projeto). A temática desse módulo, realizado entre os dias 3 e 5 de maio de 1996, incluiu, além de aspectos históricos, a análise sociológica da atual situação dos afro-brasileiros, bem como o processo de estruturação das organizações que compõem o Movimento Negro Contemporâneo.

O poeta Luís Silva - mais conhecido pelo pseudônimo “Cuti” - e o professor Marcos Rodrigues da Silva foram os responsáveis pelo Módulo II, Organização e Resistência (de 5 a 8 de agosto de 1996), que teve como objetivo relacionar os fatos históricos da resistência ne-

gra com a trajetória das organizações afro-brasileiras nas cinco últimas décadas. A temática incluiu a quilombagem, revoltas e insurreições, os clubes abolicionistas, a imprensa alternativa, o movimento pan-africanista e o mito da democracia racial.

Organizado com o propósito de estimular o estudo científico e sistemático das manifestações culturais afro-brasileiras, o Módulo III - História das Artes, Culturas e Religiões - esteve a cargo do jornalista e videasta paulista Joel Zito de Araújo, ao lado do professor Marcos Rodrigues da Silva. Fizeram parte da temática desse módulo uma releitura da cultura negra a partir da visão ecológica, a dança afro-brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Durante a realização desse módulo - de 11 a 13 de abril de 1997 -, foram lançados o livro *Negro - uma identidade em construção* e o vídeo *A exceção e a regra*.

Projetos de políticas públicas em educação, habitação e saúde, estrutura e ação nos encontros de massa, dinâmica de grupo em ações populares e desenvolvimento econômico das comunidades negras foram alguns dos temas discutidos no Módulo IV - Práticas Metodológicas Afro-Brasileiras. Realizado entre os dias 17 e 19 de outubro, esse módulo esteve a cargo da enfermeira Berenice Assumpção Kikuchi, especialista em Saúde Pública, ao lado de Ivair Augusto Alves dos Santos, do Ministério da Justiça, e do professor Marcos Rodrigues da Silva.

Voluntariado e custo zero

Criado em março de 1987, o Cecune - Centro Ecumênico de Cultura Negra é uma ONG voltada à prática de

um ecumenismo que, tendo como elo de ligação o traço racial da negritude, pretende unir, a partir de uma ampla visão etnocultural, todas as diferenças, incluindo gênero, faixa etária, formação profissional, cultura religiosa, cultura política e classe social. Dentro dessa perspectiva, o Cecune tem desenvolvido, desde a sua criação, propostas de reflexão e questionamento com vistas a aprofundar o pensamento crítico acerca da questão étnica, percebida sob uma ótica ao mesmo tempo local, nacional e internacional, interna e externa à população afro-brasileira. Por enfatizar sua diretriz ecumênica - que propicia um espaço de convívio democrático entre diferentes -, a organização construiu uma imagem de seriedade e confiabilidade, ao mesmo tempo em que foi ampliando seu poder de arregimentação na comunidade negra e sua penetração junto a pessoas e instituições da sociedade em geral capazes de apoiá-la em suas iniciativas. Com esse apoio, aliado à prestação voluntária de serviços por seus colaboradores - chamados “assessores técnicos” -, o Cecune consegue imprimir aos trabalhos que realiza um cunho de qualidade e reverter seus resultados à comunidade negra - sempre que possível a custo zero, ou pelo menos ao menor custo possível.

Três linhas de ação nortearam a construção da identidade do Cecune. A primeira foi a elaboração de um pensar acerca da identidade negra em suas dimensões de passado, presente e futuro, por meio de espaços de leitura e discussão. A segunda linha adotada referia-se a ações voltadas para construir a imagem da insti-

tuição e consolidar a sua presença no meio em que estava inserida. Desse ponto de vista, as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura propiciaram a presença da nova organização junto a escolas de todos os níveis, tanto públicas quanto privadas, convidada a debater diferentes temas relacionados à população afro-brasileira. A terceira linha constituiu-se na formação de um acervo básico de textos, imagens e som destinados a servir de recursos pedagógicos para apoiar as ações desenvolvidas nas duas outras frentes.

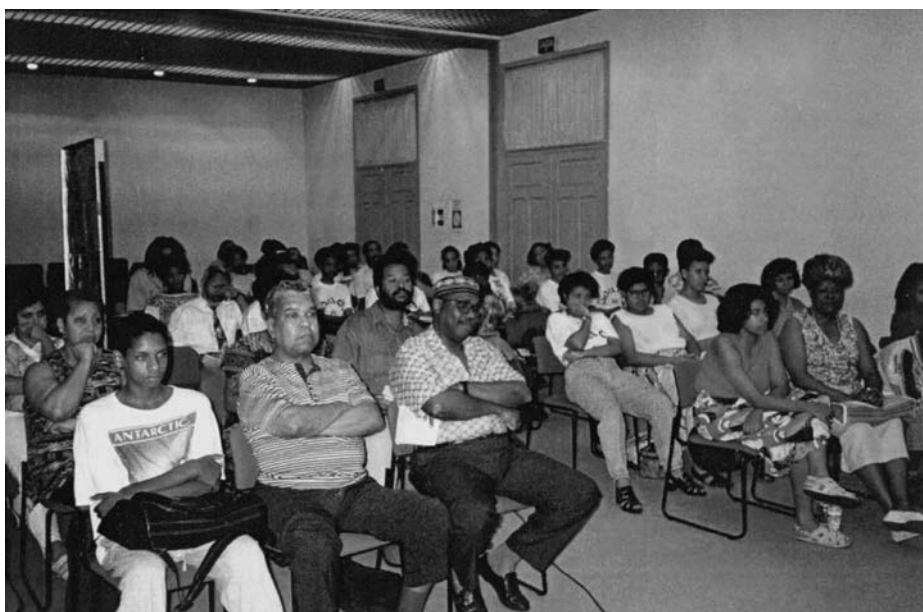
A partir do quarto ano de existência do Cecune, sob a pressão de novas demandas, fez-se necessário constituir a organização do ponto de vista jurídico, definir sua política de ação e formar sua estrutura administrativa. Delimitou-se um leque de colaboradores, sempre sob o princípio do voluntariado, cuja relação com a entidade se dá mediante patrocínios, apoios e assessorias. Os atuais projetos do Cecune enquadram-se em três áreas, definidas como prioritárias: capacitação, comunicação e arte. Na área da capacitação, o Centro tem promovido encontros, seminários, fóruns e palestras sobre temas relacionados à negritude, com a preocupação de abrir espaços de aproximação entre representantes de diversos segmentos da comunidade negra e nomes significativos da intelectualidade de origem africana no Brasil e no exterior. O propósito, aqui, é investir cada vez mais na formação de quadros, melhorando o grau de intervenção negra, individual ou coletiva, na sociedade. Nos dois últimos anos, dentro dessa perspectiva,

o Cecune vem desenvolvendo atividades-piloto em termos de educação formal, de onde nasceu o Projeto Universidade Livre.

Na área da comunicação, o Centro produz e distribui um periódico trimestral elaborado por uma equipe de voluntários composta de militantes de diversificado perfil profissional. Com tiragem de 10 mil exemplares, o *Jornal do Cecune* é distribuído gratuitamente, tendo seus custos de impressão cobertos por anúncios comerciais de interesse da comunidade. Já em relação à arte, as atividades têm se concentrado no terreno da música, com destaque para as Mostras de Pagode de Porto Alegre, realizadas em 1993-4, que reuniram grupos musicais desse estilo no espaço cultural da Usina do Gasômetro, que até então não costumava ser freqüentado pelo público negro. Com entrada franca, sem custos de cachê e realizado em dias de transporte coletivo gratuito, os eventos foram sucesso de público e crítica. Ainda no campo da música, o Projeto Alberto Barcellos, o Roxo - Samba na Usina promoveu audições mensais com artistas da cidade, num trabalho registrado em LP e CD, com o patrocínio principal da Fumproarte, órgão da Secretaria Municipal de Cultura. Por fim, ainda em matéria de música, o Cecune criou, em 1994, o seu coral. Na mesma linha das demais propostas do Centro, de trabalho voluntário e custo zero, esse projeto tem como objetivo maior a construção de uma proposta de canto coral direcionada ao resgate da cultura negra em suas manifestações musicais, mais especificamente de canto comunitário.




Evento Os 25Anos do Vinte de Novembro. Porto Alegre, 19-11-1996 - Casa de Cultura Mario Quintana. Painel: jornalista Marisa Souza da Silva, jornalista Vera Daisy Barcellos Costa, poeta Oliveira Silveira e arquiteta Helena Vitória dos Santos Machado



A assistência do evento

Como surgiu o 20 de Novembro?



Para muita gente, o Movimento Negro contemporâneo nasceu em julho de 1978, com a manifestação de protesto realizada em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, marco de fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. Fruto da desinformação, essa visão é ao mesmo tempo imprecisa e injusta, pois ignora as dezenas de organizações afro-brasileiras surgidas na primeira metade daquela década no Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre - para não falar da Frente Negra, do Teatro Experimental do Negro e de tantas outras entidades precursoras, de um tempo em que a luta negra não se chamava “movimento”. Uma das mais importantes dessas organizações, pela ousadia e pioneirismo de suas propostas, é o Grupo Palmares, fundado em 20 de julho de 1971 por Antônio Carlos Cortes, Ilmo da

Silva, Oliveira Silveira e Vilmar Nunes. Ousadia por desafiar abertamente o regime ditatorial instalado em 1964, para o qual a questão racial constituía uma espécie de anátema. E pioneirismo por levantar a bandeira do 20 de Novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695, como o “Dia do Negro”, mais tarde - e aí, sim, por influência do MNU - rebatizado como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Para esclarecer esse aspecto, nada melhor que as palavras de um dos fundadores do Grupo Palmares, o poeta Oliveira Silveira, em seu artigo “A idealização do 20 de Novembro”, publicado no número de novembro de 1993 da *Gazeta Afro-Latina*, cuja íntegra publicamos a seguir.

A idealização do 20 de Novembro

Oliveira Silveira

A data de 20 de novembro vem sendo evocada no Brasil há 22 anos. E há 15 anos é chamada Dia Nacional da Consciência Negra. Tudo começou em Porto Alegre no ano de 1971, quando o Grupo Palmares assinalou a data realizando ato em homenagem ao Estado Negro dos Palmares e propondo uma alternativa para as infundadas comemorações do dia 13 de maio. A denominação Dia Nacional da Consciência Negra, dada pelo MNUCDR sete anos mais tarde, em 1978, foi uma consequência do trabalho do Grupo Palmares, de Porto Alegre.

O Grupo Palmares nasceu na Rua Tomás Flores, 303, bairro Bom Fim, onde foi realizada a primeira reunião em 20 de julho de 1971. Isso acontecia após vários bate-papos na Rua da Praia, quando um dos maiores contestadores do 13 de maio era um preto alto chamado Jorge Santos ou Jorge dos Santos, ator nato, não burlado. Mas ele não foi à reunião inicial nem se integrou ao grupo. Sua contribuição foi essa de alimentar as discussões informalmente. Os iniciadores do grupo em 20 de julho foram Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Oliveira Silveira e Vilmar Nunes. Depois foram chegando outras pessoas, como as universitárias Anita Leocádia Prestes Abad e Nara Helena Medeiros Soares (falecida). Elas participavam do grupo no primeiro ato evocativo do 20 de Novembro. Segundo o documento contendo a programação, Ilmo já se afastara, mas Vilmar e Cortes ainda continuavam. Cortes não acompanhou toda a trajetória do Grupo Palmares em sua primeira fase, que se estendeu até 1978. Mais tarde surpreendeu optando por uma linha político-partidária direitista, mas conservou uma postura negra. Helena Vitória dos Santos Machado compareceu ao primeiro *vinte* e depois ingressou no grupo, foi coordenadora e uma das principais responsáveis pela linha do grupo no nível das idéias, ao lado de Anita (durante o tempo em que atuou) e de Marisa Souza da Silva.

É longa a lista de pessoas que trabalharam no Palmares ou tiveram uma passagem por ele: Antônia e Marli Carolino, Gilberto Alves Ramos, Maria Conceição Fontoura, Margarida

Martimiano, Irene F. Santos, Leni Souza, Otacílio R. Santos, Rui R. Moraes, Vera Daisy Barcellos, Ceres Santos, Hilton Machado... Todos na lista sujeita a omissões incluída no folheto *Palmar Palmares* (Porto Alegre, Associação Negra de Cultura, 1991). Haveria uma segunda fase como grupo de trabalho (GT Palmares) do Movimento Negro Unificado na década de 80 e uma terceira já desligado do MNU, fase em que surgiu (e teria sido como decorrência do Palmares) o trabalho musical do grupo Coisapreta. Helena e Marisa, rearticuladoras nessa fase iniciada em 1987, poderão dizer se ela se encerrou ou se o trabalho do Grupo Palmares ainda continua de forma silenciosa ou indireta...

Consolidação: trabalho duro

O grupo tomou o nome de Palmares em homenagem ao Estado negro livre do século XVII, reconhecido como “momento maior” na história do negro no Brasil. Dentro do grupo, quem sugeriu a data de 20 de novembro, dia da morte heróica de Zumbi, foi o componente Oliveira, com base em livros de Édison Carneiro e Ernesto Ennes, além de um dos fascículos da coleção *Grandes personagens de nossa história*, da Editora Abril, número dedicado a Zumbi. A importante obra de Clóvis Moura, *Rebeliões da senzala*, não chegou a ser consultada na época. Também é oportuno observar que o historiador branco Décio Freitas só ficou conhecido do grupo no dia do ato em 20 de novembro de 1971, quando compareceu por ter lido a

notícia na imprensa. Na ocasião, ofereceu um exemplar de *Palmares - la guerrilla negra*, edição uruguaia. Só a partir daí sua obra iria contribuir para o trabalho do grupo que mais adiante encarregou o componente Oliveira de apresentar o autor ao editor para a primeira edição em português de *Palmares - a guerra dos escravos*, pela Editora Movimento.

Realizado o primeiro ato evocativo do vinte, em 71, o trabalho não parou. Ao lado de outras promoções feitas ao longo de cada ano, o Palmares continuou assinalando e divulgando a data. A prática foi sendo adotada no centro do país, especialmente em São Paulo e Rio. Sete páginas da “Revista ZH” do jornal *Zero Hora* de Porto Alegre em 1972; espetáculo musical, exposição de pintura e palestra em 1973 (além de entrevista concedida a Alexandre Garcia, o mesmo da TV Globo, então na sucursal do *Jornal do Brasil* em Porto Alegre, publicada em 13 de maio); manifesto através do *Jornal do Brasil* (novamente Alexandre Garcia), com idéias do grupo, histórico de Palmares-Estado, a proposta de reformulação dos livros didáticos quanto à história do negro, em 1974; encontro cultural (com o grupo artístico Afro-Sul) em 1975; livreto *Mini-história do negro brasileiro no vinte* de 1976; e evento cultural na Associação Satélite-Prontidão (de negros) com a presença de Oswaldo Camargo, escritor paulista, minibiblioteca e grupo Nosso Teatro (depois Razão Negra), em 1977 - são fatos que mostram a ação continuada e decidida do Grupo Palmares em prol da consolidação de sua proposta em nível local e nacional.

Quando em 1978 se formou o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e pôs num congresso seu, em Salvador-BA que a data fosse chamada Dia Nacional da Consciência Negra, já se iam sete anos de trabalho duro do Grupo Palmares, reconhecido e seguido por outras entidades do país. O MNUCDR, depois MNU, apenas batizou a data com uma expressão feliz e contribuiu para ampliar o seu âmbito. No manifesto de Salvador, entretanto, nenhuma referência foi feita ao Grupo Palmares e seu pioneirismo. Só em 1981, em sua revista nº 3, em 1988 no jornal *Nêgo* de abril e em 1991, também em seu jornal e no transcurso dos “20 anos do *vinte*”, é que o MNU abriria espaço para fazer justiça ao grande esforço político do grupo sulino. Uma das fundadoras do MNU, a antropóloga Lélia Gonzales, refere “o alerta geral do Grupo Palmares” e a proposta gaúcha nas páginas 31 e 57 de seu importante trabalho *Lugar de negro*, em parceria com Carlos Hasenbalg (Rio, Marco Zero, 1982). Mas grande parte do Movimento Negro nacional parece desconhecer a iniciativa sul-rio-grandense de 1971 e sua continuidade. Como que paira a idéia de que tudo começou em 1978, quando o que houve então foi uma convergência para um novo estágio da luta, em que o MNU desempenhou, sim, um papel fundamental.

O Movimento Negro brasileiro (como por influência negra norte-americana se passou a chamar a luta mantida sempre, no escravismo e no pós-aboli-

ção) hoje pode registrar como marco inicial de uma outra fase o ano de 1971, quando surgiu uma nova e decisiva força motivadora e aglutinadora: a evocação do *vinte de novembro*.

Algumas distinções

O Palmares foi sempre um grupo de negros e com isso legitimou sua proposta como iniciativa gerada no seio da comunidade negra e por ela imposta à sociedade. Há grupos que preferem ser mistos e assim perdem às vezes a oportunidade de marcar sua ação política como genuinamente negra.

Parece que o Movimento Negro (MN) não quis assimilar bem a proposta do Grupo Palmares relativamente ao vinte. O MN individualiza (há exceções), ressaltando a figura de Zumbi, na linha da historiografia oficial, que destaca o indivíduo, o herói singular, como se fizesse tudo sozinho. Individualismo, coisa tão cara ao sistema capitalista. O Grupo Palmares sempre valorizou e destacou Zumbi como o herói nacional que é, mas preferiu sempre centrar a evocação no coletivo - 20 de Novembro - Palmares, o Momento Maior. Ou: Homenagem a Palmares em 20 de Novembro, dia da morte heróica de Zumbi. E afinal o Estado negro foi uma criação coletiva da negrada.

O 20 de Novembro traz também um possível perigo: seu uso pelo oficialismo e por outros setores ou instituições sociais. O capitalismo tem o poder de absorver bem os golpes que lhe

são desferidos. E o poder de reciclá-los, redirecionando-os, utilizando-os a seu favor. Quem, como e por que, ou para que, está empunhando a bandeira do *vinete*? É bom saber, em cada situação. A revista *Tiçã* já alertava para isso em 1979, no seu segundo número.

E vem aí o ano de 1995. Estão falando em 300 anos da morte de Zumbi. Não seria mais afirmativo falar em *quatro séculos de Palmares* ou em *400 anos do início de Palmares* (já que tudo começou lá por 1595, se não foi antes)?

Vinte de novembro de 1695, data da morte heróica de Zumbi, marco para delimitar no tempo um Estado negro, território livre ao longo de todo um século - o XVII - lá na Região Nordeste. O Palmar, a Angola Janga.

A existência, continuidade e crescimento do MN importam mais que a iniciativa deste ou daquele grupo, entidade, setor. Mas certamente cabe, ao longo da luta, trabalhar a memória e a verdade histórica.

ERRATA

No número 2 da Revista *Thoth*, a legenda desta foto saiu errada, pelo que a republicamos neste número.



Inauguração da Escola Municipal Professor Abdias Nascimento, São Luís do Maranhão, 1991. Da esquerda para a direita, Abdias Nascimento, Elisa Larkin Nascimento, José de Ribamar Marinho Caldeira, João Francisco dos Santos e o prefeito de São Luís, Jackson Lago

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes, s/nº – CEP 70168-970
Brasília – DF



SIMBIOSE AFRICANA Nº 2

Acrílico s/ tela - 91 x 61 cm, de Abdias Nascimento, Buffalo, USA, 1971